



United Nations Development Programme

Country: Sao Tomé and Príncipe

PROJECT DOCUMENT¹

Project Title: “Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options in the Sao Tome and Principe districts of Caué, Me-Zochi, Principe, Lemba, Cantagalo, and Lobata (CMPLCL)”

UNDAF Outcome(s):

By 2016, local communities and government bodies at the district and national levels will adopt techniques and behaviours conducive to a sustainable environment, and to improving the prevention and management of risks and natural disasters.

UNDP Strategic Plan Primary Outcomes

Outcome 1 - Growth and development are inclusive and sustainable, incorporating productive capacities that create employment and livelihoods for the poor and excluded.

Outcome 5 - Countries are able to reduce the likelihood of conflict and lower the risk of natural disasters, including from climate change.

UNDP Strategic Plan Secondary Outcomes

Outcome 4 - Faster progress is achieved in reducing gender inequality and promoting women's empowerment.

Expected CP Outcome(s):

By 2016, national and local institutions incorporate and adopt aspects of Climate Change and Disaster Risk Reduction into their planning instruments, and demonstrate behaviours and practices that support the preservation of environmental heritage.

Expected CPAP Output(s)

- Government, private sector, communities and regional CSOs develop and implement participatory projects that increase environmental protections, resilience to climate change, and preservation of environmental heritage.
- The Government and local authorities adopt and implement a master plan for land use that protects the environment and facilitates rural development.

¹ For UNDP supported GEF funded projects as this includes GEF-specific requirements

- Integration of environmental, disaster risk management, and climate change sustainable management policies into development strategies and national development plans and interventions.
- Local governments and communities are familiar with and efficiently use Disaster Risk Management and Climate Change Adaptation tools.
- Strengthened disaster response and risk management.

Executing Entity/Implementing Partner: The Ministry of Agriculture, Fisheries and Rural Development

Implementing Entity/Responsible Partners:

The Ministry of Public Works, Infrastructure, Natural Resources and Environment

The Ministry of Education


Brief Description

São Tomé and Príncipe (STP) is vulnerable to climate-related hazards such as storm-induced flash flooding in rivers and coastal areas. Despite abundant average rainfall, STP has also been experiencing longer episodes of drought, which constitutes a new constraint on food production, particularly in the northern regions. This situation contributes to increased vulnerability of farming communities.. Of particular concern are the vulnerable villages of São Tomé districts of Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lemba, Cantagalo, and Lobata (CMPLCL), where rural community livelihoods are most affected by increased climate variability. To date, relief and rehabilitation (reactive actions) have been the focus of disaster management practices in the CMPLCL districts. A sustainable solution to this worsening problem will require a multi-pronged solution including i) developing capacities of the key institutions of relevance to rural development and livelihoods; ii) developing key community-based decision making structures to enhance farming communities' livelihoods; iii) dissemination of climate resilient livelihoods farming methods in the most vulnerable communities; and iv) promotion of investments to boost communities' livelihoods against climate risks. Key barriers that need to be overcome include: a) limitations in developing capacities of the key institutions of relevance to rural community livelihoods; b) scarcity of relevant information for planning climate resilient agricultural activities; c) low institutional capacity and coordination both in the private and public sectors; d) high levels of poverty, weak financial capacity of farmers and poor access to credit.

In response, this LDCF financed project, implemented by the Ministry of Agriculture, Fisheries and Rural Development (MoAFRD), will: i) strengthen the capacity of the CATAP, CIAT, district governments and assemblies, district councils, CSOs and CBOs to support the enhancement of climate resilience of rural community livelihoods; ii) reduce the vulnerability of rural livelihoods to climate risks through climate risks management infrastructures and mechanisms; and iii) design and transfer adaptation strategies to strengthen communities' climate resilience in the 30 most vulnerable villages of the 6 districts of CMPLCL of São Tomé and Príncipe. The project is expected to be completed by 2018.

Programme Period:	2012-2016
Atlas Award ID:	00083410
Project ID:	00091898
PIMS:	4645
Start Date:	April 2015
End Date:	April 2019
Management Arrangements	NIM
LPAC Meeting Date	February 20, 2015

Total resources required:	\$ 20,276,281.00
Total resources allocated:	
• GEF/LDCF	\$ 4,000,000.00
• Others:	
UNDP (In Kind)	\$ 350,000.00
UNDP (Grant)	\$ 350,000.00
Government (MoPWINRE)	\$ 4,000,000.00
Government (MoFRD)	\$ 3,576,281.00
Government (MoFRD)	\$ 8,000,000.00

Agreed by
 (Government): Teodoro de Campos 27/04/015 
 Day/Month/Year

Agreed by
 (Executing Entity/Implementing Partner): _____
 Day/Month/Year

Agreed by
 (PNUD):  27/04/2015
 Day/Month/Year

Índice

Lista de Siglas	3
1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO	7
1.1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – PROBLEMA INDUZIDO	8
1.1.1 Principais causas.....	9
1.2 SOLUÇÕES DE LONGO PRAZO E SOLUÇÕES PARA ULTRAPASSAR AS BARREIRAS	11
1.2.1 O problema que este projecto pretende abordar	16
2. ESTRATÉGIA	17
2.1 Racionalidade do Projecto e Políticas de Conformidade	17
Tabela 1-Actividades prioritárias previstas no NAPA de São Tomé e Príncipe.....	18
2.2 Característica do país: elegibilidade e factores que o impulsionaram	21
2.2.1 Análise baseado em “Stakeholder”.....	24
2.3 Princípios de design e considerações estratégicas	25
2.3.1. Articulação com o quadro político nacional	25
2.3.2 Articulações com iniciativas nacionais e regionais em andamento	26
2.3.3 - Articulações com iniciativas nacionais de co-financiamento	28
Tabela 2. Linhas de base de Projectos associados e indicativos de montantes de co- financiamento	31
2.3.4. Benefícios Nacionais e locais.....	32
2.3.5. Breve introdução aos lugares onde o Projecto-piloto recairá.....	35
Tabela 3 - Detalhes dos seis Distritos onde o Projecto incidirá	40
Densidade da População (pessoa/km²)	40
2.3.6 <i>A vantagem comparativa do PNUD</i>	41
3 Objectivo do Projecto, resultados e actividades.....	42
3.3 Indicadores-chave, riscos e princípios	65
4. Orçamento global do plano de trabalho	83
5. MODALIDADES DE GESTÃO	96
6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO QUADRO.....	100
8. CONTEXTO JURÍDICO.....	105
9. Anexos	107
ANEXO I. ANÁLISE DE RISCO	107

ANEXO II. Consultas às partes interessadas.....	113
ANEXO 3. RELATÓRIO Reforço das capacidades das comunidades rurais para prosseguir o clima opções de subsistência resilientes nos distritos de São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)	124
Anexo III: Detalhes de participantes que frequentam as reuniões bilaterais e visitas ao local	140
Anexo IV: Os detalhes dos participantes no Atelier Nacional de início Workshop Nacional.	145
ANEXO V: INFORMAÇÕES SOBRE A DISCUSSÃO QUE TEVE LUGAR DURANTE OS INTERVENIENTES	147
Anexo VI: Resumo das principais actividades, problemas específicos, lacunas e principais culturas dos distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL).	150
ANEXO 4. RELATÓRIO DE CONSULTA NO TERRENO (PPG)	153
ANEXO 8. REFERÊNCIAS.....	176

Lista de Siglas

AAP	Programa de Adaptação para África
ADAPPA	Associação para o Desenvolvimento Agro-pastoral e de Protecção Ambiental
AFD	Agência Francesa para o Desenvolvimento
AFDB	Banco Africano de Desenvolvimento
AGRHYMET	Centro Regional de Formação e de Aplicação de Agrometeorologia e Hidrologia Operacional
ALM	Mecanismo de Adaptação de Aprendizagem
AMAT	Monitoramento de Adaptação e instrumentos de medição
APR	Revisão Anual do Projeto
CADR	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
CART	Centro de Transformação de Recursos da Agricultura
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário
CBA	Avaliação Baseada em Questionários
CC	Alterações Climáticas
CCA	Adaptação às Alterações Climáticas
CC-DAVIP	Plataformas de CC nos distritos e comunidades
CC-DC	Comité de CC nos distritos
CCTAM	Módulos de formação para a adaptação às mudanças climáticas
CC-VAAP	Planos de anuais de adaptação às mudanças climáticas
CES	Centro de vigilância ambiental
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CBO	Organização Comunitária
CLUSA	Liga das Cooperativas dos Estados Unidos da América
CMPLCL	Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata
CONPREC	Conselho de Prevenção e Resposta à Desastres
CPAP	Plano de Acção do País
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRM	Gestão de Risco de Alterações Climáticas
CSO	Organização da Sociedade Civil
CTA	Chefe de Assessoria Técnica
CTP	Comité Técnico de Projectos
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGE	Direcção Geral do Ambiente
DGRNE	Direcção-Geral dos Recursos Naturais e Energia
DLUM	Departamento de Gestão do Uso de Solo
DNRE	Departamento de Recursos Naturais e Energia

EA	Avaliação Ambiental
EC	Comunidade Europeia
ERC	Avaliação do Centro de Recursos
EU	União Europeia
EWS	Sistema de Alerta Precoce
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentação
FENAPA-STP	Federação Nacional dos Pequenos Agricultores-São Tomé e Príncipe
FONG	Federação das ONGs
FSP	Tamanho real do Projeto
GCCA	Aliança Global para fazer face às Mudanças Climáticas
GDP	Produto Interno Bruto
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GoSTP	Governo de São Tomé e Príncipe
HACT	Abordagem harmonizada para Transferência de Dinheiro
HDI	Índice de Desenvolvimento Humano
IAM	Medidas integradas de adaptação
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IMAP	Instituto Marítimo e Portuário
INAE	Instituto Nacional de Estradas
INC	Comunicação Nacional Inicial
INM	Instituto Nacional de Meteorologia
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
IW	Workshop de iniciação
LDC	País Menos Avançado
LDCF	Fundo para Países Menos Desenvolvidos
LDRMC	Comité local de Gestão de Risco e de Desastres ambientais
LDSP	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Pecuário
LMMs	Gestão de membros e líderes
LPAC	Comité de Avaliação de Projectos Locais
M&E	Monitoramento e Avaliação
MAPDR	Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MARAPA	Mar, Ambiente e Pesca Artesanal
MDG	Desenvolvimento do Milénio
MFIs	Instituições de Micro-Finanças
MoAFRD	Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MoPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NAPA	Programa Nacional de Acções de Adaptação
NCC	Comissão Nacional do Clima
NGO's	Organizações Não-Governamentais
NIM	Instituto Nacional de Meteorologia
NIM	Implementação Nacional
NPC	Coordenador Nacional do Projecto

PAPAFPA	Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e à Pesca Artesanal de São Tomé e Príncipe
PIF	Formulário de Identificação do Projecto
PIMS	Gestão de Projectos de Sistema de Informação de GEF
PIR	Relatório de Implementação de Projecto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPADPP	Projecto de Privatização e Desenvolvimento de Propriedade Agrícola de Pequenos Proprietários
PPG	Donativo para a Preparação do Projeto
PPR	Relatório de Progresso do Projecto
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar
PRODOC	Documento de Projeto
PRSP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
PVW	Project de Validação de Workshop
QPR	Relatório Trimestral do Projeto
RBM	Gestão Baseada em Resultados
RTA	Assessor Técnico Regional
SIDS	Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento
SLFWM	Gestão Sustentável da Água, Solo e Floresta
SMS	Serviço de Mensagens Curtas
SOP	Procedimentos Operacionais Padrão
STP	São Tomé e Príncipe
UNCDF	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNDP CO	Gabinete do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas do País
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFCCC	Quadro de Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
VCA	Avaliação da Capacidade de Vulnerabilidade
VRA	Inquérito Baseado em Percepção
WB	Banco Mundial
ZATONA ADIL	Organização São-tomense de Reestruturação da Comunidade Rural
PAC	Comissão de Avaliação de Projectos
PADE	Projecto de Desenvolvimento de Gado
PANAPAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

LISTA DE ANEXO

Anexo 1. Análise de Risco

Anexo 2. Consultas às partes interessadas , m,m.-

Anexo 3. Relatório Preliminar

Anexo 4. PPG Campo Relatório da Consulta

Anexo 5. Cartas de co-financiamento

Anexo 6. PNUD - Triagem Ambiental e Social (Aplicado maio 2013)

Anexo 7. termos de referência para grupos de projetos-chave, funcionários e especialistas

Anexo 8. Carta de Acordo entre São Tomé e Príncipe Governo e PNUD Escritório Nacional em São Tomé e Príncipe

Anexo 9. Referências

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

1. São Tomé e Príncipe (STP) é um dos mais pequenos países da África, com 209 km (130 milhas) do litoral. Este pequeno país é composto por um arquipélago localizado no Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico. As ilhas principais do país designam-se de São Tomé e de Príncipe, e constituem o nome do país. Estas duas Ilhas distam da costa noroeste do Gabão (1°00'N lat; 7°00'E long) na África Ocidental em cerca de 300 e 250 km respectivamente (190 e 160 milhas). A linha imaginária do Equador passa pelo Ilhéu das Rolas (uma ilhota) ao sul da Ilha de São Tomé. A nível do mar, o clima é tropical, quente e húmido, com temperaturas médias anuais a rondar 27°C (80,5° F), com pouca variação diária. Nos períodos anuais considerados de normais, verificam-se alto nível de pluviosidade nas Ilhas, onde também se observam rios que atravessam montanhas em direcção ao mar, florestas exuberantes e terras cultiváveis.

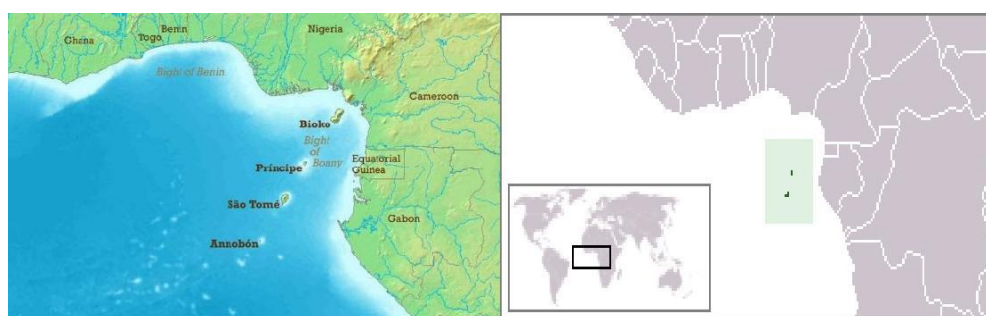


Figura 1 - Mapa de localização de São Tomé e Príncipe

2. À semelhança de outros pequenos estados insulares em desenvolvimento, STP tem um mercado interno muito limitado, depende de um ou dois produtos de exportação (sobretudo o cacau), um nível muito elevado de importação de bens devido à incapacidade de produção interna, e é muito vulnerável há factores exógenos, incluindo os riscos globais de alterações climáticas. Estas situações agravam a vulnerabilidade das comunidades agrícolas, pelo que a principal fonte de receitas dessas comunidades é o mercado internacional do cacau, que é um mercado cujas cotações dos preços são muito irregulares (voláteis). Por outro lado, um outro factor de constrangimento económico prende-se com o facto dos bens de consumo vendidos internamente terem preços muito acima do poder de compra dos residentes nessas comunidades agrícolas.
3. A agricultura, especificamente, a produção do cacau, continua a ser a principal actividade económica em STP, maior fonte de rendimentos das famílias rurais, gerando 70% de emprego rural e cerca de 80% das receitas de exportação². Apesar da sua importância para a economia e as comunidades, a agricultura de STP é caracterizada por ter um nível de produtividade muito baixo, devido, principalmente à ausência de práticas agrícolas mais sofisticadas, idade muito avançada das plantações de cacau, o mau estado das infra-estruturas de apoio à agricultura (sistemas de irrigação, mercados rurais, pistas rurais, etc), ausência de assessoria eficiente, poucos insumos e de fraca qualidade (falta de estratégias para abastecer os agricultores com insumos de boa qualidade, e para canalizar os produtos agrícolas dos campos de cultivo para os mercados). Este quadro agrícola está a agravar-se progressivamente em virtude dos efeitos das alterações climáticas.

1.1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – PROBLEMA INDUZIDO

4. O relatório do Programa Nacional de Adaptação às alterações climáticas (NAPA) de São Tomé e Príncipe tem inegavelmente mostrado que nas últimas décadas houve variabilidades significativas no padrão climático, com diminuição das chuvas à uma taxa de 1,7mm/ano entre 1951 e 2010. Esta redução das chuvas perturba o padrão hidrológico, alterando o rácio precipitação/escoamento. Devido a redução da recarga bem como diluição e intrusão de água salgada, o fornecimento de águas subterrâneas também se reduzirá, e desta forma, haverá uma redução do nível de lençol freático.

Por outro lado, dados recentes mostram que as temperaturas anuais de São Tomé e Príncipe têm aumentado em aproximadamente 0,4°C entre 1960 e 2006³. Prevê-se que até 2060, haverá um aumento de temperatura no país entre 0,8°C e 2,4°C.

São Tomé e Príncipe tem registado um aumento de temperatura média em 0,1°C por década, em virtude da diminuição significativa de precipitação (5,2% por década) – nos meses de Março, Abril e Maio, bem como Outubro, Novembro e Dezembro. Este factor combinado com o aumento do período normal da estação de Gravana, que dura 6 meses nos dias de hoje (Abril a Setembro), está em claro contraste com o período padrão de 3 meses (Junho a Agosto), o que tem provocado ocorrências de secas. Tem-se verificado que, apesar de, em média, o registo de precipitações serem abundantes, São Tomé e Príncipe foi passando por períodos progressivamente extensos de seca⁴, facto que condiciona a produção de alimentos, especialmente na região norte da Ilha de São Tomé.

5. A previsão dos níveis de variabilidade de alterações climáticas referidas acima terão impactos negativos sobre os sectores primários (agricultura, pesca e silvicultura), que são os sectores mais vulneráveis de São Tomé e Príncipe, que já têm sofrido impactos negativos de mudanças climáticas ocorridas (redução da produção agrícola e uso descontrolado de florestas e solos). Com este cenário, estima-se que no futuro se observará o seguinte: i) agravamento de insegurança alimentar; ii) aumento do nível da pobreza; iii) aumento da dependência de importação de alimentos e, conseqüentemente, aumento do défice crónico de balança comercial. Os efeitos decorrentes de alterações climáticas (aumento do índice de pobreza) poderão provocar problemas de subsistência no país, reduzindo o acesso às necessidades básicas (como a alimentação e água), e conseqüentemente, a saúde da população. A ciclicidade deste problema e os seus efeitos vai tornando, progressivamente, mais vulnerável a população aos impactos das alterações climáticas.

6. Por isso, os níveis de variabilidade das alterações climáticas representam riscos muito elevados para a produção agrícola e minam as possibilidades de aumentar a produtividade e rendimentos no país bem como a segurança alimentar dos pequenos agricultores (que constituem a camada mais pobre das comunidades rurais) cuja subsistência é altamente dependente de recursos naturais, nomeadamente, a agricultura rudimentar (que *per si* é pouco diversificada). É amplamente consensual em São Tomé e Príncipe que se deva criar condições para fortalecer a capacidade institucional e técnica das instituições locais e as organizações comunitárias (CBO) e sociedade civil (CSO) para apoiar as comunidades rurais a enfrentar os desafios impostos pelo desenvolvimento, nomeadamente, a pobreza e insuficiência de instrumentos para combatê-la, recursos estes que determinam o aumento das capacidades da força motriz que impulsionam o crescimento e desenvolvimento económicos necessários para combater a insegurança alimentar e a pobreza.

Ao abono da verdade, é preciso ressaltar que não existem capacidades necessárias para a implementação de políticas, estratégias bem como regulamentos orientados para o fortalecimento da economia de subsistência das comunidades rurais. Além deste facto, ressalva-se que as políticas do ajuste estrutural bem como a privatização da economia rural (afastamento do Estado do sector rural), têm afectado negativamente as capacidades de extensão e investigação no domínio da agricultura.

1.1.1 Principais causas

7. As causas da destruição no sector agrícola, em particular, nas comunidades rurais prendem-se, também, com a ausência de recursos que permitam fazer face aos efeitos das alterações climáticas (inundações, frequência de seca, vendavais e eventos extremos de chuva, erosão generalizada e desmoronamentos de terras) em São Tomé e Príncipe, sobretudo, nas comunidades rurais de Cauê, Mé-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLC). Os constrangimentos a que se refere, são os seguintes:

RECURSOS, DADOS E BASE DE INFORMAÇÕES INADEQUADOS

8. A economia de São Tomé e Príncipe é predominantemente baseada em serviços e agricultura, sendo este último responsável por 15,85% do PIB e emprega 27,90% da população⁵. Agricultura, acima de tudo, de cacau é a principal fonte de rendimento das famílias rurais, e é responsável por mais de metade das áreas cultivadas do país e emprega 70% da população rural. Os investimentos em recursos, por parte do Governo, ao longo dos últimos anos que garantam a segurança alimentar, têm sido insignificantes. Este facto levou a uma degradação acentuada de infra-estruturas de apoio à agricultura e serviços de extensão, o que limitou consideravelmente as capacidades das comunidades rurais no quadro de resistência aos impactos das alterações climáticas.
9. Por outro lado, dados e informações sobre os impactos das alterações climáticas na agricultura não são suficientes para a tomada de decisão quer nas esferas técnicas como políticas. As informações relevantes de Agrometeorologia, Gestão de Solo e Recursos Naturais não estão concentrados num único documento para informar e discutir com os dirigentes (decisores) de roças e agentes agrícolas. Há fraca base de conhecimento sobre as questões que se prendem com as mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe, facto reconhecido pelos profissionais da área. Lamentavelmente, escolas locais, instituições de meteorologia/climatologia e ide pesquisa que se esperava que prestassem melhor apoio, informassem com qualidade e analisassem o processo de tomada de decisão política, não dão respostas adequadas. As instituições de ciência e de conhecimento não

representam fontes onde se pudessem elaborar cenários aplicáveis sobre possíveis impactos de alterações climáticas nas comunidades rurais vulneráveis e riscos daí decorrentes bem como definir um plano de adaptação há essas mudanças. Acrescenta-se ainda que não se constrói cenários de análises de sensibilidade através de modelos climáticos relativamente aos efeitos de alterações do clima, nem mesmo a valoração económica de benefícios líquidos das opções alternativas que servissem de suporte no processo de tomada de decisão. Por isso, as informações comumente obtidas pelo GoSTP não são adequadas para construir-se uma visão para os desafios futuros que se prendem com a sustentabilidade da agricultura e segurança alimentar. Como resultado dessas insuficiências, os políticos e técnicos decidem, não com base em estudos específicos do país, mas sim com base em teorias e práticas decorrentes de analogias com outras realidades.

CAPACIDADE SISTÉMICA, INSTITUCIONAL E INDIVIDUAIS LIMITADAS

10. O desaparecimento da maior parte das estruturas de gestão da agricultura bem como a falta de recursos humanos e financeiros para suportar serviços técnicos, levou ao abandono de práticas agrícolas sustentáveis. A estratégia e as políticas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe deveriam incorporar a nova estratégia para as alterações climáticas, relevando as realidades distritais, pois evidenciarium um forte compromisso do Governo⁶. Porém, a conversão destas estratégias e políticas em normas e acções efectivas, deverá ser inclusiva, e com particular realce nos distritos onde se verificam grande vulnerabilidade face aos efeitos das alterações climáticas. Não se verificam garantias no âmbito de respostas estruturadas a nível institucional, nem mesmo reacções civis e individuais proficientes para a protecção das comunidades rurais pobres e vulneráveis aos riscos decorrentes dos impactos de alterações climáticas. Verifica-se, mesmo, uma visível ausência de organizações comunitárias de apoio agricultura, tais como, serviços de extensão agrícola. O desenvolvimento estruturado da agricultura é muito limitado. Os recursos disponíveis aos agricultores são insuficientes, e não são partilhados entre os agricultores mais pobres e vulneráveis. A capacidade técnica, tais como a extensão rural e pesquisas agrícolas, não estão a ser desenvolvidos suficientemente para suportar todas as necessidades das comunidades agrícolas face aos impactos negativos das mudanças climáticas.

NÍVEIS ELEVADOS DE POBREZA, FRACA CAPACIDADE FINANCEIRA DOS AGRICULTORES E DIFÍCIL ACESSO AO CRÉDITO

11. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Tomé e Príncipe rondava 0,525 em 2012, e é uma das categorias mais baixas do mundo, posicionando o país no lugar 144 num total de 187 países e territórios⁷. Este índice reflecte bem o nível de pobreza da população rural de São Tomé e Príncipe, por ser mais vulnerável. Com base no inquérito realizado em 2010 sobre a pobreza pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 49,6% da população vive abaixo da linha da pobreza e 15,9% em extrema pobreza face ao ano de 2001, em que os valores rondavam 53,8% e 19,2% respectivamente. O inquérito também apontava que a maior franja da pobreza incide sobre as mulheres (73%) em comparação com os homens (63,4%). A maior franja da pobreza incide significativamente nas zonas rurais, facto que levou os trabalhadores rurais a migrarem, significativamente, para a cidade. A migração a que se refere também poderá estar relacionada com a insegurança alimentar. Esta insegurança alimentar é

explicada, sobretudo, pelo facto de agricultura, sobretudo o cacau, representar a principal fonte de rendimento das famílias rurais, sendo também responsável por mais de metade de área cultivada, gerando 70% do emprego rural. Desde a independência, em 1975, que a economia tornou-se progressivamente dependente de cacau, porém a produção do cacau diminuiu em parte devido à factores climáticos (secas) e da flutuação dos preços nos mercados internacionais, factos que tornaram irregulares os rendimentos provenientes da produção do cacau e, conseqüentemente, levou os agricultores a se posicionarem como os mais pobres da população de São Tomé e Príncipe. Por essas razões, os agricultores de São Tomé e Príncipe têm tido margens de lucro muito baixas. Este facto é explicado pelos níveis baixos de produtividade da agricultura, armazenamento ineficiente bem como os transportes e sistemas de comercialização dos produtos agrícolas. Além disso, os agricultores têm dificuldade de acesso ao crédito devido a falta de descentralização das instituições financeiras. Conseqüentemente, os agricultores de São Tomé e Príncipe têm dificuldade de obtenção de recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de práticas agrícolas eficientes e economicamente viáveis.

1.2 SOLUÇÕES DE LONGO PRAZO E SOLUÇÕES PARA ULTRAPASSAR AS BARREIRAS

12. Face ao exposto, neste projecto espera-se que se encontrem soluções que mitiguem os efeitos negativos das alterações climáticas, nomeadamente, secas, inundações, vendavais e eventos extremos. Assim, à luz dos problemas referidos e as causas induzidas das mudanças climáticas acima mencionadas, identificaram-se as respostas preferências (normativas) para mitigar o impacto dos choques relacionados com às alterações climáticas bem como os obstáculos que precisam de ser superados para se conseguir criar um quadro normativo (veja abaixo).

SOLUÇÃO DE LONGO PRAZO

1. O REFORÇO DAS CAPACIDADES DAS INSTITUIÇÕES-CHAVE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA.

13. A frequência e intensidade dos choques relacionados com as alterações climáticas, como secas, inundações, vendavais e eventos fortes de chuva. Por isso, no cenário referido, São Tomé e Príncipe reforçará as capacidades das instituições para responder cabaz e eficazmente aos impactos atuais e futuros de mudanças climáticas na subsistência rural, sobretudo, actividade agrícola, bem como identificar, desenvolver, planificar e implementar medidas de adaptação que possam reduzir a vulnerabilidade das comunidades rurais, em particular, nas áreas mais vulneráveis do país – distritos de Caué, Mé-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLC).

14. A pesquisa e extensão em São Tomé e Príncipe, que orientou-se somente para as culturas de exportação, especialmente de cacau, deverá incluir também outras culturas com alimentares, isto é, orientar-se para um quadro de sistema de agricultura, incluindo também famílias, bem como a criação de oportunidades aos agricultores no domínio de investigação e desenvolvimento relativamente à segurança alimentar e nutricional.

15. Portanto, na solução preferida, ou seja, reforço das capacidade das instituições públicas e privadas bem como famílias rurais para dominar instrumentos e planificar potenciais impactos relacionados com as alterações climáticas, incluindo gestão de riscos, é de extrema importância que se reative estruturas de experiência agronómica (Instituto de Pesquisa Agronómica – CIAT), formação e capacitação (Centro de Desenvolvimento Agro Pastoral – CATAP), extensão (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural – CADR) e serviços de extensão para apoiar e promover a produção, técnicas de processamento e tecnologias de marketing.

2. DESENVOLVER ESTRUTURAS DE BASE COMUNITÁRIA PARA A TOMADA DE DECISÕES-CHAVE VISANDO MELHORAR OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS

16. Actualmente, em São Tomé e Príncipe, e em particular nos distritos CMPLCL, verifica-se um nível muito baixo de capacidade técnica das comunidades de agricultores no âmbito de identificação, desenvolvimento e implementação de estratégias de adaptação a longo prazo relativamente às mudanças climáticas. Uma das soluções ideais no contexto de variabilidade e alterações climáticas prende-se, por um lado, com o conhecimento de riscos daí decorrentes e a tomada de decisões que concorram para a mitigação destes riscos no desenvolvimento de agricultura nas comunidades rurais, e por outro lado, com a capacidade de planificar e dar respostas àqueles riscos por parte das assembleias e governantes distritais bem como das demais autoridades locais. Acrescenta-se ainda que no âmbito de soluções adequáveis num quadro de resiliência aos impactos de alterações climáticas, dever-se-á fortalecer capacidades, tanto a nível nacional como local, para se traduzir mecanismos de adaptação das comunidades em estratégia *agro-silvo-pastoral* bem como assessorias necessárias para a implementação dessa estratégia. Só desta maneira, poder-se-á ajudar as comunidades agrícolas a encontrar as melhores soluções de subsistência e sustentabilidade na eventualidade de se observar impactos negativos de alterações climáticas. Por isso, as comunidades rurais, incluindo famílias, no quadro de produção de subsistência, deverão ter capacidade de identificar, desenvolver, planificar e implementar medidas que possam concorrer para a redução da vulnerabilidade dessas comunidades agrícolas e apoiá-las a enfrentar os impactos negativos das mudanças climáticas. As estruturas comunitárias a serem estabelecidas nas zonas vulneráveis do país deverão representar bases para o desenvolvimento institucional prestando serviços de qualidade, não só para a planificação de questões relacionadas com as mudanças climáticas nas comunidades, mas também para as instituições do GoSTP e Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MAPDR) e distritos CMPLCL do país. A solução preferencial para esta etapa do desenvolvimento deverá contemplar um quadro de apoio consultivo em relação a resiliência da agricultura face aos impactos de alterações climáticas que envolva os agricultores nas discussões em torno de riscos de alterações climáticas actuais bem como a melhor forma de apresentar informações de apoio a decisão, e ajudar a desenvolver avisos adequados em relação a determinadas tecnologias, previsões e informação.

3. DIVULGAÇÃO DE MÉTODOS DE CULTIVO PARA A SUBSISTÊNCIA NAS COMUNIDADES MAIS VULNERÁVEIS NO ÂMBITO DA RESILIÊNCIA AOS EFEITOS DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

17. Actualmente, os agricultores em São Tomé e Príncipe e, particularmente, nos distritos CMPLCL não têm acesso aos serviços de extensão agrícola que lhes permitiriam abordar com maior apropriação a variabilidade climática actual e posteriormente as alterações climáticas. Portanto, neste quadro, deve-se adoptar técnicas de extensão eficientes e divulgá-las de forma sistemática e regular às comunidades rurais mais vulneráveis através de técnicos das delegações rurais do MAPDR de modo a ajudar os agricultores a organizarem-se melhor e estar melhor preparados para sustentar a produção de culturas alimentares sensíveis aos impactos das alterações climáticas. Neste pacote de soluções, a reabilitação do ecossistema vulnerável incidirá sobre a diversificação de espécies e culturas (portanto, partindo da monocultura do cacau) de forma que sejam resilientes aos impactos das mudanças climáticas e técnicas convencionais de reabilitação (por exemplo, lavoura, construção de barreiras contra a erosão) que levariam o ecossistema a ser resiliente às alterações climáticas (por exemplo, projectos para suportar chuvas e secas excepcionais). Ao assumir-se este foco, a reabilitação será projectada especificamente para combater os riscos actuais das mudanças climáticas, como as degradações das terras observadas nessas comunidades vulneráveis, agravamento de escoamento de água, elevada perda de solo, inundações e níveis baixos de assoreamento dos cursos de água.

4. PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS VISANDO AUMENTAR OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS PARA FAZER FACE AOS RISCOS DECORRENTES DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

18. Actualmente, a agricultura praticada nas zonas rurais de São Tomé e Príncipe é caracterizada por ter um baixo nível de produção e de produtividade, factos que determinam também níveis de rendimentos baixos que, por sua vez limita as capacidades de investir, e, conseqüentemente, de aumentar a produção. Este ciclo repete-se, e perspectiva-se que se venha a agravar devido ao impacto da variabilidade e mudanças climáticas. Este ciclo vicioso e possíveis efeitos da variabilidade e alterações climáticas agravam a vulnerabilidade das comunidades rurais devido a ausência de crédito rural para aumentar a produção e, conseqüentemente, para estimular a comercialização. O Governo de São Tomé e Príncipe tem como um dos objectivos aumentar a produção de produtos alimentares e da produtividade do cacau para melhorar os meios de subsistência dos agricultores e a segurança alimentar do país. Porém, os benefícios materiais verificados ao nível das comunidades rurais não correspondem as intenções e desempenho do Governo. Neste sentido, será difícil envolver os agricultores rurais em actividades de adaptação às alterações climáticas. Além disso, existem sérias limitações infra-estruturais, tais como sistemas de irrigação, mercados rurais organizados, pistas rurais; instalações rurais de crédito, bons serviços de extensão, disseminação do cultivo de culturas melhoradas, etc..., factos que bloqueiam o aumento da produção agrícola e conseqüentemente de culturas alimentares que permitissem uma maior segurança alimentar.

BARREIRAS A SEREM ULTRAPASSADAS

18. O processo de planeamento e consulta observados durante a preparação do projecto, verificou-se quatro barreiras potenciais, as quais estão relacionadas com as restrições no desenvolvimento das capacidades de instituições-chaves, baixa capacidade institucional e de coordenação, falta de informações relevantes para o planeamento, elevados níveis de pobreza e fraca capacidade financeira dos agricultores. Portanto, as principais barreiras verificadas, e que devem ser abordadas para que se encontrem recursos para realizar-se soluções críticas, são as seguintes:

Barreira #1. Limitações relevantes de capacidades das instituições-chaves no quadro de alterações climáticas visando o sustento das comunidades rurais

Para se ter um sistema adequado da assistência técnica para as comunidades agrícolas, é necessário implementar-se um programa de reforço de capacidades institucionais orientadas para as principais instituições nacionais de apoio ao desenvolvimento rural, nomeadamente, CIAT, CATAP e CADR. Estas instituições poderão desempenhar um papel muito importante na redução de riscos associados à perdas socioeconómicas e ambientais provocadas pelos efeitos de alterações climáticas bem como o aumento de resistência dos meios de subsistências de comunidades rurais nos distritos CMPLC. Na verdade, o CATAP (Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro Pecuário) é responsável pela formação de extensionistas rurais. O CADR (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural) é responsável pela extensão rural nas comunidades mais vulneráveis. O CIAT tem como função auxiliar cientificamente as comunidades agrícolas no quadro de introdução de novas técnicas e tecnologias agrícolas. Entretanto, existem actualmente, limitações notáveis dentro dessas instituições para identificar riscos de alterações climáticas e, conseqüentemente, soluções adequadas e, por fim, incorporar essas capacidades no sector agrícola, na pesquisa e estratégias de extensão rural e planos de desenvolvimento rural. Essas instituições apresentam limitações de capacidade de adaptação às alterações climáticas, as quais constituem problemáticas a serem abordadas por este projecto num quadro de modernização da gestão e de capacidades técnicas bem como actualização de programas de formação que atendam proficientemente as preocupações relacionadas com a resiliência agrícola, pecuária, formação florestal e assessoria em São Tomé e Príncipe. Além disso, para reanimar a economia rural, no caso particular de agricultura (produção agrícola, pecuária e florestal), a qualificação dos recursos humanos (agricultores) em extensão rural, em tecnologias de adaptação às alterações climáticas será um factor chave para o sucesso do desenvolvimento rural e agrícolas resilientes. Actualmente, a principal limitação verificada prende-se com a ausência de módulos de mudanças climáticas no programa nacional de formação contínua do pessoal técnico agrícola e pecuária. Finalmente, a cooperação no âmbito de formação com os países vizinhos da sub-região da África Central e com a CPLP é fraca ou inexistente, facto que concorre para esse visível isolamento técnico.

Barreira# 2. Insuficiência de informações relevantes no âmbito de planeamento de

actividades agrícolas resilientes aos efeitos das alterações climáticas

20. Na maioria das instituições do GoSTP, as previsões climáticas, que se encontram disponíveis, não são utilizados para planificar eficientemente as colheitas ou para alertar sobre a previsão de fortes chuvas e períodos de secas que poderão afetar as decisões de gestão agrícola, por exemplo, quando é que se deve plantar e que tipo de cultura/cultivo de plantas. Embora o então projecto de sistema de alerta rápido de adaptação às mudanças climáticas esteja prestes a ser implementado, a situação actual no que diz respeito à precipitação, as condições de humidade do solo, temperatura e evaporação, vento etc., não está a ser monitorado eficazmente. Em parte, esse factor deve-se a ausência de uma rede de estações pluviométricas suficientemente disseminadas que preste informações credíveis e utilize imagens de satélite para o efeito. Estas informações deverão ser utilizadas no âmbito de modelização económica e de suporte as decisões de gestão agrícola. Além disso, essas informações não são combinadas com outras relevantes para decisão de gestão das explorações agrícolas, como por exemplo, preços actuais e futuros de fertilizantes e sementes, preços actual e esperados no mercado de culturas (tanto ao nível nacional como internacional). Por isso, o Project EWS poderá ajudar efectivamente a comunidade agrícola vulnerável com os serviços de Agrometeorologia orientados para apoiar os extensionistas agrícolas e para melhorar as decisões tomadas nas comunidades visando superar os impactos destruidores decorrentes de seca, chuva e eventos torrenciais extremos.

Barreira #3. Elevados níveis de pobreza, fraca capacidade financeira dos agricultores e difícil acesso ao crédito

21. A extensa pobreza rural limita a capacidade de adaptação e capacidade de indivíduos, agricultores e moradores na realização de investimentos necessários para responder aos desastres naturais, inundações e secas. Os agricultores pobres em São Tomé e Príncipe têm oportunidades muito limitadas, e por isso não conseguem melhorar a produtividade e o aumento de rendimento e/ou desenvolver alternativas de sistemas agrícolas adequados para resistir aos riscos de alterações climáticas. A variedade desses sistemas agrícolas e tecnologias potencialmente disponíveis para cada zona agro-ecológica não está ainda a ser explorada. Além disso, o difícil acesso aos insumos de produção agrícola e tecnologia limitam as capacidades dos agricultores para aumentarem a produtividade das culturas. Isso tudo é consequência da ausência de financiamento nas áreas rurais e, particularmente, limitação de recursos disponíveis para produtores agrícolas. Entretanto, a produtividade das práticas agrícolas actuais não geram efeitos multiplicadores, e por isso é difícil recorrer ao uso de máquinas e tecnologias avançadas. As zonas rurais de São Tomé e Príncipe são pobres, e mesmo que o custo de novas abordagens sejam relativamente baixos, o agricultor não consegue suportar tais investimentos. Consequentemente, o risco de financiamento é alto. É, então, um ciclo vicioso, visto que os prémios de riscos financeiros estão muito acima da capacidade financeira dos agricultores, o que dificulta investir em novas práticas agrícolas. Porém, é importante que o agricultor se consciencialize que é necessário a adopção de novas medidas e práticas adaptadas às condições locais, e que para cada nova medida exigem-se novas habilidades. Para alterar essa dinâmica requer-se o desenvolvimento de sistemas de produção mais viáveis e sustentáveis, apoiando os serviços (tais como pesquisa e extensão) e de uma estratégia nacional de educação e fracção de agricultores e extensionistas. Esses programas devem ser acompanhados de construção de estruturas

de mercado que facilitem o consumo local, bem como a integração de um mercado nacional e infra-estruturas associadas.

1.2.1 O problema que este projecto pretende abordar

22. A área do país onde o projecto incidirá, devido a vulnerabilidade às alterações climáticas e níveis baixos de capacidade técnica para lidar com os efeitos desse fenómeno, são os distritos de Cal é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL). Até à data actual, assistências e reabilitações (acções reactivas) têm sido focos de gestão de desastres ambientais nos distritos CMPLCL. Portanto, o problema fundamental à que este projecto pretende abordar prende-se com um conjunto de acções abrangentes, a serem postas em prática, para melhorar a resistência das comunidades de São Tomé e Príncipe em relação aos efeitos das alterações climáticas: i) reforço das capacidades das Organizações Comunitárias (CBO) locais e Organizações da Sociedade Civil (CSO's) no quadro do apoio às comunidades para a resiliência às variabilidades e alterações climáticas; ii) desenvolver e disseminar informações relacionadas com os riscos de variações e alterações climáticas bem como o conhecimento de ferramentas que permitam a melhor adaptação das comunidades; e iii) proteger os meios de subsistência das comunidades rurais dos impactos das alterações climáticas e reduzir a pobreza através da diversificação da economia. Essas acções serão direccionadas para grupos mais vulneráveis em matéria de segurança alimentar nos distritos de CMPLCL.

2. ESTRATÉGIA

2.1 Racionalidade do Projecto e Políticas de Conformidade

22. São Tomé e Príncipe é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS) e é classificado como um dos países menos desenvolvidos (LDC) do mundo, reconhecido na Convenção do Quadro das Nações Unidas do Clima sobre a Mudança Climática (UNFCCC) como um dos países mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Foi com base nessa Convenção que o GoSTP solicitou o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF) com vista a apoiar este Projecto em tamanho real (FSP) para se realizar intervenções prioritárias no Quadro do Programa Nacional de Acções de Adaptação (NAPA) nº6, 8 e 10. O LDCF irá contribuir para a superação de barreiras acima identificadas através de reforço das capacidades de resistência para opções de subsistência das comunidades contra os impactos das mudanças climáticas nos distritos CMPLCL, sobretudo, o reforço das instituições-chaves, através de transferências de tecnologias adequadas, infra-estruturas e competências para a formação agrícola, serviços de extensão e pesquisa no CATAP, CIAT, CADR, Direcção Geral do Ambiente e instituições de Micro-Finanças (DGA e MFI) e, por fim, as comunidades agrícolas locais. Pretende-se alcançar os três resultados principais:

- i) O reforço da capacidade de CATAP, CIAT, Assembleias e Governos Distritais, Conselhos Distritais, CBO e CSO no quadro de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais face os efeitos de alterações climáticas;
- ii) Reduzir os níveis de vulnerabilidade dos meios de subsistência através da alocação de infra-estruturas e mecanismos de gestão de risco;
- iii) Definição de estratégias com vista à adaptação e fortalecimento de resiliência nas 30 comunidades mais vulneráveis dos distritos CMPLCL de São Tomé e Príncipe;

23. Ao nível nacional, o projecto foi programado para dar continuidade e fortalecer as actividades do Plano Estratégico de Redução de Pobreza do GoSTP e actividades desenvolvidas pelos doadores neste âmbito (PRSPII) no período de 2012 a 2016⁸. Para além disto, este Projecto também estará em linha com o objectivo do LDCF/SCCF nas áreas focais: 1) Reduzir a vulnerabilidade aos impactos adversos das alterações climáticas, incluindo a variabilidade, ao nível local, nacional, regional e global; 2) aumentar a capacidade de adaptação para responder aos impactos das alterações climáticas, incluindo a variabilidade, ao nível local, nacional, regional e global. É particularmente ligado a esses objectivos que se definiu objectivos previstos nos pontos “1.3 estratégias de reforço de subsistência individual e comunitária face aos impactos de variabilidade e alterações climáticas” e como resultados “1.3.1 estratégias orientadas para indivíduos e subsistências de comunidades”. Também está ligado aos mesmos objectivos, os de “2.2 Reforço da capacidade de adaptação com vista a redução dos riscos de perdas económicas provocadas pelas alterações climáticas” e resultados “2.2.1

A capacidade de adaptação das instituições e redes nacionais e regionais reforçadas para reagir rapidamente face aos eventos climáticos extremos”, bem como resultados “2.2.2 grupos alvos de população abrangidos por medidas de redução dos riscos.”

Políticas de conformidade de LCDF

24. São Tomé e Príncipe está incluído na lista dos países menos desenvolvidos (PMD) e de pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS). O país também é signatário do protocolo de Quioto, assumindo, assim, o compromisso político e prático de promover o desenvolvimento sustentável, ao criar as condições para beneficiar das oportunidades decorrentes desse protocolo. O país ratificou a UNFCCC em Setembro de 1999 e apresentou o seu programa nacional de acções de adaptação (NAPA) ao Secretariado do Quadro de Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas UNFCCC, em Dezembro de 2006, em conformidade com os requisitos previstos na COP UNFCCC 7, tendo listado 22 necessidades urgentes de adaptação relativamente à pesca, infra-estrutura, saúde, água, agricultura/pecuária/silvicultura e energia, e em relação as quais, o LDCF prevê nos pontos 6, 8 e 10 apoio a essas mesmas necessidades (veja Tabela 1).

Tabela 1-Actividades prioritárias previstas no NAPA de São Tomé e Príncipe

NAPA Atividades prioritárias	Atividades
6	Reforço e diversificação da produção agrícola
8	Gestão sustentável dos recursos florestais
10	Construção de infra-estruturas para a protecção de comunidades vulneráveis

25. Além disso, o Projecto está alinhado com os seguintes pilares de Estratégia Nacional de Luta contra Pobreza (NPRS): i) “a reforma das instituições públicas, o desenvolvimento de capacidades, e a promoção de política de boa governação”; ii) “aceleração do crescimento e redistribuição”; iii) “criação de oportunidades para aumentar e diversificar os rendimentos para os pobres.
26. Este Projecto visa aumentar a resistência das comunidades de São Tomé e Príncipe às mudanças climáticas através de: i) reforço das capacidades das CSO’s e CBO’s para apoiar as comunidades no âmbito de resistência às mudanças e variabilidade climáticas; ii) desenvolver e disseminar informações para o melhor conhecimento do risco de alterações climáticas e a adaptação; iii) proteger os meios de vida rural dos impactos das mudanças climáticas e reduzir a pobreza através da diversificação económica.

Deve-se ressaltar que a elaboração deste Projecto teve a participação plena das partes

interessadas, incluindo ONG's e organizações comunitárias. Este projecto será executado ao nível nacional para garantir que a propriedade e a responsabilidade do país prevaleçam em consonância com o princípio da eficácia da ajuda.

27. O projecto está alinhado com as metas do LDCF, uma vez que terá como objectivo financiar os custos adicionais associados às necessidades urgentes e lacunas no âmbito da adaptação, através de garantias, serviços e políticas de desenvolvimento direccionadas aos sectores vulneráveis de forma a permitir uma maior resiliência climática. É este quadro que se encaixa com o objectivo estratégico do LDCF, que se prende essencialmente com a promoção e desenvolvimento de resistências aos impactos de mudanças climáticas nos países menos desenvolvidos e concorra para a realização segura do Desenvolvimento do Milénio (MDG). Assim, em articulação com as orientações previstas no LDCF (GEF/C.28/18,12 de Maio de 2006), solicita-se o apoio do GEF para o desenvolvimento de um projecto em tamanho real (FSP) que responda diretamente às acções prioritárias relacionadas com o reforço de resiliência das opções de subsistência de comunidades rurais contra os impactos de alterações climáticas identificados durante o processo NAPA.

XX

28. O projecto está em conformidade com os critérios de elegibilidade do LDCF, à saber: i) abordagem participativa e realização ao nível nacional; ii) execução das prioridades previstas no NAPA; iii) apoio à abordagem “aprender-fazendo”; iv) “realização de uma abordagem multidisciplinar”; v) promover a igualdade do género; e vi) realizar uma abordagem complementar, tal como se descreve abaixo:

O papel impulsionador do país e empreendimento de uma abordagem participativa

29. As actividades a serem desenvolvidas pelo projecto foram seleccionadas após numerosas consultas às partes interessadas no Donativo do projecto – PPG (veja a secção 1.6 – análise prévia e detalhada dos “*stakeholders*”), estão em linha com as prioridades do país. Para obter informações sobre o papel impulsionador do país, consulte a secção 2.1.2. Outrossim, o projecto está em conformidade com o GEF/LDCF (2006), foi identificado e concebido no âmbito do processo participativo do NAPA em São Tomé e Príncipe. Para além disso, o projecto foi elaborado perspectivando-se a sua compatibilidade com a estratégia nacional de desenvolvimento, expressa no 1º e 2º plano de estratégia de redução da pobreza para São Tomé e Príncipe e documentos relacionados.

ii) IMPLEMENTAR as prioridades do NAPA:

30. O Projecto aborda as prioridades urgentes e imediatas identificadas no NAPA, em especial, a prioridade de adaptação nº6 “Reforço e diversificação da produção agrícola”, que está em linha com os outros sectores prioritários identificados globalmente e, em particular, o nº 8 “gestão sustentável dos recursos florestais” e nº 10 “Construção de infra-estruturas para a protecção de comunidades vulneráveis”.

iii) Apoio a abordagem “aprender-fazendo:

O projecto prevê intervenções aplicadas relativamente a formação sistemática e capacitação dos intencionados e agricultores em paralelo com o desenvolvimento de medidas de adaptação, em pequena escala, para diminuir a seca e impactos extremos da chuva, isto com o objectivo de criar as condições, nas comunidades rurais, propensas à uma melhor adaptação aos eventos extremos de mudanças climáticas. Para além disso, o Projecto prevê tirar partido das lições aprendidas para aplicá-las noutros lugares com o objectivo final de melhorar o desempenho da agricultura nas áreas rurais. O Projecto também prevê apurar evidências sobre a eficácia de desenvolvimento de capacidades institucionais para a adaptação, com o propósito de apresentar propostas para o domínio político e de ajustamento orçamental que garantam maior sustentabilidade de políticas de adaptação. O Projecto foi concebido para complementar outros projectos e programas em curso, devidamente planificados, evitando deste logo duplicações nem construção sobre os planos (sistemas) existentes localmente.

iv) Abordagem multidisciplinar

32. O projecto incluirá três componentes principais, e dentro de cada componente será realizada uma série de actividades (ver o item 2.4 - Objectivo do Project e resultados/actividades) que garantam uma abordagem multisectorial para a capacitação e adaptação, reduzindo os riscos de desastres ambientais decorrentes de alterações climáticas.

v) A igualdade do género:

33. Os resultados do Projecto contribuirão para a compreensão de respostas no domínio da adaptação que possam ser projetados para o reforço de igualdade do género. Para isso, o Projecto prevê a participação das mulheres nos *ateliers* e que sejam interventoras nas acções de opções de adaptação face às alterações climáticas nos distritos e de plataformas, assembleias, governos distritais e comités de gestão comunitários.

vi) Abordagem complementar:

34. A fim de se evitar que se construa sobre os planos existentes, e evitar duplicação de esforços, o Projecto vai actuar em conjunto com os projectos relevantes em curso em São Tomé e Príncipe (veja item 2.3 para mais detalhes).

Políticas gerais de conformidade do GEF

35. O Projecto foi concebido na base dos requisitos gerais do GEF em termos de *design* e implementação. Por exemplo:

- ❖ A Sustentabilidade: o Projecto foi concebido para ter um impacto sustentável nas comunidades e ao nível do país. Consulte o item sobre a sustentabilidade abaixo para mais detalhes;
- ❖ Acompanhamento e avaliação: o Projecto será acompanhado de forma eficaz e com

recursos do M&E, que irão permitir uma gestão adaptativa do projecto, garantindo uma boa aprendizagem das lições e que as decisões de gestão sejam tomadas com base em informações relevantes e relatórios regulares disponíveis as partes interessadas;

- ❖ Replicação: a abordagem piloto para o estabelecimento de plataformas de alterações climáticas nos distritos e comunidades (CC-DAVIP) mais vulneráveis, nos seis distritos CMPLCL, que por sua vez, irá gerar ferramentas e métodos que poderão ser abordados noutros quadrantes do país e num quadro nacional totalmente funcional. Consulte o item abaixo que se refere a Replicabilidade para mais detalhes;
- ❖ O envolvimento dos interessados: o Projecto foi “desenhado” de forma participativa para garantir, desde logo, o envolvimento das partes interessadas, de forma que se assegure a execução plena do mesmo, incluindo a avaliação e a monitorização (ver o item 1.4 para mais detalhes).

2.2 Característica do país: elegibilidade e factores que o impulsionaram

36. São Tomé e Príncipe é um dos membros dos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento (SIDS) e ratificou a UNFCCC em 26 de Setembro de 1999, e apresentou o seu NAPA ao secretariado da UNFCCC em Dezembro de 2006. Deste modo, São Tomé e Príncipe passou a beneficiar do Fundo LDC para a implementação de medidas prioritárias identificadas no seu NAPA. No âmbito de implementação de actividades prioritárias identificadas no NAPA, o Projecto deverá estar em conformidade com a Conferencia das Partes (COP-9), e deve, também, satisfazer os critérios definidos nas decisões 7/CP.7 e GEF/C.28 do UNFCCC. O foco do Projecto está alinhado com a programação do LDCF. Em virtude do impacto de alterações climáticas desproporcionadamente sobre os pobres, o Projecto estabelece articulação entre o Plano de Adaptação e Redução da Pobreza (GEF/C.28/18,1 (B), 29).

Articulação com o CP/GCF/RCF, CCA e UNDAF

37. Este Projecto foi concebido para estar fortemente ligado a uma das quatro áreas de programa do PNUD para o ambiente e energia previstos no Quadro de Cooperação Global (GCF). O principal objectivo do GCF do PNUD é alcançar os objectivos do Desenvolvimento do Milénio – MDG 7 (“Garantir a sustentabilidade ambiental”), promovendo a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas do país, isto com o objectivo de se reverter o ciclo de perdas de recursos ambientais e da biodiversidade. O Projecto está em conformidade com o Programa das Nações Unidas PNUD (CP), que visa fortalecer a capacidade nacional para desenvolver e coordenar respostas multisectoriais no âmbito do impacto das mudanças climáticas. Segundo o programa de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP II) – 2012 a 2016,⁹ o país está a verificar um aumento de pobreza significativo devido a perda de meios de subsistência registados nas camadas mais pobres da sociedade, e os impactos das alterações climáticas futuros poderão agravar mais este

problema. Por esse motivo, a Organização das Nações Unidas (ONU) em São Tomé e Príncipe está a apoiar o país através da UNDAF (2011 – 2015), numa série de áreas, incluindo às alterações climáticas. O Projecto contribuirá para o resultado 2 do UNDAF, ou seja, “aumento equitativo de pobres no acesso aos activos e outros recursos para a subsistência sustentável”.

38. Este Projecto apresenta medidas prioritárias identificadas no NAPA de São Tomé e Príncipe, e irá contribuir para o desenvolvimento do país nesse quadro com vista a se atingir os objectivos críticos do milénio. O Projecto LDCF, que abordará todas as prioridades do NAPA relativamente às alterações climáticas, segurança alimentar, gestão de desastres ambientais e problemas conexos (prioridades 6, 8 e 10 do NAPA), foi concebido para atendermos a actividades prioritárias: 6 - Reforço e diversificação da actividade agrícola; 8 – Gestão sustentável dos recursos florestais; 10 – Protecção de infra-estruturas para protecção de comunidades vulneráveis. Estas prioridades previstas no NAPA contribuirão para o planeamento de longo prazo, e preparar o país para os impactos das alterações climáticas nos sectores socioeconómicos fundamentais. Para além disso, o Projecto baseia-se em informações do LDCF e uma série de consultas às partes interessadas no período de Outubro de 2013 a Maio de 2014.

Articulações com Instituições Nacionais/Internacionais no âmbito de instrumentos Legais e Políticos

39. É unânime em São Tomé e Príncipe que o crescimento económico futuro dependerá da utilização sustentável dos recursos naturais e na capacidade de se reduzir os riscos de desastres ambientais, aumentando a capacidade de resistência das comunidades e dos agentes económicos no processo de adaptação aos impactos de mudanças climáticas. O GoSTP elaborou e implementou um conjunto de políticas relacionadas, directa e indirectamente, com as alterações climáticas e adaptação a essas mesmas alterações nas comunidades. A legislação sobre a política ambiental (EA) e procedimentos, instrumentos de grande relevância para o Projecto, e que são descritos a seguir:
- Decreto – Lei nº 10/2012. A lei adopta um novo estatuto para o Instituto Nacional de Meteorologia, tendo em conta a importância desta instituição que contém elementos para a organização dos funcionários do Ministério das Obras Publicas e Recursos Naturais. A actividade do Instituto de Meteorologia orienta-se para atender objectivos, nomeadamente, a protecção de vidas, apoiar as actividades económicas nos domínios de agricultura, silvicultura, pecuária, pescas, transportes, indústrias de comunicação, protecção do ambiente, participação em gestão de recursos hídricos e no desenvolvimento de relações internacionais no domínio de recursos hídricos, intensificando o relacionamento com outros países.
 - Decreto – Lei nº 12/2012. A lei prevê que o Ministério das Obras Publicas e Recursos Naturais tem como missão a concepção, execução, coordenação e avaliação de políticas públicas nas áreas de obras públicas e de recursos naturais. Para o sector de água e saneamento, a instituição responsável é a Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia e a Direcção Geral do Ambiente.

- **Decreto - Lei nº10/1999.** A lei que define a base de política ambiental para o desenvolvimento sustentável da República de São Tomé e Príncipe e estabelece os princípios orientadores e a Declaração do Rio sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

- **Decreto nº37/1999** reavalia a regulamentação sobre o impacto ambiental

O princípio de precaução adoptada em várias convenções internacionais, e em particular a Convenção assinada no Rio de Janeiro em 1992, que faz referencia aos riscos potenciais que uma empresa representa, e que o Estado deverá garantir que a qualidade de vida dos cidadãos, das comunidades e o ambiente não sejam deteriorados à custa da actividade empresarial. A lei do ambiente estabelece o processo de licenciamento ambiental com base na avaliação do impacto sobre o meio ambiente, e faz referência aos regulamentos e regulamentação específica.

- **Decreto nº11/99.** Lei da conservação da fauna, flora e áreas protegidas. A lei visa a conservação dos ecossistemas, flora e fauna existentes neles para a protecção da biodiversidade como um património nacional e da humanidade, bem como a promoção da sua utilidade económica e social através da conservação de espécies e de áreas específicas de habitats e diversidade biológica.

- **Decreto nº5/2001.** Código Florestal: reorganiza a administração florestal no país e prevê mecanismos de controlo e fiscalização de produção, extracção, transporte e consumo de madeira para diversos fins; previne sobre os efeitos devastadores do uso irracional dos recursos florestais e visa reduzir o exagero na prospecção e exploração de madeira em São Tomé e Príncipe, previsto no seu artigo 11. Decreto-lei nº77/93.

- **Decreto - Lei nº 6/2006.** A Lei do Parque Nacional Obô em São Tomé. A protecção do meio ambiente em São Tomé e Príncipe é um factor indispensável para o desenvolvimento harmonioso e integrado do país; as áreas florestais da ilha de São Tomé, em torno do pico de São Tomé, são as mais representativas do ecossistema florestal, da flora e fauna, onde se hospeda um número de espécies endémicas raras e ameaçadas internacionalmente. Esta lei garante o carácter excepcional da interacção de pessoas com o meio ambiente, a conservação dos ecossistemas, desenvolvimento económico e progresso social, o que justifica plenamente a criação do Parque Natural do Obô em São Tomé.

- **Decreto nº7/2006.** Lei do Parque Natural do Obô no Príncipe. A protecção do meio ambiente em São Tomé e Príncipe é um factor indispensável para o seu desenvolvimento harmonioso e integrado, daí que se aprovou a Lei da Conservação da Fauna, Flora e Áreas Protegidas, que prevê a atribuição de diferentes categorias nas áreas de interesse de conservação. A área designada para a conservação na Ilha do Príncipe tem elevada diversidade biológica tanto em termos de fauna e flora, com enorme valor cultural, estético e científico para o país.

- **Decreto nº3/91. Lei** sobre a propriedade e posse de terra. Esta Lei estabelece o regime de propriedade da terra, identificação da terra de domínio público e privado, e institui o regime de distribuição e uso de terra. À luz da presente lei, as terras do domínio público do Estado são as que representam o leito do rio e em torno de águas

marítimas, ilhotas, lugares ocupados por estradas, vias públicas, portos e aeroportos. No entanto, no domínio privado do Estado, as terras são as que se verificam os edifícios públicos, roças estatais, que têm sido objecto de nacionalização das terras abandonadas ou desocupadas e todas as outras terras cujos proprietários não são entidades privadas. Esta Lei representa a base do Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Propriedades de Pequenos Proprietários – PPADPP, vulgarmente conhecido como projecto de distribuição de terras, cujo objectivo é definir legalmente e padronizar, pela primeira vez, o processo que envolveu uma grande massa de terra e trabalhadores migrantes da reforma agrária.

- **Decreto nº 51/91.** Decreto-Lei que estabelece os princípios e critérios gerais de distribuição de terras. Esta Lei define os termos de uso de terras e estabelece os princípios gerais bem como os critérios de distribuição de terras que compreendem o domínio privado do Estado e para o uso agrícola. Na prática, este decreto foi promulgado com o objectivo de esclarecer alguns aspectos da Lei nº3/91.
- **Convenção sobre a Luta contra a Desertificação,** publicado no Diário Oficial nº 17/1998 de 30 de Maio. A adesão a esta convenção prende-se com a prevenção, tendo em conta a desertificação que é um problema que não afecta diretamente as terras do país. No entanto, o fenómeno de exploração indiscriminada de madeiras começou a por em perigo algumas espécies do norte do país.
- **Convenção – Quadro sobre Mudança do clima. Rio de Janeiro, 1992.** Publicado no Diário Oficial nº 17/1998 de 30 de Maio. Esta convenção tem como objectivo controlar os níveis de emissão de gases de efeito de estufa de modo a evitar-se os impactos nas mudanças climáticas, que podem ser graves para o desenvolvimento económico sustentável, ou poderá prejudicar o futuro da humanidade.

2.2.1 Analise baseado em “Stakeholder”

40. Consulta das partes interessadas foi um elemento-chave na conceição deste LDCE, em que as mesmas apresentaram as suas propostas de actividades prioritárias. As contribuições detalhadas das partes interessadas estão desenvolvidas no item 2.9 e anexo 2. Com o objectivo de se promover a apropriação do projecto, esta consulta orientou-se, desde logo, por um participativo abrangente e extenso, envolvendo todas as partes interessadas, incluindo as comunidades locais, em abordagens multidisciplinares (participação de profissionais de diferentes sectores) e abordagens complementares (com bases em programas e planos existentes, incluindo planos de ação nacionais e políticas sectoriais). Os *stakeholders*, primários e secundários, envolvidos no processo de consulta e os seus papéis no Projecto, encontram-se discriminados no Anexo 2 (Tabela 8).
41. Por conseguinte, durante a fase do PPG, foram realizadas um conjunto de consultas bilaterais à um número significativo de partes interessadas com importante papel no Projecto, em diferentes estágios do processo de preparação do PPG, isto com o objectivo de se colher contribuições e “feedback” críticos na conceição do projecto.

Portanto, durante o processo de consulta, de Outubro de 2013 a Maio de 2014, foram contratados mais de 100 profissionais ao nível nacional, distrital e

comunitário. O processo de consulta às partes interessadas baseou-se na realização de dois workshops, o primeiro dos quais foi realizado durante a fase inicial, entre 21 e 28 de Novembro de 2013, e o segundo workshop realizado entre 25 de Abril e 2 de Maio de 2014, bem como uma série de reuniões bilaterais com o GoSTP e instituições internacionais, visitas e entrevistas aos membros das comunidades e ONG's e CBO's. Portanto, o método que suportou o processo de consulta foi o seguinte:

- i) Consulta aos interessados através de Ateliês/Reuniões tais como:
 - Reunião técnica no PNUD CO com os principais intervenientes do Projecto, incluindo o Parceiro de implementação e potenciais parceiros;
 - Workshop de iniciação (IW) – informação e sessão de consulta, workshop de validação de Projecto (PVW);
 - Reunião técnica no PNUD CO com os representantes dos principais Bancos em São Tomé e Príncipe.
 - Reunião técnica no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério e do Desenvolvimento Rural (CADR);
 - Reunião técnica com o Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT);

- ii) Consultas comunitárias e visitas locais (CC-CV):
 - Visita de campo ao Centro de Formação Técnica de Agricultura e Pecuária (CATAP);
 - Visita de campo a SATOCAO, Lda.

- i) Consulta bilateral durante o processo PPG
 - Instituições governamentais e ONG's de São Tomé e Príncipe;
 - Organismos internacionais e comunidade de doadores de São Tomé e Príncipe;
 - Sector privado.

42. Curiosamente, os bancos locais manifestaram vontade de serem parceiros do projecto e apresentaram uma proposta ao FMI no sentido de apresentarem três produtos financeiros de micro - finanças. No entanto, esses mesmos bancos mostraram alguma reserva sobre métodos de financiamento às comunidades, visto que as mesmas não têm bens que possam servir de garantias. Além disso, os banqueiros também levantaram o problema das taxas de juros a serem aplicadas, uma vez que as taxas atuais são extremamente elevadas, rondando os 24% ou mais. Todas estas questões deverão ser tidas em conta durante a fase de criação e implementação do Projecto.

2.3 Princípios de design e considerações estratégicas

2.3.1. Articulação com o quadro político nacional

43. O Projecto está em conformidade com três das quatro áreas prioritárias de cooperação no âmbito da UNDAF, 2008 – 2014 que são: i) crescimento económico sustentado e

combate a pobreza; ii) a governação democrática e coesão social; e iii) meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As actividades e resultados previstos neste Projecto estão harmonizados com o resultado da UNDAF 1: “Em 2014, as receitas e empregos, trabalho decente e alimentação para as pessoas pobres e vulneráveis serão melhorados; UNDAF 4: “Em 2014, será preservado a integridade dos ecossistemas e preservação dos eco-serviços em prol da população mais vulnerável aos riscos de alteração climática e do desenvolvimento sustentável. Este Projecto também está alinhado com o Quadro de Cooperação do País bem como o seu plano de ação (CPAP), e concentra-se em três áreas prioritárias: (i) estratégia de redução da pobreza, especialmente, no âmbito do resultado A1: promoção do crescimento inclusivo, igualdade do género e os objectivos de Desenvolvimento do Milénio; (ii) governança democrática, particularmente, nas áreas do resultado B1: incentivar a participação inclusiva, resultado B2: instituições de governança que promovam mais ágil e responsabilmente esta participação inclusiva; e (iv) ambiente e desenvolvimento sustentável previsto nos resultados das actividades D1: integração das preocupações ambientais e energia no desenvolvimento e implementação de políticas, estratégias e programas, e D3: adaptação às alterações climáticas e incorporar a gestão dos riscos associados a este fenómeno bem como riscos extremos nas estratégias nacionais de desenvolvimento.

44. Ao direccionar políticas de desenvolvimento de capacidades às comunidades para fazer face às mudanças climáticas e a variabilidade, este LDCF também irá proteger os beneficiários de choques exógenos, para permitir que se realizem os pilares 2, 3 e 4 de NPRS, com maior relevância nas comunidades do que ao nível nacional. Na verdade, os pilares 2, 3 e 4 do NPRS dependem altamente de, entre outros factores, dos seguintes aspectos: (i) relançamento económico dos sectores produtivos em STP, particularmente, o sector primário, que deverá ser o principal motor da produção nacional (ii) diversificação da produção; (iii) reforço da capacidade das comunidades, com o foco específico nas mulheres e jovens; e (iv) fomentar um crescimento económico que resista aos choques exógenos e endógenos, dos quais, neste último, podemos relevar os efeitos de alterações climáticas. Este Projecto estará em coordenação com o pilar 1 do PRSP “Reforma das instituições públicas, fortalecimento de capacidades, promoção de políticas de boa governação” que têm como alvo a aceleração do processo de descentralização, fortalecimento da administração local e envolvimento das organizações da sociedade civil no processo de tomada de decisão. Outrossim, este Projecto tem também como alvo fortalecer as capacidades de instituições nacionais (principais assembleias distritais e governos), bem como as CBO’s e CSO’s e quadros políticos para apoiar as comunidades em iniciativas bases de adaptação.

2.3.2 Articulações com iniciativas nacionais e regionais em andamento

45. Para garantir que os fundos do LDCF sejam utilizados de forma estratégica, o Projecto pretende tirar partido de actividades implementadas pelo Governo e ONG no âmbito de adaptação climática e subsistência. Este espectro estratégico relaciona-se com a coordenação do Projecto com os meios de subsistência básica das comunidades, esforços já consentidos no sentido do desenvolvimento rural no país e os reforços de capacidades de quadros nacionais para permitir a melhor execução de planos de adaptação às alterações climáticas (CCA). Fez-se um exercício de levantamento decorrido do apoio do GEF, durante a fase PPG, e identificou-se intervenções relevantes e não relevantes. Portanto, o Projecto está alinhado com a base de desenvolvimento já existente, que

embora estes não contribuam com qualquer co-financiamento, fornecerá informações e experiências em relação ao uso de informações sobre o clima e o planeamento/desenvolvimento de medidas de adaptação às alterações climáticas. Releva-se, com particular importância, os seguintes projectos que servirão de base sobre os quais este Projecto, que é financiado pelo LDCF, tomará em consideração:

Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e à Pesca Artesanal de São Tomé e Príncipe financiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

46. Este Programa, que é coordenado pela DGA, começou a primeira fase em 2002 e terminou em 2014, que desenvolvia as suas acções com organizações profissionais, focando no desenvolvimento de canais de produção e apoiando iniciativas que se traduzam em rendimentos complementares para os agricultores e famílias nas comunidades-alvo. No entanto, a segunda fase do Programa. Iniciou-se em 2012, e recentemente apoiou-se o programa com 16.600.000 dólares dos EUA. Este Projecto irá suportar o desenvolvimento de capacidades das comunidades agrícolas, campanhas de sensibilização e criação organizações de base das comunidades. Ressalva-se que este Programa não cobre todo o território nacional. O projecto LDCF irá estar em coordenação com este Programa no âmbito de autonomia das CSO's, promoção de actividades geradoras de rendimentos alternativos para as comunidades locais, com o apoio do CATAP para planificar e implementar programas de formação para os representantes das plataformas distritais e comunitárias sobre como desenvolver, implementar e monitorar os planos anuais e plurianuais e orçamentos, incluindo equipas e líderes do CBO's, equipas de terreno e de revisão anual do Projecto - APRDC (até 300 indivíduos no total),

O Project GEF – LDCF sob responsabilidade do Banco Mundial: “Adaptação as Alterações Climáticas em São Tomé e Príncipe” com o foco nas zonas costeiras nas comunidades vulneráveis “2011-2016: 4,1 milhões de dólares).

47. O Projecto, dividido em duas componentes principais de investimentos, destina-se em apoiar os pescadores e as comunidades costeiras na gestão do impacto de alterações climáticas e na identificação de duas causas que determinam às vulnerabilidades a esses choques: mobilização das comunidades costeiras em Comités de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais (LDRMC), actividades desenvolvidas pela CONPREC até ao momento. Este LDCF incorporará em si as estratégias de EWS no que se refere a divulgação e respostas aos riscos de inundação e outros relacionados com alterações climáticas. O LDCF irá beneficiar do Comité local de Gestão de Risco de Desastres ambientais (LDRMC) já estabelecidos ao nível distrital, o que constituirá o embrião no processo de criação das Plataformas CC (CC-DAVID). Para isto será necessário acrescer as competências desses comités o papel de facilitador de diálogos sobre as alterações climáticas, para fomentar uma maior consciência e compreensão entre as partes interessadas no âmbito de questões climáticas e as suas relações com as opções de subsistências rurais; e para a coordenação, discussão e sincronização de estratégias entre

os parceiros na concepção, execução e acompanhamento de planos de adaptação anuais e plurianuais.

O Project GEF – LDCF sob responsabilidade do PNUD: “Fortalecimento de sistemas de alerta precoce e informação climática em São Tomé e Príncipe para o desenvolvimento de resistências e adaptação às mudanças climáticas” “(2013 – 2017; \$ 4 milhões)

48. Este projecto visa disponibilizar informações relevantes sobre o tempo e o clima bem como o desenvolvimento de ferramentas agrometeorológicas para aumentar a resistência da agricultura face às alterações climáticas. Para assegurar a boa implementação dos planos CCA anuais e plurianuais, no âmbito de resistência às alterações climáticas, a divisão das zonas agrícolas vulneráveis será feita em coordenação com Instituto Nacional de Meteorologia (NIM), isto com o objectivo de se certificar que o EWS irá fornecer informações necessárias sobre o tempo e o clima à essas comunidades. Para além disso, este Projecto apoiará o NIM no desenvolvimento de estratégias para uma divulgação eficaz de informações sobre o clima e alerta às comunidades rurais.

2.3.3 - Articulações com iniciativas nacionais de co-financiamento

49. O outro princípio estratégico que suporta a conceção deste Projecto é a utilização do financiamento LDCF para proporcionar valor acrescentado na programação nacional. Este financiamento vai assegurar a realização de intervenções de longo prazo que garantam as condições de sustentabilidade, a concorrente para maior consistência na atitude de apropriação do Projecto. Este Projecto está em linha com a programação dos ministérios do GoSTP e com base de desenvolvimento já existente, é co-financiado pelas autoridades no âmbito de informações e experiências em relação à implantação de medidas de adaptação à pequena escala destinadas a aumentar a capacidade de resistência das comunidades no quadro de opções de subsistências rurais. Este LDCF vai se basear, em termos de co-financiamento, nos seguintes projectos:

i) União Europeia “Aliança Global para fazer face as mudanças climáticas (GCCA)” projecto de STP (2013-2016) (co-financiamento de \$ 4 milhões de dólares)

50. A GCCA em STP (financiado no montante de \$ 6,8 milhões) visa reforçar as capacidades das instituições nacionais no fortalecimento dos meios de subsistência das comunidades e para a redução da pobreza rural e apoiar as actividades piloto de desenvolvimento sustentável nos Distritos de Mé-Zóchi e Lembá. Este Projecto trata-se de uma iniciativa de referência relevante para o fortalecimento de capacidades de resistência dos meios de subsistências das comunidades face as mudanças climáticas. Destina-se também a reforçar os meios de subsistência da comunidade e reduzir a pobreza rural através de: apoiar na instalação de infra-estruturas de desenvolvimento de subsistência das comunidades dos distritos referidos (instalações de armazenamento de água, energia hídrica e energia solar para apoiar as actividades de desenvolvimento económico); criação de capacidades nacionais para a conceção, construção, operação e manutenção de infra-estruturas de desenvolvimento comunitário, incluindo a habitação; melhorar o acesso de energia limpa às comunidades rurais para melhorar os meios de subsistência e

as actividades económicas rurais; apoiar actividades de reflorestamento de áreas degradadas; melhorar a produtividade agrícola, facilitando melhores insumos aos agricultores, sistemas eficientes de irrigação, assessoria agrícola, tecnologias eficientes e itinerários técnicos agrícolas. No entanto, apesar de este projecto ter uma abordagem ampla no apoio à redução da pobreza ao nível da comunidade, existem lacunas notáveis no projecto no âmbito das linhas de base necessária para resistência das comunidades às mudanças climáticas. Por este motivo, este LDCF irá complementar as acções programáticas do Projecto, fortalecendo a capacidade técnica e científica do CIAT, CATAP e CADR com técnicos e especialistas que possam desenvolver tecnologias de adaptação agro-silvo-pastoris e para apoiar na implementação de tecnologias de adaptação, promovendo a sustentabilidade do sistema de aconselhamento à adaptação às comunidades dos seis distritos CMPLCL.

ii) Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares (co-financiamento de \$ 3,5 milhões)

51. Este projecto, financiado por um montante de US \$ 4.824.000 e apoiado pelo Governo de Taiwan, a ser implementado no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2017. Este Projecto visa melhorar a segurança alimentar em São Tomé e Príncipe. Neste sentido, os objectivos do projecto são: 1) assistir o CIAT e ajudar a diversificar a agricultura e para se produzir culturas de milho, mandioca, bata-doce, inhame e sementes de soja e mudas de alta qualidade (12 toneladas de sementes de milho por ano, 390 mil mudas de mandioca, 1,65 milhão de mudas de batata-doce, 435 mil mudas de inhame e 3 toneladas de sementes de soja até 2014); 2) aumentar os rendimentos anuais e produção de culturas para alcançar 1.280 toneladas de milho, 1.300 toneladas de mandioca, 300 toneladas de batata-doce, 500 toneladas de taro (matabala) e 180 toneladas de soja de produção anual. Para a realização deste objectivo, deve-se envolver i) capacitar e auxiliar o pessoal do Centro de Agronomia e Investigação Tecnológica (CIAT) e de Divisão de Agricultura do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento para estabelecer procedimentos operacionais de padrão agrícola (SOP); ii) apoiar a Divisão de Agricultura para estabelecer as zonas de extensão agrícola para a promoção de uma gama de culturas em locais adequados e fornecer orientações sobre a boa gestão e cultivo nas comunidades; iii) apoiar a protecção da ambiente rural em São Tomé e Príncipe, fornecendo orientações aos agricultores para o fabrico de adubos orgânicos a partir de estrume animal, farinha de peixe e culturas agrícolas; iv) disseminar técnicas eficientes de produção, através do CATAP e técnicos de extensão rural, e ajudar os agricultores locais a organizarem-se melhor entre si mesmos. No entanto, existe uma grande lacuna neste projecto, uma vez que não permite a integração de preocupações com o clima na sua implementação. Este projecto LDCF irá complementar as acções acima através de desenvolvimento/reforço de capacidades do CIAT e CATAP, integrando os riscos decorrentes de alterações climáticas no procedimento padrão (POP) e desenvolver capacidades das comunidades agrícolas para lidar melhor com os riscos de alterações climáticas que possam afectar essas culturas.

iii) O projecto de reabilitação de infra-estruturas de apoio a segurança alimentar PRIASA II (2015 – 2019) (Co-financiamento: \$ 8 milhões)

52. O Project PRIASA II, que vai custar \$ 8 milhões, será implementado nas duas ilhas de São Tomé e Príncipe. As metas de PRIASA II orientam-se para as seguintes questões:

1. Contribuir para a melhoria da segurança alimentar e reduzir a pobreza e vulnerabilidade das comunidades pobres em STP;
2. Melhorar a disponibilidade e acesso à terra e produtividade do mar; e
3. Reabilitar infra-estruturas rurais e melhorar os meios de subsistência dos agricultores, peixeiras e jovens pescadores;

As intervenções do Project PRIASA II cobrem todos os seis distritos mas no entanto, uma quantidade significativa de comunidades vulneráveis não será beneficiada dessas iniciativas. Para além disso, as metas apresentadas não incorporam as problemáticas de alterações climáticas, com acções direccionadas às comunidades no sentido de lhes dar aportes para lidar com o clima e ventos meteorológicos extremos que possam criar impactos negativamente nos recursos alimentícios. Portanto, este LDCF irá complementar acções deste Project, uma vez que cobrirá os seis distritos onde, também, se registam comunidades beneficiárias do Project PRIASA II, nos seguintes domínios: (i) apoio consultivo em relativas as alterações climáticas no sentido de dar respostas de adaptação adicionais, tais como a gestão de terras e fertilidade do solo (ii) utilização de outras tecnologias resilientes no âmbito de armazenamento de água e irrigação de culturas; (iii) infra-estruturas que permitam armazenamento de instrumentos para lidar com eventos climáticos dominantes e os seus impactos em STP, nomeadamente estações de chuva torrenciais e de secas;

iv) Projecto-piloto do PNUD sobre “Implementação integrada dos recursos hídricos e gestão de águas residuais: gestão integrada de bacia hidrográfica do Rio Provaz” \$ 700.000 (2015 – 2017)

53. Este Projecto é financiado pelo GEF e outras agências multilaterais (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), União Europeia (EU), o mesmo será implementado pelo Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente. O objectivo do Projecto é de desenvolver uma técnica de plano de gestão de bacia hidrográfica do Rio Provaz permitindo a repartição equitativa e protecção dos recursos hídricos para apoiar o desenvolvimento económico sustentável, saúde pública e protecção do ambiente. O Projecto tem quatro componentes que são:

- a) Avaliar os recursos hídricos (quantidade e qualidade) na bacia;
- b) Prestar apoio institucional e promover o desenvolvimento descentralizado;
- c) Melhorar o saneamento ambiental e colecta de resíduos sólidos e tratamento; e
- d) Aumentar a consciencialização sobre a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia;

Infelizmente, este Programa não aborda as preocupações das mudanças climáticas na sua abordagem à alocação equitativa de recursos hídricos e de protecção. O projecto LDCF apresenta um conjunto de benefícios, mormente, no desenvolvimento de capacidades, campanhas de sensibilização, e desenvolvimento de organizações de base comunitária, e também irá apoiar e complementar este projecto-piloto, incorporando as alterações climáticas nas suas abordagens de planificação de gestão de bacia hidrográfica a ser desenvolvido para a Bacia do Rio Provaz.

54. A parceria estratégica será desenvolvida com os projectos acima, a fim de complementar as suas actividades. Portanto, o Projecto LDCF estabelecerá locais para demonstração de teste e eficácia de plataformas de adaptação às alterações climáticas baseadas nas comunidades, no sentido de melhorar a sua capacidade de resistências aos eventos extremos e severos do clima. A Tabela 2 abaixo indica cada um dos projectos e as suas linhas de base específicas e os montantes de co-financiamento indicativos em relação as quais este Projecto LDCF os apoiará. As formas de co-financiamento são desenvolvidas no item 2.4 para cada um dos projectos e também apresenta-se no anexo 7 as origens e destinos dos financiamentos.

Tabela 2. Linhas de base de Projectos associados e indicativos de montantes de co-financiamento

Fontes de financiamento	Nome do Co-financiador (fonte)	Instituições	Montante Co-financiados (US\$)
Fontes de Cofinanciamento / Projetos			
Projecto da União Europeia “Aliança Global para fazer face a Mudança Climática (GCCA) ” -2013-2016 (Co-financiamento em 4 milhões de dólares)	União Europeia (EU)	Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD)	4,000,000
“Projecto de desenvolvimento de culturas alimentares (Co-financiamento em 3.5 milhões de dólares) ”	Fundo de desenvolvimento e Cooperação Internacional com Taiwan	Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MoAFRD)	3,500,000
“Project de reabilitação de infra-estruturas de suporte a segurança alimentar -PRIASA II”	Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)	Ministério da Agricultura, Pescas e do Desenvolvimento Rural	8,000,000
“Implementação integrada dos recursos hídricos e gestão de águas residuais: gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Provaz”	PNUD/Agencias Multilaterais (BADEA/UE)	Ministério de Obras Publicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente (MoPWINREE)	700,000
Project de solicitação de subvenção do Fundo para Países	GEF		4,000,000

Menos Desenvolvidos (LDCF)			
Total			20,200,000

2.3.4. Benefícios Nacionais e locais

Benefícios ao nível nacional

55. Ao se fortalecer a resiliência das opções de subsistência das comunidades rurais face aos impactos das alterações climáticas nos distritos de CMPLCL os benefícios serão os seguintes: criar infra-estruturas de protecção contra os efeitos de mudanças climáticas aos segmentos mais pobres da sociedade 1; e ii) planificar juntamente com outros organismos os serviços de extensão agrícola de longo prazo.
56. Ao nível nacional, todas as regiões e, em particular, nos seis distritos de STP – CMPLC, ficarão beneficiados com os resultados da execução do projecto, sobretudo, em matéria de segurança alimentar do país. O nível actual de produção de culturas não cobre as necessidades alimentares do país, e pelo facto de se importar significativamente alimentos do exterior, torna o país ainda muito mais vulnerável em matéria de segurança alimentar. O rácio de importações de alimentos/total de importação = 26%, ou seja, 26% do total das importações de STP são produtos alimentares, facto que faz com que STP seja considerado como um dos países que importa mais alimentos, e daí a sua vulnerabilidade². As importações (% de importações de mercadorias) na 2010, rondou os 29,83 em STP, e segundo o Banco Mundial, este valor representou 27,3%³. Nalguns anos (em 2003 por exemplo), a alimentação chegou a ter um peso de 40% de importação face a Total de Importação daquele ano. Portanto, este Projecto por garantir a melhoria da produção agrícola, irá contribuir para o aumento da disponibilidade de alimentos no país, reduzir as necessidades de importação de alimentos, e consequentemente, reduzir o *deficit* da balança comercial do país. Na mesma linha, também se prevê que a melhoria de capacidades de resistência na agricultura contra os riscos de alterações climáticas e a melhoria da produção de culturas de exportação (principalmente o cacau, café, baunilha, pimenta...) também contribuirá para reduzir o défice da balança comercial, uma vez que todos estes produtos serão canalizados para o mercado internacional.
57. O projecto LDCF irá introduzir novas infra-estruturas e melhoria de capacidades de instituições-chaves através de transferências de tecnologias e competências adequadas no domínio agrícola, serviços de pesquisa e extensão (CATAP, CIAT e CIADR), instituições (DGA e MFI) e destinatários finais do projecto (comunidades agrícolas locais) no país. Prevê-se no Resultado 1 o seguinte: abranger 300 parceiros (formadores de CATAP, funcionários de delegações rurais, membros de conselhos distritais, ONG's e técnicos de CBO's), e espera-se que haja desenvolvimento de competências e

¹ World Bank. 2010. Natural hazards, Unnatural disasters: Effective prevention through an economic lens. World Bank and United Nations. 231 pp

² São Tomé and Príncipe – proposal to approve an AfDB Grant of one million of units of account (ua 1,000,000) in Response to the food crisis. <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/AR%20En%20Sao%20Formatted.pdf>

³ <http://www.tradingeconomics.com/sao-tome-and-principe/food-imports-percent-of-merchandise-imports-wb-data.html>

capacidades sobre como projetar, implementar e monitorar medidas de resiliência climática e estratégias, como desenvolver e implementar o plano de adaptação da comunidade e como integrar as alterações climáticas na projecção de desenvolvimento dos distritos. Isto irá permitir-lhes apoiar e facilitar a implementação de medidas de adaptação adequadas e baseadas nas comunidades, que por sua vez, permitirá tornar as opções de subsistência das comunidades mais vulneráveis, muito mais resilientes aos efeitos das alterações climáticas.

58. O projecto também irá demonstrar, no âmbito de gestão das comunidades rurais, como é que as actividades económicas podem ser adaptadas às alterações climáticas de uma situação de variabilidade considerável, isto com o objectivo de melhorar a resistência das opções de subsistência face aos riscos de alterações climáticas.

Para assegurar a sustentabilidade destas capacidades, o Projecto apoiará em documentação e em conhecimento de codificação bem como lições outras que têm que ver com a integração das mudanças climáticas e implementação de medidas de adaptação no domínio de agricultura. Esses materiais de conhecimentos estarão disponíveis aos técnicos dos ministérios, as ONG's envolvidas no desenvolvimento e na redução da pobreza rural, porque o objectivo passará também, com esses materiais, por beneficiar as futuras iniciativas com formações deste âmbito.

59. Este Projecto apoiará também o país a atingir as metas de desenvolvimento bem como os objectivos de desenvolvimento do milénio (MDGs), 1, 3, 6 e 7 em São Tomé e Príncipe.

- **MDG1:** erradicar a pobreza extrema e a fome – este Projecto tem como objectivo o reforço da capacidade no âmbito de resistência das opções de subsistência de comunidades face aos impactos das mudanças climáticas nos distritos CMPLCL, de modo a melhorar a segurança alimentar ao nível local e nacional, com o fornecimento de produtos valiosos à agricultura, recursos hídricos e suporte à extensão de dois terços da população que são dependentes da cadeia de valores agrícolas (NAPA; 2006);
- **MDG3:** Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres – assistência e suportes oferecidos às comunidades agrícolas rurais de STP (onde 52% são as mulheres, em 2010) bem como produtos de micro-finanças adaptados às necessidades dos beneficiários finais do Projecto, em particular, às necessidades das mulheres que têm pouco acesso à assistência e apoio agrícolas, sobretudo, nas comunidades mais vulneráveis. As ONGs têm implicado as mulheres no Projecto estabelece a partir das ONG's (NGO – MARAPPA - Mar, Ambiente e Pesca Artesanal, FENAPA – STP – Federação de Pequenos Agricultores, SATOCAO – Empresa de Produção de Cacau e FONG –STP – Federação das ONG's), onde a maior parte dos trabalhos são feitos por mulheres e destinadas para mulheres e jovens.
- **MDG6:** Combater HIV/SIDA, malária e outras doenças – a malária e outras doenças transmitidas por vectores estão fortemente ligadas as variações climáticas, como temperatura e humidade em excesso resultante de eventos extremos de chuva. Este Projecto irá fornecer drenagens e medidas controlo da erosão costeira bem como estruturas de captação de água de chuvas para evitar que haja acumulação de águas que possam provocar a propagação descontrolada dessas doenças.

- **MDG7:** Garantir a sustentabilidade ambiental – as desflorestações representam uma grave ameaça à sustentabilidade ambiental e está a colocar em risco os progressos no sentido de erradicação da pobreza e a fome em STP. Da mesma forma, o desflorestamento e a ocorrência de eventos extremos de chuva têm reforçado a erosão costeira em STP e reduzido o potencial de produção. A implementação deste Projecto tem como objecto subjacente garantir a sustentabilidade ambiental através de integração de acções de reflorestamento e controlo da erosão na planificação dos distritos, Comunidades, Plataformas CC (CC-DAVIP), planos de adaptação anuais (CC-VAP) para o desenvolvimento e implementação de práticas adaptativas.

Benefícios ao nível local

60. Apesar de se verificar a precipitação média abundante, STP tem estado a viver experiências de períodos cada vez mais longos de seca, o que impõe restrições a produção de alimentos, especialmente na parte norte de São Tomé. A contribuição do sector agrícola para o PIB é de 19%, sendo o cacau o principal produto de exportação. Ultimamente, a produção desta cultura (cacau) foi passando por períodos de seca, em especial, na região norte, agravado também com o facto de STP estar sob uma massa de ar empoeirada do “harmattan”, soprada a partir de região de “Sahelian”. O Projecto actuará em colaboração com o Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAPDR) e instituições relacionadas a fim de promover uso de tecnologias de recolha de água de chuva ao nível das comunidades bem como actividades no terreno que visem os seguintes objectivos: i) melhoria de acesso à água para beber e saneamento; ii) evitar o declínio do lençol freático; iii) reduzir os custos derivados do bombeamento de água; e iv) melhorar a produtividade agrícola aumentando a disponibilidade de água para fins de irrigação (com consequências positivas para a segurança alimentar e fluxos de rendimento). Essas iniciativas vão beneficiar diretamente à mais de 2.000 famílias rurais (com o ênfase particular para àquelas famílias cujas mulheres são chefes de família).
61. Este LDCF beneficiará os produtores de cacau vulneráveis e pequenos agricultores com recursos que se pode verificar no Resultado 2, em que se prevê alocar-se infra-estruturas de gestão nas comunidades de pequena escala para enfrentar inundações, erosão e secas bem como redes de segurança que garantam o uso de mecanismos de gestão dos riscos associados aos impactos da variabilidade climática sobre os alimentos e meios de subsistência. As infra-estruturas, financiadas para atingir-se este resultado, traçamentos superficiais de terra, fortalecimento de sistemas de drenagem, controlo de águas de chuva, paisagismo, estruturas para quebras vento e outras formas de controlo da erosão como os diques para proteger os terrenos de cultivo contra a inundação. Os mecanismos de redes de segurança, que serão financiados, incluirão bancos de cereais, cooperativas de alimentos e outros mecanismos personalizados de gestão de riscos associados aos impactos da variabilidade climática sobre os alimentos, recursos naturais, recursos naturais e económicos, e os meios de subsistências das comunidades locais. No Resultado 3 deste LDCF, prevê-se apoiar projectos de adaptação, prioritariamente, às comunidades de pequena escala com tecnologias para complementar o CC-VAAP e apoio a realização de workshops. Esses projectos de adaptação incluem técnicas de economia de água para irrigação, resiliência de terras face as alterações do clima, gestão de florestas e fertilidade do solo. Todas essas iniciativas, o LDCF apoiará e terá como beneficiários mais de 2.000 famílias rurais nos seis distritos definidos – CMPLCL de São Tomé e Príncipe.

62. Por fim, as opções identificadas para o financiamento pelo Project, beneficiarão as estruturas de financiamento governamentais existentes, o aumento a sustentabilidade financeira, por um lado, e aliviar a pressão financeira existente, por outro lado. Os benefícios económicos potencialmente maiores estão associados a melhoria de capacidade de formação de CATAP, a capacidade de pesquisa de CIAT e capacidade operacional das CADR ao nível do Governo. Ao nível comunitário, será desenvolvida uma série de infra-estruturas rurais de pequena escala, construídas pelo projecto que irá beneficiar as actividades agrícolas das comunidades mais vulneráveis no longo prazo. Desta forma, as comunidades estarão melhor preparadas para lidar com o ambiente e torna-lo mais resistentes às mudanças climáticas. Essas mesmas comunidades serão capazes de melhorar as suas práticas agrícolas no âmbito de gestão agrícola, e disponibilizarão de outros meios de subsistência que serão particularmente útil no contexto de mudanças climáticas, e usufruindo de vantagens relacionadas com o custo de infra-estruturas visto que são apoiados pelo projecto. Estas actividades, combinadas com a capacitação em actividades de mudança climática das comunidades irão beneficiar cerca de 63.000 pessoas do mundo rural em STP (em que 52% são mulheres, dados de 2010). Este Project terá um impacto positivo em questões de género, devido a sobeja representação feminina nas actividades relacionadas com as mudanças climáticas.

2.3.5. Breve introdução aos lugares onde o Projecto-piloto recairá

63. O Formulário de Identificação do Project (PIF) definiu, antecipadamente, os investimentos da Componente 1 do Projecto-piloto e serão direccionados para os distritos de Caué, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL). Durante as consultas efectuadas na fase de Donativo para a Preparação do Projecto (PPG), fez-se uma avaliação de visitas realizadas, e daí, identificou-se áreas em relação as quais o Projecto incidirá. Dado que as intervenções em matéria de adaptação são necessárias em todas as regiões do país, alguns critérios foram desenvolvidos para consistir a decisão sobre as áreas a escolher-se, critérios esses que passaram por debates com todas as partes interessadas no ateleir de validação nacional realizado em Abril de 2014.

64. Em primeiro lugar, previu-se que a primeira fase das intervenções deveria passar pela divulgação dos benefícios para uma boa proporção da população. Reforçou-se ainda, que o distrito mais representativo, deve-se fazer a divulgação para uma amostra significativa das populações. Em segundo lugar, previu-se também realizar discussões em torno da problemática das alterações climáticas nos lugares onde ainda não se registou quaisquer actividades sobre esta mesma problemática de forma a envolver e sensibilizar proficientemente as populações e inteirá-las dos benefícios do Projecto. Em terceiro lugar, as áreas definidas devem estar sob graves ameaças de impactos de variabilidade climática e/ou alterações climáticas. Em quarto lugar, embora as partes interessadas tenham discutido sobre o potencial do Projecto para um número inferior a 30 comunidades mais vulneráveis identificadas das seis principais regiões geográficas/socioeconómicas do país, neste mesmo encontro não se considerou viável. Por razões práticas, as medidas de adaptação a serem implementadas nos lugares pilotos devem ser, tanto quanto possível, comuns em todos os lugares e deverão responder de forma comum aos impactos de alterações climáticas de forma que se garanta uma gestão direccionada, alocação eficiente de recursos e o máximo de sucesso para o projecto.

65. Portanto, de acordo com os critérios acima definidos, uma série de comunidades dentro de cada um dos seis distritos de CMPLCL, que foram pré-seleccionados durante o processo de PIF, totalizando 30 comunidades serão beneficiárias deste Project. Apresenta-se em Anexo 4 uma Quadro estratégico que define actividades prioritárias nas áreas definidas. Foram realizadas consultas às comunidades no primeiro semestre de 2014, para se apreender, mais perto de, os impactos visíveis de mudanças climáticas, limitações de capacidades nas comunidades e avaliação no terreno de medidas pilotos de adaptação. Os resultados “brutos” deste “trabalho de campo” estão descritos em anexo cuja designação é trabalho técnico no campo (disponível apenas em língua portuguesa).

66. Os resultados deste processo de consulta às comunidades mostram uma variável comum:

- Todas as comunidades e roças apresentam insegurança alimentar decorrentes de ameaças de redução de chuvas, período prolongado de seca, eventos extremos de chuva e erosão generalizada.
- As inundações, invasão do mar e redução das capturas de pescado são eventos comuns em todas as comunidades, particularmente, no distrito de Cal é.
- Desflorestação descontrolada para a produção de carvão vegetal, aparece como um problema ambiental relevante e em todas as comunidades seleccionadas verifica-se desflorestações e erosões.
- Escassez de água para o consumo doméstico e para irrigação, facto reivindicado em todas as comunidades devido aos impactos negativos da seca;
- Escassez de insumos agrícolas, sementes e suportes necessários para a extensão agrícola constituíram objecto de relato por todos os moradores das localidades e comunidades que foram entrevistados.
- Falta de estruturas de alojamento dos animais, particularmente aves e suinicultura;
- Falta de condições de saneamento e lavandarias com abastecimento de água.
- Toda a população entrevistada, em particular as mulheres, admitiu que a falta de apoio financeiro minou a sua capacidade de adaptação aos impactos da variabilidade do clima.

67. A avaliação de risco e vulnerabilidade realizado durante a preparação do projecto colocou o ênfase especial sobre as disparidades de género e as vulnerabilidades relacionadas bem como as necessidades especiais em termos de apoio financeiro e técnico bem como a organização das mulheres no sector agrícola. Com base nessas mesmas conclusões, este Project tem como objectivo integrar as mulheres em todas as actividades prioritárias nas áreas rurais, e neste sentido, irá incrementar a organização de mulheres e grupos de jovens no processo de implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível das comunidades. O estudo de campo realizado nos seis distritos referenciados e 30 comunidades vulneráveis destacou o papel positivo das mulheres no desenvolvimento das actividades previstas, em particular, relacionadas com a agricultura, criação de pequenos animais e micro-finanças – algumas actividades importantes que podem aumentar os níveis de segurança de subsistência no país. Este projecto vai integrar as questões do género no contexto das mudanças climáticas. Como se referiu acima, as actividades geradoras de rendimentos alternativos dará ênfase especial às mulheres dos agentes comunitários rurais – 63.000 pessoas (52% são mulheres, dados de 2010, sobretudo, mulheres chefes de família, as quais representam um dos grupos que mãos sofrem de pobreza e insegurança alimentar.

68. Os registos anteriores indicam que, além do facto de que quase 2/3 da população total (mais precisamente, 64%) vive na região central do país (distritos de Água Grande e Mé-Zóchi), também se registam grandes disparidades de despesas de consumo médio *per capita*, com 1/3 (precisamente 32%) dessas despesas a menos nas áreas rurais que urbanas⁴. Os pontos focais de pobreza estão principalmente na região norte (Distritos de Lembá e Lobata), representando 70,6% de população destas regiões, e sem seguida a região sul (Distritos de Cantagalo e Cal é), representando 65% da população da região, e a seguir, a Região Autónoma do Príncipe (60% da população regional), e próximo da zona central da região Autónoma do Príncipe, verifica-se 46% da população.

Locais onde incidirão o Projecto-piloto

69. Este Projecto dará respostas aos grupos mais vulneráveis em termos de segurança alimentar nos distritos de Caué, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL). Estes seis distritos (ver a Figura 2 abaixo) onde o Projecto será desenvolvido fazem parte de sete distritos que compõem o país (contando com o distrito de Água Grande onde está localizada a cidade capital de São Tomé).



Figura 2 - Mapa das Ilhas de São Tomé e Príncipe mostrando os distritos alvo Caué, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)

70. Actualmente, a grande maioria dos beneficiários do Projecto estão localizados nestes seis distritos, onde se verificam a grande disparidade em termos de distribuição de população. Mais de 60% da população de São Tomé e Príncipe está concentrada em apenas duas das sete áreas administrativas do país, que correspondem apenas a 13,8% do território nacional. Estes são os distritos de Mé-Zóchi e Água Grande onde estão localizadas duas das maiores cidades (a cidade de São Tomé, que é a capital, e a cidade da Trindade). Em

⁴ Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Poverty Reduction Strategy Paper. The study "Profile of Poverty in São Tomé and Príncipe" (November 2000-February 2001). IMF Country Report No. 05/332. 2005 International Monetary Fund. 2005 International Monetary Fund. 150p

contrapartida, o distrito de Cal é, que detém 26,7% da área nacional, tem apenas 4% da população total. Isso revela grandes desequilíbrios de distribuição territorial da população que se reflecte nas densidades demográficas, variando entre 3.145 habitantes por Km² em Água Grande e apenas 20,6 habitantes por Km² em Cal é. Além do grande Distrito de Água Grande, o que corresponde a principal cidade, porém, ao redor de São Tomé, outros distritos também têm uma forte concentração da população urbana. O caso mais evidente é o distrito de Lembá, com cerca de 60% da sua população residindo na cidade de neves. A situação inversa pode ser encontrada nos distritos de Lobata e Mé-Zóchi, e na Ilha do Príncipe, onde mais de 80% da população vive em áreas rurais.

71. Como visto acima, a área escolhida para o Projecto está localizada em todo o país e tem um total de 984,5 Km² e uma população a rondar 109.285 habitantes. A área do Projecto é dominada por elevadas montanhas vulcânicas com um pico de 2.024 metros acima do nível do mar (Mé-Zóchi) caindo vertiginosa para o mar particularmente no sul (Cale) e oeste (Lembá). As montanhas descem gradualmente para pequenas planícies do leste (Cantagalo) Nordeste (Lobata). O sexto distrito, que é o Pagué, está localizado na Ilha do Príncipe.
72. O clima é essencialmente tropical, embora devido à topografia acidentada, o país é denominado por uma grande variedade de microclimas. Verificam-se chuvas a rondar 7000 mm/ano à montante a 1000 mm/ano em zonas costeiras, e em todo o país está profundamente dissecado pelo córrego de erosão com correntes rápidas e rochosas a correr até a costa em todas as direcções. No entanto, o clima é tropical e existe um ambiente verde de vegetação muito exuberante, porém, tem-se verificado a “savanização” em que, documentalente, regista-se a diminuição de precipitação ao longo dos últimos 30 anos. Constatou-se que a estação de seca, chamado de gravana, que costumava durar três meses, Junho a Setembro, no nordeste (Lobata), mas dificilmente discernível noutras regiões mias húmidas, estende-se, actualmente, para 4 a 6 meses, factos melhor perceptível no nordeste e nos distritos considerados “molhado”.
73. A maioria dos distritos tem solos férteis e vulcânicos. Verifica-se abundancia de água, porém, agora vem se tornando escassa durante a estação de gravana. Em todos os distritos, a economia está dependente da agricultura de exportação, especialmente virada para a cultura de cacau, não havendo a diversificação, e portanto, país nunca foi auto-suficiente em alimentos básicos. Os recursos pesqueiros são limitados pela plataforma continental estreita nos distritos do sul do país.

No entanto, cada uma das zonas rurais tem a sua própria especificidade, as quais se descreve resumidamente abaixo na Tabela 3.

Distrito de Caué:

É um dos mais pequenos em termos de população, com cerca de 6.031 habitantes, mas é o maior em área do país, com cerca de 267 quilómetros quadrados. A capital do distrito é São João dos Angolares. Metade da população vive na comunidade de Santa Cruz. Grande parte dos municípios são florestas e terras dentro de zonas de relevo. As áreas costeiras apresentam riscos graves de inundações decorrentes de invasão do mar ou de possibilidade de forte escoamento do rio.

Neste distrito também se encontra o Ilhéu das Rolas, que fica situado sobre a linha do equador. Ressalva-se ainda que o Distrito de Cal tem pontos turísticos mais conhecidos

destas Ilhas, como por exemplo, o Pico Cão Grande, que é uma enorme formação rochosa, aparentemente fálca, com 800 metros de altura, destacável no meio da floresta onde se situa.

Este distrito tem sofrido impactos negativos das mudanças climáticas devido ao aumento do nível do mar, com entrada de água do mar para as localidades, como por exemplo, Malanza, Praia Pesqueira, Praia de Yô Grande, onde as comunidades vivem principalmente de pesca artesanal. Nas localidades como Ponta Baleia, verifica-se períodos de seca com alguma frequência, afectando a agricultura de pequena escala, que é praticada pelas comunidades locais.

Distrito de Mé-Zóchi:

O distrito de Mé-Zóchi é o segundo mais populoso do país, com cerca de 44.752 pessoas, e tem cerca de 122 quilómetros quadrados. Este Distrito está coberto por uma extensa floresta tropical e zonas agrícolas de pequeno porte que produzem quantidades significativas de produtos hortícolas, particularmente o tomate. A capital do Distrito é a cidade da Trindade (pop: 6,636 2005), e é o tem lugares turísticos onde se pode fazer visitar, como por exemplo, a localidade de Bom Sucesso, Lagoa Amélia e a Cascata de São Nicolau. A variabilidade climática tem tido impacto em varias comunidades do Rio Lima, Bom Sucesso e Roça Saudade, onde o período de seca tem afectado gravemente a agricultura de pequena escala, e nas localidade Água das Belas e Bemposta, os rendimentos provenientes de agricultura de pequena escala tem vindo a diminuir, fenómenos de erosão e deslizamento do solo têm ocorrido devido aos eventos extremos de chuva.

Distrito de Lembá:

A população do Distrito de Lembá é relativamente pequena, rondando 14.652 habitantes, mas é o segundo maior Distrito em termos geográficos, tendo cerca de 230 quilómetros quadrados. A capital do Distrito é a cidades de Neves. O Distrito está coberto de plantação de cacau e roças de pequena dimensão. Também se pratica a Suinicultura neste Distrito. Este Distrito tem sido afectado, principalmente, por inundações e secas. O rio Provaz tem um curso de água que corre de oeste, atravessa a cidade de Neves e desemboca entre as praias de Fumas e Rosema. Regista-se neste Distrito períodos de seca durante a “Gravana” e erosão devido a exploração indiscriminada de madeira, que vem se verificando sobretudo em comunidades de Lembá, Paga Fogo e Generosa, localidades estas que vivem sobretudo de agricultura de pequena escala e pesca artesanal.

Distrito de Cantagalo:

É o quarto maior Distrito em termos de população, com cerca de 17.161 habitantes e abrange cerca de 119 quilómetros quadrados. A capital do Distrito é Santana. O Distrito está coberto de roças agrícolas viradas para o cacau, algumas das quais bem conhecidas, tais como: Roça Água Izé. Este Distrito é auto-suficiente em termos de água, verifica-se nele a famosa cascata Blublu que se localiza numa vila que te o mesmo nome. O bairro que tem a visão mais famosa é o Boca de Inferno. No entanto, este Distrito tem registado deslizamento frequente de terras provocado por chuvas torrenciais, em especial, na Colónia Açoriana. Noutras comunidades, Mendes da Silva, Monte Belo, Quimpo, Uba Budo, têm-se registado outros fenómenos, como a seca prolongada durante a gravana que se tem reflectido significativamente no rendimento de agricultura de pequena escala.

Distrito de Lobata:

Esta localizado no norte da Ilha e é o terceiro maior em termos de população, com aproximadamente 19.365 habitantes e abrange cerca de 105 quilómetros quadrados. A capital do Distrito é a cidade de Guadalupe. O município inclui uma ilhota que se chama de Ilhéu das Cabras. Este Distrito é o mais afectado em termos de variabilidade climática, com estação de gravana muito prolongada, e conseqüentemente, com escassez de água. O Distrito também é coberto de plantações de cacau, sobretudo, na zona do Rio de Outro – Agostinho Neto, onde se verificam também algumas culturas alimentares diversificadas. Também se regista desflorestamento em algumas localidades do Distritos, nomeadamente, em Plancas II, Santa Luzia, onde as comunidades vivem essencialmente de agricultura de pequena escala, e fenómenos de erosão.

Pagué:

Está localizada na Ilha do Príncipe, a sua população é a menor do país, com cerca de 7.324 habitantes. Este Distrito está cercado por plantações de florestas tropicais e de cacau. Com pouco trabalho remunerado na Ilha, a maioria das pessoas vivem a margem da economia monetária, a agricultura constitui alguma fonte de rendimento onde as famílias suprem as suas necessidades. Este Distrito é frequentemente afectado por fortes chuvadas e ondas. As comunidades que vivem ao longo da costa têm sido frequentemente afectadas pela elevação do nível do mar e aumento de eventos de tempestade bem como erosão costeira, que têm afectado imenso os seus meios de subsistência.

74. O resumo de consultas no terreno sobre as medidas de adaptação climática nas comunidades desagregadas durante o processo de PPG, nomeadamente, Preocupações/Necessidades sobre conhecimento dos impactos das Mudanças Climáticas ao nível das comunidades, está no Anexo 4.

Tabela 3 - Detalhes dos seis Distritos onde o Project incidirá

Distrito	Mé Zochi	Lobata	Cantagalo	Lembá	Caué	Pagué
Principais cidades	Trindade	Guadalupe	Santana	Neves	São João dos Angolares	Santo António
Area (km²)	122,0	105,0	119,0	229,5	267,0	142,0
População	44,752	19,365	17,161	14,652	6,031	7,324
Densidade da População (pessoa/km²)	366,8	184,4	144,2	63,8	22,6	51,6
Variabilidade e climática	Secas e excesso de chuvas, principalmente / Deslizamentos / Erosão	Secas recorrentes de 5 meses nos últimos 5 anos	Aumento de tempestades / secas recorrentes de cinco meses nos	Secas recorrentes de 5 meses nos últimos 5 anos	Redução da precipitação / Aumento de tempestades / invasão	Aumento de tempestades / Deslizamentos / Erosão Costeira Severa

			últimos 5 anos		mar / Inundação	
--	--	--	-------------------	--	--------------------	--

2.3.6 A vantagem comparativa do PNUD

75. A vantagem comparativa na implementação deste Project pelo PNUD prende-se com o facto do mesmo estar a ser suportado pelo seu Programa no País para o período de 2012 – 2016. Neste programa, o resultado 1.2 foca-se na melhoria de acesso das populações, nomeadamente, os jovens e as mulheres, aos recursos produtivos e de serviços sociais básicos descentralizados. No Resultado 1.3, centra-se na adopção, pelos governos centrais e distritais de STP, bem como populações em geral, de técnicas e mudanças de comportamento que favoreçam o ambiente sustentável e seja propício à prevenção de riscos e desastres naturais. Além disso, o programa de desenvolvimento de capacidade proposto indica no Componente 1 do projecto LDCF que o mesmo irá beneficiar da experiência do PNUD – STP e do seu papel preponderante e estratégico nesta área, ajudando a garantir que os resultados sejam sustentáveis a longo prazo. O reforço das capacidades institucionais e reformas é uma das áreas de programação principal do PNUD - STP. O PNUD já realizou vários programas para a avaliação das necessidades das capacidades para a elaboração e formulação de planos de acção, incluindo a implementação das Convenções – Quadro da ONU sobre a Biodiversidade e Mudanças Climáticas respectivamente, bem como para o meio ambiente e gestão de recursos naturais. Tem-se apoiado o desenvolvimento das capacidades nacionais para a boa implementação de estratégias para o desenvolvimento agrícola e rural. Ressalva-se que desde 2007, o PNUD tem vindo a ajudar financeiramente o país na sua política de descentralização, através do reforço das capacidades dos distritos e da Região Autónoma do Príncipe, bem como na elaboração do plano de desenvolvimento do Distrito de Caué e na região autónoma do Príncipe. Este Project está a proporcionar um importante ponto partida para o desenvolvimento das capacidades dos membros dos governos distritais na sua Componente 1.
76. O PNUD tem uma rica história de experiência em fortalecimento dos meios de subsistências das comunidades através de programas de redução da pobreza e de MDG. No âmbito destes programas, o PNUD STP tem vindo a apoiar o GoSTP em áreas como: a) planeamento estratégico, incluindo, conceção de ferramentas de planeamento e fortalecimento da capacidade nacional em termos de monitoramento e análise da tomada de decisões baseadas em informações de suporte; c) integração comercial e fortalecimento de ambiente de negócios. Estas experiências dos PNUD vão ser importantes para implementação da Componente 2 deste Project LDCF, que visa fortalecer a resiliência dos meios de subsistência rurais face a prováveis impactes de mudanças climáticas.
77. O Projecto vai envolver a problemática da Pobreza e áreas relacionadas com o meio ambiente e energia, práticas de governação democrática, e serão totalmente suportados pela Administração do PNUD – STP. O escritório do PNUD tem actualmente um especialista de programa (com uma forte comunidade/fundo de desenvolvimento rural) nos domínios de Pobreza, Meio Ambiente e Energia, Analista do Programa (com um ambiente forte e fundo de desenvolvimento rural) e um Programa Associado que trabalha

com uma equipa que coordena e apoia uma série de iniciativas relacionadas com a pobreza e o ambiente, inclusive em matéria de desenvolvimento de infra-estruturas. A área de prática de Governação Democrática tem três especialistas do Programa e um Assistente de Programa com forte experiência em integração de políticas, reforço da capacidade institucional e de igualdade de género. Além disso, o CO tem feito parcerias fortes com o Comité Nacional do Clima (NCC), membros do Governo e da Assembleias Distritais, e as comunidades rurais, como os principais intervenientes do Project. As parcerias existentes têm facilitado a implementação de diversas actividades destinadas ao reforço dos meios de subsistência das comunidades rurais de STP.

78. Para além de argumentos expostos, ressalva-se que o PNUD está apoiando o governo de STP desde do início do ano 2000 nas áreas de: a) integração de gestão sustentável do meio ambiente na agenda de desenvolvimento do país através de fortalecimento de capacidade nacional e de desenvolvimento de ferramentas nacionais e sectoriais de planeamento, incluindo o Programa Nacional de Ação de Adaptação (NAPA) e do plano nacional de emergência; b) programa de adaptação às mudanças climáticas financiado pelo programa de adaptação de África e de preparação de plano de comunicação nacional inicial e secundário a UNFCCC. Finalmente, ao nível nacional, a vantagem comparativa do PNUD para o Project reside no seu forte histórico de 38 anos trabalhando com o GoSTP em projectos complexos e numa extensa de trabalhos comunitários com base, inclusive, na adaptação e resiliência climática. O PNUD já está a apoiar uma série de iniciativas em matéria de adaptação de países, incluindo, as ilhas e outros países, como Comores e Ruanda, os quais enfrentam desafios semelhantes aos observados em STP (ex. corte das árvores, queima de madeira para carvão e agricultura montanhosa), e outros países produtores de cacau, como Costa de Marfim e Libéria.

3 Objectivo do Projecto, resultados e actividades

79. O objectivo geral do projecto é de fortalecer a resiliência das opções de subsistência de comunidades rurais contra os impactos das mudanças climáticas nos distritos de STP – Cal é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL).

80. As acções deste LDCF estarão articuladas em três componentes:

Componente 1: desenvolvimento das capacidades das instituições-chaves bem como CBO e CSO relevantes para o desenvolvimento rural e os meios de subsistência – apoiar eficazmente as comunidades no âmbito de resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

Componente 2: investimentos que visem protegerem os meios de subsistência das comunidades contra os riscos de alterações climáticas.

Componente 3: Divulgação de estratégias de resiliência climática que protejam os meios de subsistência nas comunidades mais vulneráveis.

81. Este Projecto aplicado em STP dá resposta em primeiro e principalmente aos grupos mais vulneráveis em matéria de segurança alimentar nos distritos de Cale, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLC). O resultado esperado da Componente 1 é de se ter um Centro de Aperfeiçoamento Agro Pastoral (CATAP) e do Instituto de Pesquisa Agronómica (CIAT), um Centro de Monitoramento Ecológico (CES) e assembleias e governos distritais bem como as CSO e CBO a apoiar o fortalecimento de

resistência dos meios de subsistências rurais das comunidades dos distritos de CMPLC face aos impactos de alteração climática. Como resultado das actividades desenvolvidas através deste Resultado, 1300 parceiros visados (formadores de CATAP), quadros e funcionários das delegações rurais, membros de conselhos distritais, ONG's e técnicos CBO) terão habilidades e capacidades em relação às projecções, implementação e monitoramento de estratégias e medidas de resiliência, desenvolvimento e implementação de planos de adaptação da comunidade e como integrar a mudança climática no processo de desenvolvimento dos distritos. Nos Resultados 2 e 3, este Project em colaboração com o parceiro de execução o PNUD, deverá apoiar na implementação, acompanhamento e avaliação ao nível distrital, elaborar planos de adaptação anuais e plurianuais, construção de infra-estruturas comunitárias e de baixo custo e o desenvolvimento de produtos inovadores de Micro-Finanças para permitir o acesso da comunidade ao financiamento para investimentos, de modo a fortalecer a resiliência dos meios de subsistências face aos efeitos de alterações climáticas. Das actividades desenvolvidas, prevê-se no âmbito deste dois resultados, que seja espectável que mais de 2.000 pessoas e as suas famílias estejam melhor preparadas (das quais 1000 sejam as mulheres) para lidar com os riscos de alterações climáticas de longo prazo. Desta forma, espera-se que as comunidades estejam melhor apetrechadas de meios para administrar o seu ambiente e torna-lo mais resistente às mudanças climáticas.

82. A duração do Projecto é de 4 anos, com o início em 2014, com um orçamento total de 4.000.000 de dólares, e com os seguintes resultados:

RESULTADO 1: Reforço das capacidades do CATAP, CIAT, DGE, Governos e Assembleias Distritais, Conselhos Distritais, CSO e CBO de forma que, estando reforçadas as capacidades destas instituições, iriam por sua vez, reforçar as capacidades de resistência dos meios de subsistência das comunidades rurais face aos efeitos de alterações do clima.

Linhas de base – sem intervenção do LDCF

83. No âmbito de execução do seu documento de Estratégia de Redução da Pobreza, o Governo de São Tomé e Príncipe, com o apoio dos seus parceiros, incluindo o PNUD, está a implementar uma série de iniciativas no sentido de fortalecer as capacidades institucionais e humanas nos sectores relacionados com e para o desenvolvimento rural. As capacidades de adaptação das instituições nacionais às mudanças climáticas, de forma que apoiem a agricultura e o desenvolvimento rural em STP, nomeadamente, o Centro de Formação Técnica da Agricultura e Pecuária (CATAP) e o Centro de Pesquisa e Tecnologia Agrícola (CIAT) são muito limitadas, há insuficiência de recursos humanos formados, logísticas e equipamentos inadequados, falta de infra-estrutura, etc. Na linha de base do Project, o PRIASA I, que foi activada para o período de 2011 – 2014, apoiaram a reabilitação de infra-estruturas de formação do CATAP, tendo renovado as aulas e dormitórios. Por outro lado, o Governo de Taiwan, através do Ministério de Agricultura, está a ajudar o pessoal do CIAT na divisão e planeamento agrícola, no estabelecimento de procedimentos operacionais (POP) e viveiros para cinco culturas mais importantes. Entretanto, o projecto GCCA da União Europeia implementou uma série de iniciativas para fortalecer as capacidades institucionais e humanas nos sectores diretamente ligados ao desenvolvimento nas zonas rurais. No entanto, essas actividades não estão a ser realizadas em todos os distritos e não inclui a criação e a organização de mecanismos de identificação de zonas vulneráveis, nem práticas adaptativas nas comunidades rurais. No entanto, para relançar-se a produção agrícola, pecuária e

florestal, a qualificação dos recursos humanos é um factor crítico de sucesso. Como já se referiu, a principal restrição que se verifica prende-se com a ausência de um programa de formação nacional e no longo prazo, dos técnicos em adaptação às alterações climáticas. Para além dessa restrição, o governo e assembleias distritais, que têm como tarefa executar os projectos do governo central, não têm capacidade para identificar riscos de desastres ambientais, daí que não conseguem realizar plenamente o seu papel. Portanto, a ambição global dessas programas de capacitação a ser desenvolvido pelo LDCF passa por ter estruturas em zonas rurais e conselhos pertos das comunidades para facilitar a difusão de tecnologias resilientes às alterações climáticas e estratégias de como lidar com essas alterações, que são essenciais para tornar a agricultura e produção de alimentos igualmente resilientes.

Projectos inerentes á linhas de base deste Projecto

84. Existem vários projectos de desenvolvimento em curso com inerência (ou associados) à linha base deste Projecto, e dos quais, apresenta-se abaixo os Resultados propostos para cada desses projectos no âmbito de aspectos inerentes.

Linha de Base do Project # 1 O projecto da União Europeia (2013-2016) – Aliança Global para fazer face às Alterações Climáticas - GCCA (Co-financiamento de 4 milhões de dólares)

85. O objectivo geral deste programa é de contribuir para a consolidação dos esforços de desenvolvimento pelo Governo de STP, com o foco específico na pobreza rural e segurança alimentar, em que o país deva estar envolvido no seu todo num processo de sustentabilidade eficaz no âmbito da adaptação à variabilidade e mudanças climáticas. O GCCA em STP (financiado no montante de 6,8 milhões de dólares) visa reforçar a capacidade das instituições nacionais chaves para apoiar e fortalecer os meios de subsistências das comunidades no sentido de reduzir a pobreza rural e apoiar as actividades piloto de desenvolvimento sustentável nos Distritos de Mé-Zóchi e Lembá. O projecto tem duas componentes principais que se complementam e reforçam-se mutuamente:
- Uma dessas componentes prende-se com os sistemas produtivos de Lembá e Mé-Zóchi (dois distritos particularmente vulneráveis aos riscos de desastres ambientais) e que estão mais capazes de atender de forma sustentável às necessidades da população local, tendo em conta que reúnem um conjunto de ferramentas que possibilitem efectuar cenários e eventos climáticos prováveis.* O Projecto apoiará o desenvolvimento de novas práticas de gestão de recursos naturais e agrícolas de forma sustentável e que reduzam a sensibilidade a variação inter-anual de parâmetros climáticos, e reduza a propensão ao excesso de exploração de recursos naturais nos anos de más colheitas. Entre outras questões, o Projecto irá apoiar a reabilitação das redes de rega, anti-erosão, construção de infra-estruturas e sistemas agro-florestais.
 - Outro aspecto tem a ver com o facto de se reforçar as capacidades das instituições nacionais para responder aos desafios relacionados com o clima.* Com base numa análise preliminar das necessidades, as habilidades e conhecimentos dos recursos

humanos. (funcionários públicos, região autónoma do Príncipe, a administração local e da sociedade civil), conclui-se que há necessidade de reforçar as suas capacidades, e far-se-á no âmbito de adaptação; o apoio também será dado no sentido do desenvolvimento de uma estratégia de redes de trabalho, trocas de experiência, comunicação e advocacia. Finalmente, aspectos relacionados com o clima também serão integrados como um dos instrumentos do planeamento, sobretudo, na estratégia de redução da pobreza e o programa nacional de segurança alimentar e nutricional, e indicadores de vulnerabilidade e adaptação.

86. Este projecto é uma iniciativa de referência relevante para o fortalecimento das capacidades de resistência dos meios de subsistência das comunidades às mudanças climáticas. Na verdade, este Project está a apoiar o desenvolvimento das capacidades das instituições nacionais e quadros políticos no sentido de abordarem de forma sustentável a pobreza rural, que é um dos aspectos mais críticos da vulnerabilidade das comunidades de STP. Além disso, no quadro de políticas de desenvolvimento sustentável e adopção de estratégias de adaptação necessárias para lidar com os efeitos espectáveis das alterações climáticas na agricultura. Actualmente, no entanto, este projecto de base não aborda algumas barreiras relacionadas com as capacidades necessárias para fortalecer a resiliência da comunidade às mudanças climáticas. Entre essas barreiras, pode-se notar a ausência de mecanismos e capacidade técnica ao nível local para facilitar a identificação de necessidades de adaptação pelas próprias comunidades para responder às preocupações climáticas que podem prejudicar a eficiência de estratégias apoiadas pelo projecto GCCA da EU e infra-estruturas para melhorar a vida e o sustento dos comunitários.

Linha de base do Project # 2 Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares (2012 – 2017) (Co-financiamento de 3,5 milhões de dólares)

87. Este projecto é financiado num montante de 4.824.000 dólares e apoiado pelo Governo de Taiwan e será implementado durante o período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2017. A proposta visa melhorar a segurança alimentar em STP. Para esse efeito, os objectivos do projecto são: 1) ajudar o CIAT na Divisão de Agricultura e produção de amostras de milho, mandioca, batata-doce, inhame e sementes de soja, e mudas de alta qualidade (12 toneladas de sementes de milho por ano, 390 mil mudas de mandioca, 1,65 milhão de estacas de batata-doce, 435 mil mudas de inhame e 3 toneladas de sementes de soja até 2014; 2) aumentar os rendimentos de produção anual de cultura para alcançar as 1.280 toneladas de milho, 1.300 toneladas de mandioca, 300 toneladas de batata-doce, 500 toneladas de matabala (taro) e 180 toneladas de soja. O objectivo final será: i) apoiar o desenvolvimento de capacidades e auxiliar o pessoal do Centro de Pesquisa Agropecuária e Tecnologia (CIAT) e da Divisão de Planificação de Desenvolvimento Agrícola do Ministério de Agricultura no sentido de se estabelecer procedimentos operacionais de padrão agrícola (SOP) e um viveiro para se reproduzir e produzir amostras de alta qualidade para as cinco principais culturas (taro, mandioca, batata-doce, soja, milho); ii) auxiliar a Divisão de Agricultura para estabelecer zonas de extensão agrícola para se adequar melhor algumas culturas e geri-las de forma mais apurada quer nestes espaços como nas roças; iii) apoiar a protecção do ambiente natural de STP, fornecendo de orientações aos agricultores da comunidade para o fabrico de adubos orgânicos a partir de estrume de animal, farinha de peixe); iv) disseminar técnicas de

produção eficientes, através de CATAP e técnicos de extensão agrícola, de forma a ajudar os agricultores a organizarem-se melhor entre si esmos. Estas culturas alimentares são sensíveis às mudanças climáticas.

88. No entanto, o aumento de intensidade e frequência das secas em algumas áreas do norte/nordeste de STP, e inundações que ocorrem, em geral, em todo o país, bem como a perturbação temporal e geográfica das chuvas, poderão afectar negativamente os rendimentos provenientes dessas culturas alimentares. Por esta razão, é necessário integrar os riscos de desastres climáticos e dar respostas à adaptação adequada na planificação de culturas. Infelizmente, este Project não prevê algumas medidas que coloquem em prática as capacidades necessárias que permitam o CATAP, CIAT e outros funcionários-chaves dos ministérios encarregues de implementar políticas de desenvolvimento rural no sentido de passar a integrar riscos de desastres climáticos e estratégias de adaptação nas comunidades. Este Project LDFC irá complementar as acções que estão sendo desenvolvidas com o apoio a CIAT, CATAP e os peritos de Divisão Agrícola para desenvolver/reforçar as suas capacidades no sentido de integrar os riscos de desastres climáticos nos procedimentos operacionais padrão (POP) e também capacidades para apoiar as comunidades agrícolas beneficiárias a lidar com esses riscos e a sua relação com as culturas.

Alternativa de adaptação – com intervenção do LDFC

89. O sector de agricultura rural em São Tomé e Príncipe, como um todo, terá que ser reorientado no sentido de tornar mais flexível face aos riscos emergentes de longo prazo decorrentes de mudanças climáticas. A “Resiliência”, que é um conceito central neste Project, geralmente, significa “resistência ao choque”, mas no contexto de adaptação às alterações climáticas, implica desenvolvimento de um conjunto de habilidades e comportamentos necessários para superar antecipadamente os desafios impostos e de forma acelerada às mudanças induzidas pelo clima no ambiente. Em relação a esta componente do Project, o GoSTP irá realizar, através de projecto de União Europeia GCCA, projecto de desenvolvimento de culturas alimentares de Taiwan e recursos do LDFCF, actividades relacionadas com o desenvolvimento da capacidade de adaptação e mudanças de climáticas nos ecossistemas *agro-silvo-pastoral*. Essas actividades de desenvolvimento das capacidades terão os seguintes objectivos: i) facilitar a consulta às alterações climáticas ao nível distrital e nas comunidades; ii) criar capacidades no país que possam projetar, implementar, apoiar e adotar opções de adaptação capazes que concorram para o aumento de resistência de subsistência do meio rural, particularmente nos distritos descritos no Resultado 2; iii) criação de capacidades para apoiar a integração das preocupações relativas às alterações climáticas no processo de planeamento de desenvolvimento dos distritos.
90. A capacidade desenvolvida por via deste resultado será fundamental para o sucesso de implementação do resultado 2 que tem como objectivo fortalecer a resiliência dos meios de subsistência rurais face aos impactos de mudanças climáticas. Ressalva-se ainda que essas capacidades beneficiarão de futuras iniciativas destinadas a reforçar a resistência de subsistências nas áreas rurais dos distritos CMPLC.
91. Após as avaliações de viabilidade e consultas as partes interessadas, de Outubro de 2013 a Maio de 2014, os recursos do LDFCF serão utilizados para se obter os seguintes resultados:

Custo de Componente 1

Co-financiamento:	US\$ 7,500,000
Alocação do GEF:	<u>US\$ 1,150,800</u>
Total.....
	US\$ 8,650,800

Resultados e actividades

RESULTADO 1.1: é desenvolvido e implementado um programa de capacitação institucional para fortalecer a capacidade técnica dos especialistas do CIAT e técnicos no sentido de utilizarem tecnologias de adaptação *agro-silvo-pastoral* e de aumentar a resistência dos meios de subsistências das comunidades rurais aos choques de alteração climática nos distritos CMPLCL.

92. No Resultado 1.1 proposto pelo Project, os recursos do LDCF serão utilizados para apoiar a conceição e implementação de um programa de formação de especialistas e técnicos do CIAT no sentido de capacitá-los no âmbito da utilização de tecnologias de adaptação adequadas no âmbito de *agro-silvo-pastoral* e na produção de sementes e mudas. Este resultado também está em coerência com o financiamento dos custos de integração de adaptação às alterações climáticas previstas no programa de Divisão Agrícola do CIAT e apoiada também pelo Project Taiwan no desenvolvimento de cultura alimentares, com o propósito de se ensinar os procedimentos operacionais de padrão agrícola (SOP), criação de principais culturas alimentares e identificação de áreas de extensão das culturas alimentares. Este programa de formação para CIAT será implementado em parceria com um centro de formação de adaptação à mudança climática internacional. Este resultado também visará apoiar o desenvolvimento de uma estratégia para a sustentabilidade de programas de adaptação e pesquisa CIAT.

Actividade 1.1.1 identificar e priorizar necessidades no sentido de apoiar o CIAT em recursos humanos e infra-estruturas para melhorar o seu desempenho técnico em actividades de redução dos impactos negativos de alterações climáticas nas comunidades dos distritos CMPLCL.

Actividade 1.1.2 identificar e priorizar necessidades no sentido de apoiar o CIAT no âmbito de capacidades e formação em tecnologias de adaptação no domínio agro-silvo-pastoral e tornar resistentes as culturas e sementes, no processo de assistência e orientação para a plataforma de mudanças climáticas

Actividade 1.1.3 estabelecer parceria com um centro internacional de formação em adaptação às alterações climáticas no sentido de desenvolvimento e entrega de um programa de formação in-house para a CIAT, visando o desenvolvimento de uma estratégia para a sustentabilidade do programa de extensão e pesquisa no âmbito de mudanças climáticas.

Actividade 1.1.4 capitalizar as actividades do governo em curso com os outros parceiros de desenvolvimento do Project, apoiar a integração das preocupações relativas às alterações climáticas no procedimento padrão agrícola (SOP) do CIAT e na Divisão Agrícola no

âmbito do programa de melhoria de culturas alimentares bem como a identificação e extensão agrícola.

Actividade 1.1.5 relaciona-se com o apoio ao CIAT com Serviços de Aconselhamento através de telemóveis (CIAT – MAS) de forma que se consiga apoiar proficientemente planos de construção de Plataformas CC no sentido de se fazer uma boa fertilização do solo, gestão de culturas, ervas daninhas e controlo de pesticidas.

RESULTADO 1.2: Até 50 instrutores (membros de staff técnico do CATAP) serão instruídos em matéria de impactos de alterações climáticas na produção agrícola, cultivo resiliente, e uso de tecnologias agrícolas para a adaptação às alterações do clima para fortalecer as capacidades desta instituição nacional no domínio agro-silvo-pastoral

93. Em relação ao resultado 1.2, o LDCF apoiará o CATAP na conceição e execução de programa de desenvolvimentos das capacidades humanas e técnicas no sentido de alargar o número de pessoas capacitadas na equipa de CATAP de modo que se consiga tornar o CATAP num centro de formação em mudança climática e de adaptação no contexto *agro-silvo-pastoral*. Várias iniciativas como o PRIASA II estão a apoiar a renovação, equipamento e melhoria do Currículo do CATAP e capacidades para atender ao objectivo do Governo em fazer deste Centro num Centro de referência em STP e países vizinhos no domínio *agro-silvo-pastoral*. Neste âmbito, o Project GCCA da EU, para facilitar o acesso das comunidades a assessoria agrícola, está também a ajudar o CATAP a aperfeiçoar o seu Curriculum bem como a capacidade de melhorar os serviços de extensão existentes e criar novos técnicos agrícolas. O LDCF, portanto, na inclusão no seu Currículo apoiará EU GCCA CATAP na problemática de alterações climáticas e adaptação, e apoiar à criação, no CATAP, de capacidades técnicas e humanas capazes de projetar e executar programas de desenvolvimento de capacidades de adaptação no domínio da extensão da agricultura, quer para os funcionários e técnicos como outros agentes ao nível nacional e regional. Isso permitirá que o CATAP realize as actividades de capacitação previstas no Resultado 1, que é necessário para o sucesso do Resultado 2 e todas as outras iniciativas de formação em adaptação às mudanças climáticas no futuro. Para estes fins, este Resultado apoiará a formação de 50 instrutores de CATAP no âmbito de adaptação às mudanças climáticas e uso de tecnologias agrícolas adequadas, devidamente identificadas na Componente 2, também se ressalva que a integração de módulos no Currículo de CATAP será em colaboração com o CIAT. Este resultado também irá apoiar o desenvolvimento de uma parceria entre o CATAP e um centro de formação agrícola e mudanças climáticas do hemisfério sul para facilitar a actualização de capacidades técnicas do pessoal do CATAP e do desenvolvimento de uma estratégia para a sustentabilidade do programa de formação de adaptação do CATAP.

Actividade 1.2.1 Identificar, priorizar e apoiar o CATAP em necessidades específicas em matéria de recursos humanos e infra-estruturas de forma a reforçar as suas capacidades no domínio prático em mudanças climáticas e resiliência no âmbito de extensão rural.

Actividade 1.2.2 Identificar, priorizar e apoiar o CATAP nas necessidades para os recursos humanos no âmbito de habilidades e formações técnicas para prestação de assistência técnica e no domínio de resiliências às mudanças climáticas baseadas em programas de extensão rural.

Actividade 1.2.3 estabelecer parceria entre o CATAP e um centro de formação agrícola e alterações climáticas ao nível internacional nos PALOP para facilitar a criação, no CATAP, de capacidades humanas e técnicas capazes de projetar e executar programas agrícolas de adaptação em CC para os intencionistas agrícolas e outros agentes agrícolas ao nível nacional e internacional.

Actividades 1.2.4 formação até 50 instrutores de CATAP em questões de tecnologias agrícolas adaptáveis às mudanças climáticas e extensão rural.

RESULTADO 1.3: gestão de riscos climáticos (CRM) e capacidade de adaptação para o suporte do desenvolvimento rural (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural – CADR) será realizado para suportar a implementação de tecnologias e a promoção de sustentabilidade de sistemas de aconselhamento para as comunidades rurais nos distritos CMPLC.

94. No resultado 1.3, os fundos do LDFC serão usados para apoiar a conceção e implementação de programas de formação pelo CATAP para, pelo menos, 90 equipas de extensão das delegações rurais, incluindo as equipas de extensão que serão utilizadas pelo SATOCAO, PRIASAI e outros projectos relevantes (com prioridade para as equipas de extensão que irão apoiar a implementação dos resultados de actividades 2 e 3. O Programa de formação para o pessoal de extensão vai centrar-se na necessidade do pessoal do CADR ser hábil em técnicas de resiliência e da divulgação destas mesmas técnicas ou estejam capazes de introduzir uma nova tecnologia com bases nas praticas aplicadas nos PALOP e na sub-região.

Essas habilidades permitirão os agricultores visados gerir os impactos de alterações climáticas, prevenir os impactes negativos dos desastres climáticos, condições meteorológicas extremas, como ciclones e inundações, e ajudá-los a lidar com estas variabilidades. Nesse resultado, a ajuda adicional será direccionada para os decisores no sector agrícola e equipas técnicas com experiencia e competência técnica para negociar futuramente com qualquer outra empresa privada que venha a operar no sector agrícola na adoção de estratégias de adaptação agrícolas e no funcionamento do centro de CATAP. Entretanto, os materiais de formação que serão desenvolvidos no âmbito deste resultado serão utilizados por outros projectos e programas. Para esse efeito, este resultado apoiará o CATAP na documentação das lições aprendidas e experiencia tida durante as formações para integrar módulos de formação futuros.

Actividade 1.3.6 em estreita colaboração com o CIAT, Instituto Nacional de Meteorologia e em cooperação com programas de AGRHYMET *promover troca de dados e desenvolver um serviço de previsão e aconselhamento agrícola on-line para apoiar agricultura de cacau e café contra os impactes “Harmattan”*.

Actividade 1.3.7 em colaboração com o CIAT e o DAGric, *desenvolver um serviço de aconselhamento e formação por via telemóvel (CADR-MATS) no domínio de desenvolvimento de capacidades e pequenas formações e tecnologias de irrigação para apoiar planos de implementação de Plataformas CC no domínio de fertilização de solos, gestão de culturas, técnicas de irrigação, plantas daninhas e controlo de pesticida.*

Resultado 1.4 6 distritos do CMPLC e 30 comunidades possuem plataformas de mudanças climáticas (CC-DAVIP) para facilitar o diálogo e coordenação na elaboração, implementação e acompanhamento de planos de adaptação e orçamentos anuais.

Resultado 1.4 6 distritos do CMPLC e 30 comunidades possuem plataformas de mudanças climáticas (CC-DAVIP) para facilitar o diálogo e coordenação na elaboração, implementação e acompanhamento de planos de adaptação e orçamentos anuais.

95. No âmbito do resultado 1.4, o Governo de São Tomé e Príncipe usará os fundos do LDCE para criar Plataformas (comités de mudança climática – CC-DAVIP) nos distritos e comunidades, isto é, nos 6 distritos – CMPLC e 30 comunidades no sentido de facilitar diálogo sobre alterações climáticas, maior consciência e compreensão entre os intervenientes de questões relacionadas com as mudanças climáticas, opções de subsistência rurais bem como a coordenação para conceção, implementação e monitoramento dos planos anuais e plurianuais dos distritos. Estas plataformas serão compostas pelo pessoal das instituições descentralizadas, representantes dos governos distritais (distritos e região autónoma do Príncipe) e um conjunto de conselhos, representantes das ONG's e CBO's e equipas técnicas de acompanhamento criadas no âmbito do APRDC. Estas plataformas serão o mecanismo para identificação e localização das causas subjacentes de vulnerabilidades e daí, e conseqüentemente, desenvolver praticas adaptativas em articulação com instituições de relevância, como o CATAP. Tudo o que se referiu será consequência do desenvolvimento de um plano de ação de adaptação anuais que irá abranger todas as medidas a serem implementadas pelo governo, autoridades locais e próprias comunidades para fazer as suas opções de meios de vida mais resistentes às mudanças climáticas. As plataformas de distritos e comunidades CC (CC-DAVIP) serão também responsáveis pela implementação de planos de resiliência as alterações climáticas para permitir fazer bom uso de recursos naturais.

Actividade 1.4.1 Sob supervisão de DAGRIC, apoiar e orientar a criação de comités distritais de CC coordenado (CC-CC) e em parceria com o PNUD CO, CIAT, CATAP, CADR, Conselhos Distritais e ONG's.

Actividade 1.4.2 Sob liderança de CADR e orientação de CC-DC da Unidade de Gestão e Avaliação do Ministério de Agricultura, usar ferramentas GIS para a identificação, selecção e priorização de 30 comunidades mais vulneráveis nos distritos (CMPLC) para criação de Plataformas CC (CC-DAVIP);

Actividade 1.4.3 Sob liderança de CADR e orientação de CC-DC de CADR com as autoridades distritais e ONG/CSO, aplicar uma “lente” de clima para análise dos meios de subsistência através de uma avaliação da capacidade climática (VCA) para determinar a influencia dos factores externos nos modos atuais de vida.

Actividade 1.4.4 Sob orientação de CC-DC's e Ministério de Agricultura e Divisão de MAPDR e liderança do CATAP, desenvolver programas de capacitação em planeamento de resiliências em CC e adaptação de métodos e técnicas para os membros de gestão (MMs) das Plataformas CC das 30 comunidades.

Resultado 1.5 *Formação de até 300 representantes de distritos, plataforma de comunidades e governos distritais na identificação de elementos resilientes de opções de subsistência de meios atual de vida e integrar as alterações climáticas nos planos de adaptação anuais (CC-VAAP) no desenvolvimento para que possam desenvolver e implementar práticas*

96. O GoSTP irá, es a nos termos do presente resultado 1.5 usar fundos do LCDF para apoiar CATAP na elaboração e implementação de programas de formação para os representantes dos distritos e plataformas das comunidades, incluindo, outras instituições e equipas descentralizadas, governo local e membros de assembleias distritos, bem como ONG's (particularmente a ONG MARAPA, ADAPPA, ALISEI, ZATONA ADIL, as quais, actualmente, estão a apoiar determinados projectos, como PRIASA II e PAPAFA) e líderes de CBO, equipas de terreno que acompanham o APRDC (até 300 pessoas no total) sob a forma como poderão desenvolver, implementar e monitorar planos de adaptação anuais e plurianuais bem como orçamentos inerentes planos (estão no resultado 1.2). As formações incluem o risco climático e avaliação de vulnerabilidade, monitoramento do uso de terra, como usar os mapas de vulnerabilidade e outras informações fornecidas pelo Centro de Vigilância Ecológica, o clima e as informações hidrometeorológicas e alertas de EWS através de água, gestão de terras e actividades agrícolas, planeamento de medidas de adaptação bem como o orçamento de CC-VAAP, gestão e manutenção de infra-estruturas resilientes aos impactos de alterações climáticas, suportadas pelo resultado 2.1.

Actividade 1.5.1 *Em estreita cooperação com delegações de extensão, CC-DC, CATAP e CADR, proceder a formação de até 300 representantes dos distritos e plataformas (CC-DAVIP), governos distritais sobre como desenvolver, implementar e monitorar Planos Anuais de Adaptação (CC-VAAP) e orçamentos relacionados com estes planos, isto com base nos Resultados de 1.6;*

Actividade 1.5.2 *Em estreita cooperação delegações de extensão, CC-DC, CATAP e CADR e com base na informação sobre os riscos de alterações climáticas e capacidades desenvolvidas no resultado 1.6, realizar campanhas de formação de sensibilização, organização e liderança para Organizações Comunitárias de Base (associação de agricultores, grupos de base de mulheres, e outros intervenientes) em cada comunidade rural dos seis distritos de CMPLCL para contribuir de forma eficiente nos processos de identificação e tratamento de causas subjacentes as vulnerabilidades, e desenvolver práticas adaptativas.*

Actividade 1.5.3 *Em base anual e sob liderança de CADR através de ONG's locais e CBO, escolas de campo em alterações climáticas no domínio agrícola, (CC-FFS) para formar e esclarecer organizações de base comunitária e os agricultores das comunidades sobre a segurança e uso eficiente de insumos agrícolas (equipamentos, sementes, outros insumos agrícolas).*

Actividade 1.5.4 *Em base anual e sob liderança de CADR, estabelecer encontros em parcelas de terra e escolas de campo, usando, para o efeito, os agentes intencionistas como facilitadores, para promover maior consciência e entendimento entre os stakeholders em questões relacionadas com alterações climáticas e as suas relações com a seca e irrigação*

bem como por em pratica o processo de implementação de planos de adaptação anuais e plurianuais para vários anos nos distritos e comunidades.

Resultado 1.6 *Até 10 membros do Centro de Vigilância Ecológica (CES) e Direção Geral do Ambiente (DGE) serão formados em GIS para desenvolver capacidades no âmbito de integração dos riscos de alterações de climáticos no acompanhamento da evolução dos ecossistemas de STP e na identificação dos mesmos riscos nos 6 distritos (CMPLC) e 30 comunidades mais vulneráveis.*

97. Nesse resultado 1.6, fundos de LDCF será utilizado para financiar cursos de formação para os membros do Centro de Vigilância Ecológica (CES), no sentido de lhes desenvolver capacidades no âmbito de integração de riscos climáticos no acompanhamento da evolução dos ecossistemas de STP e a identificação dos mesmos riscos nesses ecossistemas. Estas capacidades permitirão ao CES desenvolver um zoneamento agro-climático dos ecossistemas de STP, identificando vulnerabilidades e riscos de alterações climáticas para cada zona e informar os tomadores de decisão e comunidades sobre as actividades e praticas que poderiam aumentar esses riscos de alterações climáticas.

Para além disso, estas capacidades permitirão ao CES actualizar regularmente os mapas de vulnerabilidade desenvolvidos graças ao programa do PNUD – AAP. Este resultado também prevê apoiar, em conjunto com o desenvolvimento de capacidades do CES, o desenvolvimento de capacidades dos ministérios no sentido de que estes acompanhem os projectos de alteração climáticas e de captura, documentem e codifiquem as lições e as melhores praticas desses projectos como instrumentos de tomada de decisão. Isto permitirá que as instituições estejam alinhadas com a necessidade de integração nos debates sobre política de mudança climática bem como o apoio ao projecto da EU – GCCA, as melhores lições e praticas aprendidas do AAP e esta iniciativa do LDCF. Este projecto garantirá a plena e eficaz execução dos planos anuais de adaptação às alterações climáticas.

Actividade 1.6.1 *Sob a liderança do Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em estreita colaboração com o Centro de Vigilância Ecológica (CES), a DGE irá formar até 10 funcionários para uso as ferramentas de SIG para desenvolver um mapa de vulnerabilidade às alterações climáticas, incluindo a ocupação do solo (agricultura/habitação; cultura comercial/alimentos, métodos de irrigação, tecnologias agrícolas) e de acesso aos recursos florestais (áreas de pastagem, áreas de produção de carvão vegetal e espécies de árvores).*

Actividade 1.6.2 *Sob a liderança do Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em estreita colaboração com o CES, DGE, utilizar os resultados da Actividade 1.6.1 para integrar os riscos de alterações climáticas nas políticas e planos nacionais que visem proteger os ecossistemas agrícolas e florestais contra as mudanças climáticas e os impactos da sua variabilidade.*

Actividade 1.6.3. *Sob liderança do Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em estreita colaboração com o CES, a DGE, utilizar os resultados da Actividade 1.6.1 para integrar os riscos de alterações climáticas nas estratégias de conservação da biodiversidade ao nível das comunidades no sentido de alcançar-se 3 dos 5 objectivos do NBSAP;*

Actividade 1.6.4. Sob liderança do Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em estreita colaboração com o CES, a DGE irá criar uma página www para divulgação e partilhar amplamente com os parceiros locais, agências internacionais e comunidades científicas, a adaptação das comunidades baseadas em abordagens, lições aprendidas e conhecimento tradicional das comunidades.

Actividade 1.6.5 Sob liderança do Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em estreita colaboração com o CES, a DGE irá desenvolver um conjunto de ferramentas de metodologias e indicadores a serem usados para avaliar o clima, adaptação e implementação de plataformas, análise de custo-eficácia e um plano de replicação para todas as plataformas CC dos seis distritos referidos.

Actividade 1.6.5 Sob liderança do Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em estreita colaboração com o CES, a DGE desenvolver formação em mudanças climáticas e adaptação em módulos (CCTAM) com as organizações relevantes (CIAT, CATAP, CADR) e Plataformas Distritais e locais que objectos de formação referidos nos resultados 1.1, 1.2, 1.3, 1.5 relativamente aos seguintes aspectos focais:

- *Culturas/Agro-florestal;*
- *Pequena pecuária*
- *Pesca/Aquacultura;*
- *Frutas/legumes;*
- *Recolha de água de chuvas e irrigação;*
- *Mudança climática e controlo de erosão, etc.*

RESULTADO 2. Redução de riscos de alterações de climáticas e vulnerabilidade dos meios de subsistência através de infraestruturas próprias e mecanismos de gestão desses riscos.

Linhas de base – Sem intervenção do LDCF

98. O objectivo subjacente ao desenvolvimento da agricultura é a segurança alimentar, que será alcançado através de investimentos em infra-estruturas produtiva (estradas de acesso, pistas rurais, sistemas de irrigação, recuperação de terras agrícolas, matadouros, instalações de pescas e captação de água para o uso de animais, estruturas de controlo de erosão, estruturas de armazenamento de alimentos, etc). O Governo de STP tem feito parcerias bilaterais com o objectivo de obter algumas destas infra-estruturas de apoio a produtividade, particularmente a construção e reabilitação de infra-estruturas rurais para apoiar a produção rural.

No entanto, as linhas de base, os esforços em curso para fortalecer a gestão sustentável e a capacidade produtiva e um sistema agrícola de pequena escala, nos distritos de CMPLCL beneficiaram poucas comunidades vulneráveis. Para além disso, projectou-se implementação desses apoios na base de um cenário de manutenção do *Status Quo*, em que não foram tomadas em conta nem abordadas as questão-chave de mudanças ambientais. Estas questões que se referem, estão, sobretudo, relacionadas com o impacte das alterações e variabilidade climática na configuração agrícola da comunidade rural, ou seja, os fenómenos de erosão generalizada que tem corroído a camada superior do solo produtivo e

agravamento de períodos de seca, factos que têm concorrido para a redução de produtividade de culturas.

Dentre esses projectos de linha de base com o projecto LDCF, são considerados os seguintes:

Projectos de linhas de base associadas

Projectos de reabilitação de infra-estruturas de apoio a segurança alimentar – PRIASA II (2015 -2019) (Co-financiamento: 4 milhões de dólares)

99. O Objectivo geral do programa é contribuir para segurança alimentar e redução da pobreza em STP. O Project será implementado nas duas Ilhas de STP e está centrado em duas componentes complementares, a saber:

- Melhorar o acesso à terra e a produtividade do mar;
- Reabilitar as infra-estruturas rurais e melhorar os meios de subsistência dos agricultores, peixeiros e jovens pescadores.

100. Este programa irá construir e reabilitar as infra-estruturas rurais para apoiar a produção rural através de modernização dos pontos de “desembarque” dos peixes (São Paulo, Neves, Santo António do Príncipe e Santana) e mercado de peixe em São Tomé; 27 km de estradas rurais, a fim de facilitar o acesso das comunidades rurais e dos produtos agrícolas para os mercados, e daí ter o comércio revitalizado; reabilitação e ampliação de 10 sistemas de irrigação; a construção de seis armazéns, 12 plantas para serem abrigadas no criadouro; 11 secadores solares, e 6 unidades de transformação de produtos agrícolas. Não obstante o Project PRIASA II prever realização destas intervenções, as mesmas não cobrem todos dos distritos, um numero significativo de comunidades vulneráveis não serão beneficiadas por esta iniciativa, e essas mesmas intervenções não cobrem os riscos de alteração climática, eventos meteorológicos extremos e mecanismos de redes de segurança para fazer face aos desastres ambientais, tais como banco de cereais, gestão de cooperativas de culturas alimentares acautelando os riscos de alteração climática que pusessem em risco essas mesmas culturas. Nem o programa PRIASA II aborda o desenvolvimento da economia de sistemas de irrigação nas comunidades mais vulneráveis para fazer face aos períodos de escassez de água devido a seca causada pela variabilidade climática.

Linhas de base do projecto # 4: Projecto-piloto do PNUD sobre: “Gestão integrada de recursos hídricos e águas residuais: Gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Provaz” (2015-2016) (Co-financiamento: 700 mil dólares)

101. Financiada pelo Banco Árabe para o Desenvolvimento Economico em África (BADEA), União Europeia (UE) e outras agências bilaterais, e implementado pelo Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente, o projecto prevê elaborar um plano de gestão de bacia hidrográfica tecnicamente robusto para a Bacia do Rio Provaz permitindo alocação e protecção dos recursos hídricos equitativamente no sentido apoiar o desenvolvimento económico sustentável, saúde publica e protecção do ambiente. Este Project LDCF goza do privilégio de encontrar experiencias relativamente ao desenvolvimento de capacidades, campanhas de sensibilização e desenvolvimento de

organizações comunitárias, mas também irá apoiar e integrar neste projecto-piloto, abordagens de alterações climáticas no plano de gestão de bacia hidrográfica a ser desenvolvido para o Rio Provaz.

Adaptação alternativa – com intervenção de LDCF

102. No cenário alternativo a ser suportado pelo LDCF, no âmbito do resultado cima, o projecto visa reforçar a capacidade das comunidades locais e das administrações distritais no sentido lidarem com um clima progressivamente variável.

Portanto, o GoSTP reabilitará infra-estruturas de suporte ao Project PRIASA II e, com o apoio do LDCF, introduzirá novas tecnologias e estratégias facilmente replicáveis (por exemplo, a substituição de canais de águas para irrigação com sistemas de tubulação, reabilitando estruturas de armazenamentos existentes (tanques) nas antigas roças de plantação de cacau e outras infra-estruturas que concorrerão para redução significativa de custos de manutenção à jusante bem como soluções duradoiras que permitam lidar com os eventos climático com impactes em STP, como a erosão e seca.

103. Para além disso, as instituições envolvidas do GoSTP, no âmbito do presente resultado 2, usarão os fundos do LDCF para realizar intervenções concretas no sentido de reduzir os impactes da variabilidade climática nos campos dos agricultores. As instituições serão devidamente monitorados com a participação dos actores locais e as próprias comunidades agrícolas. O Project irá, em particular, concentrar-se em introduzir um conjunto de técnicas de baixo custo relativamente a: i) estruturas de terraplanagem em pequena escala, complementados por árvore/plantio de grama para proteger o cultivo de fenómenos de erosão em áreas vulneráveis; ii) um programa de reabilitação de estradas rurais (caminhos rurais) em mecanismos de “Cash-for-Work, ou seja, mecanismos de apoio à organização dos mercados rurais; iii) desenvolvimento de redes de água e de canalização destas para apoiar os sistemas agrícolas resilientes em áreas propensas à seca; iv) desenvolvimento de estruturas de armazenamento de pequenas escalas para armazenamento de excedentes de cereais das comunidades; e nas comunidades costeiras v) a criação de grandes bancadas de mercados de peixe e congeladores solares fixos e congeladores solares móveis para peixes, isto com o objectivo de aumentar a resistência da comunidade dos pescadores face aos impactes da variabilidade climática.

104. À título complementar para o resultado 2.1, as estratégias sistemáticas de adaptação ao nível local será implementado nas aldeias mais vulneráveis seleccionadas dos seis distritos – CMPLCL) de STP. Neste processo será fundamental que os agricultores e membros da comunidade local, como motores das estratégias de adaptação, identifiquem as suas próprias soluções locais. No entanto, os fundos do LDCF apoiarão o desenvolvimento de iniciativas de adaptação de pequena escala e estruturas que potenciem a capacidade de resistência das comunidades de subsistência. Portanto, essa componente, ao em vez de promover uma única técnica “tecnologias de adaptação”, a estratégia de adaptação local será desenvolvida de uma forma holística, incorporando recursos e conhecimentos baseados em ecossistemas tradicionais. Isto incluirá a promoção de mudança climática nas comunidades e cooperativas de alimentos (CC

FOOD - COOPs) bem como garantir os alimentos a longo prazo e produzir armazenamento e processamento de pequena escala de excedente de produção, isto com o objectivo de aumentar a resiliência das comunidades altamente produtivas.

105. Em todas essas actividades de desenvolvimento, o papel das mulheres será crítico no desenvolvimento e na implementação das medidas propostas de adaptação às alterações climáticas, tendo em conta que as mulheres são particularmente vulneráveis às alterações climáticas (mas ao mesmo tempo são fortes agentes na promoção de uma maior capacidade de resistência nas comunidades).

106. Após as avaliações de viabilidade e consultas às partes intervenientes, realizadas entre Setembro de 2012 e Abril de 2013, os recursos do LDCF serão utilizados para atingir os seguintes resultados:

Custo da Componente 2	
Co-financiamento:	US\$ 4,700,000
Alocação do GEF:	<u>US\$ 1,209,650</u>
Total.....	US\$ 5,909,650

Resultados e actividades

Resultado 2.1 *As comunidades de pequena escala disponibilizarão de infraestruturas e a sua devida preservação para gerir os impactes de inundações, aprimorando os elementos de resiliência nos sistemas de produção existentes e a apoiando a implementação de plataformas e planos de mudanças climáticas nos seis distritos (CMPLC) e 30 comunidades.*

107. Através do resultado 2.1, o GoSTP usará os fundos do LDCF para apoiar a conceição, execução e manutenção de infra-estruturas comunitárias de baixo custo para combater a erosão do solo e inundações no âmbito agrícola. Dentre outras actividades a serem identificadas potencialmente em abordagem participativa nas comunidades locais, incluem: terraplanagem, reforço dos sistemas de drenagem, controlo de água de chuva, paisagismo, quebra-ventos e outras formas de controlo de erosão bem como diques e diques para proteger campos contra inundações. Para além disso, também construirá as infra-estruturas de baixo custo para colectar e substituir águas de chuva para combater períodos de escassez de água, e desenvolver a economia de água para sistemas de irrigação nas comunidades mais vulneráveis. Outrossim, este resultado também previu apoiar a integração de informações de tempo e clima (previsão de chuva, evapotranspiração, humidades, ciclones), utilização e gestão de sistemas de irrigação (quantidade de água a ser utilizado quando se utiliza os sistemas de irrigação), que será construído com o apoio do LDCF em PRIASA II e este projecto-piloto do PNUD para promover o uso eficiente dos recursos hídricos. Além disso, o LDCF vai apoiar as comunidades com infra-estruturas comunitárias através do Projectos PRIASA II e este Project – piloto no sentido de se criar as condições para maior resistência aos efeitos de alterações climáticas e eventos extremos de desastres ambientais. Este resultado também vai apoiar a conceição e mobilização de recursos gestão e manutenção de infra-

estruturas. O empobrecimento das comunidades visadas no resultado 1.5 inclui acções de formação sobre gestão e manutenção de infra-estruturas.

Resultado 2.2. *São desenvolvidas as redes de mecanismos de segurança de base comunitária para a gestão dos riscos associados aos impactes das variabilidades climática sobre os recursos alimentares e meios de subsistência em cada uma das 30 comunidades mais vulneráveis dos distritos CMPLCL.*

108. No resultado 2.2 do projecto proposto, os recursos do LDCF serão utilizados para apoiar o desenvolvimento de mecanismos de redes de segurança para eventos climáticos extremos, tais como bancos de cereais, cooperativas de alimentos e de outros mecanismos personalizados de gestão de riscos associados aos impactos da variabilidade climática nos recursos alimentares, recursos naturais e económicos e os meios de subsistência em 30 comunidades mais vulneráveis dos distritos CMPLCL. As comunidades e funcionários dos locais citados no projecto serão apoiados para conduzir as medidas de adaptação aplicáveis às cooperativas de alimentos (CC FOOD COOPs) em cada um dos seis distritos, para planear e desenvolver estratégias para cultura alimentar e armazenamento de longo prazo de excedentes de produção bem como processamento de pequena escala; tal é o caso de tomates nos distritos de Mé-Zóchi. Um conjunto de outras técnicas de baixo custo para reduzir as vulnerabilidades rurais, no que diz respeito ao armazenamento de excedentes de cereais das comunidades, serão implementados; há uma série de vantagens comprovadas de silos como medidas de segurança alimentar. Há também técnicas variadas para construí-los, com diferentes custos e benefícios, de acordo com o modelo de escolha e a sua adequação em diferentes contextos. O projecto vai garantir que a construção de silos personalizados concorrerão para melhoria económicas, e representarão medidas adicionais de adaptação às alterações climáticas. A análise preliminar de subsistência realizada nas comunidades para se compreender como as pessoas têm acesso e controlam vários recursos, têm mostrado que as comunidades costeiras de alguns distritos foram afectadas pela variabilidade climática, isto porque o diário “fishing cath” – ferramentas de medição de capturas de peixes, tornou-se tão variável que existe agora uma necessidade de infra-estrutura de conservação devido ao excesso de capturas de peixe. Da mesma forma, há necessidade de se ter mercados rurais para facilitar o intercâmbio de bens escassos. O LDCF procurará apoiar a condução de medidas de baixo custo que possam ajudar os meios de subsistência das comunidades para se tornar mais resistente a variabilidade e mudanças climáticas.

Actividade 2.2.1 *Sob liderança de CATAP, e orientação de CADR e apoio das autoridades municipais e da ONG local/ CBO, promover a criação de Cooperativas CC nas comunidades alimentares (CC FOOD – COOPs) em cada um dos seis distritos, para planificar e desenvolver estratégias para colheita de alimentos excedentes e gestão e conservação e/ ou comercialização;*

Actividade 2.2.2 1 *Sob liderança de CATAP e em parceria com PRISA II, CADR e Plataformas CC dos distritos, organização de apoio aos produtores de tomate das comunidades e potenciar o armazenamento a longo prazo e processamento de pequena*

escala para aumentar a resiliência das comunidades altamente produtivas contra os impactes da variabilidade climática;

Actividade 2.2.3 Sob a liderança do CATAP e em parceria com PRIASA II, CADR e Plataformas CC de distritos, organização e apoio às comunidades de produtores de frutas (banana/abacaxi/manga) e potenciar o armazenamento de longo prazo e processamento de pequena escala para aumentar a resistência das comunidades altamente produtivas contra os impactes de variabilidade climática.

Actividade 2.2.4. Sob liderança de CADR e colaboração do CIAT e CATAP e apoio das autoridades municipais e Plataformas CC dos Distritos, promover armazenamento de pequena escala dos cereais excedentários de produção ao nível distrital.

Actividade 2.2.5 Sob orientação de delegações de extensão do CADR, dar suporte a associações de mulheres peixeiras nos distritos litorais de CMPLCL de 30 comunidades através do mecanismo “Cash-for-Work, (ou seja, mecanismos de apoio a organização dos mercados rurais) para configurar criar bancadas de mercado de peixe com frigoríficos solares comuns para melhorar a capacidade de resistência de comunidade de pescadores contra impactes da variabilidade climática;

Actividade 2.2.6. Sob liderança de CADR e orientação de delegações de extensão de CADR, dar suporte as Plataformas CC dos Distritos e comunidades no sentido de fortalecer-se as associações de produtores em geral, de modo a organizar-se/ restaurar/reconstruir uma rede de mercados rurais para facilitar o intercâmbio de bens e fortalecer a resiliência das comunidades contra os impactes de CC.

Linha de base – sem intervenção do LDCF

109. São Tomé e Príncipe, juntamente com outros pequenos estados insulares em desenvolvimento, compartilham as mesmas limitações de pequenos mercados internos, dependência de um ou dois produtos de exportação (caso de STP é o cacau), altas taxas de importação de bens que não podem ser produzidos internamente e vulnerabilidade à factores externos, incluindo os riscos de alteração climática global. Esta situação contribui para aumentar a vulnerabilidade das comunidades agrícolas nacionais, das quais, a principal fonte de receitas é o mercado internacional, que é muito irregular em relação a este sector. A mudança climática e a variabilidade representam riscos elevados para a produção agrícola e para as possibilidades de aumentar a produtividade e rendimento, bem como a segurança alimentar dos pequenos agricultores e de uma agricultura rudimentar e pouco diversificada; e que constituem a esmagadora maioria dos pobres rurais de STP. No início do estudo, para resolver esta vulnerabilidade, o GoSTP e os seus parceiros de desenvolvimento, comprometeram-se, através de diferentes projectos e estratégias, em acções de desenvolvimento de capacidades técnicas dos pequenos agricultores, melhoria de acesso aos insumos agrícolas, construir infra-estruturas de apoio a produção agrícola, processamento, armazenamento e comercialização com o fim de aumentar a segurança alimentar e rendimentos dos pequenos agricultores. Dentre essas iniciativas de base, podemos apresentar as seguintes.

Projectos com linhas de base associadas

Linhas de Base do Project #3 O Project de reabilitação das infra-estruturas de apoio a segurança alimentar – PRIASA II (2015 - 2019) (Co-financiamento: 4 milhões de dólares).

110. O objectivo geral do programa é contribuir para a melhoria de segurança alimentar e redução da pobreza em STP. O Projeto está centrado em:

- Contribuir para a melhoria de segurança alimentar e reduzir a pobreza e vulnerabilidade das comunidades pobres em STP;

111. Este projecto promove o aumento da produtividade das culturas alimentares e culturas comerciais, incluindo a produção de cacau, de modo a contribuir para aumentar os ganhos rurais e melhorar a segurança alimentar das comunidades e meios de vida em São Tomé e Príncipe.

112. No entanto, a produção de alimentos e produção de cacau é vulnerável às mudanças climáticas, especialmente com o aumento da intensidade e frequência das secas, a perturbação dos regimes de chuva e inundações bem como outros desastres climáticos. Infelizmente, este projecto, na sua conceição, não integra os riscos de alteração climática, e daí poderá comprometer o atingir dos objectivos. É portanto, uma oportunidade para que os fundos disponibilizados por este LDCF possa complementar as actividades de linha de base em curso para fornecer as comunidades mais vulneráveis e produtores de cacau de pequena escala estratégias de adaptação, tecnologias e habilidades, a fim de tornar as culturas mais resistentes às mudanças climáticas. Assim, esta proposta LDCF visa proporcionar as comunidades beneficiária do PRISA II o apoio consultivo, capacidades e as alterações climáticas que lhes permitirão desenvolver respostas de adaptação adicionais, tais como a terra e gestão de fertilidade do solo, uso eficiente de água, uso de insumos resilientes e outras tecnologias resilientes.

Adaptação alternativa – com intervenção do LDCF

113. No âmbito deste Resultado 3 do Projecto, o GoSTP utilizará os recursos do LDCF no sentido de apoiar eficazmente a integração de adaptação às alterações climáticas nos projectos de desenvolvimento local em STP, em que a orientação relevante se direcione para aumento de alimentos e produtividade, desenvolvimento de pecuária, exploração e gestão florestal, em suma, a subsistência das comunidades rurais. A integração das mudanças climáticas e a sua variabilidade nos meios de subsistência rurais, irão forçar, necessariamente, as comunidades a mudança de agricultura, tornando-a sustentável e resiliente, procedendo à melhorias no domínio da pecuária, usando insumos e praticas que promovam gestão sustentável da água (SLFWM) nas estratégias agrícolas. No entanto, o apoio necessário para o avanço da diversificação da economia rural (incluindo crédito e sistemas de poupança, conselhos de gestão, desenvolvimento de novos canais comerciais...), deverão ser protegidos, a fim de atribuir-se às comunidades outras actividades alternativas de rendimentos. Trata-se de, na verdade, criação de condições que permitam aumentar de forma sustentável a resiliência e capacidades das comunidades se adaptarem à mudança climática através de um conjunto de acções integradas de adaptação (IAM) identificadas pelas próprias comunidades por via de Plataformas CC distritais e comunidades e projectos de planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP); a criação de centros de Transformação de Recursos de Agricultura (comunidade da CART) para melhorar os meios de subsistência nas comunidades; conceição e desenvolvimento de planos de investimentos de medidas de adaptação ao nível comunitário e seleccionados pelas comunidades; desenvolvimento de menos que 3 produtos financeiros de Micro-Finanças, adaptados às necessidades de adaptação identificadas nas comunidades locais para apoiar as actividades geradoras de rendimento alternativo. Todas estas iniciativas e estratégias devem ser identificadas e planificadas pelas próprias comunidades, com o apoio de CATAP, CIAT e as assembleias distritais e governos bem como os planos de adaptação anuais e plurianuais.

Estas iniciativas e estratégias também se destinam a complementar e reforçar os esforços passados e em curso no âmbito de projecto de resiliência PRISA II.

114. Após as avaliações de viabilidade e consultas às partes interessadas, realizadas em Setembro de 2012 e Abril de 2013, os recursos do LDCF serão utilizados para atingir os seguintes resultados:

Custo da component 3

Co-financiamento:	US\$ 4,000,000	
Fundo alocado pelo GEF :	<u>US\$ 1,449,550</u>	
Total.....		US\$ 5,449,550

Resultados e atividades

Resultado 3.1 Distritos e comunidades terão um plano anual e adaptação de vários anos (CC-VAAP) para opções de subsistências resilientes nos 6 distritos e 30 comunidades, desenvolvidos para identificar, priorizar, coordenar e executar as ações de adaptação resultantes de plataformas de mudanças climáticas (CC-DAVIP).

115. Através deste resultado 3.1, os fundos do LDCF serão utilizados para fornecer o suporte (custos de consultas, suporte técnico) para o desenvolvimento do Distrito e planos anuais e de vários anos das comunidades (CC-VAAP). O CC-VAAP irá fornecer as comunidades alguns apoios referidos para identificar as suas próprias necessidades de adaptação, priorizar, coordenar, planificar e assumir a titularidade das acções necessárias para aumentar a sua capacidade de adaptação e a resiliência dos seus meios de subsistência. O CC-VAAP irá compilar e planificar em base anual e plurianual, todas as acções que precisam de ser implementadas pelas instituições de apoio e as próprias comunidades para aumentar a resiliência dos seus meios de subsistência climáticas. Eles incluem todas as necessidades de actividades previstas no âmbito do Resultado 2, para a tomada de decisões em opções de meios de vida mais resistentes e uso de ferramentas sistemáticas para a planificação de iniciativas de adaptação e fortalecimento de resiliência de actividades de desenvolvimento no futuro do clima. Após o término deste projecto, estes distritos e comunidades, apresentarão planos plurianuais de adaptação ao governo central e outras instituições.

Actividade 3.1.1 *Sob liderança de delegações de extensão de CADR e Conselhos Distritais e orientação do CC-CC e em estreita colaboração com o CIAT e CTAP: estabelecer SOP para cada uma das plataformas CC das 30 comunidades e distritos para permitir uma análise oportuna e sistemática das alterações climáticas, limitações de sistemas agrícolas e identificação de elementos resilientes.*

Actividade 3.1.2 *Com base nos resultados da actividade 3.1.1, e em base anual, e sob liderança de delegações de extensão de CADR e orientação de CC dos distritos e conselhos e em estreita colaboração com o CIAT e CATAP:*

Estabelecer previsão sazonal com base no apoio do LDCF e através do EWS e mapear as áreas vulnerabilidade contra produtos agrometeorológicos.

Actividade 3.1.3 *Com base nos resultados da actividade 3.1.1, e em base anual, e sob liderança de delegações de extensão de CADR e orientação de CC dos distritos e conselhos e em estreita colaboração com o CIAT e CATAP: realizar o desenvolvimento da Gestão Integrada de Medidas de Adaptação (IAMS) e integra-lo nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) para cada um dos 6 Distritos e 30 comunidades (CMPLCL).*

Actividade 3.1.4 *Com base nos resultados da actividade 3.1.1, e em base anual, e sob liderança de delegações de extensão de CADR e orientação de CC dos distritos e conselhos e em estreita colaboração com o CIAT e CATAP: realizar exposições, em áreas seleccionadas dos seis distritos e 30 comunidades, de Medidas Integradas de Adaptação (IAM) projetados nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) no sentido de gerar aprendizados experimentais para reduzir riscos CC através de métodos de cultivo resiliente.*

Actividade 3.1.5 *Com base nos resultados da actividade 3.1.1, e em base anual, e sob liderança de delegações de extensão de CADR e orientação de CC dos distritos e conselhos e em estreita colaboração com o CIAT e CATAP: proceder à monitoração e avaliação de implementação de intervenções identificadas nos seis distritos e 30 comunidades (CMPLCL) no sentido de realizar aprendizagens experimental em acções globais do país.*

Resultado 3.2 *O CIAT, CATAP e CADR implementarão tecnologias de longo prazo de adaptação, no âmbito agrosilvopastoril, e ferramentas para fortalecer a resiliência do clima das 30 comunidades mais vulneráveis dos distritos CMPLCL*

110. De acordo com o resultado 3.2, o GOSTP usará os fundos do LDCF para apoiar o CIAT no desenvolvimento de tecnologias⁵ de adaptação agro-silvo-pastoril e sementes resistentes as mudanças do clima e mudas de cacau ao favor do reforço de resiliência do projecto PRISA II. Este resultado também terá o apoio de Taiwan em culturas alimentares, sementes e mudas, tudo no âmbito de preocupação com as mudanças climáticas, bem como elaboração do SOP. A identificação de tecnologias de adaptação terá em conta as tecnologias de adaptação utilizadas com sucesso no projecto-piloto AAP e outros projectos-pilotos ao nível internacional bem como as necessidades de adaptação identificadas pela plataforma CC dos distritos e comunidades. Certamente, as prioridades serão as estratégias para produção de insumos suprlmentos resilientes, gestão de fertilidade do solo e redução de utilização de herbicida e pesticida.

Actividade 3.2.1 *Sob liderança de CIAT e CATAP e com a colaboração directa das delegações distritais do CADR: organizar palestras participativas e visitas de campo com*

⁵ *Essas tecnologias incluem técnicas de economia de água de irrigação, terra resiliente ao clima, estratégias florestais e de gestão da fertilidade do solo e uso de informações sobre o clima relevante e produtos agrometeorológicos, como boletins meteorológicos, avisos de desastres (que será produzido graças ao LDCF / projeto EWS), e outras estratégias*

as comunidades de agricultores e intencionistas, espaço onde se colocará questão que concorram para a melhoria de operações agrícolas sob o impacto das mudanças climáticas.

Actividade 3.2.2 *Sob liderança do CIAT e estreita colaboração com as delegações distritais e CADR: realizar um mapeamento dos principais obstáculos na produção de culturas de modo a reforçar a resiliência as alterações climáticas.*

Actividade 3.2.3 *Sob liderança do CIAT e estreita colaboração com as delegações distritais e CADR: desenvolver tecnologias de adaptação, ferramentas e mecanismos de apoio/identificar acções prioritárias resultantes do mapeamento dos principais obstáculos para a produção de culturas de modo a reforçar a resiliência das 30 comunidades mais vulneráveis, tendo em atenção especial a composição da tecnologia a aplicar, fertilizantes, pesticidas, capacidade de gestão, controlo de plantas daninhas e produção de sementes resistentes as mudanças climáticas e mudas para culturas alternativas (cacau, milho, mandioca, bata-doce, inhame e soja).*

Actividade 3.2.4 *Sob liderança do CATAP e estreita colaboração com as delegações distritais e CADR: realizar mapeamento dos principais obstáculos para fortalecer a resiliência da produção actual de animal, incluindo coelhos, produção de suínos em casas rurais, desenvolvimento de pequena escala de avicultura, etc;*

Actividade 3.2.5 *Sob liderança do CATAP e estreita colaboração com as delegações distritais e CADR: desenvolver tecnologias de adaptação, ferramentas e mecanismos de apoio/superação de acções prioritárias identificadas resultantes do mapeamento dos principais obstáculos para a produção animal de forma a reforçar a resiliência das 30 comunidades mais vulneráveis, com especial atenção para: as comunidades que praticam avicultura de pequena escala, produção de suínos em domicílios rurais e fornecimento de instalações para abate e apoio em inspecção adequado de carne.*

Actividade 3.2.6 *Sob liderança do CIAT e CATAP com a colaboração directa de delegações distritais de CADR: reforço de capacidades para apoiar localmente os pequenos agricultores no sentido de adotar e implementar a novas tecnologias, ferramentas e mecanismos de adaptação.*

Resultado 3.3 Desenvolvimento de Centros de Transformação de Recursos Agrícolas na comunidade (CART nas comunidades) no sentido de complementar o CC-VAAP, com o objectivo de apoiar 2000 domicílios rurais e 30 comunidades mais vulneráveis nos seis distritos de CMPLCL

117. Este resultado 3.3 vai apoiar a transformação de produtos graças ao apoio do resultado 3.2, recursos do LDCF atribuídos ao resultado 3.3, os quais serão utilizados pelo GoSTP para financiar (com o apoio técnico das equipas de extensão formadas no âmbito do resultado 1.3) o projecto de implementação de adaptação nas comunidades prioritárias, com o foco para o aumento de resiliência de actuais meios de subsistência (cultivo de cacau, culturas alimentares) e de diversificação do sustento (agricultura, ecoturismo, exploração de NPFL, pequenos ruminantes, e aves de capoeira, actividades artesanais, oferta de produtos de resiliência...) beneficiando 2000 famílias rurais em torno das 30 comunidades mais vulnerável (com especial ênfase nas famílias em que as mulheres são chefes de família) a ser desenvolvido por *Centros de Transformação de*

Recursos Agrícolas na comunidade nos distritos CMPLCL. Os projectos de adaptação, com o objectivo de reforçar os meios de subsistência, ou seja, actividade agrícolas, irá promover implementação de formações (pelo CATAP e o pessoal de extensão formado no Resultado 1), para os agricultores beneficiários (1500 dos 2000 pessoas referidas neste Resultado) sobre a adopção e difusão de tecnologias sustentáveis para resiliência agro-silvo-pastoral identificadas pelo CIAT no resultado 3.3. Essas tecnologias incluem técnicas de economia de água para irrigação, resiliência de terra face as alterações do clima, estratégias de gestão florestal e de fertilidade do solo e uso de informações relevantes sobre o clima e produtos agrometeorológicos, como boletins meteorológicos, avisos de desastres ambientais (que será implementado graças ao LDCE/EWS), e outras estratégias para apoiar os agricultores destinados ao Projecto PRIASA II, bem como aumento de resiliência noutros agricultores em relação as mudanças climáticas. A opção de subsistência alternativas de clima resiliente incluirá apoio a criação de artesanato e oficinas de SME para construção e manutenção das infra-estruturas de baixo custo nas comunidades (no âmbito do resultado 2.1).

Actividade 3.3.1 *Sob liderança de CADR, orientações de CC-CC e em estreita colaboração com PRIASA e CATAP: apoiar as mulheres locais e jovens das associações de CBO no sentido de criar Centros de Transformação de Recursos Agrícolas (comunidades de CART) no sentido de melhorar os meios de subsistências das comunidades pilotos dos seis distritos referidos (CMPLC);*

Actividade 3.3.2 *Sob liderança de CADR, orientação de CC-CC e em estreita colaboração com PRIASA II e CATAP: prestar apoio técnico na conceição e desenvolvimento do plano de investimentos em medidas de adaptação das comunidades seleccionadas nas comunidades identificadas através de plataformas distritais e zonas onde se registam impactes de alterações climáticas.*

Actividade 3.3.3 *De acordo com os resultados de actividade 3.3.2 e sob liderança de CADR, orientação de CC-CC e em estreita relação com PRIASA II e CATAP: apoiar a criação de infra-estruturas físicas e logísticas em pequena escala para as CART para permitir o funcionamento das actividades do sector de CART nos lugares pilotos dos 6 distritos e 30 comunidades (CMPLCL), por exemplo:*

- *Realização de workshops;*
- *Construção e manutenção de infra-estruturas de baixo custo nas comunidades, incluindo instalações e equipamentos para a produção de geleia de frutas nativas;*
- *Apoiar a criação de instalações de apicultura e produção de mel;*
- *Apoiar a criação de instalações de produção de frutas de licor nativas;*
- *Construção e manutenção de infra-estruturas e capoeiras de baixo custo para as comunidades para criação de pequenos ruminantes e aves.*

Actividade 3.3.4 *De acordo com os resultados de actividade 3.3.3 e sob liderança de CADR e orientação de CC-CC em estreita colaboração com PRIASA II e CATAP: facilitar o estabelecimento de uma estratégia de mercado e /ou mecanismos de exportação para o potencia de produção.*

Actividade 3.3.5 *De acordo com os resultados de actividade 3.3.2 e, sob liderança de CADR, orientação de CC-CC em estreita colaboração com PRIASA II e CATAP: desenvolvimento de capacidades das comunidades para aplicação de carinhos nas comunidades para suporte de medidas de adaptação identificadas nas lacunas de capacidades.*

Actividade 3.3.6 *Sob liderança de CADR e orientação de CC-CC e em estreita colaboração com CATAP: fazer acompanhamento sistemático no local para supervisionar a implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados e desempenho económico-financeiro das pequenas medidas de adaptação.*

Resultado 3.4 Produtos de microcréditos destinados às 30 comunidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL, para aumentar a capacidade de resistência dos meios de vida atuais e atividades geradoras de rendimentos alternativos de apoio aos planos de adaptação.

ONG's locais, como MARAPA e alguns bancos (instituições de Micro-Finanças), e ajudará a implementar o regime de financiamento para actividade de adaptação. Pelo menos 3 produtos de micro-credito serão “desenhados” e oferecido aos beneficiários no sentido de aumentar a resistência dos meios de vida atuais (por exemplo, sementes resistentes e raças de animais, colheita eficiente de água, tecnologias de irrigação e armazenamento, melhorar as capacidades técnicas de pesca ou DPC) e apoiar as actividades geradoras de rendimento alternativos (no âmbito de resultado 2.3). Instituições de Micro-Finanças serão apoiadas no sentido de se adotar uma abordagem financeira direccionada para implementar planos de adaptação nas comunidades. Nestes créditos, vai se testar implementar regimes de pagamento flexíveis, anuais ou sazonais, tendo em conta a variabilidade climática sazonal ou inter-anual, bem como a sazonalidade das actividades geradoras de rendimentos alternativos. Esta abordagem será implementada acautelando o risco de reembolso global e a disciplina financeira de todas as partes envolvidas. O Project vai ajudar as instituições de micro-finaças (IMFs) no sentido de identificar os membros das comunidades com vontade de participar neste crédito, e aceitar os termos e condições do projecto; identificar interesses de inovação demonstrados sobre as opções de meios de vida atuais (avaliação dos interessados pode ser feita pelos funcionários de extensão residentes e ONG's) e fornecer incentivos (por exemplo, através de reembolso flexível) para adopção de práticas de adaptação, incluindo a formação e um pacote de serviços técnicos dos técnicos de extensão rural.

Actividade 3.4.1 *Em parceria com o PNUD CO e CC-CC: facilitar consultas com as IMF para avaliar em que condições das IMF podem lançar um convite à apresentação de propostas para oferecer, pelo menos, três produtos financeiros de Micro-Finanças, serviços/mecanismos (ou seja, microcrédito, poupança-seguro) adequados às necessidades de adaptação identificadas nas comunidades locais, de modo a aumentar a capacidade de resistência dos meios de vida atuais e apoiar as actividades geradoras de rendimentos alternativos.*

Actividade 3.4.2 *Em parceria com o PNUD CO e CC-CC com ajuda de Micro-Finanças específicos: dar apoio as IMF para desenvolver directrizes para realizar avaliações de riscos e benefícios financeiros de opções de adaptação às alterações climáticas pré-seleccionadas como prioritárias;*

Actividade 3.4.3 *Com base nos resultados das actividades 1.4.5 e sob liderança de CADR, orientação de CC-CC em estreita colaboração com o líder e membros (LMMS) e projecto CC-EWS, incorporar informações de riscos de alterações climáticas na avaliação*

financeira (Actividade 3.4.2) de informações financeiras no âmbito de agro silvo pastoral e dar formação aos técnicos das IMF para avaliação financeira, organizacional e institucional das propostas recebidas.

Actividade 3.4.4 *Sob liderança de delegações distritais de CADR, liderança dos membros das administrações (LMMS), ONGs e MFI locais: identificar os membros das comunidades com vontade de participar no crédito de Micro-Finanças, e que já tenha demonstrado o interesse em inovar sobre as opções de meios de subsistência atuais, e que esteja em condições de aceitar os termos e condições do projecto.*

Actividade 3.4.5 *Sob liderança de delegações distritais de CADR, gestores de líderes e membros (LMM) ONG's locais e IFM: dar formação/ assistência técnica às comunidades locais para adquirir habilidades e ferramentas para o desenvolvimento, avaliação e execução de planos de investimento para adaptação.*

3.3 Indicadores-chave, riscos e princípios

119. O quadro de indicadores proposto pelo projecto de seguimento de adaptação GEF-5 e ferramentas de avaliação (AMAT) está alinhado com o quadro de indicadores de adaptação M&E do PNUD e gestão baseada em resultados (RBM). A conceção do projecto prevê ainda o desenvolvimento de ferramentas específicas de M&A, especialmente para implementação local. A implementação ao nível local do M&A pode ser uma poderosa ferramenta de gestão e comunicação, no seguimento e demonstração de resultados do projecto nos locais. Prevê-se desenvolver um quadro de M&E mais detalhado durante a fase inicial do projecto para fins de gestão nacionais.

120. Um projecto global de M&E foi elaborado e está incluído no respectivo item do documento abaixo. Nele, prevê-se o progresso regular de relatórios, bem como auditorias, uma avaliação intercalar e uma avaliação final do projecto.

121. Os indicadores são projectados para medir a mudança na cobertura, impactos, sustentabilidade e replicabilidade do projecto LDCF. Estes indicadores permitem acompanhar o progresso na realização do objectivo do projecto e os resultados. A linha base, alvo, fonte de verificação, riscos e assunção estão detalhados por indicador abaixo no Quadro de Resultados do Project (ver secção 4). Valores e metas por indicador de linha de base são projectados para ser verificada nos primeiros seis meses de implementação do projecto.

122. Os indicadores de base do projecto são os seguintes (Tabela 4)

Tabela 4 - Indicadores de resultados

Indicador	Escala de tempo e Medição
<i>Resultado 1. A capacidade do CATAP, CIAT, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e CBO reforçada para apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais do clima.</i>	

<p>Indicador 1 1.1 Capacita, de índice de percepção em CATAP, CIAT, CSE, OSC, CBO e distritos conselhos. (Linha de base: 0; Alvo: ≥ 3)</p>	Prazo: Até o ano 4 do projecto. Medido por: VRA Levantamento de campo e APRs / PIR.
<p>Indicador 2 1.2 Numero de Pessoal de Extensão Agrícola (incluindo mecanismos de formação para trabalho) formados em estratégias de adaptação para suportadas as plataformas de mudanças climáticas nas comunidades seleccionadas pelos agricultores. (Linha de base: 12; Alvo: ≥ 60)</p>	Prazo: Até o final do projecto Medido por: Acompanhamento dos projectos e APRs / PIR.
<p><i>Resultado 2. Redução da vulnerabilidade dos meios de subsistência rurais aos riscos de alterações climáticas através de infra-estruturas e mecanismos de gestão de riscos de alteração climática.</i></p>	
<p>Indicador 1 2.1 Número de recolha de chuvas de pequena escala, número de estruturas de armazenamento de água e / ou de pequenas redes de irrigação estabelecidas ao nível comunitário. (Linha de base: 0; Alvo: ≥ 1 por aldeia alvo)</p>	Prazo: Até o final do projecto Medido por: Acompanhamento dos projectos e relatórios de avaliação técnica APRs / PIR.
<p>Indicador 2 2.2 Número de há que beneficiaram de quaisquer formas de controlo de erosão, bem como diques e diques para proteger campos contra inundações. (Linha de base: 0; Alvo: ≥ 10 há)</p>	Prazo: Até ao final do projecto Medido por: Acompanhamento dos projectos e relatórios de avaliação técnica (PIR).
<p><i>Resultado 3. As estratégias de adaptação são projectados e transferidas para reforçar a resiliência do clima das comunidades nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe.</i></p>	
<p>Indicador 1 3.1 Número de medidas CCA implementado com sucesso pelos membros da comunidade, como resultado de um empréstimo de microcrédito. (Linha de base: 0; Alvo: ≥ 2)</p>	Prazo: Até o final do projecto Medido por: relatórios de avaliação do Project (PIR) e relatórios de avaliação técnica APRs / PIR.
<p>Indicador 2 3.2 Número de medidas integradas de adaptação (IAM) incluídas nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) que foram demonstrados e ampliados ao nível da comunidade com sucesso.</p>	Prazo: Até o final do projecto Medido por: Project de relatórios de avaliação (PIR). Medidas de Adaptação Integradas e Planos de Adaptação Anuais e Plurianuais.

(Linha de base: 0; Alvo: ≥ 5)

123. Os riscos de Log completo está no Anexo 1 do documento do projecto. Neste anexo, inclui-se riscos identificados no PIF bem como riscos recentemente identificados e contra medidas recomendadas. Os obstáculos/barreiras estão no item sobre obstáculos/barreiras (item 1.3.1) acima e estão aí demonstrados os fiscos especificados na Tabela 5. A maioria dos riscos são organizacional ou de natureza estratégica, e referem-se principalmente `baixas capacidade individuais e institucionais das atuais estrutura de serviço publico em termos de adaptação. Os riscos que podem afectar potencialmente o sucesso do projecto estão previsto no Anexo 1.

Tabela 5. Principais riscos e Pressupostos

RISCOS	ASSUNÇÃO
Apoio insuficiente institucional e compromissos políticos e falta de coordenação das várias partes interessadas.	Governo está empenhado em apoiar a implementação das medidas de adaptação nas comunidades vulneráveis seleccionadas do Cal é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) distritos; As partes interessadas e comunidades locais estão empenhadas em implementar as intervenções do projecto e fornecer o apoio e colaboração necessária.
A falta de capacidade das comunidades para desenvolver Medidas de Adaptação Integradas (IAMS) incluídos nos planos anuais e plurianuais de adaptação (CC-VAAP) e insuficiência de intencionistas capazes de apoiar as zonas rurais na implementação da comunidade anual e planos de adaptação de vários anos (CC-VAAP).	O projecto vai treinar pelo menos 90 funcionários em Extensão Agrícola (incluindo em esquemas de treinamentos de trabalho) sobre estratégias de adaptação para apoiar a plataforma de mudança de alterações climáticas nas comunidades vulneráveis. Comunidades serão treinadas e equipadas para identificar as suas próprias necessidades de adaptação, priorizar, coordenar e planear.
Fraca capacidade institucional ao nível distrital para supervisionar, apoiar e orientar o processo de criação de distritos e comunidades Plataformas CC (CC-DAVIP)	O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MAPDR) tem apenas as delegações CADR de extensão ao nível distrital e local, que podem ser de capacidade reduzida na supervisão, execução técnica e fiduciária de projectos. No entanto, as actividades do projecto na produção de 1,4, em estreita parceria com o

	CIAT, CATAP e CADR irá desenvolver a capacitação para ajudar a mitigar o risco associado à fraqueza das capacidades institucionais.
Instituições de Micro-Finanças (IMFs), com resistência à riscos podem abster-se de desenvolver produtos inovadores para financiar a adaptação bem como podem ser impedidos de incorrer em despesas iniciais, mesmo quando o saldo global dos custos e benefícios é positivo.	Instituições de Micro-Finanças serão sensibilizadas sobre os interesses financeiros de adaptação apoiados para desenvolver directrizes para a integração de riscos climáticos, informações sobre a avaliação do pedido financeiro sobre essas orientações. Isto será concluído por meio de consultas com o Governo para identificar os incentivos para a IMF para integrar a área de adaptação às alterações climáticas. Isso permitirá reduzir o receio de desenvolver os produtos financeiros.
Continua queda dos preços de cacau, café,...) :	Estudos têm revelado que, quando os preços do cacau são baixos, os produtores de cacau em STP complementam a diminuição dos rendimentos agrícolas com a produção de carvão e isso tem contribuído no esgotamento dos recursos florestais em STP. Por isso, se os preços das culturas de exportação experimentarem a contínua queda, isso pode levar a um desinteresse dos agricultores para as actividades do projecto relacionadas com essas culturas, afectar negativamente a prossecução dos objectivos do projecto para preservar a integridade do ecossistema florestal e para o sucesso do projecto em conjunto. A ênfase do projecto em resilientes actividades geradoras de renda, a alternativa de mudanças climáticas irá ajudar a mitigar esse risco, dando aos agricultores fontes receitas mais seguros, menos vulneráveis ao contexto do mercado internacional.
A má coordenação, a fraca capacidade das partes interessadas e a falta de vontade dos residentes nas comunidades reduz no apoio para a implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas.	As medidas de adaptação às alterações climáticas correspondem às necessidades urgentes expressas pelos defensores primários, especialmente os moradores da comunidade que irão reduzir o risco da falta de apoio às mesmas. Haverá um claro arranjo na gestão de projectos e interacções regulares entre as partes interessadas.
O risco climático, a redução e actividades geradoras de renda alternativas e mecanismos de financiamento aumentarão o endividamento e a capacidade de vulnerabilidade e programas de apoio técnico serão concebidos e implementados	Programas de capacitação e suporte técnico serão concebidos e implementados para qualquer produto financeiro inovador destinado a financiar a redução do risco do clima que será introduzido. O reforço das capacidades será alvo de melhorar

para qualquer produto financeiro inovador destinado a financiar a redução do risco do clima que será introduzido.	a capacidade de MFI para avaliar a adequação do candidato para quaisquer facilidades de crédito de redução de riscos climáticos e da rentabilidade económica do clima estratégias de redução de riscos em busca de financiamento.
Comunidades não podem adotar a protecção do ecossistema e as medidas de melhoria	A sensibilização das comunidades sobre os benefícios associados com o reflorestamento é central para as actividades de reflorestamento pilotados pelo projecto. A equipa do projecto terá como base a experiência de outros projectos que desenvolvem actividades semelhantes para promover as boas práticas, e reduzir esse risco.

2.6. Custo-efectividade

124. Reforçar a capacidade de adaptação do país aos impactos das alterações climáticas foi identificado no NAPA como prioridade de adaptação urgente e imediata, com a relação custo-benefício imediato mais alto. O projecto está cumprindo três das vinte e duas opções de adaptação prioritárias do NAPA identificados urgentes e imediatas que requerem atenção urgente. Além disso, o projecto foi concebido para complementar e desenvolver o trabalho em curso de agências de linha, incluindo outros grandes projectos assistidos por doadores como descrito em detalhes na Seção 2.3, aumentando assim a sua eficiência, rentabilidade e sustentabilidade.

125. O projecto irá, entre outras coisas, informar e complementar os investimentos iniciais no valor de mais de US \$ 60 milhões no reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência das comunidades às mudanças climáticas em São Tomé (ou seja, o PRIASA II, SATOCAO, Projecto de Taiwan e "Aliança para a mudança climática global (GCCA) "projecto). O sucesso desses projectos é susceptível de ser prejudicado por impactos previstos da mudança climática devido ao fato de que a problemática das alterações climáticas actualmente não estão integrados nesses projectos. O impacto económico das actividades do projecto relacionadas com esses projectos de linha de base é, portanto, potencialmente muito maior do que o seu investimento inicial e, portanto, muito provável que seja rentável.

126. Além disso, as actividades do projecto LDCF vão consolidar o trabalho em curso na linha de base, conquistas e acções planeadas existentes por outras iniciativas, como os projectos PRIASA II e SATOCAO. Isso permitirá que a capacidade institucional a ser construída de forma rentável, ajudando finalmente no desenvolvimento dos planos anuais e plurianuais de comunidades de adaptação (CC-VAAP), bem como o planeamento e implementação de medidas integradas de adaptação (IAM). Esta abordagem complementar existente, projectos relacionados são mais rentáveis do que se a implementação de uma

iniciativa separada, uma vez que irá permitir que o projecto LDCF seja gerido no âmbito dos quadros institucionais e de gestão existentes.

127. Todos os custos dos factores de produção, recursos humanos, suprimentos são destinados a serem competitivos, tanto no contexto nacional e internacional. Através da implementação de medidas integradas de adaptação (IAM) identificadas pelas próprias comunidades através das Alterações Climáticas Distritais e Plataformas e projectado nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) e promoverão a manifestação em áreas seleccionadas de comunidades vulneráveis, bem como a criação de centros de Recursos Agrícolas e de transformação para a melhoria das Comunidades em meios de subsistência, o projecto tem como objectivo chegar a um total de cerca de 9.070 pessoas, com um investimento médio de US \$ 440 por cada membro da comunidade vulnerável diretamente afectado pelo projecto (LDCF orçamento total, incluindo os custos de gestão). Os benefícios tangíveis provenientes deste investimento por família compensarão os custos.

128. Onde técnicas actuais, infra-estruturas e medidas de adaptação em pequena escala devem ser identificados pelos membros da comunidade e partes interessadas na fase de iniciação (após o estudo dos diferentes opções), o custo-eficácia será um factor chave a ser levado em consideração. Além disso, a eficácia dessas actividades em aumentar os meios de subsistência das comunidades em resistência às mudanças climáticas será testada e medida durante o percurso do projecto. Este objectivo será atingido através de uma análise económica e análises custo-benefício para determinar se cada actividade é uma opção dada às condições economicamente viáveis de mudanças climáticas. As actividades de maior sucesso serão priorizadas para up-scaling para as comunidades e detalhes sobre sua implementação vizinho serão divulgados amplamente nos ateliers / eventos de formação desenvolvidas pelo projecto.

129. As medidas de adaptação para serem pilotadas pelo projecto, especialmente as actividades de reflorestamento e restauração com o projecto, a implementação e manutenção de infra-estruturas comunitárias de baixo custo para combater as cheias "campos induzidas pelo clima de erosão do solo e das culturas (ver parágrafo 128), terão vários benefícios para uma ampla gama de beneficiários. Medidas como a introdução de técnicas de captação de água das chuvas, técnicas de irrigação de poupança de água e resiliência ao clima, floresta e estratégias de gestão de fertilidade do solo vão permitir que as comunidades possam capitalizar sobre os episódios de aumento das chuvas, como resultado das mudanças climáticas usando relativamente equipamentos de baixo custo. Além disso, o desenvolvimento do clima e do tempo de segurança de desastres extremos e redes de mecanismos, tais como bancos de cereais, cooperativas de alimentos e de outros mecanismos baseados na personalização para a gestão de riscos associados aos impactos da variabilidade climática sobre os recursos alimentos, recursos naturais e económicos, e meios de vida (ver parágrafo 129), irão melhorar a capacidade de adaptação dos membros da comunidade. Tais medidas também são relativamente de baixos custos e são susceptíveis de serem facilmente adoptadas por membros da comunidade, que irão catalisar a adaptação em áreas vizinhas de demonstração do projecto.

130. As lições aprendidas com as intervenções sobre-o-terreno serão absorvidas e divulgadas através, nomeadamente: i) Escolas de Campo (CC-FFS de) em parcelas de demonstração, para treinar e esclarecer organizações de base comunitária e os agricultores da comunidade sobre a segurança e eficácia uso de insumos agrícolas (equipamentos, sementes, outros insumos agrícolas...); ii) página www para a divulgação de abordagens de adaptação com base na comunidade, lições aprendidas e conhecimento tradicional das comunidades a ser amplamente compartilhado com parceiros locais, agências internacionais, comunidade científica; iii) um conjunto de ferramentas que define metodologias utilizadas para avaliar os riscos das mudanças climáticas, adaptação e implementação de planeamento, análise de custo-eficácia e um plano de replicação para todas as plataformas CC dos seis distritos; e iv) Formação em mudanças climáticas e adaptação em Módulos (CCTAM), uma caixa de ferramentas que incluem cursos, guias e manuais. Esta abordagem integrada fornece uma maneira económica de informar uma vasta gama de interessados, que incluem funcionários do Governo, técnicos, os decisores políticos, os profissionais de restauração, cientistas, estudantes, universitários e público em geral.

131. Finalmente, quanto à aquisição de insumos do projecto, procedimentos normais do GoSTP e PNUD serão cuidadosamente aplicados para garantir valor em dinheiro em todas as aquisições de bens e contratação de serviços para o projecto, e o projecto usará rigorosa auditoria interna e externa e controlos que atendem aos padrões internacionais.

2.7. Sustentabilidade

132. O projecto aborda principais prioridades do desenvolvimento nacional em destaque em São Tomé e Príncipe segundo o documento da Redução da Pobreza Documento de Estratégia (PRSP II) 2012-2016, bem como as prioridades relacionadas com as mudanças climáticas identificadas e especificadas através do processo de NAPA participativo e de baixo para cima. O projecto conta com um forte apoio do Governo, bem como buy-in ao nível distrital. Em consequência, um elevado compromisso em realizar as actividades do projecto e para internalizá-los nas acções governamentais de longo prazo, é dado para up-scale e aprendizagem adaptação integrada em políticas de longo prazo, planos e orçamentos nacionais. Além disso, as outras partes interessadas, incluindo o sector privado, consultado durante a fase PPG manifestaram o seu total apoio, pois o projecto aborda as prioridades de adaptação urgentes e imediatas identificadas através do NAPA.

133. À medida que as intervenções do projecto ao nível local de demonstração são das necessidades e à ser implementado de forma participativa, a aplicação do estado da arte (“state-of-the-art”) de aprendizagem pela ação dos agricultores, um elevado nível de sustentabilidade e absorção de capacidade de adaptação também estará prevista.

134. A capacitação é uma das bases fundamentais para a abordagem do design. As instituições governamentais serão reforçadas para serem capazes de lidar com os riscos das mudanças climáticas e as necessidades de adaptação. Especialmente CIAT, CATAP e o CADR, bem como o pessoal ao nível distrital e as autoridades dos distritos mais vulneráveis de Cal é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) serão melhor posicionadas para emergir como autoridades competentes em matéria de adaptação na segurança agrícola e alimentar.

135. Por isso, o projecto foi concebido com um forte enfoque na capacitação, particularmente na formação de pelo menos 90 técnicos em extensão agrícola (incluindo “on-the-job” esquema de treinamentos) sobre estratégias de adaptação para apoiar a plataforma de mudanças climáticas e as comunidades vulneráveis em CMPLCL de transição para os meios de subsistência resistentes ao clima (actividade 1.3.3). Esses funcionários de extensão, bem como a participação dos interessados em ampla consulta através das plataformas distrital e local serão a garantia de que as actividades do projecto pode ser prorrogado para além do período de apoio LDCF. Além disso, colocar num esforço concertado de lidar com os riscos das mudanças climáticas com os agricultores locais, pilotando as opções de adaptação e utilização do local da manifestação como um "laboratório de aprendizagem" inclusive para funcionários de extensão, irá formar a base para a sustentabilidade de:

- i) A ação de adaptação proposta no terreno e;
- ii) abordando os riscos das mudanças climáticas e sustentabilidade e adaptação em todo o quadro político. Isto é consecutivamente abordada nas Saídas 2.1, 2.2 e 3,2-3,3 e as actividades do projecto subjacente.

136. Além disso, o projecto inclui especificamente um conjunto de iniciativas de capacidade e formação com o objectivo de garantir a sustentabilidade dos resultados do projecto particularmente na componente 1. Estes incluem a saber: O estabelecimento de uma parceria com um Centro de treinamento de adaptação à mudanças climáticas internacional para desenvolver e conceber programas de treinamento in-house para CIAT, visando o desenvolvimento de uma estratégia para a sustentabilidade das mudanças climáticas programa de pesquisa e adaptação do CIAT em STP (Actividade 1.1.3); a formação de 50 instrutores (membros da equipe técnica do CATAP) em impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola, cultivo resistente, e de adaptação às alterações climáticas, tecnologias agrícolas para reforçar a sua capacidade institucional como centro de treinamento de adaptação às alterações climáticas agro-silvo-pastoril nacional (Saída 1.2); o desenvolvimento e entrega de capacidade e um programa de capacitação em planeamento CC de resiliência e adaptação de métodos e técnicas (actividade 1.4.4) para o líder e membros da administração (LMMS) de todas as plataformas de 30 comunidades CC (CC-DAVIP); a formação até de 300 representantes dos distritos e povoados plataformas, os governos distritais em conjunto sobre como identificar elementos resilientes de opções de meios de vida atuais e integrar-se às Mudanças Climáticas, planos de adaptação anuais (CC-VAAP) para o desenvolvimento e

implementação de práticas adaptativas (saída 1,5); e, finalmente, a formação de até 10 membros do Centro de Vigilância Ecológica (CES) e pela Direcção-Geral do Ambiente (DGE) em técnicas de geoprocessamento e habilidades para aumentar a sua capacidade na integração dos riscos climáticos no acompanhamento da evolução dos ecossistemas STP e a identificação dos riscos climáticos em 6 distritos de CMPLCL e 30 comunidades mais vulneráveis (saída 1.6).

137. Para sustentar as intervenções do projecto LDCF além do período de implementação do projecto, a apropriação do projecto LDCF por estruturas do Governo (principalmente do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD)) é essencial.

Consequentemente, os departamentos relevantes do Governo (como CIAT, CATAP e CADR), bem como as comunidades locais foram envolvidos no projecto e precisam ser totalmente envolvidos na implementação de intervenções do projecto. Esta abordagem participativa foi iniciada através dos estágios iniciais do processo, através da colaboração com os departamentos governamentais nacionais em projetar a abordagem do projecto LDCF e intervenções. A implementação das actividades do projecto incluirá capacitação técnica focalizada em departamentos governamentais competentes que irão coordenar e / ou apoiar a implementação do projecto LDCF. Além disso, as comunidades locais serão consultadas durante o desenvolvimento de quaisquer medidas de adaptação ou de infraestrutura. Necessidades da comunidade que serão abordadas pelo projecto LDCF, através dos Distritos e das localidades, em plataformas (Comités de mudanças climáticas- CC-DAVIP) nos seis distritos de CMPLCL, e que incentivem a propriedade da comunidade das actividades do projecto. Funcionários do Governo, particularmente os funcionários de extensão rural serão envolvidos nesses exercícios de capacitação da comunidade, e como resultado, a capacidade do Governo de trabalho no projecto para desenvolver e implementar medidas resilientes relacionados com o clima vai ser significativamente reforçado, o que será benéfico para o futuro da segurança alimentar das comunidades vulneráveis em São Tomé e Príncipe.

2.8.Replicabilidade

138. O projecto está sendo implantado em comunidades mais vulneráveis seleccionadas dos distritos de São Tomé de Cal é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL). Há, portanto, um potencial considerável para a replicação generalizada das intervenções em escala nacional maior. O projecto prevê a criação de Escolas de Campo para Agricultores na vertente de Mudanças Climáticas, (CC-FFS de) e parcelas de demonstração, para treinar e esclarecer organizações de base comunitária e os agricultores da comunidade sobre a segurança e uso eficiente de insumos agrícolas (equipamentos, sementes, outros insumos agrícolas...). Portanto, por meio dessas actividades específicas do projecto, partes interessadas a nível local serão capacitadas e envolvidas na implementação de actividades do projecto garantindo assim que o projecto oferece benefícios tangíveis. Isto vai certamente melhorar a probabilidade de replicação de tais actividades em outros lugares, como as partes

interessadas serão capacitados com as habilidades para replicar actividades e serão expostas aos benefícios associados com actividades bem-sucedidas.

139. O projecto também irá gerar a documentação importante de estudos e análises, incluindo o desenvolvimento de formação em mudanças do clima e adaptação em Módulos (CCTAM), uma caixa de ferramentas que incluem cursos, guias e manuais que serão amplamente divulgados através de seminários e redes de conhecimento existentes. É importante ressaltar que o projecto vai garantir que as lições do projecto emergentes das actividades do projecto-chave, tais como a recolha de águas pluviais, águas pluviais de infiltração e reflorestamento serão documentados. Além disso, as melhores práticas e documentação do projecto serão divulgados a nível mundial através da plataforma baseada na web do projecto a ser criado para a divulgação de abordagens de adaptação com base na comunidade, lições aprendidas e conhecimento tradicional das comunidades a ser amplamente compartilhado com parceiros locais, agências internacionais, comunidade científica e através do PNUD "s Mecanismo de Adaptação de Aprendizagem (ALM) e" plataformas de conhecimento de base ".

140. Por fim, o programa de Micro-Finanças a ser promovido pelo projecto vai aumentar a conscientização das comunidades às oportunidades no mercado de pequena escala relacionado à adaptação às mudanças climáticas. Ao demonstrar como os investimentos em meios de subsistência resistentes ao clima podem ser rentáveis, o projecto vai, assim promover a ampliação dos serviços de micro-financiamento para além dos locais do projecto.

2.9. Plano de participação das partes interessadas

141. Todos os principais interessados foram consultados na conceituação do projecto e fase de projecto, antes e durante a fase de preparação do projecto, como parte de seus mandatos como contrapartidas governamentais-chave do processo.

142. O projecto de proposta foi apresentado a uma ampla gama de partes interessadas num seminário nacional em (Novembro de 2013) e seus insumos foram utilizados para desenvolver ainda mais a concepção do projecto e o núcleo do Documento de Project. Uma missão adicional foi realizada no país para estabelecer a linha de base de Comunidades e das partes interessadas vulnerabilidade para a mudança induzida, eventos climáticos extremos climáticos e para saber mais sobre as prioridades da comunidade e partes interessadas para a adaptação às alterações climáticas para melhorar a resiliência nas comunidades de subsistência. Ver Anexo 2 para a lista completa de análise das partes interessadas do projecto e consultas.

143. As partes interessadas envolvidas em todas as consultas que foram realizadas durante a fase de preparação do projecto incluem uma variedade de tipos de grupos, todos com seus próprios interesses e preocupações (Tabela 6). Eles têm diferentes papéis a desempenhar no projecto e a tabela abaixo indica as principais partes interessadas e seus possíveis papéis.

Grupos ao nível nacional incluem o governo central, e as agências do GoSTP autónomos, como o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD), CIAT, CATAP e CADR.

144. Liderança tradicional, embora civil, é nomeada através de instituições estatais. A instituição líder para todas as saídas do projecto é do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD). A estratégia de implementação para o projecto depende da participação abrangente das partes interessadas.

Tabela 6. As principais partes interessadas envolvidas em todas as consultas e suas possíveis funções e suas possíveis funções

OS INTERVENIENTES	PAPEIS RELEVANTES
Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento (MADR)	<ul style="list-style-type: none"> • Será que assumem o papel de agência de implementação e, portanto, será responsável pela execução do programa. • Farão parte da Comissão de Coordenação. • Assumirão a cadeira da comissão técnica (CTP) do Project. • Designarão o director nacional para o projecto. • Será a sede da equipa de gestão de projectos (alocar espaços de trabalho adequados, incluindo água e electricidade). • Implementará as actividades do projecto e assegurará a participação das suas instituições representativas ao nível das 2 ilhas • Garantir á a integração e compartilhamento de lições aprendidas com o projecto em compartilhar redes de conhecimento.
Divisão de Agricultura, Ministério da Planificação e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Farão parte da Comissão de Coordenação • Participará da selecção dos locais do projecto • Partilhará a responsabilidade de apoiar e acompanhar o projecto ao nível local e comunitário
Associações de desenvolvimento agrícola e cooperativas que intervêm nas áreas de implementação de projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na escolha de três locais, à nível local e da comunidade • Facilitar a coordenação eficiente do projecto no, nível local e comunidade nacional • Ser responsável pela mobilização da comunidade • Partilhar a responsabilidade de apoiar e acompanhar o projecto à nível local e comunitário
Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro Pastoral (CATAP)	<ul style="list-style-type: none"> • Fará parte da Comissão de Coordenação. • Fornece supervisão técnica dos agricultores beneficiários; • Suporte técnico e consultoria para o benefício das comunidades beneficiadas; • Implementação de programas de formação e extensão das boas práticas agrícolas para se adaptar • Será responsável pela identificação e o teste do clima, da agricultura resiliente e pacotes tecnológicos • Apoiará o CIAT na concepção e implementação de um pacote de treinamento em clima de agricultura resiliente e pacotes tecnológicos • Garantirá a integração das alterações climáticas em qualquer programa de pesquisa sobre a agricultura • Trabalhará em colaboração com o CIAT para o desenvolvimento de uma plataforma nacional para a partilha de conhecimentos e experiências com os projectos de adaptação às alterações climáticas, incluindo este projecto
Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT)	<ul style="list-style-type: none"> • Fará parte da Comissão de Coordenação. • Será responsável pela concepção e implementação de um pacote de formação sobre o clima da agricultura resiliente • Será responsável pela identificação e pelo teste de clima e de tecnologias agrícolas resilientes • Participar no desenvolvimento e revisão da política do país em pesquisa sobre o

	<p>desenvolvimento agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com o CATAP para o desenvolvimento de uma plataforma nacional para a partilha de conhecimentos e experiências entre os projectos de adaptação às alterações climáticas no sector da agricultura, incluindo este projecto
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR)	<ul style="list-style-type: none"> • Fará parte da Comissão de Coordenação. • Será responsável pela concepção e implementação de um pacote de formação sobre o clima da agricultura resiliente • Será responsável pela identificação e testes de clima e tecnologias agrícolas resilientes • Será responsável pela realização de agricultura e pescas, extensão de apoio às comunidades locais nos seis distritos, promovendo todos os tipos de apoio necessários para uma boa agricultura, pescas e desenvolvimento ambiental. • Trabalhará com o CATAP e CIAT para o desenvolvimento de uma plataforma nacional para a partilha de conhecimentos e experiências com os projectos de adaptação às alterações climáticas no sector da agricultura, incluindo este projecto.
Federação da ONGs – FONG STP	<ul style="list-style-type: none"> • A realização do projecto, sobretudo em aspectos relacionados com a implementação da construção nas capacidades das comunidades e outras actividades de apoio para proteger os meios de subsistência das comunidades contra as alterações climáticas.
Autoridades distritais	<ul style="list-style-type: none"> • Farão parte da Comissão de Coordenação. • Farão parte das Alterações Climáticas Distritais e localidades Plataformas e projectado nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP). • A realização do projecto, sobretudo em aspectos relacionados com a implementação da construção nas comunidades capacidades e outras actividades de apoio para proteger os meios de subsistência das comunidades contra as alterações climáticas.
Comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> • Os principais beneficiários do projecto. • Execução e controlo • Para ser associado à execução e prestação de contas • Concursos públicos • Recrutamento e facilidades • Preparação de AWP • Despesa de Orçamento • Reportagens
Líderes Comunitários	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão comunitária e representação das comunidades nos processos decisórios. • Será parte de comissões distritais CC (CC-CC do) para supervisionar, apoiar e orientar o processo de criação nos distritos e localidades Plataformas CC (CC-DAVIP) • Será parte da Leading e Gestão de deputados (LMMS) de todas as plataformas de 30 comunidades CC.
Tribunal Nacional de Contas	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo financeiro • Relatório • Capacitação para funcionários distritais
Descentralização da direcção	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar o trabalho dos distritos • Política do Governo na descentralização

2.10 O cumprimento do PNUD - Políticas de salvaguarda

145. O processo de aplicação dos requisitos de salvaguarda do PNUD como indicado que as actividades propostas pelo projecto não serão susceptíveis a ou levar ao aumento da vulnerabilidade a terremotos, deslizamentos de terra, erosão, inundação ou condições climáticas extremas. Na verdade, a intenção do projecto é abordar este risco existente através do aumento da resiliência do clima através de i) a criação de estruturas de pequena escala complementadas por árvore / grama plantio para proteger cultivo da terra de fenómenos de erosão em locais abandonados e vulneráveis da CMPLCL 30 localidades; e ii) o programa de reabilitação para trilhos rurais (Caminhos Rurais) para apoiar a organização dos mercados rurais em 30 localidades mais vulneráveis.

146. No processo de adição de aplicar requisitos de salvaguarda do PNUD as actividades desenvolvidas pelo projecto será duvidoso de ter impactos negativos que podem afectar mulheres e capacidade dos homens de utilizar, desenvolver e proteger os recursos naturais e outros bens de capital natural como a ideia é melhorar a terra e gestão dos recursos naturais nas imediações das propostas de infra-estruturas de pequena escala de base comunitária com a participação de organizações comunitárias.

147. Além disso, as exigências de salvaguarda do PNUD não indicam que a intervenção física que irá ocorrer durante a execução do projecto será improvável afectar áreas que têm conhecido significado físico ou cultural para grupos locais e outras comunidades com reivindicações culturais assentadas reconhecidas dado que estas serão pequena comunidade de infra-estrutura escala, ou baseados em dinheiro para o esquema de trabalho.

148. O projecto resultará em nível político e planeamento resultados (saída 1.6 e 1.6.2 e 1.6.3 Actividade), em especial com relação a (i) integração das alterações climáticas, riscos nas políticas e planos nacionais que visam proteger os ecossistemas agrícolas e florestais contra as mudanças climáticas e os impactos da variabilidade e (ii) a integração dos riscos de alterações climáticas nas estratégias de conservação da biodiversidade ao nível comunitário para alcançar 3 dos 5 objectivos estratégicos do NBSAP.

149. A única área clara que esta análise identificou para a continuação dos trabalhos é de voltar a rever as medidas em vigor para a concepção e implementação de algumas categorias de infra-estruturas rurais de pequena escala, particularmente em relação à colheita de chuvas de pequena escala (Actividade 2.1. 2); e instalação de armazenamento de água ao nível das comunidades e redes de pequenos sistemas de irrigação, incluindo instalação de redes de água e de condução de entrega para apoiar sistemas agrícolas comunitárias resilientes em áreas propensas à seca de CMPLCL 30 aldeias (actividade 2.1.3). Portanto, a recomendação seria de acompanhar esta questão e ser levantada nos encontros LPAC e incluído como um item da agenda da reunião no início do projecto para acompanhamento pela Unidade de Meio Ambiente do PNUD. Particularmente, deve haver um acompanhamento sobre as seguintes saídas 2.1, 2.2 e 3.3.

3. QUADRO DOS RESULTADOS DO PROJECTO

Este projecto contribuirá para atingir o seguinte Resultado do Programa no País, conforme definido em CPAP ou CPD:

Em 2016, o Governo e os distritos, bem como a **população**, adotarão técnicas e comportamentos que promovam um ambiente sustentável e garantirá uma melhor prevenção e gestão de riscos e desastres naturais

Programa País Indicadores de Resultados:

Número de sistemas de monitoramento no local para a poluição e gestão de risco de desastres

Key Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Área de Resultados Key (mesmo que na página de rosto, círculo um) Primária aplicável: Promover clima e mudança de adaptação

Aplicável SOF (e..g GEF) Objectivo Estratégico e Programa: SOF Aplicável (e..gGEF) Objectivo Estratégico e Programa: Objectivo 2 "Aumentar a capacidade adaptativa de responder aos impactos das mudanças climáticas, incluindo a variabilidade, a nível local, nacional, nível regional e global ".

SOF aplicável (por exemplo GEF) Resultados esperados: Resultado 1.3: "Diversificada e reforçou os meios de vida e fontes de renda para as pessoas vulneráveis em áreas específicas; e Resultado 2.2 "Reforço da capacidade de adaptação para reduzir os riscos para as perdas económicas provocadas pelas alterações climáticas".

Aplicáveis SOF (por exemplo .GEF) Indicadores de Resultados:1.3.1As famílias e as comunidades têm acesso mais seguro para bens de subsistência (score) - separados por género 2.2.1. N° e tipo de instituições em causa com o aumento da capacidade de adaptação para reduzir os riscos e resposta a variabilidade climática

	Indicador	Linha de base	Targets End of Project	Source of verification	Risks and Assumptions
Objectivo do Project Para reforçar a capacidade de resistência das opções de subsistência de comunidades rurais contra impactos das mudanças climáticas nos distritos de São Tomé de Cal é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá,	Variação percentual em vulnerabilidade dos locais comunidade para clima riscos através de inquérito baseado percepção (VRA)	As avaliações de nível PIF e locais em locais de demonstração durante o processo de consulta PPG indica alta vulnerabilidade dos locais seleccionados.	No médio prazo 25% de aumento de VRA ponto; no fim-de-projecto 50% do VRA ponto.	sensíveis ao género levantamento de campo / VRA e / ou local de avaliações nos locais de demonstração (Avaliação baseada Questionário - CBA) APRs / PIR	Risco: apoio institucional insuficiente e compromissos políticos e falta de coordenação das várias partes interessadas. Hipóteses: • Governo está empenhado em apoiar a implementação das medidas de adaptação nas aldeias vulneráveis seleccionadas do Cal

Cantagalo e Lobata (CMPLCL).					<p>é, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) distritos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As partes interessadas e comunidades locais estão empenhados em implementar as intervenções do projecto e fornecer o apoio necessário e
<p>Resultado 1 A capacidade do CATAP, CIAT, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OBC reforçado para apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais do clima.</p>	<p>1.1 Capacidade índice de percepção em CATAP, CIAT, CSE, OSC, CBO e distritos conselhos</p>	<p>1.1 VRA a realizar no início do projecto.</p>	<p>1.1 VRA a realizar no início do projecto.</p>	<p>1.1 VRA Levantamento de campo e APRs / PIR</p>	<p>Risco: Fraca capacidade institucional a nível distrital para supervisionar, apoiar e orientar o processo de criação de distritos e povoados CC Plataformas (CC-DAVIP)</p> <p>Hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As actividades do projecto irá desenvolver capacitação para ajudar a mitigar o risco associado à fraqueza das capacidades institucionais. • CIAT, CATAP e CADR terá a capacidade técnica e vontade política para desenvolver capacitação para realizar o treinamento e capacitância de novas extensão da agricultura
	<p>1.2 Número de pessoal Extensão Agrícola (incluindo ontem esquema de treinamentos de trabalho) treinados em estratégias de adaptação para apoiar vila plataformas de mudança climática..</p>	<p>1.2 Actualmente, o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) tem apenas dois funcionários de Extensão Agrícola em cada uma das seis delegações CADR de extensão a nível distrital e aldeia..</p>	<p>1.2 Ao final do projecto, pelo menos 60 funcionários Extensão Agrícola (incluindo no esquema treinamentos de trabalho) têm sido treinados em estratégias de adaptação para apoiar vila</p>	<p>1.2 Acompanhamento dos projectos e APRs / PIR</p>	

			plataformas de mudança climática.		
<p>Resultado 2</p> <p>Vulnerabilidade dos meios de subsistência rurais aos riscos climáticos reduzidos através riscos climáticos infra-estruturas e mecanismos de gestão.</p>	<p>2.1 Número de colheita chuvas de pequena escala, número de estruturas de armazenamento de água e / ou redes de irrigação de pequena venda estabelecidas a nível comunitário.</p>	<p>2.1 Actualmente não colheita de chuva, não há estruturas de armazenamento de água consideráveis e / ou redes de irrigação foram estabelecidas a nível comunitário nos sítios piloto seleccionados.</p>	<p>2.1 Ao final do projecto, no mínimo, 1 (um) a colheita de chuva, e um ou estruturas / (um) de armazenamento de água considerável e / ou 1 (uma) rede de irrigação foi estabelecida a nível da comunidade em os sítios piloto seleccionados especialmente em áreas propensas à seca.</p>	<p>2.1 Projecto de monitoramento e relatórios de avaliação técnica APRs / PIR.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Risco: A má coordenação, a fraca capacidade das partes interessadas e da falta de vontade dos moradores da comunidade para apoiar a implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas em alvo seleccionados vila vulnerável. <p>Hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As medidas de adaptação às alterações climáticas correspondem às necessidades urgentes expressas pelos defensores primários, especialmente os moradores da comunidade que irá reduzir o risco de falta de apoio das comunidades. • Haverá uma clara arranjos de gerenciamento de projectos e interacções regulares entre as partes interessadas.
	<p>2.2 Número de há que beneficiou de quaisquer formas de controlo de erosão, bem como diques para proteger campos contra inundações.</p>	<p>2.2 Na linha de base, estão sendo desenvolvidas medidas de controlo de erosão nos locais vulneráveis seleccionados</p>	<p>2.2 Na linha de base estão sendo desenvolvidas medidas de controlo de erosão nos locais vulneráveis seleccionados das inundações.</p>	<p>2.2 Monitoramento 2.2 Project e relatórios de avaliação técnica (PIR).).</p>	

<p>Resultado 3 As estratégias de adaptação são projectadas e transferido para reforçar a resiliência do clima das comunidades nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMLPLCL de São Tomé e Príncipe.</p> <p>(equivalente às actividades no ATLAS)</p>	<p>3.1 Número de medidas CCA implementado com sucesso pelos membros da comunidade, como resultado da assistência do Project.</p>	<p>3.1 No momento não há nenhum esquema de assistência do GoSTP ou privados que operam nas localidades vulneráveis seleccionadas de apoio, implementadas medidas CCA pelos membros da comunidade e não há medidas CCA implementadas com sucesso pelos membros da comunidade</p>	<p>3.1 Ao final do projecto, pelo menos, duas medidas CCA foram implementadas pelos membros da comunidade, como resultado da assistência do Project.</p>	<p>. 3.1 Os relatórios do projecto de avaliação (PIR) e relatórios de avaliação técnica APRs / PIR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos: Instituições de Microfinanças (IMFs) capacidade de desenvolver produtos inovadores para financiar a adaptação pode ser afectada pelo envolvimento das comunidades, como eles podem ser impedidas de incorrer em despesas iniciais e esquemas rígidos de reembolso, mesmo quando o saldo global dos custos e benefícios é positivo. <p>Hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As instituições de microcrédito vai adotar uma abordagem de atacado, com parcelas de pagamento flexíveis, anual ou sazonal será testada a considerar a variabilidade climática sazonal ou inter-anual.
	<p>3.2 Número de medidas integradas de adaptação (IAM) incluídas nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) que foram demonstradas e ampliadas ao nível da</p>	<p>3.2 Actualmente, não há planos de adaptação anuais e plurianuais ou políticas que integram explicitamente as medidas de adaptação às alterações climáticas.</p>	<p>3.2 No final do projecto, pelo menos, 50% das medidas integradas de adaptação (IAMS) incluídas nos planos de adaptação</p>	<p>Medidas de Adaptação 3.2 Project relatórios de avaliação (PIR. Integrados & Anual e plurianuais planos de adaptação desenvolvido.</p>	<p>Riscos: A falta de capacidade das comunidades para desenvolver medidas integradas de adaptação (IAM) incluído nos planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) e não o suficiente intencionistas capazes de apoiar as zonas rurais e implementação de planos de aldeia de adaptação anual e plurianual (CC- VAAP).</p> <p>Hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projecto vai treinar pelo menos 90 funcionários Extensão Agrícola (incluindo no

	comunidade com sucesso.		anuais e plurianuais (CC-VAAP) têm sido demonstradas e ampliadas ao nível das comunidades mais vulneráveis alvo com sucesso.		esquema treinamentos de trabalho) sobre estratégias de adaptação para apoiar a plataforma de mudança aldeia climáticas e comunidades vulneráveis. Comunidades serão treinados e equipados com a média para identificar as suas próprias necessidades de adaptação, priorizar, coordenar e planejar.
--	-------------------------	--	--	--	---

4. Orçamento global do plano de trabalho

Prémio ID:	00073481	Projecto ID(s):	00086271
Título do Prémio:	PIMS4645		
Unidade de Negócio:	STP10		
Título do Projecto:	São Tomé e Príncipe Reforço das capacidades das comunidades rurais para a adaptação aos efeitos às mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe nos distritos de Cauê, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)		
PIMS no.	4645		
Parceiro de Implementação: (Agencia de Execução)	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural		

SOF (e.g. GEF) Resultado/Actividade Atlas	Entidade Responsável	Fundo ID	Nome do Doador	Atlas Código de conta Orçamental	Descrição do Orçamento ATLAS	Total Anual 1 (USD)	Total Anual 2 (USD)	Total Anual 3 (USD)	Total Anual 4 (USD)	Total (USD)	Ver Orçamento Nota:
	Agente de Implementação										
Resultado 1: A capacidade do CATAP, CIAT, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OBC	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	62160	GEF LDCF	72100	Serviços Contratuais - Individual	73.475	73.475	73.475	73.475	293.900	a
				72100	Services Contratuais - Companhias	82.000	41.000	41.000	-	164.000	b
				71300	Consultores Nacionais	87.500	87.500	87.500	87.500	350.000	c
				72300	Materiais e Mercadorias	45.000	-	-	-	45.000	d

reforçado para apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais do clima.				74200	Audio Video e Custo da Produção da Impressão	-	-	18.425	18.425	36.850	e
				75700	Treinamento, Ateliers e Conferências	70.000	70.000	70.000	70.000	280.000	f
				B7000	Despesa com Pessoal – Gestor do Project	30.000	30.000	30.000	30.000	120.000	g
				72200	Equipamento (geral) and Mobiliário	100.000	-	-	-	100.000	h
				Total Outcome 1		487.975	301.975	320.400	279.400	1389.750	
RESULTADO 2: Vulnerabilidade dos meios de subsistência rurais aos riscos climáticos reduzidos através riscos climáticos infra-estruturas e mecanismos de gestão.	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	62160	GEF LDCE	72100	Serviços Contratuais	25.625	25.625	25.625	25.625	102.500	i
71300				Consultores Nacionais	34.300	102.900	102.900	34.300	274.400	j	
70000				Despesas de Funcionamento	47.500	47.500	47.500	47.500	190.000	k	
72300				Materiais e Mercadorias	88.300	88.300	-	-	176.600	l	
74200				Audio Visual e Custos da Produção da Impressão	6.250	6.250	6.250	6.250	25.000	m	
75700				Treinamento, Ateliers e Conferências	15.000	30.000	30.000	25.000	100.000	n	
B7000				Despesas com Pessoal – Gestor do Project	15.000	45.000	30.000	30.000	120.000	o	
72200				Equipamento (geral) e Mobiliário	45.000	-	-	-	45.000	p	
				Total Outcome 2		276.975	345.575	242.275	168.675	1033.500	

Resultado 3: As estratégias de adaptação são projectadas e transferidas para reforçar a resiliência do clima das comunidades nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe.	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	62160	GEF LDCF	72100	Serviços Contartuais	83.175	83.175	83.175	83.175	332.700	q
				71300	Consultores Nacionais	38.900	38.900	38.900	38.900	155.600	r
				70000	Despesas de Funcionamento	85.000	85.000	85.000	85.000	340.000	s
				72300	Materiais e Mercadorias	112.500	56.250	56.250	-	225.000	t
				74200	Audio Visual e Custo da Produção da Impressão	-	30.000	15.000	15.000	60.000	u
				75700	Treinamento, Ateliês e Conferências	25.000	25.000	25.000	25.000	100.000	v
				B7000	Despesas com Pessoal – Outros	9.613	9.613	9.612	9.612	38.450	w
				72200	Equipamento (geral) e Mobiliário	101.250	33.750	-	-	135.000	x
				Total Outcome 3		455.438	361.688	312.937	256.687	1386.750	
GESTÃO DO PROJECTO	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	62160	GEF LDCF	71300	Consultores Nacionais	25.000	25.000	25.000	25.000	100.000	y
				71600	Viagens	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000	z
				74500	Despesas Mistas	2.000	3.000	3.000	2.000	10.000	a
				74500	PNUD recuperação de custos, encargos-Facturas	10.000	15.000	17.000	18.000	60.000	bb
					Custo Total da Gestão do Project	42.000	48.000	50.000	50.000	190.000	
				TOTAL DO PROJECTO		1262.388	1057.238	925.612	754.762	4000.000	

Nota do Orçamento	*Descrição do custo do item
	Resultado 1: A capacidade do CATAP, CIAT, DGE, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OBC reforçado para apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais do clima.
a	<p>Resultado 1 chefe da Unidade (IC / FTA) 121 dias @ US \$ 600 / dia + 4 voos @ \$ 2.000 75 dias DSA @ \$ 200 / dia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cientista Internacional de Investigação Agrária e especialista em planeamento estratégico para apoiar CIAT (80 dias @ \$ 300 / dia 4 voos @ \$ 2.000 80 dias DSA @ \$ 200 / dia). • Especialista internacional em desenvolvimento das agriculturas móveis Serviços de Assessoria para apoiar CIAT & CATAP (80 dias @ \$ 300 / dia 2 voos @ 2000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia) • Treinamento Internacional, Capacitação em Investigação Agrária e Extensão Rural para apoiar CIAT, CATAP & CADR (30 dias @ US \$ 600 / dia 4 voos @ \$ 2000 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). • Resultado 1 – Peritos Internacionais M & E peritos (15 dias @ US \$ 500 / dia um voo @ 2000 dólares + 4 dias DSA @ \$ 200 / dia). • Realizar auditorias 2 Orçamento / Project (2 @ \$ 6000 / EA). • Consultoria para desenvolver currículos, técnicos para apoiar a capacidade de CADR sector agrícola, decisores e equipes de técnicos com experiência e competência para avaliar e aconselhar sobre as ligações entre as opções de meios de vida rurais e da coordenação, design, implementação e monitoramento de distritos e aldeias clima anual e plurianual mudar os planos de adaptação; @ \$ 40000ea. • Consultoria para realizar Recursos Técnicos e Humanos (incluindo as infra-estruturas de apoio) Diagnóstico e Necessidades de Treinamento Análise do CIAT, CATAP e CADR para cobrir Actividades 1.1.1; 1.1.2; 1.2.1; 1.2.2 e 1.3.1. (1 e @ 10000 / bis). • Consultoria Internacional em Agro-me, desenvolver avisos do sector de agro-meteorologia de apoio à gestão agrícola para fortalecer a resiliência às alterações climáticas secas induzidas; @ \$ 10000ea.
b	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria entre CATAP e o Centro de treinamento agrícola de um PALOP e as alterações climáticas internacionais para aumentar a capacidade humana e técnica em CATAP para projetar e executar programas agrícolas adaptados, adaptação CC de base para intencionistas agrícolas e outros funcionários agrícolas nos níveis nacional e regional; @ \$ 30000ea. • Apoiar a integração de preocupações relativas às alterações climáticas nos procedimentos CIAT Divisão Agrícola operacionais padrão (SOP) para programa de melhoramento de principais culturas alimentares e a identificação das necessidades de extensão em técnicas de cultivo • Apoiar o desenvolvimento do CIAT - Serviço Móvel Consultivo Advisory (CIAT-MAS) para apoiar os planos de execução de Plataformas CC na fertilização do solo, manejo de culturas, técnicas de ervas daninhas e controle de agro-tóxicos

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o CADR Serviço Móvel Consultivo e de Treinamento (CADR-PAD): @ \$ 45000ea • Realizar clima "lente" meios de vida por meio de análise VCA para identificar os elementos resilientes e potenciais opções de subsistência alternativa, e determinar a influência de factores externos sobre os meios de subsistência atuais; @ \$ 10000ea. • Treinamento Nacional, Capacitação em Investigação Agrária e Extensão Rural para apoiar CIAT, CATAP & CADR (30 dias @ US \$ 200 / dia + 30 dias DSA @ \$ 100 / dia). • Especialista nacional do Clima, em mecanização agrícola e o manejo de culturas (30 dias @ US \$ 200 / dia). • Especialista nacional em capacitação e em Mecanização agrícola e Gestão da colheita (30 dias @ US \$ 200 / dia). • Em estreita colaboração entre CIAT, e do Instituto Nacional de Meteorologia e em cooperação com programas AGRHYMET em curso para a troca de dados e desenvolver um serviço de previsão de aconselhamento agrícola on-line para apoiar as culturas de cacau e café contra impacto "Harmattan"; @ \$ 15000ea • Nacional de Capacitação e capacitância Especialista em Mudança do Clima Erosão e seca controle (30 dias @ US \$ 200 / dia).
	<ul style="list-style-type: none"> • Hard e infra-estrutura (computadores portáteis, estações de trabalho e software especializado de maior capacidade e equipamentos de TI) para aumentar Unidade de Gestão em; @ \$ 30000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas e actividades de GIS para realizar a identificação, selecção e priorização de 30 localidades da comunidade mais vulneráveis em todos os seis distritos (CMPLCL); @ \$ 15000ea.istritos (CMPLCL)
e	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em mudanças climáticas e adaptação em Módulos (CCTAM) com organizações relevantes (CIAT, CATAP, CADR) e Plataformas distrital e local que serão utilizados nos treinamentos planejados nas saídas de 1.1, 1.2, 1.3, 1.5 e focando: Recortar / agro-florestal; Criação de pequenos animais; Pescas / aquicultura; Frutas / Legumes; Colecta de água da chuva e irrigação; Mudanças Climáticas e controlo de erosão, etc. @ \$ 15000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Em estreita parceria com o CIAT e parceiro internacional (s), apoiar a formação até 50 formadores CATAP na mudança climática questões de extensão rural resiliência base e adaptação às alterações climáticas, tecnologias agrícolas
	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria entre AGRHYMET Africano e Sahel observatório para os agricultores e CATAP-CIAT e CADR para treinar pelo menos 90 agricultores e pessoal de extensão (incluindo "on-the-job", regime de treinamentos) sobre estratégias de adaptação para apoiar localidade plataforma de mudanças climáticas e as comunidades vulneráveis em CMPLCL transição para meios de subsistência resistentes ao clima
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e capacidade de entrega e programa de treinamento para o CATAP no planeamento CC de resiliência e adaptação de métodos e técnicas para os principais membros e Gestão (LMMS) de todas as plataformas de 30 localidades CC (CC-DAVIP)
	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de até 300 representantes dos distritos e povoados em plataformas (CC-DAVIP), os governos distritais conjuntos sobre como desenvolver, implementar e monitorar Planos Anuais de adaptação (CC-VAAP) e orçamentos relacionados usando os resultados da saída de 1,6
	<ul style="list-style-type: none"> • Local back up de apoio através da unidade de projecto para o desenvolvimento e entrega de um programa de treinamento in-house para CIAT, visando o desenvolvimento de uma estratégia para a sustentabilidade das mudanças climáticas, programa de pesquisa adaptação CIAT em STP (1 ea @ 60000 / bis) . • Desenvolvimento e entrega de acções de sensibilização, campanha de formação organizacional e liderança para Organizações Comunitárias de Base (associação dos agricultores,

	mulheres, grupos com base e outros atores locais) em cada uma comunidade rural dos seis distritos de CMPLCL a contribuir de forma eficiente nos processos de identificação e abordar as causas subjacentes da vulnerabilidade e desenvolver práticas adaptativas; @ \$ 25000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Anualmente, organização e execução de Mudanças Climáticas Escolas de Campo Agricultores (CC-FFS de) parcelas de demonstração, para os agricultores da comunidade do CBO e sobre a segurança e uso eficiente de insumos agrícolas (equipamentos, sementes, outros insumos agrícolas...); @ \$ 20000ea.
f	<ul style="list-style-type: none"> • Anualmente, organização e execução de Mudanças Climáticas, Escolas de Campo para Agricultores (CC-FFS de) parcelas de demonstração, para os agricultores da comunidade do CBO e sobre a segurança e uso eficiente de insumos agrícolas (equipamentos, sementes, outros insumos agrícolas...); @ \$ 20000ea. • Contratação de dois treinadores profissionais para facilitar e realizar eventos de capacitação para as Alterações Climáticas Escolas de Campo Agricultores (CC-FFS 's) em comunidades dos seis distritos. @ 5000 • Organizar um Ateleir Nacional de Iniciação. @ 20000
g	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa de projecto (24 meses @ \$ 5000 / mês) coordenador nacional, aquisição, administração e finanças
h	<ul style="list-style-type: none"> • 6 Motocicletas, infra-estrutura de hard e softward (computadores, estações de trabalho e equipamentos de software e TI especializada) para aprimorar as instituições desempenho técnico em actividades de redução do impacto das alterações climáticas nas comunidades CMPLCL; @ 35.000 \$ + (2500x6) = 50000 • O equipamento de escritório e de ar condicionado unidades de processamento de culturas para CATAP. @ 50000
	Resultado 2: Vulnerabilidade de meios de subsistência rurais aos riscos climáticos reduzidos através de infra-estruturas de gestão de riscos climáticos e mechan
i	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado 2 cabeça de unidade IC / FTA (122 dias @ US \$ 600 / dia + 4 voos @ 2,000 dólares 75 dias DSA @ \$ 200 / dia) • Especialista Internacional de Mudanças Climáticas em Mecanização agrícola e Gestão da colheita (20 dias @ US \$ 600 / dia 2 voos @ 2000 dólar 20 dias DSA @ \$ 200 / dia). • Treinamento Internacional e capacitância Especialista em Mudança do Clima Erosão e seca controle (20 dias @ US \$ 600 / dia 2 voos @ \$ 2.000 20 dias DSA @ \$ 200 / dia). 20000 • Resultado 2 cabeça de unidade IC / FTA (122 dias @ US \$ 600 / dia + 4 voos @ 2,000 dólares 75 dias DSA @ \$ 200 / dia) • Treinamento Internacional e capacitância Especialista em agricultura de armazenamento de produtos, processamento, transformação e comercialização (20 dias @ US \$ 600 / dia 2 voos @ 2,000 dólares 20 dias DSA @ \$ 200 / dia). 20000 • Internacional GIS Mapping / Peritos (20 dias @ US \$ 600 / dia 2 voos @ \$ 2000 20 dias DSA @ \$ 200 / dia).

	<ul style="list-style-type: none"> Mudança Climática Internacional, Adaptação, Extensão Rural e Agricultura Mercado especialista de reabilitação da rede (80 dias @ US \$ 400 / dia 2 voos @ 2,000 dólares 20 dias DSA @ \$ 200 / dia). Realizar auditorias 2 Orçamento / Project (2 @ \$ 6000 / EA).
j	<ul style="list-style-type: none"> CADR apoio para fazer um inventário das necessidades das comunidades de água, distribuição e aplicação por meio de sistemas de irrigação selecionando a prioridade aldeias mais vulneráveis. Desenvolver MOU entre orientações e ou centros para o desenvolvimento de redes de pequenas redes de irrigação, incluindo instalação de condução de água e redes de distribuição (com uma manutenção e gestão de planos) para apoiar sistemas agrícolas comunitárias resilientes em áreas propensas à seca de CMPLCL 30 aldeias Apoio à Direcção de Florestas e em linha com os Distritos e plataformas de mudança na comunidade ao nível do clima, planos anuais / plurianual estabelecer viveiros de pequena escala para a produção de mudas de plantas através de um esquema de "Dinheiro por trabalho" para apoiar as medidas de controle de erosão em locais vulneráveis da CMPLCL 30 comunidades Suporte para CADR para desenvolver através de plataformas de mudanças climáticas / Planos Plurianuais anuais um programa de reabilitação para trilhas rurais (Caminhos Rurais) (com a manutenção e gestão de planos), em regime de "Dinheiro por trabalho" para apoiar a organização dos mercados rurais em 30 mais vilarejos vulneráveis Suporte para CADR para promover a criação de Cooperativas CC alimentares comunitárias (CC Food-cooperativas) em cada um dos seis distritos, para planejar e desenvolver estratégias para a cultura alimentar, gestão do excedente e conservação e / ou comercialização Formação nacional e facilitador, ateliers (30 dias @ US \$ 200 / dia 2 voos @ \$ 200 + 30 dias DSA @ \$ 100 / dia) 9400
k	<ul style="list-style-type: none"> Organização de Suporte de produtores de tomate da comunidade e potenciar o armazenamento a longo prazo e processamento de pequena escala para aumentar a resiliência das comunidades altamente produtivas contra os impactos da variabilidade climática; @ \$ 25000ea Organização de suporte da comunidade fruta (banana / abacaxi / manga) e produtores e potenciar o armazenamento a longo prazo e processamento de pequena escala para aumentar a resiliência das comunidades altamente produtivas contra os impactos da variabilidade climática; @ \$ 25000ea Suporte Técnico para CADR e Distritos CC e Plataformas para fortalecer a associação de produtores em geral, de modo a organizar / restauração / reconstrução de uma rede de mercados rurais para facilitar o intercâmbio de bens e fortalecer a resiliência da comunidade contra impactos CC; @ \$ 25000ea As despesas operacionais para as delegações de extensão para apoiar as mulheres associações peixaria nos distritos litorais de CMPLCL 30 aldeias através de um esquema de "caixa-para-trabalho" para configurar sólido mercado de peixe e congeladores solares comuns para melhorar a capacidade de resistência da comunidade de pescadores contra os impactos da variabilidade climática; @ \$ 25000ea

	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte para CADR para realizar programas de reabilitação para trilhos rurais (Caminhos Rurais) (com a manutenção e gestão de planos) em "dinheiro por trabalho" mecanismo de apoio a organização dos mercados rurais em 30 comunidades mais vulneráveis; @ 30000 total.
	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte para CADR para realizar estruturas terraplanagem de pequena escala, complementados por árvore / grama plantio (com manutenção e gestão de planos) para proteger a colheita da terra de fenômenos de erosão em locais abandonados e vulneráveis da CMPLCL 30 localidades através de uma "Obra de caixa para-" regime; @ 35000 total.
	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do desenvolvimento ao nível do distrito de pequena escala e inovadoras de bancos de cereais, estruturas personalizadas para armazenamento de excedentes de cereais comunidade; @ \$ 25000ea.
1	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir / construção de materiais e equipamentos de efeito estufa para criar viveiros de pequena escala para a produção de mudas de árvore através de um esquema de "Dinheiro por trabalho" para apoiar as medidas de controle de erosão em locais vulneráveis da CMPLCL 30 localidades; @ \$ 25000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir / construir sólidas arquibancadas mercado de peixe e arcas solares comuns para melhorar a capacidade de resistência da comunidade de pescadores contra os impactos da variabilidade climática; @ \$ 25000ea e arcas solares móveis 25 mil dólares
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir e instalar equipamentos e produtos para apoiar e promover o estabelecimento de pequena escala de ofício artesanal e da indústria cerâmica para melhorar os meios de subsistência das comunidades em que os mais pobres atingidos pela seca e inundações nos municípios da Bacia do Cuvelai; @ \$ 25000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir e instalar bombas de água, sistemas de irrigação por gota a gota e construir reservatórios de água para a formação prática de irrigação para funcionários de extensão em distritos e comunidades @ \$ 25000ea relevantes.
1	<ul style="list-style-type: none"> • As despesas operacionais para apoiar as delegações de extensão do CADR para desenvolver a recolha e armazenamento de água de chuva unidades de pequena escala (com uma manutenção e gestão de planos), bem como a reabilitação das estruturas existentes (Tanquões) em Old Cacau Farms (Roças) através de um "Cash-for- Work "0000ea • Compre equipamentos e produtos necessários para apoiar a agricultura, produzir o armazenamento, conservação e processamento nos Distritos relevantes @ \$ 26600
m	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos CADR / CIAT /edição, impressão e publicação, manuais políticos e de informação sumários e / ou orientações sobre a adaptação às alterações climáticas, hidrometeorológicas e sistemas de alerta precoce. @ \$ 25000ea
n	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em programa de treinamento baseados em mudança climáticas e extensão para integrar a componente das alterações climáticas nos serviços de extensão atuais. @ \$ 20000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em serviços de extensão agrícola adaptados para master / acesso técnicas agrícolas (sementes / planta resistente à seca, manejo de irrigação), adaptada para o aumento da variabilidade climática no Distrito seleccionado; @ \$ 20000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em técnicas de agricultura de conservação, utilizando variedades de culturas resistentes ao clima para as comunidades de 30 aldeias mais vulneráveis dos 6 distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe para melhorar a sua capacidade de resistência ao evento seca. @ \$ 20000ea

	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em serviços de extensão agrícola adaptados às medidas de controlo de erosão mestre e técnicas para apoiar as comunidades para se adaptar ao aumento da variabilidade climática no Distrito seleccionado; @ \$ 20000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e campanha de conscientização para as comunidades de 30 comunidades mais vulneráveis dos 6 distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe para planejar e gerir a mudanças climáticas e ameaças ao fornecimento de água (irrigação em pequena escala) e fenómenos de erosão; @ \$ 20000ea
o	<ul style="list-style-type: none"> • A equipa de projecto (24 meses @ \$ 5000 / mês) de administração nacional coordenador e finanças, compras para complementar a unidade
p	<ul style="list-style-type: none"> • Um Veículo (incluindo motocicletas) para técnicos do CATAP que trabalham com as comunidades nas aquisições. @ \$ 45000ea
	<p>Resultado 3: As estratégias de adaptação são projectadas e transferidas para reforçar a resiliência do clima das comunidades nas 30 aldeias mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe.</p>
q	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado 3 Chefe de Unidade (IC / FTA-122 dias @ US \$ 600 / dia + 4 voos @ 2000 \$ 75 dia DSA @ \$ 200 / dia). • Especialistas internacionais sobre Alterações Climáticas em estabelecimento de plataforma comunitária, desenvolvimento de planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) e integração de medidas de adaptação (IAM), (80 dias @ \$ 300 / dia 2 voos @ 2.000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). @ \$ 34000ea • Internacional Mudanças Climáticas Especialista em Economia e desenvolvimento do plano de investimentos Plataforma Comunidade Rural; (80 dias @ US \$ 300 / dia 2 voos @ 2000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). @ \$ 34000ea • Especialistas Internacionais sobre Alterações Climáticas em estabelecimento plataforma comunitária, desenvolvimento de planos de adaptação anuais e plurianuais (CC-VAAP) e integração de medidas de adaptação (IAM), (80 dias @ \$ 300 / dia 2 voos @ 2.000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). @ \$ 34000ea • Internacional Mudanças Climáticas Especialista em Economia e desenvolvimento do plano de investimentos Plataforma Comunidade Rural; (80 dias @ US \$ 300 / dia 2 voos @ 2000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). @ \$ 34000ea • Especialistas Internacionais em sistemas de Agricultura Tropical e desenvolvimento da pecuária e avicultura de pequena escala; (80 dias @ US \$ 300 / dia 2 voos @ 2000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). @ \$ 34000ea • Especialistas Internacionais em Agro-silvo-pastoris tecnologias de adaptação e solos problemas de fertilidade • Especialistas Internacionais em avaliações de risco financeiro e produtos financeiros de micro-finanças; (30 dias @ US \$ 600 / dia 2 voos @ 2000 dólares 30 dias DSA @ \$ 200 / dia). @ \$ 28000ea • Resultado 3 - Internacional M & E peritos (15 dias @ US \$ 500 / dia um voo @ 2000 dólares + 5 dias DSA @ \$ 200 / dia). • Conduzir uma avaliação independente intercalar (1 ea @ 20.000 dólares / ea). • Realizar uma avaliação Terminal Independente (1 ea @ 30 mil dólares / ea).

	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar auditorias 2 Orçamento / Project (2 @ \$ 6000 / EA).
r	<ul style="list-style-type: none"> • Coletar dados nacionais e / ou VRA perito para 30 comunidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe para entender os custos sociais e econômicos e benefícios das medidas CCA; (30 dias @ \$ 400 / dia). • Especialista nacional em Economia e desenvolvimento do plano de investimentos Plataforma Comunidade Rural; (30 dias @ \$ 400 / dia). • Especialista Nacional em Sistemas agrícolas e Desenvolvimento de pecuária e avicultura de pequena escala tropicais; (30 dias @ \$ 200 / dia). • Especialista Nacional em questões de adaptação tecnologias e fertilidade de solo, Agro-silvo-pastoral; (30 dias @ \$ 200 / dia). • Especialista Nacional em Avaliação de Riscos Financeiros e produtos financeiros Micro-Finanças; (30 dias @ \$ 200 / dia). • Especialista Nacional em Economia e desenvolvimento do plano de investimentos Plataforma Comunidade Rural; (30 dias @ \$ 400 / dia). • Especialista Nacional em Economia de Subsistência e de Desenvolvimento Rural (30 dias @ US \$ 200 / dia). • Pontos Focais Regionais para os distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata; 6x (365 dias eA @ \$ 10 / dia) x 4 anos = 87600 • 2 GoSTP internships at Unit (24 months) to collect info from target communities for calibration and upgrade of climate risk and vulnerability sector-specific maps produced by Outcome 1, 2 and Outcome 3. @\$20000
	Despesas Operacionais para prestar apoio técnico na concepção e desenvolvimento de plano de investimento em produtos de comunidades Microfinanças. @ \$ 200000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para prestar apoio técnico na concepção e desenvolvimento do plano de investimentos de medidas de adaptação das comunidades seleccionadas a nível da comunidade identificadas pelas próprias comunidades através do distrito de alterações climáticas e plataformas aldeias; @ \$ 25000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para o estabelecimento de SOP para cada uma das plataformas de 30 distritos e localidades CC para permitir uma análise oportuna e sistemática das mudanças climáticas restrições de sistemas agrícolas e identificação de elementos resilientes existente; @ \$ 125000ea.
s	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para o estabelecimento de SOP para cada uma das plataformas de 30 distritos e aldeias CC para permitir uma análise oportuna e sistemática das mudanças climáticas restrições de sistemas agrícolas e identificação de elementos resilientes existente; @ \$ 125000ea. • Despesas Operacionais para o estabelecimento de SOP das Pará Cada UMA Plataformas de 30 distritos e aldeias CC Pará permitir Uma Análise oportuna e Sistemática das Mudanças Climáticas, restrições de Sistemas Agrícolas e identificação de Elementos resilientes existente; @ \$ 125000ea.

	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para fora de escopo o desenvolvimento de capacidades para a aplicação precisa de Aldeia do carrinho de medidas de adaptação cotadas curtos; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para i) O mapeamento principal de constrangimentos à produção animal do actual sistema agrícola (incluindo a agricultura de pequena escala de aves, gado, coelho e produção de suínos) e tecnologias de adaptação ii) desenvolvimento, ferramentas e mecanismo de apoio / acções prioritárias identificadas superar e fortalecer a comunidade resiliência em 30 localidades mais vulneráveis; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para i) restrições- chave de mapeamento para a produção de culturas de actual sistema agrícola (incluindo as restrições de fertilidade do solo, a vermi-compostagem usando biomassa, fertilizantes químicos e pesticidas, deficiências de gestão, gestão de resíduos e técnicas folha adubação verde para a conservação da humidade, as sementes / mudas de resiliência precisa, controlo de ervas daninhas, plantio directo, novas variedades de culturas resistentes; capacitância em técnicas de enxertia e poda) e ii) o desenvolvimento de tecnologias de adaptação, ferramentas e mecanismo de apoio / acções prioritárias identificadas superar e fortalecer a resiliência da comunidade em 30 localidades mais vulneráveis; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para lançar um convite à apresentação de propostas para as IMFs para oferecer produtos financeiros, pelo menos, três micro-finanças, serviços / mecanismos (ou seja, microcrédito, poupança, micro-seguros), adaptados às necessidades de adaptação identificadas das comunidades locais, de modo a aumentar resiliência dos meios de vida atuais e apoiar as actividades geradoras de rendimento alternativas; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para as IMFs para realizar avaliações de riscos financeiros das mudanças climáticas para as opções de pré-seleccionados prioritários e realizar avaliação financeira, organizacional e institucional para todos os licitantes recebidos; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para i) a identificação dos membros das comunidades com vontade de participar do esquema de microfinanças e ii) a identificação de lista final de opções CCA nas opções de relatório VCA e de curta lista a ser financiado pela subvenção para cada um dos seis distritos e 30 vilas (ou seja, bens públicos), com base no custo de eficácia e análise de viabilidade; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para acompanhamento sistemático no local para supervisionar a implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados e desempenho financeiro das medidas de adaptação cotadas; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para o acompanhamento anual e avaliação da implementação de intervenções identificadas em seis distritos e 30 aldeias (CMPLCL) para construir a aprendizagem experiencial para escalar através de ação abrangente no país; @ \$ 20000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas Operacionais para a criação de Centros de Recursos para a Aldeia Agricultura Transformação (Aldeia da CART) para melhorar Comunidades potencial meios de subsistência em 6 distritos e 30 comunidades (CMPLCL); @ 25000
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos e materiais para a criação de infra-estruturas físicas e logísticas da CART em pequena escala para permitir o funcionamento das actividades do sector da CART em um site de piloto: <ul style="list-style-type: none"> - Criação de artesanato, ateliers; - Construção e manutenção das infra-estruturas da comunidade de baixo custo, incluindo instalações e equipamentos para produção de geleia de frutas nativas; - Apoiar a criação de instalações de apicultura e produção de mel; - Apoiar a criação de instalações de produção de frutas nativas e licor; @\$25000ea.

t	<ul style="list-style-type: none"> • Uma carrinha para o transporte dos alunos, infra-estrutura de hard e soft (computadores, estações de trabalho e softwares especializados e equipamentos de TI) para melhorar o desempenho técnico do CATAP em actividades de redução do impacto das alterações climáticas nas comunidades CMPLCL; @ 100 mil dólares americanos
	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos e materiais para laboratórios de processamento de colheita e matadouro. @ 50000
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos e materiais para a agricultura de pequena escala de aves, gado, coelho e porco desenvolvimento de projectos de produção em 6 distritos e 30 aldeias (CMPLCL); @ \$ 35000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos e materiais para o desenvolvimento de projecto de pequena escala na vermicompostagem usando biomassa, resíduos de culturas e adubação verde folha em seis distritos e 30 localidades (CMPLCL); @ \$ 15000ea.
u	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uns vídeos participativos e rádio comunitária mostra em adaptação com base na comunidade bem-sucedida se aproxima para 6 distritos e 30 povoados (CMPLCL); @ \$ 15000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Lições aprendidas do projecto e do conhecimento tradicional de comunidades amplamente compartilhada com os parceiros locais, agências internacionais, comunidade científica e as comunidades através de mecanismos tais como, mas não limitados ao Mecanismo de Adaptação PNUD Aprendizagem (ALM); @ \$ 15000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e promover "caixas de ferramentas", protocolos, manuais políticos e de informação sumários e / ou orientações sobre a adaptação às alterações climáticas e opções de subsistência alternativa de pequena escala. @ \$ 15000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos de edição, impressão e publicação, manuais políticos e de informação sumários e / ou orientações sobre a adaptação às alterações e opções de subsistência alternativos em pequena escala. @ \$ 15000ea
v	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de <i>workshops</i> e visitas de campo participativo com a comunidade de agricultores e de extensão oficiais ao espaço para fora sugestões para melhorar suas operações agrícolas no âmbito do impacto das mudanças climáticas; @ \$ 5000ea.
	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer capacitação para pequenos agricultores a adotar e implementar novas tecnologias de adaptação eleita, ferramentas e mecanismos; @ \$ 25000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamentos / assistência técnica às comunidades locais para adquirir as habilidades e ferramentas para o desenvolvimento de plano de investimento desenvolvido para adaptação de curto lista de opções de subsistência; @ \$ 20000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de capacitação de Recursos Agro-pastoril Transformação nos métodos de armazenamento de colheitas resilientes / sementes agricultor (de Ccart); @ \$ 10000ea
	<ul style="list-style-type: none"> • As sessões de formação sobre a criação de aves, gado, coelho e porco, produção em pequena escala para 30 comunidades mais vulneráveis de 6 distritos e 30 aldeias (CMPLCL); @ 20.000 dólares.
	<ul style="list-style-type: none"> • As sessões de formação sobre as restrições de fertilidade do solo, a vermicompostagem usando biomassa, fertilizantes e pesticidas químicos deficiências de gestão, gestão de resíduos e técnicas de adubação foliar verde para a conservação da humidade, as sementes / mudas resiliência precisa, controle de plantas daninhas, plantio directo, novas variedades de culturas resistentes; capacitação na enxertia e poda técnicas) para 30 comunidades mais vulneráveis de 6 distritos e 30 aldeias (CMPLCL); @ \$ 2000ea
w	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de apoio Gerenciamento de Projectos, motorista e comissão técnica temporais

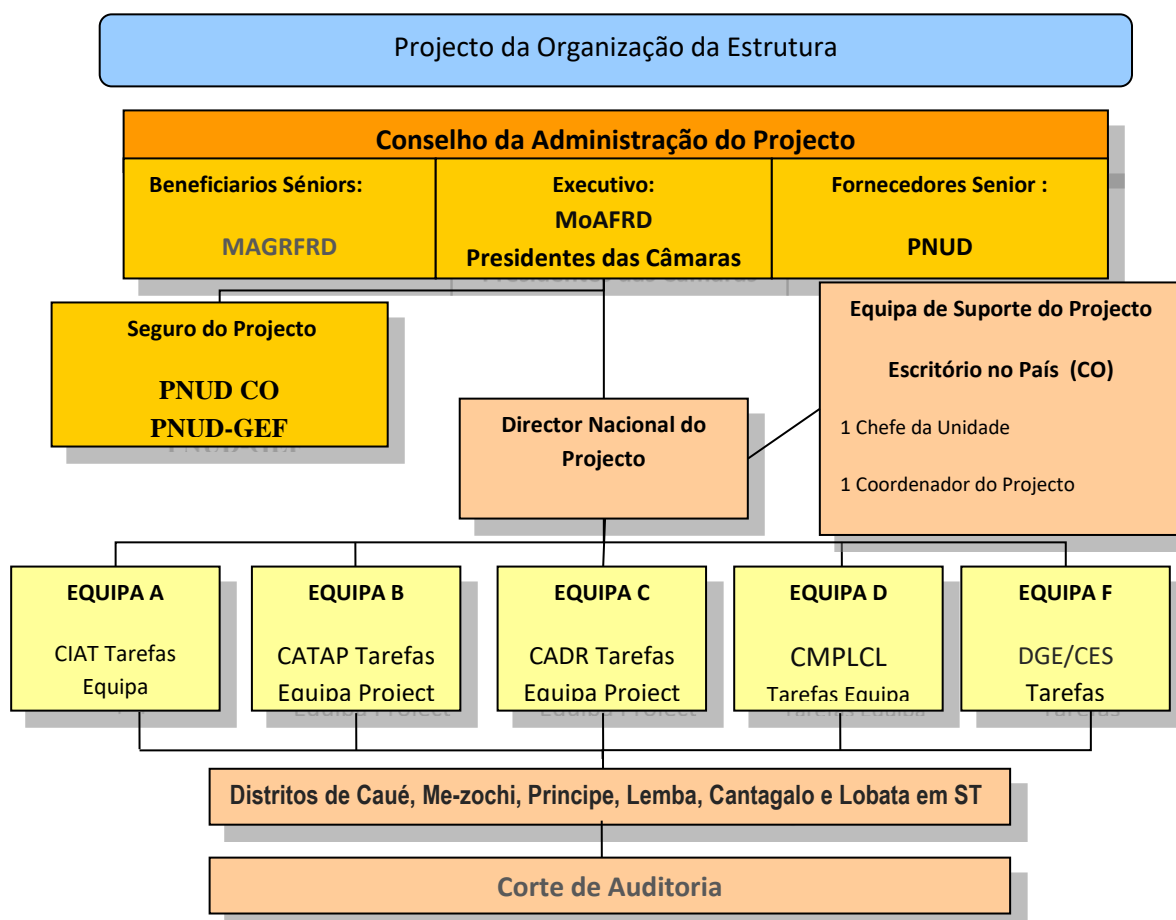
x	<ul style="list-style-type: none"> • Um trator multiuso e 6 motocicletas, infra-estrutura de hard e soft (computadores, estações de trabalho e softwares especializados e equipamentos de TI) para melhorar o desempenho técnico do CADR em actividades de redução do impacto das alterações climáticas nas comunidades CMPLCL; @ 100 mil dólares americanos • Veículos (6 motocicletas) para pontos focais nas comunidades alvo de desenvolver e facilitar as actividades do projecto relacionadas com as medidas de adaptação às alterações climáticas. @ \$ 15.000 / bis)
	<i>Custo de Gestão do projecto</i>
y	·Consultores Nacionais (@ \$100000/ea)
z	Viagens(@ \$20000/ea)
aa	Despesas Mistas (@ \$10000/ea)
bb	·Custo de recuperação PNUD -Facturas (@ \$60000/ea)

5. MODALIDADES DE GESTÃO

150. O projecto será implementado ao longo de um período de período de quatro anos, a partir de cerca de três meses após o CEO. Este período de três meses vai dar tempo para recrutamento de pessoal do projecto para a unidade. O projecto será implementado ao nível nacional (NIM) pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD), a Descentralização com o apoio do Escritório do PNUD ao nível nacional e supervisão, em conformidade com o Acordo de Assistência Padrão Básico (SBAA de 26 de Março de 1976) e do Plano Nacional do PNUD Programa de Acção (UNDAF PLANO DE ACÇÃO 2011-2016) assinado entre o PNUD e o Governo de São Tomé e Príncipe.

151. O Escritório Nacional do PNUD vai apoiar e acompanhar a execução do projecto e realização dos resultados do projecto, e assegurar a correcta utilização dos fundos do PNUD / GEF. O projecto será executado em estreita colaboração com as autoridades locais (Câmaras Distritais como apresentador do Projectos diretos aos beneficiários nas populações), CIAT, CATAP, CADR, CES, e DGE, partidos como responsáveis, bem como as comunidades piloto seleccionadas dos seis distritos em Tomé de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) com a responsabilidade pelas intervenções piloto a nível local do projecto.

Figura 3. Proposta de Estrutura de Gestão



152. Trabalhando em estreita colaboração com MoAFRD, a Direcção de Descentralização, o Escritório Nacional do PNUD (CO), seguindo a estrutura de Gestão proposto (Figura 3), serão responsáveis por: (i) prestação de apoio de retaguarda e de auditoria de serviços financeiros para o projecto; (ii) o recrutamento e contratação da Equipa Técnica Internacional e da aquisição e das Finanças e Administração; (iii) fiscalizar as despesas financeiras contra orçamentos de projectos aprovados pelo Comité de Pilotagem do Project (PSC); (iv) nomeação de auditores financeiros independentes; (v) o recrutamento e contratação de avaliadores externos; (vi) garantir que todas as actividades, incluindo os contratos e serviços financeiros, são realizadas em estrita conformidade com os procedimentos do PNUD-GEF, bem como normas e regulamentos nacionais; e (vii) adquirir e comprar todos os equipamentos descritos no projecto. Descrições e especificidades serão fornecidas pelos parceiros através do MoAFRD. Portanto, a implementação da fiscalização será pelo PNUD CO em São Tomé e Príncipe, do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Unidade e do Centro de Serviço Regional PNUD. Assim, o PNUD tem a responsabilidade global para a supervisão, desenvolvimento do projecto, orientando as actividades do mesmo por meio de apoio técnico e logístico.

153. A administração e execução do projecto no dia-a-dia serão realizadas pelo Director do Projecto Nacional (NPD). O NPD, que será nomeado (pelo MoAFRD usando regras e regulamentos nacionais e assegurando os padrões internacionais em matéria de recrutamento), em regime de tempo integral para a implementação do projecto. O Coordenador Nacional ficará baseado na ilha de São Tomé, a fim de facilitar a implementação suave nos distritos-alvo, com visitas frequentes à ilha de Príncipe se necessário.

154. Coordenador nacional do projecto é contratado / nomeado para apoiar diretamente o Director Nacional do Projecto de gestão administrativa, financeira e questões de implementação / coordenação. O Gerente de Projecto tem a autoridade para executar o projecto com base no dia-a-dia em nome do Parceiro de Implementação dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho. O Coordenador Nacional do Projecto tem a principal responsabilidade de garantir que o projecto produza os resultados previstos no documento do projecto, com o padrão de qualidade exigido dentro dos condicionalismos específicos de tempo e custo.

155. Um Chefe Internacional do Meio Ambiente e da Unidade de Desenvolvimento Sustentável (HOU) será recrutado pelo PNUD e estará baseado na ilha de São Tomé, com missões frequentes à ilha de Príncipe quando necessário. Este CdU será um especialista em Adaptação às Mudanças Climáticas e irá gerenciar, supervisionar e prestar apoio técnico ao projecto e ao CO PNUD em assuntos relacionados.

156. Devido à complexidade do projecto, o “Procurement” (responsável pelas aquisições) e o responsável pelas Finanças e Administração serão recrutados pelo PNUD para apoiar

financeiramente e capacitar o MoAFRD sobre questões financeiras e administrativas.

157. Devido à necessidade de monitoramento constante e suporte técnico das actividades do projecto nos municípios seleccionados um condutor será recrutado pelo PNUD para apoiar a Equipa de Suporte do Projecto.

158. Equipa de Apoio Projecto: O papel da Equipa de Apoio ao Projecto fornece à administração e à gestão apoio técnico ao Coordenador Nacional e aos distritos na execução das actividades.

159. O Conselho da Administração do Projecto é responsável pela tomada de decisões de gestão, em especial quando a orientação é solicitada pelo Gestor de Projecto. O Conselho da Administração desempenha um papel fundamental no monitoramento e avaliação do projecto pela qualidade, assegurando a esses processos e produtos, e o uso das avaliações para a melhoria do desempenho, prestação de contas e de aprendizagem. O mesmo garante que os recursos necessários estão comprometidos e arbitra eventuais conflitos no âmbito do projecto ou negocia uma solução para todos os problemas com organismos externos. Além disso, aprova a nomeação e responsabilidades do Gestor e qualquer delegação das suas responsabilidades do Seguro do Projecto. Com base no Plano Anual de Trabalho aprovado, o Comité Director do Projecto também pode analisar e aprovar os planos trimestrais (se aplicável) e também quaisquer desvios essenciais dos planos originais.

160. A fim de garantir a prestação de contas final do PNUD para os resultados do projecto, as decisões do Conselho de Administração do Projecto serão feitas de acordo com as normas que garantem a gestão para os resultados de desenvolvimento, a melhor relação entre custo, justiça, integridade, transparência e concorrência internacional eficaz. Se o consenso não puder ser alcançado no seio do Conselho, a decisão final caberá ao PNUD CdU.

161. As responsabilidades da PB serão:

- ♣ Supervisionar e aprovar os planos de trabalho anuais e requisitos de especialistas ao curto prazo
- ♣ Supervisionar as actividades do projecto por meio de acompanhamento dos progressos e aprovar os relatórios anuais
- ♣ Rever e aprovar os planos de trabalho, planos e relatórios financeiros
- ♣ Prestar consultorias estratégicas às instituições de execução para garantir a integração das actividades do projecto com os objectivos nacionais e não nacionais de desenvolvimento e de resiliência do clima sustentáveis.
- ♣ Certificar-se entre a coordenação e a agência de difusão intersectorial dos resultados estratégicos
- ♣ Assegurar a plena participação das partes interessadas nas actividades do projecto
- ♣ Auxiliar em organização de avaliações de projectos e consultorias de contratação no âmbito da assistência técnica
- ♣ Orientar o Chefe de Unidade.

162. Os membros potenciais do Comité Director do Projecto são avaliados e é feita a recomendação para a aprovação durante a reunião do PAC. Representantes de outras

partes interessadas podem ser incluídos no conselho conforme o caso. O Conselho contém três papéis distintos, incluindo:

1) O Executivo: representando o indivíduo a apropriação do projecto para presidir o grupo.

- O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD)

- Os distritos de São Tomé de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) e no Príncipe.

2) Fornecedor Sénior: indivíduo ou grupo que representa os interesses das partes envolvidas que fornecem financiamento para projectos de partilha de custos específicos e / ou conhecimentos técnicos para o projecto. A principal função do Fornecedor sénior no Conselho é fornecer orientações sobre a viabilidade técnica do projecto.

- PNUD

3) Beneficiário Sénior: indivíduo ou grupo de indivíduos que representam os interesses de quem acabará por beneficiar do projecto. A principal função do beneficiário sénior no Conselho é o de assegurar a realização dos resultados do projecto a partir da perspectiva dos beneficiários do projecto.

- Directores Nacionais das CIAT, CATAP, CADR, CES e DGE.

4) O papel do Seguro do Projecto é o de apoiar o Conselho de Administração do Projecto através da realização de funções objectivas e independentes de supervisão e acompanhamento dos projectos. O papel do Gestor é o de garantir que não devem ser realizados pela mesma pessoa para o mesmo projecto.

- Gestor de Portfólio Manager (Meio Ambiente e Gestão de Riscos de Desastres), o PNUD São Tomé e Príncipe, Assessor Técnico Regional Adaptação às Alterações Climáticas, o PNUD Centro Regional de Serviço.

163. Este projecto em São Tomé e Príncipe responde em primeiro lugar para a vulnerabilidade dos grupos mais vulneráveis dos distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) segurança alimentar. O PNUD vai alavancar muitos anos de experiência para apoiar a implementação, monitoramento e avaliação ao nível distrital, planos de adaptação anuais e plurianuais, incluindo a realização de infra-estruturas comunitárias de baixo custo e o desenvolvimento de produtos inovadores de microfinanças para permitir o acesso da comunidade ao financiamento para investimentos, de modo a reforçar a capacidade de resistência dos meios de subsistência para as alterações climáticas.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO QUADRO

164. O projecto será monitorado através das seguintes actividades de M & A. O orçamento de M & E é fornecido na tabela abaixo (Tabela 7). O Quadro de Resultados do Projecto apresentado na Parte III deste documento projecto está alinhado com a AMAT e quadros PNUD de M & A e inclui indicadores SMART para cada resultado esperado, bem como á médio prazo e metas de fim-de-projecto. Estes indicadores, juntamente com os resultados-chave e valores de referência estão a ser desenvolvidos com mais algum detalhe e aperfeiçoá-lo durante a fase inicial do projecto e serão as principais ferramentas para avaliar o progresso de implementação do projecto e se os resultados do projecto estão sendo alcançados. Os meios de verificação e os custos associados à obtenção das informações para acompanhar os indicadores estão resumidos abaixo. Outros custos M & E relacionados também são apresentados no Plano de M & E (Tabela 7) e são totalmente integrados no orçamento geral do projecto. Além disso, sob Resultado 3 do projecto, a Capacitação e M & E Peritos (qualquer um a tempo inteiro ou a tempo parcial posições) é orçamentado. O especialista em M & E estaria trabalhando especificamente na elaboração e execução de nível local, sistemas de M & A participativos, vinculado ao projecto global quadro M & E.

165. O plano de M & E será revisto e alterado conforme necessário durante o atelier no início do projecto para garantir aos participantes do projecto entenderem os seus papéis e responsabilidades vis-à-vis de monitoramento e avaliação do projecto no momento dos dados, a aprovação do projecto de linha de base para alguns dos indicadores estabelecidos no Quadro Os resultados estão disponíveis. Lacunas de dados de linha de base serão abordadas durante o primeiro ano de implementação do projecto.

166. Monitoramento do projecto no dia-a-dia é a responsabilidade da equipa de gestão de projectos, mas outros parceiros do projecto terão responsabilidades para recolher informações específicas para acompanhar os indicadores. É da responsabilidade do gestor do projecto informar o Comité Director do Projecto de eventuais atrasos ou dificuldades enfrentadas durante a execução para que o apoio adequado ou medidas correctivas que possam ser adoptadas em tempo hábil.

167. A placa do projecto receberá relatórios periódicos sobre o progresso e fará recomendações sobre a necessidade de rever quaisquer aspectos do Quadro de Resultados ou o plano de M & E. Supervisão de projectos é da responsabilidade do Assessor Técnico Regional do PNUD. O Assessor Técnico Regional irá rever a qualidade do resultado do projecto, fornecer feedback para os parceiros do projecto, e estabelecer procedimentos de revisão pelos pares para garantir a qualidade adequada de saídas e de publicações científicas e técnicas.

168. Supervisão do projecto terá uma abordagem de gestão adaptativa e o Assessor Técnico do PNUD Regional irá desenvolver um plano de supervisão do projecto no início.

Procedimentos financeiros e outros

169. As disposições e procedimentos financeiros para o projecto são regidos pelas regras do PNUD e regulamentos para a Modalidade Nacional de Implementação (NIM), com apoio do Escritório Nacional em tarefas específicas, tais como a aquisição de

equipamentos. Dado o cenário NIM que se aplica em São Tomé e Príncipe, a maior parte das transacções financeiras serão realizadas por meio de pedidos de pagamentos directos feitos por MoAFRD. Alguns fundos serão transferidos para o MoAFRD, como adiantamento de fundos, para o funcionamento do dia-a-dia do projecto. O Coordenador Nacional do Projecto, com o apoio da equipa de apoio do projecto, irá preparar os pedidos de pagamento directos de Adiantamento de fundos, que serão assinados pelo Director do Projecto Nacional (ou vice) para ser enviado para o PNUD CO.

170. Político de recuperação de custos completa PNUD será aplicado a esses recrutamentos, processo de compras e serviços solicitados por MoAFRD ao PNUD.

171. Início do projecto: Um projecto de Iniciação do escritório será realizado nos primeiros 2 meses de início do projecto com aqueles com funções atribuídas na estrutura da organização do projecto, escritório do PNUD e onde a política apropriada / viável técnica e regional e consultores do programa, bem como outras partes interessadas. O Workshop de Iniciação é crucial para a construção de posse para os resultados do projecto e para planear o trabalho anual do primeiro ano.

172. O Escritório de Iniciação deve abordar uma série de questões-chave, incluindo:

a) Auxiliar todos os parceiros para compreender e apropriar-se do projecto. Detalhe das funções, serviços de apoio e responsabilidades complementares do PNUD CO e RCU e equipa vis-à-vis do projecto. Discutir os papéis, funções e responsabilidades dentro das estruturas de tomada de decisão do projecto, incluindo a elaboração de relatórios e linhas de comunicação e mecanismos de resolução de conflitos. Os Termos de Referência para a equipa do projecto serão discutidos novamente, se necessário.

b) Com base no quadro de resultados do projecto e da AMAT LDCF relacionados, estabelecidos no Quadro de Resultados do Projecto na Seção III deste documento de projecto, finalizar o primeiro plano de trabalho anual. Comentar e concordar com os indicadores, as metas e os seus meios de verificação, e certificar novamente pressupostos e riscos.

c) Fornecer uma visão detalhada de comunicação, monitoramento e avaliação (M & E) requisitos. O plano de trabalho Monitoramento e Avaliação e orçamento devem ser aprovados e agendados.

d) Discutir os procedimentos financeiros de relatórios e obrigações, e regras de auditoria anual.

e) Plano e reuniões PB cronograma. Papéis e responsabilidades de todas as estruturas de organização do projecto devem ser clarificados e reuniões planeadas. A primeira reunião PB deve ser realizada dentro dos primeiros 12 meses após o *atelier* do início.

173. Relatório sobre o escritório é um documento chave de referência e deve ser preparado e compartilhado com os participantes para formalizar vários acordos e planos decididos durante a reunião.

- Trimestralmente:
Os progressos alcançados devem ser fiscalizados nos Resultados do PNUD aprimorados com base na plataforma de Gestão.
- Com base na análise de risco inicial apresentada, o log de risco deve ser atualizado regularmente no ATLAS. Risco tornou-se crítico quando o impacto e

a probabilidade são elevados. Note-se que para os projectos do PNUD / GEF, todos os riscos financeiros associados aos instrumentos financeiros, como os fundos rotativos e os mecanismos de microfinanças, ou capitalização de empresas de serviços energéticos são automaticamente classificados como críticos, em função da sua natureza inovadora (de alto impacto e de incerteza devido à não justificação, experiência anterior, classificação como crítico).

- Com base nas informações registadas no Atlas, um Relatório de Progresso do Project (PPR) pode ser gerado no Executivo.
- Outros registos ATLAS serão usados para monitorar as questões, as lições aprendidas. O uso dessas funções é um indicador chave no Balanced Scorecard PNUD Executivo.

174. Anualmente: Revisão Anual do Projecto / Relatórios do projecto de implementação (APR / PIR): este relatório-chave está disposto a acompanhar os progressos realizados desde o início do projecto e, em particular, para o período de referência anterior (30 Junho - 1 Julho). O APR / PIR combina as exigências de relatórios do PNUD e do GEF. O APR / PIR inclui, mas não está limitado a, relatórios sobre o seguinte:

- O progresso feito em direcção a objectivos e resultados do projecto - cada um com indicadores, dados de base e metas do fim-de-projecto (cumulativo)
- Resultados do projecto entregues por resultado do projecto (anual).
- Lição apreendida / boas práticas.
- AWP e outros relatórios de despesas
- Gestão adaptativa de risco e
- ATLAS QPR
- indicadores de nível de Portfólio (ie GEF área focal ferramentas de monitoramento) são usados pela maioria das áreas focais igualmente numa base anual.

175. O monitoramento periódico através de visitas: PNUD CO e do PNUD RCU irão realizar visitas a sites com base no calendário acordado no Relatório Preliminar / Plano de Trabalho Anual do projecto para avaliar o andamento do projecto em primeira mão. Outros membros do Conselho da Administração também podem juntar-se essas visitas. A Visita de Campo / Relatório de BTOR será preparado pelo CO e PNUD RCU e não circulará menos de um mês após a visita da equipa do projecto e os membros do Conselho de Administração de Projectos.

176. Intercalar o ciclo do projecto: O projecto passará por uma organização independente de avaliação intermédia no ponto médio de implementação do mesmo (que deverá ser em Novembro de 2016). A avaliação intermédia vai determinar o progresso que está sendo feito para o alcance de resultados e irá identificar a correcção em curso, se necessário. Incidirá sobre a eficácia, eficiência e oportunidade da implementação do projecto; vai destacar aspectos que exigem decisões e acções; e apresentará as primeiras lições tiradas sobre a concepção, implementação e gestão do projecto. Achados dessa revisão serão incorporados como recomendações para a implementação melhorada durante a metade final do prazo do projecto. A organização, os termos de referência e o momento da avaliação intercalar serão decididos após a consulta entre as partes no documento do projecto. Os Termos de Referência para esta avaliação intercalar serão preparados pelo PNUD CO com base nas orientações da Unidade de Coordenação Regional e PNUD-EEG. A resposta da gerência e da avaliação serão enviados para os sistemas corporativos do PNUD, em particular, o Gabinete de Avaliação do Centro de Recursos do PNUD

(ERC). As SOF (GEF) ferramentas de rastreamento da área relevante também serão concluídas durante o ciclo de avaliação intercalar.

177. Fim do Projecto: a avaliação final independente terá lugar três meses antes da reunião final do Conselho da Administração e será realizada de acordo com o PNUD e a orientação SOF (e GEF). A avaliação final incidirá sobre a entrega dos resultados do projecto, como inicialmente planeado (e corrigida após a avaliação intercalar, se houver tal correção). A avaliação final vai olhar para o impacto e a sustentabilidade dos resultados, incluindo a contribuição para o desenvolvimento de capacidades e à realização dos benefícios / metas ambientais globais. Os Termos de Referência para essa avaliação serão preparados pelo PNUD CO com base nas orientações da Unidade de Coordenação Regional e PNUD-EEG.

178. A avaliação final deve também fornecer recomendações para as actividades de acompanhamento e exige uma resposta de gestão, que deve ser enviada para o PIMS e ao Gabinete de Avaliação Centro de Recursos do PNUD (ERC). A SOF relevante (por exemplo GEF), a área Focal e os utensílios também serão concluídos durante a avaliação final.

179. Durante os últimos três meses, a equipa do projecto irá preparar o Relatório Final do Projecto. Esse relatório abrangente resumirá os resultados alcançados (objectivos, resultados, produtos), lições apreendidas, problemas enfrentados e as áreas onde podem não ter sido alcançados resultados. Igualmente irá estabelecer recomendações para quaisquer outras medidas que podem ter de ser tomadas para garantir a sustentabilidade e replicabilidade dos resultados do projecto.

180. Aprendizagem e partilha de conhecimentos: Os resultados do projecto serão divulgados dentro e fora da zona de intervenção do mesmo através de redes e fóruns de partilha de informação existentes. O projecto vai identificar e participar, como relevante e adequado, em actividades científicas, baseadas em políticas e / ou quaisquer outras redes, que podem ser um benefício para a implementação do projecto, com base nas lições apreendidas. O projecto vai identificar, analisar e partilhar lições aprendidas que podem ser benéficas na concepção e implementação de projectos semelhantes no futuro. Por fim, haverá um fluxo bidireccional de informações entre este projecto e outros projectos de natureza similar.

181. Comunicações e requisitos de visibilidade: o cumprimento integral é necessário, com orientações de Branding do PNUD. Essas podem ser obtidas no <http://intra.undp.org/coa/branding.shtml>, e orientações específicas sobre a utilização do logótipo do PNUD pode ser obtido em: <http://intra.undp.org/branding/useOfLogo.html>. Entre outras coisas, essas directrizes descrevem quando e como o logótipo do PNUD precisa ser usado, bem como a forma como os logótipos de doadores para projectos do PNUD precisam ser usados. Para evitar qualquer dúvida, quando é necessária a utilização do logótipo, o logótipo do PNUD deve ser usado juntamente com o logótipo da GEF. O logótipo do GEF pode ser obtido em: http://www.thegef.org/gef/GEF_logo.

182. O logótipo do PNUD pode ser localizado <http://intra.undp.org/coa/branding.shtml>. O cumprimento integral também é necessário com comunicação e visibilidade Orientações do GEF (as "Directrizes do GEF"). As Directrizes do GEF podem ser localizadas em:

183.http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/C.40.08_Branding_the_GEF%20final_0.pdf. Entre outras coisas, as orientações do GEF descrevem quando e como o logótipo do GEF precisa ser usado em publicações de projectos, veículos, materiais e outros equipamentos do projecto. As directrizes do GEF também descrevem outros requisitos promocionais do mesmo em relação aos comunicados de imprensa, conferências de imprensa, visitas de imprensa, visitas de funcionários do Governo, produções e outros itens promocionais. No caso de outras agências e parceiros do projecto que têm prestado apoio através de co-financiamento, as suas políticas e requisitos de marca devem ser aplicados de forma semelhante.

Tabela 7: Projecto de Monitoramento e Avaliação

Tipo de actividade M & E	As partes responsáveis	Orçamento US \$ excluindo a equipa do projecto	Prazo
Ateliers e Relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor do Projecto ▪ UNDP CO, UNDP CCA 	Custo indicativo 10,000	Arranque dentro de dois primeiros meses do projecto
Medição de meios de verificação dos resultados do projecto.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ♣ PNUD CCA RTA / Gestor do Project supervisionará a contratação para estudos e instituições específicas, e delegará responsabilidades aos membros relevantes da equipa 	♣ Para ser finalizado em Fase de Iniciação e Oficina. Custo indicativo é de 20.000.	Início, meio e final de projecto (durante o ciclo de avaliação) e, anualmente, quando necessário.
Medição de meios de verificação para o Project de progresso sobre a produção e implementação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ♣ Supervisão pelo Gerente de Project ♣ A equipa de projecto 	Para ser determinada como parte da preparação do Plano Anual de Trabalho. Custo indicativo é de 15.000.	Anualmente antes da ARR / PIR e para a definição de planos de trabalho anuais
ARR/PIR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor do Projecto e Pessoal ▪ UNDP CO ▪ UNDP RTA ▪ UNDP EEG 	Nenhum	Anualmente
Estatuto Periódico/Relatórios de progresso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor do Projecto e Pessoal 	Nenhum	Tirimestral
Anualmente as antes da ARR / PIR e numa Definição dos Planos de Trabalho Anuais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor do Projecto e equipa ▪ UNDP CO ▪ UNDP RCU ▪ Consultores Externos (i.e. avaliação da equipa) 	Custo Indicativo: 40,000	No ponto médio da implementação do projecto.
Avaliação Final	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor do Projecto e equipa ▪ UNDP CO ▪ UNDP RCU ▪ Consultores Externos (i.e. avaliação da equipa) 	Custo Indicativo: 40,000	Pelo menos três meses antes do final de implementação do projecto

Tipo de actividade M & E	As partes responsáveis	Orçamento US \$ excluindo a equipa do projecto	Prazo
Relatório Terminal do Projecto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor do Project e equipa ▪ UNDP CO ▪ consultores locais 	0	Pelo menos três meses antes do fim do projecto
Audit oria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ UNDP CO ▪ Gestor do Project e equipa 	Custo Indicativo por ano: 3,000	Anualmente
Visitas a locais de campo (PNUD custos de viagem pessoal a cargo MoAFRD subsídios)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ UNDP CO ▪ UNDP RCU (como apropriado) ▪ Representantes do Governo 	Para GEF apoiou projectos, pagos a partir de taxas de IA e orçamento operacional 12.000	Anualmente
CUSTO indicativo TOTAL Excluindo projecto da equipa, o tempo da equipa e pessoal do PNUD e as despesas de viagem		US\$ 140,000 (+/- 5% do orçamento total)	

8. CONTEXTO JURÍDICO

184. Este documento juntamente com o CPAP assinado pelo Governo e o PNUD, que é incorporado por referência juntos, constituem o documento de projecto, tal como referido no SBAA (ou outro acordo que regule o caso) e todas as disposições CPAP que se aplicam ao referido documento.

185. De acordo com o artigo III do Acordo de Assistência Básica Padrão, a responsabilidade pela segurança e protecção do parceiro de implementação e seu pessoal e da propriedade do PNUD sob custódia do parceiro de execução, cabe ao parceiro de implementação.

186. O parceiro de implementação deve:

- a) Colocar em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país, onde o projecto está sendo realizado;
- b) Assumir todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do parceiro de implementação, bem como a plena implementação do plano de segurança.

187. O PNUD reserva-se no direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao mesmo quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação deste acordo.

188. O parceiro de implementação concorda em realizar todos os esforços razoáveis para garantir que nenhum dos fundos do PNUD recebidos de acordo com o Documento de Projecto sejam usados para fornecer apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pelo PNUD nos termos deste instrumento não aparecem na lista mantida pelo Comité do Conselho de Segurança estabelecido pela resolução 1267 (1999). A

lista pode ser obtida via <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>.

Esta disposição deve ser incluída em todos os subcontratos celebrados ao abrigo desse documento do Projecto.

9. Anexos

ANEXO I. ANÁLISE DE RISCO

#	Descrição	Data identificada	Tipo	Impacto & Probabilidade	Contra-medidas / resposta Mngt	Proprietário	Submetido, atualizado por	Última Atualização	Estatutos
1	Insuficiente capacidade humana qualificada	Durante a formulação do PIF	Operacional	P = 4 I = 5	Abordagem de desenvolvimento Forte capacidade incorporada na concepção do projecto. Oportunidades de formação específicas, exemplo para a equipa técnica preocupada com o estabelecimento de implementação da mudança do clima e para o pessoal do distrito em várias questões de risco CC e adaptação; programa de capacitação específico a nível comunitário.	RTA	Quem apresentou o risco (Em Atlas, gravado automaticamente)	Quando foi a situação do risco última verificação (Em Atlas, gravado automaticamente)	Ex. morto, reduzindo, aumentando, sem encargos (No Atlas, uso da Gestão) (Caixa de resposta)
2	Apoio insuficiente institucional e compromissos políticos e falta de	Durante a formulação do PIF	Estratégica/ Política	P = 2 I = 4	O projecto proposto é fortemente apoiado pelo Governo de São Tomé e Príncipe (GoSTP) e outras partes interessadas e	RTA			

	coordenação das várias partes interessadas.				parceiros de desenvolvimento, incluindo o sector privado. Governo está empenhado em apoiar a implementação das medidas de adaptação nas comunidades vulneráveis seleccionadas do Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL); As partes interessadas e comunidades locais estão empenhadas em implementar as intervenções do projecto e fornecer o apoio e colaboração necessária.				
3	A falta de capacidade das comunidades para desenvolver as medidas integradas de Adaptação (IAMS) incluídos nos planos anuais e plurianuais de adaptação (CC-VAAP) e não suficientes extensionistas capazes de apoiar as zonas rurais e implementar os planos anuais de adaptação e de vários anos (CC-VAAP).	Durante a formulação do PIF	Operacional	P = 4 I = 5	O projecto vai treinar pelo menos 90 funcionários Extensão Agrícola (incluindo no esquema de treinamentos de trabalho) sobre estratégias de adaptação para apoiar a plataforma de mudanças climáticas nas comunidades vulneráveis. Comunidades serão treinadas e equipadas com a média para identificar as suas próprias necessidades de adaptação, priorizar, coordenar e planear.	RTA			
4	Instituições de Microfinanças (IMFs) capacidade de desenvolver produtos inovadores para financiar a adaptação, pode afectar seu envolvimento,	Durante a formulação do PIF	Operacional	P = 4 I = 5	Instituições de micro-finanças irão adotar uma abordagem de ataque, com parcelas de pagamento flexíveis, anual ou sazonal serão testadas a considerar a variabilidade	RTA			

	como eles podem ser impedidas de incorrer em despesas iniciais, mesmo quando o saldo global dos custos e benefícios é positivo.				climática sazonal ou inter-anual, bem como a sazonalidade das receitas alternativas geradoras de actividades.				
5	Contínua queda dos preços ao nível internacional do cacau, café:	Durante a formulação do PIF	Estrategia/Política	P = 1 I = 3	Estudos têm revelado que, quando os preços do cacau são baixos, os produtores de cacau de STP complementam a diminuição dos rendimentos agrícolas com a produção e venda de carvão e isso tem contribuído no esgotamento dos recursos florestais no STP. Então, se os preços das culturas de exportação experimentarem a contínua queda, isso pode levar a um desinteresse dos agricultores para as actividades do projecto relacionadas com essas culturas, afectar negativamente a prossecução dos objectivos do projecto para preservar a integridade do ecossistema florestal e para o sucesso do projecto em conjunto. A ênfase do projecto em actividades resilientes geradoras de renda alternativa de mudanças climáticas, irá ajudar a mitigar este risco, dando aos agricultores fontes receitas mais seguras,	RTA			

					menos vulneráveis ao contexto do mercado internacional.				
6	O risco climático, redução de actividades geradoras de renda alternativas e de mecanismos de financiamento aumentam o endividamento e a vulnerabilidade durante a formulação PIF	Durante a formulação do PIF	Estrategia/Política	P =1 I = 3	Programas de capacitação e suporte técnico serão concebidos e implementados para qualquer produto financeiro inovador destinado a financiar a redução do risco do clima que será introduzido. O reforço das capacidades será alvo de melhorar a capacidade de MFI para avaliar a aptidão dos candidatos para eventuais facilidades de crédito de redução de riscos climáticos e da rentabilidade económica do clima, estratégias de redução de riscos em busca de financiamento.	RTA			
7	Comunidades não podem adotar a protecção do ecossistema e das medidas de melhoria	Durante a formulação do PIF	Estrategia/Política		A sensibilização das comunidades sobre os benefícios associados com o reflorestamento é central para as actividades de reflorestamento pilotados pelo projecto. A equipe do projecto terá como base a experiência de outros projectos que desenvolvem actividades semelhantes para promover as boas práticas, e reduzir esse risco.	RTA			
8	A má coordenação, a fraca capacidade das partes interessadas e da falta de	Durante a formulação do PIF	Estrategia/ Política	P =1 I = 3	As consultas da fase PPG têm mostrado a boa cooperação institucional entre os	RTA			

	vontade dos moradores da comunidade para apoiar a implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas em alvo seleccionado e vulnerável				departamentos do GoSTP que participam na implementação do projecto. Os arranjos de gerenciamento de projectos acima, e claro, devem construir as bases para um bom sucesso para a implementação do projecto. As medidas de adaptação às alterações climáticas correspondem às necessidades urgentes expressas pelos defensores primários, especialmente os moradores da comunidade que irão reduzir o risco de falta de apoio das comunidades.				
9	Fraca capacidade institucional a nível distrital para supervisionar, apoiar e orientar o processo de criação de distritos e aldeias Plataformas CC (CC-DAVIP)	Durante a formulação do Project	Estrategica/ Operacional	P =3 I = 4	A abordagem de apoio à capacidade tem sido desenvolvida visa reforçar as capacidades das instituições GoSTP e parceiros do projecto para lidar com o risco e a adaptação às mudanças climáticas. Uma parte importante do projecto é fortalecer a capacidade institucional e técnica dos dois principais actores do projecto O NIM e o CONPREC. Os técnicos especialistas serão contratados para trabalhar com a equipa técnica local. O Chefe da Unidade de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável vai trabalhar em	RTA			

					estrita colaboração com o gestor do projecto para garantir a entrega harmoniosa e atempada dos resultados dos projectos.				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ANEXO II. Consultas às partes interessadas

189. As principais partes interessadas com um importante papel directo no projecto foram identificadas e consultadas nos diferentes estágios durante a fase de Donativo para a Preparação do Projecto (PPG) para obter os seus rendimentos e feedback para a concepção do mesmo. Portanto, durante o processo de consulta a partir de Outubro 2013 a Maio de 2014, mais de 100 profissionais foram contratados ao nível nacional, distrital e comunitário. O processo de consulta das partes interessadas foi realizado executando dois seminários, o primeiro dos quais foi realizado durante a fase de iniciação entre 21 e 29 de 2013, o segundo seminário de Validação de Documento de Project entre 25 de Abril e 02 de Maio de 2014, bem como uma série de reuniões bilaterais com GoSTP e instituições internacionais, visitas e entrevistas aos membros da comunidade e ONGs e do CBO. Portanto, o processo de consulta pública que foi realizado incluiu:

i) Consulta dos interessados através de Workshops / Encontros:

- Reunião Técnica no PNUD CO com os principais intervenientes do projecto, incluindo os parceiros de Implementação e potenciais parceiros responsáveis: Essa reunião teve lugar na sala de conferências do PNUD, Edifício das Nações Unidas, São Tomé. Uma reunião interactiva sobre os impactos das mudanças climáticas sobre os meios de subsistência rurais agrícolas foi organizada e realizada na passada terça-feira 26 de Janeiro de 2014 entre os membros da equipe PPG e representantes e pessoal de recursos de outros projectos, agências Gol, ONGs e outras organizações. Resultado: Na sessão informou-se a todos os interessados potenciais sobre o projecto PIF. Orientação inicial e conselhos úteis relacionados ao processo de PPG, a identificação das partes interessadas, estratégia e abordagem, questões técnicas, e a escolha do local foram recolhidas pela equipa.
- Atelier de Iniciação (IW) - Informação e consulta de sessão: Esse atelier de início foi realizado na capital São Tomé e teve lugar no edifício do Arquivo Histórico na passada quarta-feira 27 de Novembro de 2013. Resultado: A sessão informada à maior audiência de potenciais interessados e os participantes sobre o projecto PIF. Orientação inicial e conselhos úteis relacionados ao processo de PPG, a identificação das partes interessadas, estratégia e abordagem, questões técnicas, e a escolha do local foram recolhidas pela equipa.
- Seminário de Validação de Projecto (PVW), realizado na capital São Tomé, teve lugar na Sala de Conferências do Instituto de Género e Promoção da Igualdade e Equidade de Género, INPG) na passada quarta-feira dia 30 Abril 2014 para apoiar o Escritório do PNUD a se envolver com o Governo de São Tomé e Príncipe e outras partes interessadas na concepção de um projecto "para fortalecer a resiliência das opções de subsistência de comunidades rurais contra os impactos das mudanças climáticas nas comunidades dos 6 distritos em São Tomé: Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) ", e no Príncipe, a ser financiado pelo LDCF. Os principais objectivos dessa missão foram: a) para actualizar os interessados sobre concepção do projecto; b) para solicitar um feedback sobre as informações a serem apresentados nesse atelier; e c) para chegar a acordo sobre as alterações a introduzir na concepção do projecto. As tarefas

acima foram abordadas por: i) realização de um atelier de validação (a nível nacional) entre as partes interessadas, incluindo os actores em questões CCA em São Tomé e Príncipe, os produtores, prestadores de serviços, agricultores e agrog negociadores e usuários finais de produtos agro-silvo pastorais; ii) a realização de reuniões bilaterais com os principais representantes de organizações bilaterais / multilaterais representados em São Tomé e Príncipe e iii) por fim a realização de visitas ao site.

- Reunião Técnica no PNUD CO com os representantes dos principais Bancos Comerciais em São Tomé e Príncipe: Essa reunião teve lugar também na sala de conferências do PNUD, Edifício das Nações Unidas, São Tomé na passada terça-feira 26 de Novembro de 2013 entre os membros da equipa PPG e os representantes dos principais Bancos em São Tomé e Príncipe para abordar assuntos ligados à prestação potencial de produtos de microfinanças para as comunidades rurais agrícolas.

Resultado: Uma melhor compreensão da estrutura do projecto estabelecida entre os principais interessados foi alcançada, uma análise da situação do projecto foi realizada, foram identificadas potenciais estratégias e as partes interessadas nacionais. Entradas para um projecto revisto. Redes de resultados foram fornecidos e recomendações valiosas para a concepção, implementação e gestão recebidas do projecto.

- Reunião Técnica no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento (CADR): Essa reunião foi realizada na passada quarta-feira 28 de Novembro de 2013 na sede da CADR com todos os representantes extensionistas do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento nos distritos de São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL). Resultado: alguns problemas de extensão agrícola relacionados com as mudanças climáticas foram discutidos e identificados possíveis vulnerabilidades nos seis distritos. Os critérios e indicadores para a pré-selecção das 30 comunidades mais vulneráveis foram explicados e seguidos pela equipa PPG. Possíveis estratégias, informações, insumos e recomendações valiosas para a concepção do projecto, implementação e gestão foram recebidos.

- Reunião Técnica no Centro de Agronómica e Investigação Tecnológica (CIAT): A reunião foi realizada na passada quarta-feira 28 de Novembro de 2013 na sede da CIAT com todos os representantes de todos os departamentos principais de investigação de apoio à diversificação das culturas das comunidades rurais. Resultado: Uma série de questões agrícolas relacionadas com as alterações climáticas e a diversificação das culturas, bem como a produção e utilização de insumos agrícolas por parte da comunidade agrícola foram identificadas e possíveis acções a serem incluídas no documento do projecto foram sugeridas para a equipa PPG.

ii) As consultas comunitárias e visitas ao local (CC-SV):

- Visita de campo ao Centro de Aperfeiçoamento Técnico da Agricultura e

Pecuária (CATAP): Uma visita de campo foi realizada durante a fase inicial no Centro de Formação Técnica da Agricultura e Pecuária (CATAP) na Roça Piedade (Distrito Mé-Zóchi). Essa visita ao local ocorreu no passado dia 28 de Novembro de 2013 e foi organizada para avaliar o potencial das infra-estruturas físicas do CATAP e sua capacidade para desenvolver e implementar programas de formação no âmbito do projecto.

Resultado: as questões-chave relacionadas com potenciais capacidades de formação, infra-estrutura e de estágio foram discutidas. Ansiedades e preocupações foram encaminhadas para a equipa PPG a serem consideradas na concepção do projecto.

- Visita de campo à SATOCAO, Lda.: A visita ao local programado para o SATOCAO recentemente inaugurado, Lda. Centro Tecnológico Industrial em Morro Peixe foi organizada no passado dia 28 de Novembro de 2013 para observar in loco as etapas operacionais que estavam sendo tomadas para o relançamento da cultura de cacau em São Tomé e Príncipe, como motor para o desenvolvimento.

Resultado: questões importantes relacionadas com a capacidade de SATOCAO para produção de mudas de cacau para as comunidades rurais agrícolas utilizando os melhores padrões de produção e produtividade através da combinação de práticas tradicionais com modernos processos e rigoroso controlo de qualidade foram discutidos. Uma série de sugestões e ideias foram fornecidas para a equipa PPG para ajudar na concepção dos documentos do projecto.

iii) **A consulta bilateral durante todo o processo PPG**

190. A Fase PPG (Outubro 2013 a Maio de 2014) incluiu uma série de reuniões bilaterais entre os membros da Equipa PPG e representantes e pessoal de recursos de outros projectos, agências GoSTP, ONGs e outras organizações, incluindo a principal Universidade. Essas reuniões bilaterais alvo-chave nas Instituições Governamentais de São Tomé e Príncipe, agências internacionais e comunidade de doadores em São Tomé e Príncipe, de Organizações Não Governamentais ONGs do sector privado relacionados com a agricultura e mudanças climáticas e outras questões que estão listadas na Tabela 8.

iv) **Instituições governamentais de São Tomé e Príncipe**

191. As principais partes interessadas para a implementação deste projecto LDCF "para fortalecer a resiliência da comunidade nas opções de subsistência rurais contra os impactos das mudanças climáticas nos distritos de São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) ", serão o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural como líder e os outros parceiros responsáveis que incluirão as autoridades dos distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL); A Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que inclui o Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT); O Centro Técnico de Formação da Agricultura e Pecuária (CATAP); A Divisão de Agricultura do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (CADR), bem como as outras instituições colaboradoras, incluindo o Instituto Nacional de Meteorologia (INM); A Direcção Geral do Ambiente (DGE); O Centro de Vigilância Ambiental (CES).

v) Organizações Não-Governamentais

192. O processo das partes interessadas vai contar com o apoio e o envolvimento das ONGs internacionais, especialmente aquelas que trabalham no planeamento e identificação de prioridades no processo de promoção do desenvolvimento e adaptação às alterações climáticas resistentes ao clima nos seis distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) particularmente na segurança alimentar e redução da pobreza (PRIASA), na pesca (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal NGO-MARAPPA) e agricultura e desenvolvimento rural (do Programa de Desenvolvimento de Pesca Artesanal -PAPAFPA), bem como outros, tais como: Associação para o Desenvolvimento Agro-pastoral e de Protecção Ambiental (ADAPPA) na área de extensão para a reestruturação da (ZATONA-ADIL Comunidade Rural), organização de produtores actualmente a apoiar a execução de determinados projectos, como PRIASA II, principalmente a Federação das ONGs (FONG) serão associadas à execução deste projecto.

v) As agências internacionais e comunidade de doadores em São Tomé e Príncipe

193. Os doadores multilaterais como o Banco Mundial, BAD, CE, O Governo de Taiwan e as Agências das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, FAO, FIDA) manterão uma presença activa em São Tomé e Príncipe e desempenharão papéis influentes na determinação das prioridades e mecanismos nacionais para a execução de STP na luta contra a pobreza. A questão das alterações climáticas e desenvolvimento particularmente rural, segurança alimentar e redução da pobreza estão agora no topo da agenda internacional. Há intensa pressão sobre os Governos ocidentais para combater as alterações climáticas através da redução da vulnerabilidade actual do país e, especificamente, das comunidades rurais que enfrentam o impacto da variabilidade e mudanças climáticas. Durante o processo de PPG, consultas bilaterais têm sido realizadas com representantes de países dessas instituições para os informarem sobre o projecto e verificar as suas ansiedades sobre a concepção do projecto LDCF em São Tomé e Príncipe.

vii) Do Sector Privado

194. As empresas do sector agrícola estão ansiosas para obter a colaboração e a parceria com este projecto LDCF, em particular no apoio à pequena agricultura e da agricultura de exportação como o cacau para reduzir os riscos de insegurança alimentar devido às mudanças climáticas induzidas. Consultas bilaterais foram realizadas durante o PPG para avaliar as suas necessidades específicas e um quadro à longo prazo necessário para ser colocado em prática pelo projecto para ajudar os agricultores. Portanto, algumas partes interessadas, incluindo a Federação dos Pequenos Agricultores (FENAPA-STP), Companhia de Produção de Cacau (SATOCAO) e FONG-STP (Federação de tudo ONGs) foram consultados para verificar a natureza da colaboração personalizada e parceria necessária no processo de adopção na mais resiliente técnica de produção.

195. A nível nacional, um dos parceiros mais prováveis e colaborador deste LDCF pode ser a Instituição de Microfinanças (IMFs), que será convidada e apoiada numa parceria conjunta com vista a adoptar uma abordagem de ataque e incluírem serviços de adaptação para as comunidades rurais. Durante a fase de PPG, consultas bilaterais têm sido realizadas com um número de Bancos locais para determinar a sua vontade de se associar numa parceria conjunta com participantes do projecto para lançar um convite à apresentação de propostas para as IMFs para oferecer, pelo menos, três produtos financeiros de micro-finanças, serviços / mecanismos (ou seja, microcrédito, poupança, micro-seguros), adaptados às necessidades de adaptação identificadas das comunidades locais, de modo a aumentar a capacidade de resistência dos meios de vida actuais e alternativas de apoio às actividades geradoras de renda.

Tabela 8. Intervenientes primários e secundários e seus papéis no Projecto.

As partes intervenientes	Interesses/ Função no Projecto
Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MoAFRD)	O Ministério da Agricultura é a instituição responsável pelas questões agrícolas, e de desenvolvimento rural, bem como serviços de extensão no país. Através de sua Estratégia de Desenvolvimento Rural, que visa (i) O aumento da competitividade, produtividade e acumulação de riqueza rural; (ii) Gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais; (iii) O crescimento do capital humano, inovação e tecnologia; (iv) A diversificação do capital social, a eficiência e eficácia institucional; e, (v) A boa governação e planeamento de mercado.
Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT)	O Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT) é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Agricultura, responsável pela geração de conhecimentos e soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio e segurança alimentar e nutricional. Como tal, esta instituição é responsável pela execução das actividades de investigação que contribuam para o desenvolvimento de estratégias para a conservação da biodiversidade, a protecção ambiental e utilização sustentável dos recursos naturais.
Centro de Treinamento Técnico da Agricultura e Pecuária (CATAP)	Centro de Treinamento Técnico da Agricultura e Pecuária (CATAP) é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Agricultura, responsável pela prestação de formação e de aperfeiçoamento para os pequenos produtores e técnicos, como a orientação de Extensão Rural. Como tal, esta instituição é responsável pela implementação de actividades de formação e de capacitação entre outros e inclui o seguinte: - A formação de jovens agricultores (2 anos de curso); - Cursos de curta duração monotemáticos (caprinos reprodutores, tracção animal); O CATAP também apoia os graduados a partir desses cursos de formação para estabelecer associações e / ou cooperativas (incluindo experiências de microcrédito). O Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro Pecuário (CATAP) também tem vindo a apoiar o programa de diversificação de culturas alimentares agrícolas e pecuárias. A capacidade de CATAP também fornece o estabelecimento e apoio de transformação e comercialização dos produtos agrícolas, fazendo serviços de extensão agrícola disponíveis aos agricultores.
A Direcção Geral do Ambiente - DGE	A Direcção-Geral do Ambiente está no comando, na coordenação das actividades ambientais, os atores activos do país na definição e participação, na execução da política do governo sobre o meio ambiente. Fundada em 2007 pelo Decreto nº 2/2007, dispõe de três divisões:

	Departamento Jurídico, Administração, Cooperação, Avaliação e Estudos de Impacto Ambiental - DJACAEIA, o Departamento de Conservação, Saneamento e Qualidade do Meio Ambiente - DCSQA e Departamento de Estatística, Informação, Ambiente Educação e Comunicação - DEIECA.
A Federação Nacional de Pequenos Agricultores (FENAPA),	A Federação Nacional dos Pequenos Agricultores (FENAPA), criada em 1997, é hoje reconhecida por todos os parceiros como representando os pequenos agricultores. Ela emana de associações, cooperativas e federações regionais de sindicatos. Ele é representado por um Comité Executivo de 3 membros e por um conselho de monitoramento de cinco membros. Ele ajuda na organização de seus membros e no surgimento de novas associações. Realiza actividades que contribuem para a integração económica dos pequenos agricultores, compromete-se nas campanhas de sensibilização para a diversificação de culturas e para a comercialização de produtos, bem como na formação dos seus membros.
O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (CADR)	O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR) do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural é responsável por seis Delegações Regionais da Agricultura. As seis delegações regionais de Agricultura estão distribuídas no país como se segue -Norte, Centro, Norte Cento, do Sul e Central, do Sul e Príncipe. Essas seis delegações agrícolas têm a missão de levar a cabo a extensão agrícola de apoio às comunidades locais, promovendo todos os tipos de apoio necessário para uma boa agricultura e desenvolvimento ambiental.
O Centro de Vigilância Ambiental (CES)	O Centro de Vigilância Ambiental (CES) foi criada através do projecto AAP e tem realmente capacidade para produzir mapas e mantém o sistema GIS mais actualizada ao nível nacional. Ele contém vulnerabilidades ao clima, mapas de mudança, solos, vegetação e ocupação florestal dos territórios STP, etc... A estrutura está sob a Direcção-Geral do Ambiente e deverá desempenhar um papel fundamental no planeamento de medidas de adaptação a longo prazo para a CC e responder aos desastres naturais. Este Centro em seu estado real pode apoiar a gestão dos recursos naturais a nível nacional para combater a desertificação e envolver a gestão sustentável dos recursos florestais e hídricos. Este centro tem a capacidade de observar o padrão de mudança ambiental ao longo do tempo, se o treinamento e apoio adequado são dados para a equipa.
Autoridades Distritais	Administrativamente, o país está dividido em sete distritos (Água Grande, Cauê, Mé-Zóchi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL).), sendo seis em São Tomé e um no Príncipe, compreendendo um. Conselhos Directivos em cada distrito mantêm um número limitado de poderes de decisão autónomas, e são reeleitos a cada 3 anos. As assembleias distritais elegerem conselhos distritais (Distritais Câmaras). Apenas as partes oficialmente reconhecidas podem se candidatar às eleições, quer isoladamente ou em coligação.
A divisão no Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural Agricultura	De acordo com a Direcção-Geral da Agricultura da Divisão de Desenvolvimento Agrícola e Rural é responsável pela implementação das actividades agrícolas e rurais do país, atores activos na definição e participação na execução técnica da política do Governo na agricultura. Noutras palavras, é o órgão do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural responsável pela execução das políticas do Governo em matéria de promoção da produção agrícola, a segurança alimentar, o desenvolvimento rural, as actividades cooperativas e ordenamento agrário, reestruturação das terras agrícolas e hidráulica, serviços como irrigação e água pequenos campos para irrigação.

Plano de participação das partes interessadas.

Consulta pública em curso é fundamental para o sucesso da implementação. Este anexo também descreve alguns dos princípios-chave de consulta e processos à um nível estratégico que precisam ser traduzidos em acções concretas durante a implementação do projecto. Ela fornece com base na análise das partes interessadas, realizada como parte do processo de preparação do projecto, e as consultas até ao momento. Isso pode ser usado para definir as actividades exactas que farão parte de uma estratégia de comunicação e consulta desenvolvidas durante o período de início da implementação. A consulta é um processo regulatório, através do qual a entrada dos intervenientes sobre questões que afectam a comunidade é procurada. Os principais objectivos são, principalmente, melhorar a eficiência, a transparência e a participação do público nas actividades do projecto de larga escala e políticas. Como o envolvimento significa o acto de partilha nas actividades de um grupo, é importante, portanto, para especificar metas e objectivos para o Plano de participação dos interessados, identificando as principais partes interessadas (mostrado na Tabela 7 acima) e os seus interesses relativos ao projecto e para descrever como as partes interessadas serão envolvidas na implementação de cada resultado do projecto. Por isso, durante o processo de consulta a partir de Setembro de 2013 a Abril de 2014, cerca de 150 profissionais foram envolvidos a nível nacional, -não nacional, municipal e da comunidade. As principais partes interessadas com um importante papel directo no projecto foram identificadas e consultadas em diferentes estágios durante a fase de Donativo para a Preparação do Projecto (PPG) para obter os seus rendimentos e feedback para a concepção do projecto. A partir desta participação das partes interessadas num envolvimento a longo prazo no processo de tomada de decisão e implementação, bem como os seus papéis e responsabilidades dos actores relevantes na implementação do projecto estão resumidos a seguir na Tabela 9.

Tabela 9. Parceiros e actores relevantes identificados para o engajamento pelo resultado do projecto / rendimento.

Resultado	Rendimntos	Instituição lider	Parceiro chave	Responsabilidades chave
	Resultado 1.1. Um programa de capacitação institucional para fortalecer a capacidade técnica e científica dos especialistas do CIAT e técnicos para desenvolver tecnologias de adaptação agro-silvo-pastoril e aumentar a resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais em distritos CMPLCL onde o	MoAFRD	CIAT	<ul style="list-style-type: none">• Para a coordenação.• Para fornecimento de infra-estruturas sólidas para melhorar o seu desempenho técnico.• Para o desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão (SOP) para programa de melhoramento de culturas alimentares principais.• Para o desenvolvimento de um Serviço Móvel Consultivo CIAT (CIAT-MAS).• Pacote de formação sobre o clima agricultura resiliente.

<p>RESULTADO 1. A capacidade do CATAP, CIAT, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OBC reforçado para apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência das comunidades rurais do clima.</p>	<p>clima é desenvolvido e implementado</p>			<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e testes de clima tecnologias agrícolas resilientes. • Para apoiar as Plataformas de CC para os planos de implementação na fertilização do solo, manejo de culturas, ervas daninhas e técnicas de controlo de pesticidas.
	<p>Resultado 1.2. Até 50 Formadores (membros da equipe técnica de CATAP) são treinados em impactos das mudanças climáticas, sobre a produção agrícola, cultivo resistente, e de adaptação às alterações climáticas tecnologias agrícolas para reforçar a sua capacidade institucional, como as mudanças climáticas centro de treinamento de adaptação nacional agro-silvo-pastoral.</p>	MoAFRD	CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Programa de capacitação. • Implementação de programas de treinamento em extensão. • Suporte técnico e consultoria. • Para aumentar a capacidade de treinamento em pequena mecanização, escala e tecnologia de irrigação.
	<p>Resultado 1.3. Clima de Gestão de Riscos (CRM) e da capacidade de adaptação do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural - CADR) é desenvolvido para apoiar a implementação de tecnologias de adaptação e promover a sustentabilidade do sistema de aconselhamento a adaptação às comunidades rurais no CMPLCL.</p>	MoPD	CADR	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Programa de capacitação e treinamento sector. • Implantação de tecnologias de adaptação • Clima de Gestão de Riscos (CRM). • Adaptação do papel consultivo para as comunidades rurais. • Para o desenvolvimento de um Advisory & Training Serviço CADR Móvel (CADR-PAD).).
	<p>Resultado 1.4. 6 Distritos de CMPLCL e 30 comunidades que possuem plataformas de mudanças climáticas (CC-DAVIP) criadas para facilitar o diálogo e a coordenação para a elaboração, a implementação e o acompanhamento da comunidade e distritos ao nível de planos de adaptação e orçamentos anuais relacionados.</p>	MoPD	CADR/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação de plataformas Mudanças Climáticas (CC-DAVIP). • Facilitação e coordenação elaboração de aldeias e distritos níveis de planos de adaptação e orçamentos anuais relacionados. • Identificação, selecção e priorização de 30 localidades da comunidade mais vulneráveis.

	<p>Resultado 1.5. Até 300 representantes dos distritos e comunidades plataformas, os governos distritais conjuntos são treinados para identificar os elementos resilientes de opções de meios de vida atuais e integrar-se às Mudanças Climáticas planos de adaptação anuais (CC-VAAP) para o desenvolvimento e implementação de práticas adaptativas.</p>	MoPD	CADR/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Formação até 300 representantes dos distritos e aldeias plataformas (CC-DAVIP). • Campanha de Formação de Organizações Comunitárias de Base. • Mudanças Climáticas, Escolas de Campo para a Agricultura (CC-FFS) e campos de demonstração.
	<p>Resultado 1.6. Até 10 membros do Centro de Ecologia Surveillance (CES) e pela Direcção-Geral do Ambiente (DGE) serão treinados em GIS para aumentar a sua capacidade na integração dos riscos climáticos no acompanhamento da evolução dos ecossistemas STP e a identificação dos riscos climáticos em 6 distritos de CMPLCL e 30 aldeias mais vulneráveis.</p>	Ministério das Obras Públicas, dos Recursos Naturais e Meio Ambiente	DGE/CES	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Treinamento de funcionários para usar ferramentas de geoprocessamento. • Desenvolvimento de mapa de vulnerabilidade às alterações climáticas para os distritos-alvo. • Mudanças climáticas, corrente de riscos nas políticas e planos nacionais • Divulgação de abordagens de adaptação com base na comunidade, lições aprendidas e conhecimento tradicional de comunidades • Desenvolvimento em adaptação e formação em mudanças climáticas com módulos (CCTAM)
RESULTADO 2. Vulnerabilidade dos meios de subsistência rural aos riscos climáticos através de riscos climáticos, infra-estruturas e mecanismos de gestão.	<p>Resultado 2.1. Comunidade em pequena escala, infra-estruturas de gestão para combater as mudanças climáticas induzidas e inundações, erosão e secas e são construídos para realçar os elementos resilientes nos sistemas de produção existentes e apoiar a implementação dos distritos e plataformas de mudanças climáticas ao nível da comunidade Planos nos seis distritos de CMPLCL e 30 localidades.</p>	MoPD	CADR/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Desenvolvimento de recolha de chuvas em pequena escala. Reabilitação de estruturas de armazenamento de água ao nível da comunidade. • Desenvolvimento de redes de pequenos sistemas de irrigação. • Controlo da erosão para proteger o cultivo da terra. • Estabelecimento de viveiros de pequena escala para a produção de mudas de plantas. • Reabilitação de trilhos rurais (Caminhos Rurais)
	<p>Resultado 2.2. Redes de segurança de mecanismos de base comunitária para a gestão dos riscos associados aos impactos da variabilidade climática sobre os</p>	MoPD	CADR/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Criação de cooperativas comunitárias CC de alimentos (CC alimentos de cooperativas). • Criação de armazenamento a longo prazo e estruturas de processamento da agricultura

	recursos alimentares e meios de subsistência são desenvolvidos em cada uma das 30 comunidades mais vulneráveis dos distritos de CMPLCL.			<p>produzem em pequena escala</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de pequena escala e inovadoras estruturas de bancos de cereais personalizados. • Criação de robustas bancadas nos mercados de peixe e arcas solares comuns
<p>Resultado 3.</p> <p>As estratégias de adaptação são projectadas e transferidas para reforçar a resiliência do clima das comunidades nas 30 comunidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe.</p>	<p>Resultado 3.1.</p> <p>Planos distritais e de povoados, anuais e plurianuais de adaptação (CC-VAAP) para as opções de subsistência resilientes nos 6 distritos e 30 localidades (CMPLCL) em STP são desenvolvidos para identificar, priorizar, coordenar e executar acções de adaptação resultantes de plataformas de Mudanças Climáticas (CC-DAVIP).</p>	MoPD	CADR/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Para o monitoramento e avaliação. • Estabelecimento de SOP é para cada um dos 30 distritos e localidades Plataformas CC. • Para mapear as causas sazonais subjacentes de vulnerabilidade dos meios de subsistência da comunidade. • Desenvolvimento de medidas integradas de adaptação (IAMS). • Para demonstração de IAMs em áreas seleccionadas.
	<p>Saída 3.2.</p> <p>Longo prazo Agro-silvo-pastoral tecnologias de adaptação, ferramentas e mecanismos para fortalecer a resiliência do clima das comunidades nas 30 localidades mais vulneráveis dos 6 distritos de CMPLCL são desenvolvidas pelo CIAT, CATAP e CADR.</p>	MoPD	CADR/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Para o monitoramento e avaliação. • Configuração de Centros de localidades para Recursos Agricultura Transformação (Aldeia da CART). • Desenvolvimento das infra-estruturas do CART em pequena escala. • Desenvolvimento de um plano de investimento de medidas de adaptação ao nível comunitário seleccionado das comunidades. • Para “scopping out”, o desenvolvimento de capacidades precisas para Vila do CART. • Para acompanhamento sistemático no local para supervisionar a implementação de medidas de adaptação de listadas curtas.
	<p>Saída 3.3.</p> <p>Centros de localidade para Recursos Agricultura Transformação (Localidade da CART) para complementar (CC-VAAP) são desenvolvidos e apoiados por 2.000 domicílios rurais nos 30 povoados mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL</p>	MoAFRD	CIAT/ CATAP	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Para a organização de ateliers participativos e visitas de campo com a comunidade de agricultores. • Para o mapeamento dos principais obstáculos para a produção de culturas de actual sistema agrícola. • Para a desenvolver tecnologias de adaptação, ferramentas e mecanismos para apoiar / superar constrangimentos actual sistema agrícola. • Para o mapeamento dos

				<p>principais constrangimentos à produção animal do actual sistema agrícola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para entregar a capacitação local e apoiar os pequenos agricultores.
	<p>Saída 3.4. Produtos de microcrédito são projectados e oferecidos às comunidades de cada uma das 30 comunidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL, para aumentar a capacidade de resistência dos meios de vida atuais e actividades geradoras de renda alternativas de apoio em planos de adaptação da localidade.</p>	<p>UNDP/ MoPD</p>	<p>UNDP CO/ CADR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para a coordenação. • Para lançar o convite à apresentação de propostas para as IMFs para oferecer produtos financeiros de micro-finanças. • Para proporcionar conhecimentos especializados para apoiar as IMFs para realizar as avaliações de riscos financeiros. • Para a identificação da lista final de opções CCA a serem financiadas pelo sistema de Microfinanças. • Para a identificação dos membros dispostos a participar em esquema de microfinanças das comunidades. • Para a prestação de treinamentos / assistência técnica para as comunidades locais.

ANEXO 3. RELATÓRIO

Reforço das capacidades das comunidades rurais para prosseguir o clima opções de subsistência resilientes nos distritos de São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)

Relatório Preliminar ATELIER



Autor:

T C Ferreira
Consultor Internacional

São Tomé e Príncipe, Janeiro de 2014

SUMÁRIO

1. Antecedentes do projecto	110
2. As actividades iniciais, ateliers e consultas	111
2.1 Breve resumo da missão	111
2.2 Atelier de criação nacional	112
2.2.1 sessões de apresentação no atelier	113
2.3 consultas bilaterais	115
3. Principais lacunas identificadas	116
4. Riscos identificados	117
5. Questões fundamentais	118
6. Saídas e actividades ajustadas	
ANEXO I: Programa da missão integral	
ANEXO II: Detalhes do programa do atelier de criação nacional	
ANEXO III: Detalhes de participantes que frequentaram as reuniões bilaterais e visitas ao local	
ANEXO IV: Os detalhes dos participantes participaram no atelier criação nacional	
ANEXO V: Detalhes da discussão que tiveram lugar durante interessadas em consultas bilaterais	
ANEXO VI: Resumo das principais actividades, problemas específicos, lacunas e principais culturas nos distritos de Caué, Mé-Zóchi, PRINCIPE, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)	

ANTECEDENTES DO PROJETO

STP é classificado como um país menos desenvolvido (LDC) e dos Pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), sendo que ambos são reconhecidos pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) como os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. O país ratificou a Convenção em Setembro de 1999 e do Protocolo de Quioto, em Abril de 2008. STP publicou sua primeira comunicação nacional à UNFCCC, em 2004. Este último identificou cinco sectores como particularmente vulneráveis às alterações climáticas: pesca, floresta, saúde, educação, água e agricultura. STP concluiu e apresentou o seu NAPA à UNFCCC, em Dezembro de 2006. O NAPA identificou 22 prioridades de adaptação às alterações climáticas urgentes relativos à sectores da pesca, infra-estrutura, saúde, água, agricultura / pecuária / silvicultura e energia.

Esta proposta baseia-se nas prioridades do NAPA e constitui uma aplicação integrada ao nível da comunidade das prioridades 6, 8 e 10: reforço e diversificação da produção agrícola; A gestão sustentável dos recursos florestais; Construção de Infra-estruturas para a protecção das comunidades vulneráveis.

Na verdade, este projecto visa aumentar a resistência das comunidades STP às mudanças climáticas por i) o reforço das capacidades das instituições locais e Central, CSOs e para apoiar as comunidades na resistência às mudanças climáticas e variabilidade, ii)

desenvolver e disseminar a melhoria da informação e do conhecimento do risco climático e de adaptação; e (iii) proteger os meios de vida rurais dos impactos das mudanças climáticas e redução da pobreza através da diversificação económica. Vale a pena mencionar que esta proposta foi elaborada com a plena participação das partes interessadas relevantes, incluindo ONGs e organizações comunitárias. Além disso, este projecto será executado a nível nacional para garantir que a propriedade e a responsabilidade do país prevaleçam em consonância com o princípio da Eficácia da Ajuda. Este projecto também responde à vulnerabilidade dos grupos mais vulneráveis dos distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo, e Lobata (CMPLCL).

Caixa 1: Resumo dos dados-chave do projecto

Data de Envio 21 de Fevereiro de 2013
Título do Projecto: "Reforçar as capacidades das comunidades rurais para prosseguir o clima de opções de subsistência resilientes nos distritos São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)";
Duração do projecto: 4 anos (48 meses);
Outros Parceiros de Execução (s): Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MAPDR), São Tomé e Príncipe distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL); Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural, Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Centro de Agronomia e Investigação Tecnológica (CIAT), Divisão de Agricultura do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Instituto Nacional de Meteorologia (INM), Centro de Pastoral Agro Desenvolvimento (CATAP), Centro de Vigilância Ecológica (CES), SATOCAO, ONGs MARAPA, ADAPPA, ALISEY, ZATONA ADIL, Projecto PRIASA II, Projecto PAPAFA e DGE.
Resultados propostos:
Resultado 1:) A capacidade do CATAP, CIAT, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OSC em apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais em relação ao clima. (USD 850 mil);
Resultado 2: Vulnerabilidade de meios de subsistência rurais aos riscos climáticos reduzidos através de riscos climáticos infra-estruturas e mecanismos (USD 1,31 milhões) de gestão;
Resultado 3: As estratégias de adaptação são projectadas e transferidas para fortalecer as comunidades resiliência climática nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe (USD 1.650.000).

Em São Tomé e Príncipe, a agricultura, mais especificamente, a produção de cacau continua a ser a principal actividade económica no país, a maior fonte de renda para as famílias rurais, gerando 70% do emprego rural e cerca de 80% das receitas de exportação. Mas, apesar de sua importância para a economia e para as comunidades, a agricultura em STP é caracterizada por uma produtividade muito baixa devido, principalmente, à falta de boas práticas agrícolas, à idade avançada das plantações de cacau, o mau estado das infra-estruturas de apoio à agricultura (sistemas de irrigação, mercados rurais, pistas rurais...), a ausência de assessoria eficiente, e os fracassos dos insumos e produtos das parcelas agrícolas (falta de estratégias para abastecer os agricultores com insumos de boa qualidade, e para canalizar o produto agrícola das fazendas para o mercado bem como para a sua comercialização).

Essa linha de base fraca da agricultura está piorando pelas condições climáticas severas em que os agricultores estão em funcionamento. STP está passando por um período de seca de seu clima, que é altamente ameaçador para a agricultura. Na verdade, São Tomé e Príncipe tem registado um aumento de temperaturas médias de 0,1 ° C por década desde 1960 até à data com uma diminuição concomitante significativa na precipitação (5,2% por década) na estação de Março-Abril-Maio, bem como em Outubro- Novembro-Dezembro. Isto combinado com o contínuo aumento da temporada "gravana" seco, que hoje em dia é de 6 meses (de Abril a Setembro), enquanto era geralmente de 3 meses (Junho a Agosto), estando a dar origem à seca prolongada. Foi relatado facto de que, apesar da precipitação média abundante, STP foi passando por períodos cada vez mais longos de seca, o que constitui uma nova restrição à produção de alimentos, especialmente na parte norte da Ilha de São Tomé.

O projecto está a ser desenvolvido em seis distritos de CMPLCL e 30 comunidades classificadas como as localidades mais vulneráveis do país em matéria de riscos induzidos pelo clima. Assim, as populações que mais vão beneficiar diretamente a partir deste projecto são aquelas que são as mais vulneráveis á inundações e outros desastres, devido aos factores de risco identificados no NAPA.

Objectivo do Projecto é: Reforçar a resiliência das opções de subsistência das comunidades rurais contra os impactos das mudanças climáticas nos distritos São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL).

2. As actividades iniciais, WORKSHOP e consultas

2.1 Breve Descrição da Missão

A missão foi realizada entre os dias 21 e 29 de Novembro de 2013, para apoiar o Escritório do PNUD no País a se envolver com o Governo de São Tomé e Príncipe e outras partes interessadas na concepção de um projecto sobre "Reforço das capacidades das comunidades rurais para prosseguir em opções de clima de subsistência resiliente nos distritos de São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) ", a ser financiado pelo LDCF. Os principais objectivos desta missão foram:

- a) Facilitar o pontapé de saída de reuniões para a fase de projecto;
- b) Desenvolver o Plano de Trabalho para as avaliações técnicas que serão realizadas durante a fase PPG;
- c) Compreender e consultar iniciativas em curso de desenvolvimento (públicas e com financiamento externo) para alinhar totalmente a LDCF proposto, projectos financiados com os já em curso / planeado, certificando-se de identificar todas as iniciativas relevantes em curso no país em relação às Adaptação às Alterações Climáticas (CCA), iniciativas em distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL), que devem ser tidas em conta no design. O Anexo I apresenta o programa integral da missão.

As tarefas acima foram abordadas por: i) segurando um atelier de criação (a nível nacional) entre as partes interessadas, incluindo os atores em questões CCA em São Tomé e Príncipe, os produtores, prestadores de serviços, agricultores e agro-negócios e usuários finais de agro-silvo produtos pastorais; ii) a realização de reuniões bilaterais com os principais representantes de organizações bilaterais / multilaterais representados

em São Tomé e Príncipe e finalmente iii) a realização de visitas ao site.

O Workshop de Iniciação (IW) foi realizado durante um dia e foram 3 dias adicionais para as reuniões bilaterais. (Anexo II fornece detalhes sobre o Programa Nacional de Atelier). Este atelier de início foi realizada na capital São Tomé e teve lugar no edifício do Arquivo Histórico na passada quarta-feira dia 27 de Novembro de 2013. As visitas ao local foram conduzidos para o CIAT, CATAP, SATOCAO e Sede CADR (Anexo III fornece detalhes das reuniões bilaterais e local visitas).

2.2 Atelier Nacional

Trinta e nove (39) participantes assistiram ao seminário nacional (Anexo IV), incluindo representantes de agências governamentais com papéis fundamentais a desempenhar na formulação e implementação do projecto, incluindo o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (O Líder do Projecto) e outro de execução parceiros, como os distritos de São Tomé e Príncipe de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL); O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério da Planificação e Desenvolvimento; O Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT); A Divisão de Agricultura do Ministério Agricultura e do Desenvolvimento; O Instituto Nacional de Meteorologia (INM); A Direcção Geral do Ambiente (DGE); Centro de Treinamento Técnico da Agricultura e Pecuária (CATAP); O Centro de Vigilância Ecológica (CES); A Companhia SATOCAO; A ONG MARAPA, ADAPPA, ALISEY, ZATONA ADIL; e os Projectos PRIASA II e PAPAFA. Além disso, agências das Nações Unidas, doadores bilaterais locais que igualmente estiveram presentes e contribuíram para a discussão, planeamento e identificação de prioridades no processo de promoção do desenvolvimento e adaptação às alterações climáticas resistentes nos seis distritos de Caué, Me- Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) para reforçar a capacidade de resistência das opções de subsistência de comunidades rurais contra impactos das mudanças climáticas.

Após os comentários de abertura do Director-geral da Agricultura, em nome de Sua Excelência o Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e o Senhor António Viegas, em nome do Representante do PNUD, o workshop foi aberto oficialmente pelo Dr. Carlos Pires dos Santos, em representação de Sua Excelência o Ministro da MAPDR.

O Workshop foi realizado em três sessões:

- **Sessão 1** - Nesta sessão houve uma apresentação realizada pelo Director de Agricultura sobre o programa e objectivos do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das potenciais sinergias entre o MAPDR e o Projecto LDCF;
- **Sessão 2** - Nesta sessão o Consultor Internacional apresentou uma breve revisão do plano de fundo do projecto para ajudar os participantes a entenderem como os resultados / saídas foram desenvolvidos durante a fase de PIF do projecto. A descrição e os índices de cada um dos resultados do projecto / saídas foi apresentado com foco na potencial colaboração e sinergias com instituições GoSTP locais, ONGs, das CBO e projectos bilaterais. Uma visão geral das Mudanças Climáticas, questões em São Tomé e Príncipe, bem como CC potenciais impactos sobre os meios de subsistência Comunidades e o caminho a seguir, também foram apresentados.

- **Sessão 3** - Nesta sessão, houve uma discussão aberta sobre a validade dos resultados e produtos propostos, bem como feedback e comentários sobre as estratégias para a concepção de projectos e parcerias consideradas.

2.2.1 Sessões de apresentação no workshop

Sessão 1: Conteúdo da Apresentação

Nesta sessão, os objectivos do Governo de São Tomé e Príncipe para o MAPDR foram expostos pelo Director da Agricultura a saber:

- Aumento e diversificação da produção agrícola e de exportação;
- Aumento e diversificação o produto da pecuária e da pesca;
- Promoção, comercialização e transformação de produtos agrícolas e alimentares;
- Aumento da contribuição do sector agrícola para o PIB e
- Redução da pobreza e garantia da segurança alimentar e nutricional.

O Director de Agricultura também se concentrou em alguns dos projectos em curso mais importantes aa nível do ector tendo destacado o seguinte:

1. FAO: foram financiados Uma série de projectos de cooperação e assistência técnica entre 2007 e 2011, no valor total de 1,5 milhões de dólares;

1. IFAD: tem financiado desde 2003 "O Programa de Assistência para a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA 2003-2015) ", totalizando US \$ 15,667,082.00, estando atualmente, no último ciclo de investimentos em cacau orgânico;

2. O BAD financiou dois projectos a saber: "O Projecto de Desenvolvimento Pecuário (PADE - Fase II - 2008-2012) ", totalizando US \$ 6,385,883.50, com vista ao aumento da produção e do consumo de proteína animal e doméstico;

O projecto financiado pelo BAD em: "Projecto de Apoio para a Reabilitação de infraestrutura de segurança alimentar - PRIASA II";

3. A cooperação com Taiwan financiou "O projecto integrado da Pinheira" com irrigação intensiva e interveio também nas áreas de horticultura, fruticultura, aves (produção de frangos de corte e poedeiras), bem como projectos de desenvolvimento nas comunidades de Santa Luzia e Canavial com intervenções sobre as culturas alimentares em pequena escala e criação de suínos;

4. A Espanha está a implementar um pacote de quatro projectos no valor de cerca de 4 milhões de euros nas seguintes áreas:

- Instalação do Centro da pesca em Neves;
- A instalação de um parque de máquinas e equipamentos agrícolas;
- Fornecimento de materiais e equipamentos de apoio à instalação de escritórios regionais;
- A instalação do laboratório de referência na localidade de Poto.

Finalmente, o Director da Agricultura mostrou a preocupação com a produção de cacau e da seca induzida em Mudanças Climáticas que têm tido impacto nessa cultura ao longo dos anos, levando à redução da produtividade, bem como os impactos antropogénicos

sobre o corte de árvores para a exploração madeireira. Todos esses factores reduziram consideravelmente a área cultivada total de cacau em São Tomé e Príncipe, que ascendeu a 26,000ha em 1990.

Sessão 2: Conteúdo da Apresentação

O consultor internacional fez uma apresentação dos objectivos do projecto global e deu informações sobre a duração e o financiamento envolvido destacando os principais componentes do projecto e resultados, bem como as saídas propostas.

Os três resultados do projecto foram divulgados como referido no documento PIF:

- Resultado 1: Capacidade do CATAP, CIAT, os governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OSC a apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência de comunidades rurais em relação ao clima;
- Resultado 2: Vulnerabilidade de meios de subsistência rurais aos riscos climáticos reduzidos através de riscos climáticos infra-estruturas e mecanismos de gestão;
- Resultado 3: As estratégias de adaptação são projectadas e transferidas para fortalecer as comunidades em resiliência climática nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe. Também foram apresentadas as saídas propostas como guia para alcançar os objectivos do projecto ao nível de resultados como indica no documento de PIF.

Resultado 1: A capacidade do CATAP, CIAT, governos distritais e assembleias, conselhos distritais, CSOs e OSC em apoiar o reforço da capacidade de resistência dos meios de subsistência das comunidades rurais em relação ao clima;

Rendimentos propostos:

1.1) Um programa de treinamento é projectado e implementado para fornecer especialistas do CIAT e técnicos com a capacidade técnica para desenvolver tecnologias agro-silvo-pastoris de adaptação ao clima e sementes resistentes e mudas de cacau, milho, mandioca, batata-doce, inhame e soja;

1.2) O plano de desenvolvimento das capacidades humanas e técnicas é projectado e implementado para o CATAP para se tornar um centro de treinamento de adaptação às mudanças climáticas agro-silvo-pastoril ao nível nacional;

1.3) 200 Extensionistas de serviços agrícolas treinados sobre as estratégias de adaptação para apoiar a plataforma nas localidades, em alterações climáticas e a transição da comunidade vulnerável aos meios de subsistência resistentes ao clima;

1.4) Distritos e plataformas de mudança nas localidades ao nível do clima criado nos seis distritos de CMPLCL e 30 comunidades para facilitar o diálogo e coordenação para a elaboração, a implementação e o acompanhamento da localidade e distritos ao nível de planos de adaptação e orçamentos anuais relacionadas;

1.5) 300 Representantes dos distritos e povoados em plataformas, os governos distritais assembleias treinados sobre como desenvolver, implementar e monitorar planos de adaptação e orçamentos anuais relacionados;

1.6) 3 Organizações de base comunitária (associação de produtores, grupos baseados em mulheres e outros atores locais, em cada uma das comunidades rurais dos seis distritos de CMPLCL estão habilitadas (organização, conscientização, treinamento de liderança) e mobilizados para contribuir de forma eficiente nos processos de identificar e abordar as causas subjacentes da vulnerabilidade e desenvolver práticas adaptativas em conjunto com CATAP e CIAT.

Resultado 2: Vulnerabilidade de meios de subsistência rurais aos riscos climáticos reduzidos através de riscos climáticos infra-estruturas e mecanismos de gestão;

Rendimentos propostos:

2.1) Comunidade em pequena escala, gestão de infra-estruturas para combater a erosão induzida, clima (terraplanagem, controlo de água da chuva, quebra-ventos e outras formas de controle de erosão) e campos de cultivo, alagamentos (diques, etc), para colectar e distribuir águas da chuva para evitar sistemas de escassez induzida irrigação de água em épocas de seca, e de irrigação resiliente são construídos e mantidos nas regiões mais vulneráveis da CMPLCL;

2.2) Climas severos e tempo de segurança, desastre, redes de mecanismos, tais como bancos de cereais, cooperativas de alimentos e de outros mecanismos baseados e personalizado para o gerenciamento de riscos associados aos impactos da variabilidade climática sobre os recursos alimentares, recursos naturais e económicos, e os meios de subsistência são desenvolvidos em cada um dos 30 vilarejos vulneráveis dos distritos de CMPLCL.

Resultado 3: As estratégias de adaptação são projectadas e transferidas para fortalecer as comunidades em resiliência climática nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL de São Tomé e Príncipe.

Rendimentos propostos:

3.1) Planos de adaptação anuais e plurianuais ao nível distrital e os orçamentos relacionados são desenvolvidos para identificar, priorizar, coordenar e executar acções de adaptação das instituições de apoio e as comunidades com o objectivo de aumentar a capacidade de resistência dos meios de subsistência do clima nas 30 comunidades o mais vulneráveis no 6 distritos;

3.2) Projectos de adaptação comunitária prioritária e os centrados na melhoria da capacidade de resistência actual os meios de subsistência e de diversificação de sustento (apicultura, ecoturismo, NPFL exploração, pequenos ruminantes, aves, actividades artesanais,) são implementadas para 2.000 famílias rurais nas 30 comunidades mais vulneráveis dos 6 distritos de CMPLCL;

3.3) Tecnologias agro-silvo-pastoral de adaptação e sementes resistentes em relação ao clima e mudas de cacau, milho, mandioca, batata-doce, inhame e soja são desenvolvidas pelo CIAT;

3.4) Pelo menos três produtos designados de microcrédito e oferecidos através de prestadores de serviços financeiros para aumentarem a resistência dos meios de vida actuais (por exemplo, sementes resistentes e raças de animais ou de captação de água eficiente, Irrigação e à armazenagem, tecnologias, alternativas de apoio) e actividades geradoras de renda em planos de adaptação da localidade.

Sessão 3: Conteúdo da Apresentação

Durante a discussão e debate que se seguiu nessa Sessão 3 do Workshop havia questões abordadas pelos participantes, bem como o feedback e comentários sobre a futura concepção de projecto (resultados e saídas) de vários grupos e dignitários presentes que têm sido a base para o desenvolvimento da lista preliminar de saída e actividades cuja descrição segue abaixo.

As principais questões abordadas pelos participantes foram:

- A necessidade do projecto se concentrar em potenciais sinergias e tentar complementar outras actividades passadas e em curso no país e, em especial, nos seis distritos-alvo;
- O desejo de que este LDCF também terá um componente significativo do investimento e não apenas Consultoria, em particular ao nível da comunidade;
- A necessidade de se ter uma descrição clara das actividades a serem desenvolvidas em cada uma das saídas e a entidade responsável pela sua execução, bem como na avaliação de resultados práticos esperados ao nível da comunidade;
- Havia a preocupação de como esse conceito de Distrito / Localidade da Plataforma seria materializado na prática, as respectivas responsabilidades ligadas;
- Houve igualmente a preocupação para a necessidade de apoiar as comunidades locais no interior do Parque Nacional de OBô para ajudar e sustentar o impacto das mudanças climáticas sobre o povoamento florestal e auxiliar a formação de mais guardas florestais como uma medida sustentável de adaptação e gestão para diminuir os fenómenos de exploração madeireira,
- Vários gestores de projectos e de ONGs e representantes comunitários levantaram a questão da erosão e da seca, fenómenos que ocorrem com uma frequência alarmante e intensidade no país e da necessidade do projecto para abordar essas questões com as medidas de adaptação que podem reduzir o impacto de tais fenómenos nas comunidades e dos meios de subsistência;
- Houve também a preocupação com a falta de mercados rurais organizados, estradas rurais, linhas de crédito rural para as opções de subsistência alternativas, um mecanismo de segurança contra o impacto das mudanças climáticas;
- Finalmente, o número de 300 extensionistas que o documento PIF indica como um alvo para treinamento durante a vida útil do projecto levanta algumas preocupações sobre como esses quadros seriam absorvidos pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

2.3 Consultas bilaterais

Um certo número de partes interessadas previamente identificadas foram envolvidos em consultas e discussões sobre a possível concepção do documento do projecto e estes incluem:

- Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (O Líder do Projecto);
- O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento (CADR);
- O Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT);
- A divisão no Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural;
- Centro de Treinamento Técnico da Agricultura e Pecuária (CATAP);
- O Centro de Vigilância Ecológica (CES);
- A Companhia SATOCAO;
- O Projecto PRIASA II;
- Grupo de Banqueiros (nomes dos Bancos a serem incluídos após consultas); e
- As cinco delegações distritais de CADR de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL);

O primeiro projecto de possíveis resultados e actividades foi discutido com todas as partes interessadas. As actividades atuais, principais lacunas e sugestões para possíveis actividades para as saídas foram também discutidas com cada uma das partes interessadas envolvidas. Os detalhes da discussão que tiveram lugar durante consulta estão previstos no Anexo V.

Houve também uma longa consulta com os delegados de circunscrição do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (CADR), as partes interessadas mais importantes deste LDCF e a interface principal entre as instituições e as comunidades. Um resumo das principais actividades actualmente em curso, os seus problemas específicos, as lacunas e as principais culturas são apresentados no Anexo VI. Essas informações e detalhes de discussões obtidos a partir de todas as partes interessadas, serviram de base para a versão corrigida das Saídas e actividades do projecto.

1- LACUNAS PRINCIPAIS IDENTIFICADAS

As principais lacunas encontradas durante as reuniões bilaterais podem ser resumidas como segue:

- Pequenos recursos a serem investidos pelo Governo do STP no desenvolvimento das infra-estruturas de apoio à agricultura (por exemplo, sistemas de rega, creches, reservatórios de água, máquinas agrícolas, etc.);
- A fraca capacidade de estruturas comunitárias rurais, bem como a baixa capacidade técnica das autoridades e funcionários de ministérios e governos regionais e locais para desenvolver planos, estratégias e orçamentos para as medidas de adaptação às alterações climáticas;
- Fraca capacidade das principais instituições dos parceiros do projecto, tais como CATAP, CIAT e CADR para executar as medidas de adaptação às alterações climáticas para reforçar os elementos de resiliência de sustento da comunidade;

- Ausência de documentos de suporte, tornando a agricultura sem apoio de decisão de ferramentas de gestão e de decisão, como um mapa actualizado de solo, a falta de mapeamento da vulnerabilidade a nível distrital;
 - Fraca ou total ausência de envolvimento do sector privado no financiamento da agricultura e apoio;
- Capacidade • Redução de Governo de STP para desenvolver medidas de adaptação para superar o impacto das mudanças climáticas expressas através dos episódios de seca durante o período longo da gravana.

4. Riscos identificados

5. A lista de riscos potencialmente associados à implementação deste projecto é inúmera, dadas as condições difíceis do país. O documento PIF identificou os principais riscos e indicou as possíveis contra medidas a serem desenvolvidos de modo à reduzi-las.

A maioria dos riscos identificados são organizacionais e/ ou de natureza estratégica. Esses riscos e seu nível são o reflexo das relativamente baixas capacidades institucionais e individuais actuais das instituições do GoSTP e, em particular, do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e de facto, da maioria das instituições interessadas que potencialmente irão colaborar com o projecto.

6. No entanto, durante as consultas PPG foram identificados alguns riscos adicionais ou de níveis mais elevados que podem potencialmente afectar o sucesso do projecto. Estes estão incluídos com as contra medidas recomendadas na Tabela 1 e estes estarão sempre que o projecto irá concentrar esforços na luta contra as lacunas e barreiras de modo a minimizar o seu impacto.

7. Tabela 1. Lista de riscos adicionais que poderiam afectar o sucesso do projecto

Riscos	Nível	Mitigação
A falta de número suficiente de trabalhadores de extensão capazes de apoiar as zonas rurais e implementação das mudanças climáticas Planos plataformas.	Alto	CADR tem um número limitado de trabalhadores de extensão, capazes de apoiar os agricultores e comunidades na aplicação de tecnologias agrícolas resilientes e estratégias. Para atenuar esse risco, o projecto optou por identificar membros nas comunidades locais entre pessoas treinadas para apoiar as mesmas. Esses membros da comunidade são menos propensos a migrar do que os funcionários do Governo.
Fraca capacidade institucional de MAPDR para dotar um grande número de	Alto	A política GoSTP na dotação de novas vagas na estrutura do serviço público e / ou sobre a disponibilidade de funcionários de extensão existentes para serem requalificados para posições mais elevadas para beneficiar do serviço de programas de treinamento em

vagas para absorver todos os novos extensionistas		<p>conhecido, pode ser bastante limitado. Uma avaliação detalhada deve ser realizada durante a fase PPG.</p> <p>Para atenuar esse risco, o projecto optou por rever o número de trabalhadores extensionistas para serem treinados. A estimativa preliminar aponta para um máximo de 90 o número de trabalhadores de extensão que a Administração São Tomé pode absorver como membros da equipa permanente.</p>
Fracas capacidade institucional a nível distrital para supervisionar, apoiar e orientar o processo de criação de distritos e localidades Plataformas CC (CC-DAVIP)	Médio	<p>O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MAPDR) tem apenas as delegações CADR de extensão a nível distrital e local, que podem ser de capacidade reduzida na supervisão, execução técnica e fiduciária de projectos.</p> <p>Mas as actividades do projecto em Resultado 1.4 irão desenvolver a capacitação para ajudar a mitigar o risco associado à fraqueza das capacidades institucionais. A assistência técnica também será desenvolvida por: em estreita parceria com o PNUD CO, CIAT, CATAP, CADR, Conselhos Distritais e ONGs locais e CBO de estabelecer uma Comissão de 12 delegados distritais CC (de CC-CC) para supervisionar, apoiar e orientar o processo de estabelecimento dos distritos e localidades Plataformas CC (CC-DAVIP).</p>
Instituições de Microfinanças (IMFs) capacidade para desenvolver produtos inovadores para financiar a adaptação pode afectar a ligação, como podem ser impedidos de incorrer em despesas iniciais, mesmo quando o saldo global dos custos e benefícios é positivo.	Médio/Alto	<p>A presença de capacidade e conhecimento local em alterações climáticas nessas instituições de microfinanças é baixo. IFM têm mostrado reservas em relação ao fornecimento de produtos de microfinanciamento a juros baixos. As taxas de juros atuais são extremamente elevadas e insuportáveis para a comunidade agrícola local.</p> <p>A saída 3,5 apoiará a sensibilização sobre o risco climático e fortalecimento da capacidade do pessoal IFM sobre o desenvolvimento de produtos financeiros inovadores adequados. A presença de uma parceria do sector privado com o sector público também poderia convencer o MFI sobre a relevância e rentabilidade para desenvolver novos produtos apropriados.</p>

8. QUESTÕES FUNDAMENTAIS

Durante o debate no atelier e as consultas bilaterais que tiveram lugar com todos os departamentos governamentais, ONGs, CBO de e instituições bilaterais / multilaterais, incluindo o sector financeiro, as seguintes questões foram identificadas como aquelas que exigem um maior diálogo e consultas bilaterais para garantir o pleno esclarecimento, identificação das complementaridades com o projecto LDCF proposto.

Capacitação e necessidades de formação

- Deve haver uma capacidade forte e de formação para o CATAP em técnicas de irrigação, processamento de alimentos, bem como o desenvolvimento de uma estratégia para a futura sustentabilidade institucional;
- Deve haver um forte programa de capacidade e formação para CIAT para apoiar o programa de inovação para a introdução de novas culturas de alimentos para as comunidades e oferecer treinamento sobre o uso de pesticidas e herbicidas para as comunidades, bem como a produção de composto (adubos) para fornecer às comunidades agrícolas;
- Foi identificada uma grande necessidade de aumentar a capacidade de instituições públicas e privadas relevantes e as famílias rurais para entender o conceito de mudanças climáticas Plataformas e planeamento para os impactos relacionados com o clima, incluindo as opções de gestão de risco disponíveis;

As medidas de adaptação

• Devido à exploração madeireira generalizada há uma necessidade de desenvolver uma vigorosa campanha de sensibilização sobre as mudanças climáticas e do impacto de registo, mas também treinar um número mínimo de guardas florestais para aplicação no controlo das zonas florestais;

- Há também a necessidade de prestação de alguns equipamentos de viveiros para permitir a sua eficiência na produção de mudas utilizando esquema de dinheiro em troca de trabalho;
- A solução para aumentar a disponibilidade de água para algumas zonas como o distrito de Lobata deve ser através do aumento da captação de água superficial em vez de furos e bem que não oferece uma boa solução devido às características geomorfológicas do terreno;
- Embora não haja o EWS e WB-projectos costeiras, em algumas zonas costeiras do distrito deve haver um apoio LDCF para comunidades pobres de pescadores para melhorar os seus elementos de resiliência;

Linha de Base e parcerias de co-financiamento

- Existe uma necessidade para a realização e inventário completo de vários programas, planos e políticas que foram concebidos e implementados pelo Governo nos últimos anos, com destaque para os sectores da agricultura e do meio ambiente, onde são analisadas as questões sobre os impactos das mudanças climáticas e da comunidade de subsistência em resiliência em profundidade;
- Em particular, há uma necessidade de identificar em curso os futuros projectos e programas que podem constituir um suporte de base para o Componente 2 do LDCF;
- Tendo em conta os objectivos previstos para a segunda fase do programa PRIASA II sendo actualmente desenvolvido e planeado para começar em 2015, será de interesse deste LDCF em incluir PRIASA 2ª Fase II como um projecto de linha de base para a componente de co-financiamento;

Capacidade Institucional e Formação

- Distritos e Plataforma de Mudanças Climáticas localidades devem estar ligados às delegações distritais do CADR. Essas plataformas de distritos e povoados em relação às alterações climáticas irão identificar na comunidade, lacunas / problemas e as carências e as delegações do CADR seriam responsáveis pelo planeamento de medidas de adaptação e implementação no terreno;
- No entanto, as delegações do CADR precisam ser fortalecidas com a capacitação de quadros e formação de recursos humanos adicionais existentes. Pelo menos 30 funcionário em extensão rural para serem treinados durante o primeiro ano do Projecto;
- No entanto, embora o PIF indique 200 extensionistas para serem treinados, há uma necessidade de redimensionar esse número, considerando a capacidade actual de GoSTP para absorver todos esses recursos humanos como quadros permanentes;

Gestão da informação e difusão da lição aprendida

- Actividades do CADR de apoiar a comunidade agrícola devem beneficiar do projecto EWS com serviço de aconselhamento Agromet;
- CADR em parceria com o CIAT e CES devem aproveitar a oportunidade para usar os recursos deste projecto LDCF para produzir material técnico (folhetos técnicos, etc.) para auxiliar as actividades de formação e difusão da lição aprendida;
- Delegações distritais do CADR vão trabalhar com o Departamento de Planeamento MAPDR a fim de fornecer informações preliminares sobre o número de elementos da comunidade;
- Finalmente, houve uma chamada geral de atenção para maiores sinergias a estabelecer entre este projecto LDCF e as várias iniciativas em curso e planeadas no país de modo a maximizar os recursos disponíveis e evitar a duplicação potencial em actividades a serem desenvolvidas nos seis distritos.

Anexo I: programa da missão completa

INCEPTION PPG WORKSHOP MISSÃO

TIMOTEO CAETANO FERREIRA- CONSULTOR INTERNACIONAL

ACTIVIDADE	TEMPO	NOTAS
Thursday 21 November 2013		
Arrival of Timoteo Ferreira	09h00	Awroporto + Hotel
Meeting with Mr. Antonio Viegas (UNDP ARR/Programme)	14h00-14h30	<ul style="list-style-type: none">• Mission debriefing and Workshop agenda

ACTIVIDADE	TEMPO	NOTAS
Meeting with UNDP/CO EFP Officer	14h30-17h30	<ul style="list-style-type: none"> Workshop details, venue and budget validation
Friday 22 November 2013		
Meeting with National Consultants	8h00-17h15	<ul style="list-style-type: none"> Mission activity planning and Workshop agenda
Saturday-Sunday 23-24 November 2013		
Field Visit to Lembá District	9h00-15h45	<ul style="list-style-type: none"> Acquaintance with the area, crops, agriculture systems and local CBO's
Monday 25 November 2013		
Meeting with UNDP/CO EFP Officer Mr Laurent and National Consultants	09h00-12h45	<ul style="list-style-type: none"> Discussion on planning bi-lateral meetings, Inception Workshop Details and Presentations
Lunch	13h00-14h00	
Field Visit to Me-Zochi, and Lobata areas of the project;	14h30h 17h00	<ul style="list-style-type: none"> Acquaintance with the area, crops, agriculture systems and local CBO's; Identification of current ongoing projects and programmes
Tuesday 26 November 2013		
Joint Meeting with main stakeholders and CO	09h00-12h45	<ul style="list-style-type: none"> Discussion on project goals, stakeholder's current project and programmes, synergies and possible co-financing
Lunch	12h45-14h30	
Meeting with the local banks representatives	14h30-16h00	<ul style="list-style-type: none"> Discussions on the possible offer of microfinance products to local communities in the six districts (CMPLCL).
Wednesday 27 November 2013		
Inception Workshop		
Delivery of Inception Workshop activities	09h00- 13h30	<ul style="list-style-type: none"> See separate Annex with IW details
Lunch	13h30-14h30	
Meeting with the Agriculture Division at the Ministry of Planning and Development;	15h00- 16h00	<ul style="list-style-type: none"> Technical Discussion on Agric Division activities at District level, acquaintance of main gaps, risks and staff capacity Discussion on synergies and possible co-financing with ongoing projects and programmes
The SATOCAO Company;	16h30- 17h30	<ul style="list-style-type: none"> Technical Discussion on SATOCAO activities at District level, acquaintance of main gaps, risks and staff capacity Discussion on synergies and possible co-financing with ongoing projects and programmes
Thursday 28 November 2013		
Meeting with the RC/RR UNDP (Jose Salema)	09h00-09h30	<ul style="list-style-type: none"> Courtesy visit and project activities development details and management arrangements.

ACTIVIDADE	TEMPO	NOTAS
Meeting with the five Districts CADR Delegations of Caué, Me-Zochi, Principe, Lemba, Cantagalo, and Lobata (CMPLCL);	08h00-11h30	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Technical Discussion on CADR activities at District level, acquaintance of main gaps, risks and staff capacity</i> • <i>Discussion on synergies and possible co-financing with ongoing projects and programmes</i>
Lunch	13h00-14h00	
Meeting with The Center for Agronomic and Technological Investigation (CIAT);	11h30-13h30	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Technical Discussion on CIAT activities at District level, acquaintance of main gaps, risks and staff capacity</i> • <i>Discussion on synergies and possible co-financing with ongoing projects and programmes</i>
Technical Training Center for Agriculture and Livestock (CATAP);	14h00 – 16h30	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Technical Discussion on CATAP activities at District level, acquaintance of main gaps, risks and staff capacity</i> • <i>Discussion on synergies and possible co-financing with ongoing projects and programmes</i>
The Projects PRIASA II;	16h00-17h00	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Technical Discussion on PRIASA II activities at District level, acquaintance of main gaps, risks and staff capacity</i> • <i>Discussion on synergies and possible co-financing with ongoing projects and programmes</i>
Meeting with UNDP/CO EFP Officer Mr Laurent and National Consultants	17h30-18h30	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Planning of PPG activities, timelines and outputs</i>
Friday 29 November 2013	Departure	

Anexo III: Detalhes de participantes que frequentam as reuniões bilaterais e visitas ao local

Time	ACTIVITY		SPEAKER	FACILITADOR
08:00 – 08:30	Chegada dos Participantes e Registro			José de Menezes e André Bragança
08:30 – 09:00	Abertura Oficial e palavras de boas vindas por Director Geral da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural		Carlos Henrique Pires dos Santos	Idalécio Neto
	Intervenção do Representante do PNUD		José Salema	
	Discurso de abertura pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural		António Dias	
	Apresentação do programa de Atelier pelo Director de Agricultura		Idalécio Neto	
09:10 – 09:30	Coffee Break			
Apresentação do Projecto				
09:00 – 10:00	Apresentação 1:	Componentes do Projecto 1	Consultor Internacional Timóteo Caetano Ferreira	Consultor Nacional
10:00 – 10:30	Apresentação 2:	Componentes do Projecto 2	Consultor Internacional Timóteo Caetano Ferreira	Consultor Nacional
10:30 – 11:00	Apresentação 3:	Componentes do Projecto 3	Consultor Internacional Timóteo Caetano Ferreira	Consultor Nacional
11:00 – 12:00	Debates		Todos os participantes	Consultores Nacional

12:00 – 13:00	Resumo das Conclusões e Recomendações	Idalécio neto
13:00 – 13:30	Enceramento do Ateliê seguido	Director Geral da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
13:30-14:30	do Almoço	Todos os participantes

Anexo III: Detalhes de participantes que frequentam as reuniões bilaterais e visitas ao local

i) Reunião Técnica no PNUD CO com os principais envolvidos no projecto

26.11.2013

Nº	Name	Institution	Contact
1	André Bragança Gomes	Consultor nacional	990 38 28
2	Álvaro Vila Nova	Coordnador do PRIASA II	<u>990 49 25</u>
3	Eulália Cunha	Directora do CATAP	<u>990 90 33</u>
4	Idalécio Neto	Director da Agricultura	992 07 07
5	Camille PARAN	Rep. de SATOCAO	986 61 11
6	Cecile Gallet	Rep. de SATOCAO	<u>985 44 33</u>
7	Stella Barreto	Câmara de Lobata	995 29 44
8	José de Menezes	Consultor nacional	990 40 97
9	Argentino Vangente	DGRNE	991 01 19
10	Kassi B. Costa	Direcção Geral do Ambiente	980 86 27
11	Laurent-Mascar Ngoma	PNUD	980 08 68



i) i) Reunião Técnica no PNUD CO com os representantes dos principais Bancos em São Tomé e Príncipe

Nº	Name	Institution	Contact
1	NGOUMOU François Xavier	C O B S T P	991 49 12
2	MASSOL Jean Daniel	C O B S T P	<u>991 41 81</u>
3	OWANGAL Gaston	BGFI Bank STP	<u>990 35 76</u>
4	Adilson Assunção	BGFI Bank STP	992 83 41
5	Ronísia Gomes Santana	B I S T P	990 42 72
6	Laurent-Mascar NGOMA	P N U D	<u>980 08 68</u>
7	YAYA LIASSOUROU	E C O B A N K S T P	986 02 15



ii) *Technical Meeting at CADR*

28. 11.2013

Nº	Name	Institution	Contact
1	Armando Dias Monteiro	Delegação Centro Mé Zochi	994 53 84
2	Ekzu Ajax Fernandes do Nascimento	Delegação Centro/Sul Distrito de Cantagalo	<u>90 66 77</u>
3	Carlos Belmiro	C A D R	<u>992 82 44</u>
4	Joaquim Rodrigues	C A D R	994 05 49
5	Aida Sequeira	Delegação Regional Centro/Norte	993 90 10
6	Alberto Luís	Delegação Regional Sul	<u>990 60 57 / 981 21 41</u>
7	Ellen Carvalho	Delegação Regional Norte	992 28 71

Nº	Name	Institution	Contact
1	Severino do Espírito Santo	Dir Científico CIAT	990 39 63
2	Kendra Fernandes	Tec. Agro-quimica CIAT	kendraneto@hotmail.com
3	Francisca Alcantara	Tec. Agro-quimica CIAT	987 07 59
4	Silvia Leyna Pontes	Tec. Agro-quimica CIAT	994 36 60
5	Julízia Albano Costa Alegre	Tec. Analises clinicas	994 23 77
6	Ana Maria Deus Lima	Chefe Serviços CIAT	dlima02@hotmail.com
7	G. Espírito Varela	Tec Agronomia CIAT	990 57 08
8	Jacob Luis Monte verde	Resp. Serviços Gerais CIAT	993 64 65
9	António dos Santos Neto	Chefe Lab Agro-qui CIAT	991 37 72
10	Joaquim Baia	Tec Fito patologia CIAT	992 34 59
11	Valdemira Tavares	Directora geral CIAT	992 54 83
12	Felisberto Cruz	Chefe Ser. Agronomia CIAT	991 38 35



iii) *Technical Meeting at CIAT*



iv) *Field Visit to CATAP*



v) *Field Visit to SATOCAO*



Anexo IV: Os detalhes dos participantes no Atelier Nacional de início Workshop Nacional

Nº	Name	Institution	Contact
1	Jaime de Menezes	N A P A D	992 34 04
2	Stella Barreto	Câmara de Lobata	<u>995 29 44</u>
3	Américo Rocha	Projecto de Culturas Alimentares	<u>990 38 12</u>
4	Argentino Vangente	D G R N E	991 01 19
5	Ayres Bruzaca de Menezes	Presidência da República	986 71 76
6	Valdemira Tavares	Directora Geral do CIAT	<u>992 54 83</u>
7	Onofre Fernandes	M A P D R - G P A P	990 33 55
8	Kassi Bragança Costa	Direcção Geral do Ambiente DGA	980 86 27
9	Lourenço Jesus	DGA	990 44 45
10	Eulália Afonso Cunha	Directora do CATAP	990 90 33
11	Alberto Luis	Delegação Regional Sul	990 60 57
12	Ekzul Ajax Fernandes de Nascimento	Delegação Regional Centro Sul	990 66 77
13	Aida F. Lopes Sequeira	Delegação Regional Centro/Norte	993 90 10
14	Ellen Carvalho	Delegação Regional Norte	992 28 71
15	Paulina Barreto	Direcção das Florestas	992 46 49
16	Páscoa Costa	Direcção das Florestas	990 51 08
17	Antónia dos Santos Neto	CIAT - STP	991 37 72
18	Luis Mário Almeida	PAPAFPA	991 37 72
19	Álvaro Vila Nova	Coordenador do PRIASA II	990 49 25
20	Francisco Lima	Radio nacional	987 48 68
21	Germino do Espírito santo	Núcleo Local Ambiente Lobata	992 05 78

22	Hilário Neto	ONG – Liga de Conservação da Natureza STP	991 15 85
23	Urceley Afonso Zaida	CEPIBA/BIO/STP	991 66 59
24	Marcelino Costa	Projecto de Culturas Alimentares	992 83 85
25	Heliodoro Pires Quaresma	Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais	990 76 47
26	Madival Alva das Neves	D G A	991 85 32
27	Antónia Lurdes Júnior	P N U D	991 79 07
28	Idalécio P. Neto	Director da Agricultura	992 07 07
29	José de Menezes	Consultor nacional	990 40 97
30	Américo Carvalho	D G A	990 69 84
31	Izaque Bragança Gomes	D G R N E	990 55 45
32	Waley Quaresma	R adio Nacional de STP	994 29 82
33	Adérito Bonfim Borges	D. I.	990 84 61
34	Faustino Oliveira	Direcção das Florestas	990 52 79
35	Victor Bonfim	D G A	990 74 70
36	André Bragança Gomes	Consultor nacional	990 38 28
37	Armanda Dias Monteiro	Delegação Regional Centro	994 53 84
38	Manuel Carvalho Rio	ONG MARAPA	990 60 82
39	Laurent-Mascar NGOMA	P N U D	980 08 68



ANEXO V: INFORMAÇÕES SOBRE A DISCUSSÃO QUE TEVE LUGAR DURANTE OS INTERVENIENTES

Consultas bilaterais

1. Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro Pecuário (CATAP);

Principais Atividades:

- Treinou 222 técnicos até a presente data;
- CATAP têm também cursos de formação de curta duração (3-6 meses) para o treinamento de estagiários;
- 25 Trabalhadores em extensão rurais foram treinados em 2013;
- O Centro planeia formar 60 agricultores jovens no âmbito do programa de formação de curta duração financiado pelo PRIASA, dos quais 30 já foram treinados;
- PRIASA também apoiou a reabilitação das instalações, incluindo dormitórios e refeitório;

Principais lacunas:

- Os responsáveis exigem a construção de um matadouro para abate de animais para a formação e também um laboratório de processamento de alimentos;
- Precisam igualmente de iniciar cursos de longa duração (3 anos) para os funcionários de extensão para, pelo menos, 30 elementos durante o período de 2014-2017;
- Há uma necessidade de introduzir questões das mudanças climáticas nos currículos dos cursos;
- Necessidade de introduzir uma formação em processamento de alimentos e transformação de produtos da agricultura;
- Necessidade de treinamento de funcionários de extensão sénior para Príncipe;
- Outra grande diferença é a falta de laboratórios e equipamentos para irrigação e gestão da água de formação.

2. O Centro de Agronómica e Investigação Tecnológica (CIAT)

Severino Espirito Santo - Director Científico

Ana Maria Dias Lima - Chefe Fitopatologia e Microbiologia

Antónia Neto - Cabeça de agrotóxicos Serviços

Principais Atividades:

- CIAT está agora empenhado na produção de sementes e na compostagem;
- O objetivo é fornecer sementes à preços baixos ou mesmo gratuitamente para as comunidades locais;
- No entanto, há um problema de sustentabilidade do projecto e também os baixos resultados obtidos a partir de tentativas anteriores de produzir composto pelo ADAPPA ONG;
- Planeiam introduzir novas culturas como matabala, pimenta, mandioca;
- Estão dispostos a apoiar o projecto LDCF através da difusão da lição aprendida e produção de material de formação e sensibilização.

Principais lacunas:

- Sua mobilidade para apoiar as comunidades é reduzida;

3. O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR) do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**Principais Atividades:**

- Este serviço tem delegações distritais em todos os 5 distritos e também um no Príncipe e apoia o desenvolvimento e as comunidades rurais. Cada uma dessas delegações tem 3 funcionários de extensão, com exceção dos distritos onde a pesca também é uma actividade de subsistência (Sul, Centro-Sul e Norte).

- Há uma necessidade de recuperar as estruturas que existiam antes e agora que foram destruídas pelo vento e chuvas;

- Actividades do CADR de apoiar a comunidade agrícola também são limitados pela falta de equipamentos agrícolas para a preparação do solo e gradagem;

- A eficácia das actividades do CADR para com o controlo e combate a erosão do solo ao nível da exploração também é reduzida devido à falta de capacidade de produção de mudas.

Principais lacunas:

- As principais lacunas são a falta de recursos humanos suficientes, pois precisariam de pelo menos 5 funcionários de extensão em cada uma das seis delegações.

- Igualmente precisam de capacitação para o pessoal existente (cerca de 24) sobre temas específicos, como as alterações climáticas, a irrigação e gestão da água, controlo de erosão, processamento de produtos alimentares.

- O trabalho de extensão ao nível da comunidade é severamente limitado pela falta de mobilidade, em particular durante a estação chuvosa e localidades remotas.

Projecto 4. PRIASA II BAD**Principais Atividades:**

Priasa II está embarcando num novo programa com o BAD para começar em 2015, que inclui:

i) A realização de um trabalho de consultoria no perfil de género em alguns distritos de STP, que serão concluídos até Dezembro;

iii) Formação comunitária na gestão e conservação da água;

iv) Conservação e transformação dos produtos alimentares agrícolas. O objetivo é organizar um Centro para a agricultura de produtos de transformação;

v) Iniciar uma actividade de microcrédito para as comunidades da ilha de Príncipe para promover a horticultura em pequena escala e agricultura em áreas pequenas que podem produzir e sustentar a actividade turística em crescimento.

5. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural Principais Atividades:

- O Departamento de Planeamento MAPDR está actualmente a tentar realizar um trabalho de GIS na construção de uma base de dados de todas as parcelas, bem como a caracterização em termos de tamanho, número de parcelas / propriedade, número de agricultores desagregados por género;

- Atualmente há um programa de apoio ao investimento agrícola no âmbito do quadro nacional do programa detalhado do desenvolvimento do programa de agricultura africana:

- Intensificação sustentável da produção agrícola
- Promoção do desenvolvimento sustentável da pesca gestão sustentável dos recursos naturais 1.500.000,00
- Acesso aos mercados e financiamento 4.500.000,00
- Vulnerabilidades de melhoria do estado nutricional da população
- Reforço da capacidade institucional 600.000,00

Principais lacunas:

- No entanto, o DEPT carece de recursos de computação suficientes e adequados.

Este programa está previsto para começar em 2014 e alguns dos subprogramas poderiam ser considerados para efeitos de co-financiamento, em particular, c), d) ef).

6. Grupo de Banqueiros

O grupo de banqueiros que foram contactados mostrou interesse no programa de micro-finanças propostas, mas mostram algumas reservas sérias sobre o método de assegurar o financiamento individual para as comunidades que não têm bens que possam ser apresentadas como garantia.

Além disso, os banqueiros também levantaram o problema das taxas de juros a serem aplicadas, uma vez que as taxas atuais são extremamente elevadas, da ordem de 24% ou mais.

A sugestão foi apresentada aos banqueiros para enviar suas próprias propostas com possíveis soluções e abordagens que podem ajudar a superar as suas preocupações.

Anexo VI: **Resumo** das principais actividades, **problemas específicos, lacunas e** principais culturas dos distritos de Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL).

<i>Distrito</i>	<i>Principais Actividades/Problemas</i>	<i>Principais colheitas</i>
Distrito d Caué <i>Alberto Luis –</i>	<ul style="list-style-type: none"> • nível e íngremes encostas, elevada precipitação com fenómenos de erosão generalizada • infertilidade do solo e precisam fornecimento de fertilizantes para as comunidades ou produção de composto utilizando esterco de galinha / de porco; • A disponibilidade de água para consumo humano que necessita de actualização da rede de distribuição • As estradas rurais • Infra-estrutura para criação de animais • congelador comunitário para a conservação de peixe (congelamento e secagem) • Necessita de postar armazenamento colheita para estouro cultura do milho durante bons anos de produção • rede de Mercados e transporte para o mercado local em São Tomé • Capacidade de mulheres peixaria em matéria de higiene e conservação de peixe • logging Forest. Precisa de viveiros para produção de mudas e plantio de árvores 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cocau</i> • <i>Produção de porcos</i> • <i>Pesca</i> • <i>Colheita de citrinos</i>
Distrito de Mé-Zóchi (Zona Centro) <i>Armando</i> <i>Monteiro –</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada e irregular Precipitação • fenómenos de erosão em áreas de montanha e estradas íngremes • Precisa de estabilização de encostas para controle de erosão • registro de Floresta • Necessidade viveiros de plantas e produção de mudas • Excesso de produção de tomate e necessidade de transformação / processamento • Precisa de herbicida e manejo de agrotóxicos formação 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cacau</i> • <i>Matabala</i> • <i>culturas horticultura</i> • <i>colheita de pimenta</i> • <i>tomate</i>

	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa de prestação de fertilizantes para as comunidades ou produção de composto 	
Distrito de Lembá	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada e irregular Precipitação • Cheias e erosão do solo • Necessidade viveiros de plantas e produção de mudas • O plantio de árvores para controle de erosão e terraceamento • impactos da Gravana sobre culturas de cacau e de vegetais • Aumento da disponibilidade de água (chuva colheita) e sistemas de irrigação por gota a gota • Excesso de produção de banana e necessidade de transformação / processamento 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cacau</i> • <i>Café</i> • <i>Matabala</i> • <i>Horticultura</i> • <i>Banana</i>
Distrito de Cantagalo (Zona Centro / Sul) Eksul de Nascimento –	<ul style="list-style-type: none"> • Fenómenos de erosão em algumas comunidades e durante a estação chuvosa • abate de árvores na Floresta particularmente em Ribeira Afonso e Agua Izé • impactos da seca na Gravana na área Pinheira • Irrigação atualmente feita através de sulcos no Rio Manuel Jorge • Necessidade de herbicida e manejo de agrotóxicos formação • Necessidade de prestação de fertilizantes para as comunidades ou produção de composto • faixas rurais para a comercialização de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> • Mandioca <p>Excesso de produção de milho</p>
Distrito de Lobata Aida Sequeira –	<ul style="list-style-type: none"> • A erosão do solo e do impacto da seca de "gravana" sobre as culturas e a necessidade de água colhendo uma irrigação • problemas com ervas daninhas - técnicas de mobilização mínima exigida • Precisa de herbicida e manejo de agrotóxicos formação • Precisa de prestação de fertilizantes para as comunidades ou produção de composto utilizando esterco de galinha 	<ul style="list-style-type: none"> • Cacau • Milho em áreas vulneráveis da Praia das Conchas, Praia das Costas Roças • cultivo de milho em terraços na área de Santa Clara • cultivo de tomate também é comum

(juntamente com
Cantagalo, Lobato,
Mé-Zóchi)

ANEXO 4. RELATÓRIO DE CONSULTA NO TERRENO (PPG)

(Dados tabulados DE 25 COMUNIDADES RURAIS consultadas durante o processo PPG)

Resumo de Consultas sobre Principais Modos de Vida / Principais Preocupações / Necessidades sobre impactos das alterações climáticas a nível da comunidade.

Comunidade	Principal Meio de vida	Principais culturas	Outra actividade	3 Principais questões	Principal Impacto da MC	Existência de água canalizada	Existência de regadio/ depósito
DISTRITO DE CAUÊ							
Malanza	Pesca	Cultivo de milho/banana	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Invasão água do mar; Escassez artes de pesca e canoas; Abate de árvores	Aumento nível água do mar; Diminuição de chuvas; Redução da captura de pescado	Existe água canalizada mas não potável	Não existe qualquer infraestrutura de regadio
Ponta Baleia	Agricultura	Cultivo cacau/banana/matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Diminuição da área florestal	Existe água canalizada mas não potável	Não existe qualquer infraestrutura de regadio
Praia Pesqueira	Pesca	Cultivo cacau/banana/matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Aumento nível água do mar; Diminuição de chuvas; Redução da captura de pescado	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de sistema de irrigação
Praia de Yô Grande	Pesca	Cultivo cacau/banana/matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Aumento nível água do mar; Diminuição de chuvas; Redução da captura de pescado	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de sistema de irrigação
Soledade	Agricultura	Cultivo cacau/banana/matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em	Excesso de chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Aumento de	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de sistema de irrigação

				avanço estado de degradação	vendaval e derrocadas		
DISTRITO DE CANTAGALO							
Colónia Açoriana Sede	Agricultura	Cultivo cacau/banana/matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Excesso de chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Aumento de vendavais e derrocadas	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de infraestrutura de regadio
Mendes da Silva	Agricultura	Cultivo cacau/banana/matabala e café	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Chove regularmente e efeitos de mudanças climáticas não se fazem sentir com gravidade	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de infraestrutura de regadio
Monte Belo	Agricultura	Cultivo cacau/milho/hortícolas, pimenta e café	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Diminuição da área florestal	Existe água canalizada mas não potável	Não existe qualquer infraestrutura de regadio
Quimpo	Agricultura	Cultivo cacau/banana/matabala e hortícolas	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Diminuição da área florestal	Existe água canalizada mas não potável	Não existe qualquer infraestrutura de regadio
Uba Budo Sede	Agricultura	Cultivo cacau/milho/hortícolas, mandioca e pimenta	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Diminuição da área florestal	Existe água canalizada mas não potável	Não existe qualquer infraestrutura de regadio
DISTRITO DE MÉZOCHI							
Rio Lima	Agricultura	Cultivos hortícolas, pimenta,	<i>Criação de porcos e galinhas</i>	Abate de árvores; Animais criados à	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento	Existe água canalizada	Não existe qualquer infraestrutura de regadio

		cacau e milho		solta; Habitação em avanço estado de degradação	das culturas; Diminuição da área florestal	mas não potável	
Água das Belas	Agricultura	Extracção vinho de palma	<i>Criação de porcos e galinhas</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Excesso de chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Aumento de erosão dos solos	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de infraestrutura de regadio
Bom Sucesso	Agricultura	Cultivo de hortícolas, banana e matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Falta de estufas para viveiro e produção; Falta de insumos e de sementes e Animais criados à solta	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Existe água canalizada mas não potável	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
Saudade	Agricultura	Cultivo hortícolas/ banana, matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Existe água canalizada mas não potável	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
Bemposta	Agricultura	Cultivo café, hortícolas bananas e matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Excesso de chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Aumento de erosão dos solos	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de infraestrutura de regadio
DISTRITO DE LEMBÁ							
Lembá	Agricultura	Cultivo cacau/banana/matabala	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Chove regularmente efeitos de mudanças climáticas não se fazem sentir com gravidade	Não existe água canalizada	Não necessita de infraestrutura de regadio
Paga Fogo	Agricultura	Cultivo cacau/banana café e fruta-pão	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta;	Chove regularmente efeitos de mudanças climáticas não	Existe água canalizada	Não necessita de infraestrutura de regadio

				Habitação em avanço estado de degradação	se fazem sentir com gravidade	mas não potável	
Ponta Figo Sede	Agricultura/ Pesca	Cultivo cacau, milho e banana	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Existe água canalizada mas não potável	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
Generosa	Agricultura	Cultivo cacau/banana milho, matabala e hortícolas	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Diminuição da área florestal	Existe água canalizada mas não potável	Não necessita de infraestrutura de regadio
Ribeira Funda	Agricultura/ Pesca	Cultivo de cacau, milho, hortícolas, matabala e café	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Existe água canalizada mas não potável	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
DISTRITO DE LOBATA							
Plancas I	Pesca/Agricultura	Pesca/fabrico de carvão, milho, mandioca, banana e hortícolas	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Não existe água canalizada	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
Plancas II	Agricultura	<i>Cultivo de cacau, carvão, mandioca, milho, banana e hortícolas</i>	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Existe água canalizada mas não potável	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
Santa Luzia	Agricultura	Cultivo cacau, milho, hortícolas, matabala e banana	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em	Diminuição das chuvas; Diminuição rendimento das culturas; Diminuição	Existe água canalizada mas não potável	Não existe qualquer infraestrutura de regadio

				avanço estado de degradação	da área florestal		
Canavial	<i>Agricultura/ Pesca</i>	<i>Cultivo milho, hortícola/pescado, cana de açúcar, mandioca</i>	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Diminuição das chuvas; Escassez de água para rega; Aumento de insolação	Não existe água canalizada	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio
Fernão Dias	<i>Agricultura/ Pesca</i>	<i>Cultivo de milho/hortícolas/pescado, mandioca</i>	<i>Criação de porcos, galinhas e cabras</i>	<i>Abate de árvores</i>	Abate de árvores; Animais criados à solta; Habitação em avanço estado de degradação	Não existe água canalizada	Necessita com URGÊNCIA de infraestrutura de regadio

Resumo de Consultas sobre Principal Adaptação às Alterações Climáticas Medidas gênero desagregados expressa comunidades locais durante o processo de consulta PPG.

Comunidade	Nº Habitantes	Medida de Adaptação 1	Medida de Adaptação 2	Medida de Adaptação 3	Medida de Adaptação 4	Medida de Adaptação 1	Medida de Adaptação 2
		Geral	Geral	Geral	Geral	Mulheres	Mulheres
DISTRITO DE CAUÊ							
Total Inhabitantes:1970							
<i>Malanza</i>	1.000	<i>Deslocação da população do lado da praia; Construção de novas moradias; Construção de diques e quebra ventos</i>	<i>Fornecimento de mais canoas, equipamentos de navegação e motores fora de bordo</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Instalação de energia eléctrica e fornecimento de fogões ecológicos</i>	<i>Não foi possível entrevistar-se representaçã o de mulheres</i>	
<i>Ponta Baleia</i>	120	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de reservatório</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Fornecimento de mudas/ Semente e insumos</i>	<i>Instalação de energia eléctrica e fornecimento de fogões ecológicos</i>	<i>Apoio em micro crédito para a comercializ ação do pescado</i>	<i>Construção de lavandarias e de chafarizes</i>
<i>Praia Pesqueira</i>	300	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de reservatório</i>	<i>Fornecimento de mais canoas, equipamentos de navegação e motores fora de bordo</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Instalação de energia eléctrica</i>	<i>Apoio em micro crédito para a comercializ ação do pescado</i>	<i>Construção de lavandarias e de chafarizes</i>
<i>Praia de Yô Grande</i>	200	<i>Fornecimento de mais canoas, equipamentos de navegação e motores fora de bordo</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Instalação de energia eléctrica</i>		<i>Apoio em micro crédito para a comercializ ação do pescado</i>	<i>Construção de lavandarias e de chafarizes</i>
<i>Soledade</i>	350	<i>Apoio para a captação de água/ Reabilitação do reservatório</i>	<i>Fornecimento de mudas/ Semente e insumos</i>	<i>Instalação de energia eléctrica</i>	<i>Construção de novas moradias;</i>	<i>Construção de creche, lavandarias e de chafarizes</i>	

DISTRITO DE CANTAGALO**Total de habitantes: 2350**

Colónia Açoriana Sede	1.000	Apoio para a captação de água/ Construção de reservatório	Fornecimento de mudas/ Semente e insumos	Construção de pocilgas e de capoeiras	Construção de novas moradias;	Apoio em micro crédito para pequenos negócios	Instalação de energia eléctrica
Mendes da Silva	200	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Construção de pocilgas e de capoeiras	Instalação de energia eléctrica		Reparação do sistema de canalização de água	Construção de creche e de chafarizes
Monte Belo	300	Apoio para a captação de água/ Construção de reservatório	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Construção de pocilgas e de capoeiras	Instalação de energia eléctrica	Reforçaram a necessidade de instalação de sistema de irrigação	Reparação da lavandaria
Quimpo	200	Apoio para a captação de água/ Construção de reservatório	Construção de pocilgas e de capoeiras	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Instalação de energia eléctrica	Reiteraram a necessidade de instalação de sistema de irrigação	
Uba Budo Sede	650	Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios	Construção de pocilgas e de capoeiras	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Construção de novas moradias;	Apoio em micro crédito para pequenos negócios	Reiteraram a necessidade de instalação de sistema de irrigação

DISTRITO DE MÉZOCHI**Total de habitantes: 600**

Rio Lima	100	Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios	Instalação de sistema de irrigação	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos		Não foi possível entrevistar-se representação de mulheres	
Água das Belas	100	Construção de pocilgas e de capoeiras	Apoio para o cultivo de maracujá			Reiteraram a necessidade de construção	

						de pocilgas e capoeiras	
Bom Sucesso	200	Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios	Instalação de sistema de irrigação	Apoio para a instalação de estufas para viveiros e de produção	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Apoio em micro crédito para pequenos negócios	
Saudade	100	Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios	Instalação de sistema de irrigação	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Construção de novas moradias;	Apoio em micro crédito para pequenos negócios	Reparação da lavandaria e reiteraram a necessidade de sistema de rega
Bemposta	100	Construção de pocilgas e de capoeiras	Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos	Construção de novas moradias;	Instalação de energia eléctrica	Apoio em micro crédito para pequenos negócios	
DISTRITO DE LEMBÁ							
Total de habitantes: 2650							
Lembá	500	Construção de moradias para instalar 16 famílias que vivem nas casas tipo comboio em risco de desabar	Apoio para a captação de água para fins domésticos	Construção de pocilgas e de capoeiras	Instalação de energia eléctrica	Apoio em micro crédito para pequenos negócios	Construção de lavandarias e de chafarizes
Paga Fogo	200	Apoio para a captação de água/ Construção de reservatório para fins domésticos	Apoio em canoas, artes de pesca e sistema de navegação	Construção de pocilgas e de capoeiras	Construção de novas moradias	Reiteraram a necessidade de novos sistemas de canalização e água	Reparação da lavandaria
Ponta Figo Sede	1.000	Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios	Instalação de sistema de irrigação	Construção de pocilgas e de capoeiras		Apoio em micro crédito para construção de capoeiras	Construção de nova lavandaria e reparação das existentes
Generosa	500	Apoio para a captação de água/ reparação e ampliação do	Construção de novas moradias	Construção de pocilgas e de capoeiras		Na entrevista, não avançada qualquer	

		<i>actual depósito</i>				<i>ideia ou actividade</i>	
Ribeira Funda	450	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios</i>	<i>Instalação de sistema de irrigação</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Construção de novas moradias</i>	<i>Na entrevista, não avançada qualquer ideia ou actividade</i>	
DISTRITO DE LOBATA							
Total de habitantes: 1500							
Plancas I	300	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios</i>	<i>Instalação de sistema de irrigação</i>	<i>Apoio em canoas, artes de pesca e sistema de navegação</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Na entrevista, não avançada qualquer ideia ou actividade</i>	
Plancas II	300	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios</i>	<i>Instalação de sistema de irrigação</i>	<i>Construção de pocilgas e de capoeiras</i>	<i>Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos</i>	<i>Apoio em micro crédito para pequenos negócios</i>	<i>Construção de chafarizes</i>
Santa Luzia	300	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios</i>	<i>Instalação de sistema de irrigação</i>	<i>Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos</i>		<i>Apoio em micro crédito para a compra de animais (aves, porcos e caprinos)</i>	<i>Reiteraram necessidade de aquisição de mudas de banana, cacau, matabala e cedrela</i>
Canavial	300	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios para fins domésticos</i>	<i>Instalação de sistema de irrigação</i>	<i>Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos</i>	<i>Construção de novas moradias</i>	<i>Apoio em micro crédito para a compra de milho, moagem e venda de fuba</i>	
Fernão Dias	300	<i>Apoio para a captação de água/ Construção de vários reservatórios para fins domésticos</i>	<i>Instalação de sistema de irrigação</i>	<i>Fornecimento de mudas/ Sementes e insumos</i>	<i>Construção de novas moradias</i>	<i>Apoio em micro crédito para pequenas actividades</i>	<i>Reparação da lavandaria</i>



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade -- Disciplina -- Trabalho)
DIRECCAO GERAL DA AGRICULTURA E PESCAS

June 24, 2014

Mr. José Xavier Salema
UNDP Resident Representative
United Nations Development Programme
United Nations House
PO BOX 109 Sao Tomé
São Tomé and Príncipe

N/Ref: 259 /DGAP/MAPDR/2014

PMID - SAO TOME	
DATA	27 JUN. 2014
RA	
ARR/1	
ARR/2	
ARR/3	
PO1	
PO2	
PA	
JPA	
LAN MANG	
FIN	
H ^o	
SG	
UNFP/	
OAD	
FILE:	PRO 301/GEF 00086271

Subject: Co-financing for the GEF funded Project on "Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options in the Sao Tome and Principe districts of Caué, Me-Zochi, Principe, Lembá, Cantagalo, and Lobata (CMLPLCL)"

This letter is to confirm the commitment of the government of the Democratic Republic of Sao Tomé and Príncipe through the Ministry of Agriculture, Fishery and Rural Development represented by General Directorate of Agriculture and Fishery to support the UNPD/GEF funded project mentioned above through the following project and activities;

CO-FINANCING PROJECT	AMOUNT (USD)	PERIOD OF EXECUTION	OBJECTIVE OF PROJECT
REHABILITATION OF INFRASTRUCTURE PROJECT TO SUPPORT FOOD SECURITY P R I A S A II	8 MILLIONS	2015-2019	TO CONTRIBUTE TO IMPROVE FOOD SECURITY. TO REDUCE POVERTY AND VULNERABILITY OF POOR COMMUNITIES IN STP. TO ENHANCE AVAILABILITY AND ACCESS TO LAND AND SEA PRODUCTS AND PRODUCTIVITY. TO REHABILITATE RURAL INFRASTRUCTURES AND IMPROVE LIVELIHOODS OF FARMERS, FISHERMONGS, YOUTH, FISHERMEN, ETC.

This project contribute and is relevant to the implementation of the GEF funded project on "Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options in the Sao Tome and Principe districts of Caué, Me-Zochi, Principe, Lemba, Cantagalo, and Lobata (CMLPLCL)" as parallel financing.

Best Regards,

 Carlos Prês dos Santos


CC: Dr. Naoko Ishii
CEO and Chairperson
Global Environment Facility

ANEXO 6. PNUD AMBIENTAL E DE TRIAGEM SOCIAL (aplicado em Maio de 2013)

Ambiental e Social (Checklist Screening)

PERGUNTA 1:

Tem uma avaliação / revisão ambiental e social combinada que cobre o projecto proposto que já foi concluído pelos parceiros de implementação ou doador (s)?

Selecione a resposta abaixo e siga as instruções:

} Não → Continue à questão 2 (não preencher Tabela 1.1)

SIM → Não existe mais nenhuma avaliação ambiental e social, é necessária se a documentação existente atende as normas de garantia de qualidade do PNUD, e recomendações de gestão ambientais e sociais estão integradas no projecto. Portanto, você deve realizar as seguintes etapas para concluir o processo de triagem:

1. Use a Tabela 1.1 abaixo para avaliar a documentação existente. (Recomenda-se que essa avaliação seja realizada em conjunto pelo desenvolvedor do projecto e outros pontos focais relevantes no escritório ou Bureau).
2. Certifique-se de que o Documento de Projecto incorpora as recomendações feitas na avaliação ambiental e social do parceiro de implementação.
3. Resuma as informações relevantes contidas na avaliação ambiental e social do parceiro de implementação no anexo A.2 deste Template Triagem, a selecção de categoria 1.
4. Envie o anexo A da PAC, juntamente com outros documentos pertinentes.

Nota: Para mais orientações sobre o uso de sistemas nacionais de avaliação ambiental e social pode ser encontrada no Anexo B.

PERGUNTA 2:

Será que todas as saídas e as actividades descritas no Documento de Projecto, estão dentro das seguintes categorias?

Procurement (em que a ética Procurement caso do PNUD e do Guia de Aquisições

precisam ser respeitadas)

- Relatório de preparação
- Treinamento
- Evento / workshop / reuniões / conferências (consulte o Guia Verde Meeting)
- Comunicação e divulgação dos resultados

Selecione a resposta abaixo e siga as instruções:

} Não → Continuar a questionar 3

SIM → Não existe mais nenhuma avaliação ambiental e social necessária. Anexo A.2 Complete, selecionando Category1, e apresenta o modelo preenchido (Anexo A) para o PAC.

PERGUNTA 3:

O projecto proposto inclui as actividades e resultados que suportam os processos de planeamento ao montante que potencialmente representam impactos ambientais e sociais ou são vulneráveis à mudança ambiental e social (consulte a Tabela 3.1, por exemplo)? (Note-se que os processos de planeamento à montante podem ocorrer a nível global, regional, níveis nacionais, locais e sectoriais)

Selecione a resposta adequada e siga as instruções:

} Não → Continua a questionar 4.

YES → Conduza as seguintes etapas para concluir o processo de triagem:

1. Ajuste a concepção do projecto como necessário para incorporar o apoio do PNUD para o país (es), para garantir que as questões ambientais e sociais sejam devidamente consideradas durante o processo de planeamento corrente acima. Consulte a Seção 7 of esta Orientação para a elaboração de serviços de integração da dimensão ambiental e social, ferramentas, orientações e abordagens que podem ser utilizadas.
2. Resuma o apoio integração da dimensão ambiental e social no anexo A.2, secção C do modelo de Triagem e selecione "categoria 2".
3. Se o projecto proposto inclui apenas os processos de planeamento, em seguida, a montante de triagem é completa, e você deve apresentar o modelo de Análise Ambiental e Social (Anexo A) para o PAC. Se as actividades de implementação a jusante também estão incluídos no projecto, em seguida, vá para a pergunta 4.

TABELA 3. 1 EXEMPLOS DE PROCESSOS DE PLANEJAMENTO montante com impactos ambientais e sociais à JUSANTE POTENCIAIS	Marque a caixa apropriada (es) abaixo
<p>1. Apoio para a elaboração ou revisão das estratégias de globalização ao nível, político, planos e programas. Por exemplo, o desenvolvimento de capacidades e apoio relacionado com as negociações e acordos internacionais. Outros exemplos podem incluir um projecto de governação global da água ou um projecto global dos ODM.</p>	No
<p>2. Apoio para a elaboração ou revisão ao nível regional, estratégias, políticas e planos e programas. Por exemplo, o desenvolvimento de capacidades e apoio relacionados com os programas transfronteiriços e Planeamento (gestão de bacia hidrográfica, a migração, águas internacionais, o desenvolvimento de energia e de acesso, adaptação às alterações climáticas etc.).</p>	No
<p>3. O suporte para a elaboração ou revisão ao nível nacional, estratégias, políticas, planos e programas. Por exemplo, o desenvolvimento de capacidades e apoio relacionado com as políticas de desenvolvimento nacional, planos, estratégias e orçamentos, planos e estratégias (por exemplo, PRS / PRSP, NAMAs), planos setoriais MDG.</p>	Vulnerabilidade às mudanças climáticas serão mapeadas para os distritos-alvo e os riscos das alterações climáticas integradas nas políticas e planos nacionais que visam proteger os ecossistemas agrícolas e florestais contra as mudanças climáticas e os impactos da variabilidade (actividade 1.6.2).
<p>4. O suporte para a elaboração ou revisão ao nível local -não nacional / estratégias, políticas, planos e programas. Por exemplo, o desenvolvimento de capacidades e apoio de planos distritais e o desenvolvimento ao nível local e marcos regulatórios, planos urbanos, planos de desenvolvimento de uso da terra, planos sectoriais, planos de desenvolvimento distritais, prestação de serviços, fundos de investimento, orientações técnicas e métodos, engajamento dos intervenientes.</p>	Riscos das alterações climáticas serão integrados em estratégias de conservação da biodiversidade ao nível da

TABELA 3. 1 EXEMPLOS DE PROCESSOS DE PLANEJAMENTO montante com impactos ambientais e sociais à JUSANTE POTENCIAIS	Marque a caixa apropriada (es) abaixo
	comunidade para alcançar 3 dos 5 objectivos estratégicos do NBSAP (Atividade 1.6.3).

PERGUNTA 4:

O projecto proposto inclui a implementação de actividades decorrentes que potencialmente representam os impactos ambientais e sociais ou são vulneráveis à mudança ambiental e social?

Para responder a essa pergunta, você deve primeiro concluir a Tabela 4.1, selecionando as respostas adequadas. Se você responder "não" ou "não aplicável" à todas as perguntas da Tabela 4.1, em seguida, a resposta à questão 4 é "não". Se você responder "sim" a todas as perguntas da Tabela 4.1 (mesmo um "sim" pode indicar uma significativa questão que tem de ser resolvida através de uma maior avaliação e gestão), em seguida, a resposta à questão 4 é "SIM":

} Não → Nenhuma outra avaliação e de gestão necessárias para as actividades de corrente ambiental e social. Anexo completa A.2 by selecionando "categoria 1", e apresentar o Modelo de Triagem Ambiental e Social para o PAC.

YES → Realizar os seguintes passos para completar o processo de triagem:

1. Consulte a Seção 8 of esta Orientação, para determinar a extensão da nova revisão e gestão ambiental e social que pode ser necessária para o projecto.
2. Rever o documento de projecto para incorporar medidas de gestão ambiental e social. Sempre que uma nova revisão ambiental e social e actividade de gestão não podem ser realizadas antes do PAC, um plano para a realização de tal avaliação e actividade de gestão dentro de um período de tempo aceitável, pós-PAC aprovação (por exemplo, como a primeira fase do projecto) devem ser descritas no anexo A.2.
3. Selecione "categoria 3" no anexo A.2, e apresentar o modelo preenchido de Triagem Ambiental e Social (Anexo A) e documentação relevante para o PAC.

Tabela 4.1: questões de rastreio adicionais para determinar as necessidades e a ampla possibilidade de análise ambiental e social ainda em gestão	
1. Biodiversidade e Recursos Naturais	Resposta (Sim/Não/Não Aplicável)
1.1 Será que o projecto proposto resultará na conversão ou degradação de habitat modificado, habitat natural ou habitat crítico?	Não
1.2 Irão quaisquer actividades de desenvolvimento proposto dentro de uma área legalmente protegida (por exemplo, reserva natural, parque nacional) para a protecção e conservação da biodiversidade?	Não
1.3 Será que o projecto proposto representa um risco de introdução de espécies exóticas invasoras?	Não
1.4 O projecto envolve a exploração de florestas naturais ou desenvolvimento das plantações sem um sistema de certificação florestal independente para a gestão florestal sustentável (por exemplo, PEFC, os sistemas de certificação do Forest Stewardship Council, ou processos estabelecidos ou aceites pela Autoridade Nacional do Meio Ambiente relevante)?	Não
1.5 O projecto envolve a produção e exploração de peixes ou outras espécies aquáticas sem um sistema aceite de certificação independente para garantir a sustentabilidade (por exemplo, o sistema de certificação do Marine Stewardship Council, ou certificações, normas, ou processos estabelecidos ou aceite pela autoridade nacional competente Ambiental)?	Não
1.6 O projecto envolve significativa extração, desvio ou contenção da superfície do solo ou água? Por exemplo, a construção de barragens, reservatórios, a evolução das bacias hidrográficas, extração de águas subterrâneas.	Atividade No- 2.1.2 irá apoiar os esforços de autoridades municipais e ONGs / OSC desenvolver pequena escala de captura de chuva e de armazenamento de água ao nível da comunidade de partida através da reabilitação das estruturas tradicionais existentes (Tanques).
1.7 O projecto representa um risco de degradar os solos?	Não
2. Poluição	Resposta (Sim/Não/Não Aplicável)
2.1 Será que o resultado do projecto proposto emite gases poluentes ou outros para o meio ambiente devido à circunstâncias de rotina ou não de rotina com o potencial de impactos locais, regionais e transfronteiriças adversas?	Não

Tabela 4.1: questões de rastreio adicionais para determinar as necessidades e a ampla possibilidade de análise ambiental e social ainda em gestão		
2.2	<p>Será que o projecto proposto resultará na geração de resíduos que não podem ser recuperados, reutilizados ou eliminados de uma forma ambientalmente e socialmente som?</p>	Não
2.3	<p>Irão o projecto propor envolver-se no fabrico, o comércio, libertação, e / ou a utilização de produtos químicos e materiais perigosos sujeitos a proibições de ação internacionais ou fase-outs? Por exemplo, DDT, PCBs e outras substâncias químicas listadas nas convenções internacionais, como a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, ou do Protocolo de Montreal.</p>	Não
2.4	<p>Existe um potencial para a libertação, no meio ambiente, de materiais perigosos resultantes da sua produção, transporte, manuseio, armazenamento e uso para as actividades do projecto?</p>	Não
2.5	<p>Será que o projecto proposto envolver-se na aplicação de pesticidas, que têm um efeito negativo conhecido sobre o ambiente ou na saúde humana?</p>	Não
3.	Mudanças climáticas	Não
3.1	<p>Será que o projecto proposto resultará em emissões significativas de gases com efeito de estufa? Anexo E fornece orientações adicionais para responder a esta pergunta.</p>	Não
3.	<p>O projecto tende a aumentar direta ou indiretamente a vulnerabilidade ambiental e social para as mudanças climáticas agora ou no futuro (também conhecido como práticas de má adaptação) proposto? Você pode consultar a orientação adicional no Anexo C para ajudá-lo a responder a esta pergunta. Por exemplo, um projecto que envolveria indiretamente remoção de mangues de zonas costeiras ou planos de uso da terra encorajadores que sugerem a construção de casas em planícies de inundação poderia aumentar a vulnerabilidade da população em torno às mudanças climáticas, especificamente inundações.</p>	Não - É um projecto de adaptação às alterações climáticas
4.	Equidade Social e Igualdade	Resposta (Sim/Não/Não Aplicável)
4.1	<p>Será que o projecto proposto poderia ter impactos ambientais e sociais que podem afectar os povos autóctones ou outros grupos vulneráveis?</p>	Não
4.2	<p>Is O projecto é susceptível de afectar significativamente a igualdade de gênero e empobrecimento das mulheres?</p>	Não – O projecto, na verdade, inclui medidas específicas para quaisquer impactos à igualdade de gênero e o empobrecimento

Tabela 4.1: questões de rastreio adicionais para determinar as necessidades e a ampla possibilidade de análise ambiental e social ainda em gestão	
	das mulheres a ser positivo e benéfico.
4.3 Is O projecto proposto deverá aumentar direta ou indiretamente as desigualdades sociais, agora ou no futuro?	Não
4.4 O projecto proposto tem impactos variáveis sobre homens e mulheres, de diferentes etnias, classes sociais?	Não
4.5 Há desafios para engajar as mulheres e outros determinados grupos-chave de partes interessadas no processo de concepção do projecto?	No – Todas as Associações da ONG e CBO e das mulheres contactadas estavam dispostas a participar e colaborar no processo de concepção do projecto.
4.6 O projecto irá ter implicações para os direitos humanos específicos para grupos vulneráveis?	Não
5. Demograficos	Não
5.1 O projecto é susceptível de conduzir à um afluxo considerável de pessoas para a comunidade afetada (s)?	Não
5.2 Será que o projecto proposto resulta em reassentamento voluntário ou involuntário substancial das populações? Por exemplo, projectos com benefícios ambientais e sociais (por exemplo, áreas protegidas, de adaptação às alterações climáticas) que os assentamentos humanos de impacto, e certos grupos desfavorecidos dentro desses assentamentos, em particular.	Não
5.3 Será que o projecto proposto provocará um aumento significativo da densidade populacional que poderia afectar a sustentabilidade ambiental e social do projecto? Por exemplo, um projecto que visa o financiamento de infra-estruturas turísticas numa área específica (por exemplo, da zona costeira, montanha) poderia levar a um aumento significativo da densidade populacional que pode ter impactos ambientais e sociais graves (por exemplo, a destruição da ecologia da região, a poluição sonora, os problemas de gestão de resíduos, uma maior carga de trabalho para as mulheres).	Não
6. Cultura	
6.1 O projecto é susceptível de afectar significativamente as tradições culturais das comunidades afectadas, incluindo papéis com base no género?	Não

Tabela 4.1: questões de rastreio adicionais para determinar as necessidades e a ampla possibilidade de análise ambiental e social ainda em gestão	
<p>6.2 Será que o resultado do projecto proposto em intervenções físicas (durante a construção ou implementação) que afetaria áreas que têm conhecido significado físico ou cultural para grupos autóctones e outras comunidades com reivindicações culturais reconhecidas assentadas?</p>	<p>Não Muito improvável porque a infra-estrutura de pequena escala proposta será dirigida a comunidade ou com base em dinheiro para o esquema de trabalho.</p>
<p>6.3 Será que o projecto proposto produzirá uma "fragmentação" física de uma comunidade? Por exemplo, através da construção de uma estrada, linha de energia, ou represa, que divide uma comunidade.</p>	<p>Não</p>
<p>7. Saúde e Seguros</p>	
<p>7.1 Será que o projecto proposto é suscetível ou pode levar ao aumento da vulnerabilidade a terremotos, subserviência, deslizamentos de terra, erosão, inundação ou condições climáticas extremas? Por exemplo, os projectos de desenvolvimento localizados dentro de uma planície de inundação ou deslizamento de terra em áreas propensas.</p>	<p>No Ao contrário, a intenção é abordar esse risco existente através do aumento da resiliência do clima e implementação de medidas de controlo de erosão, bem como outras abordagens baseadas nos ecossistemas para a adaptação de medidas a nível comunitário para diminuir os impactos de inundações extremas e eventos de deslizamento de terra (Atividade 2.1.5).</p>
<p>7.2. O projecto resultará no aumento de riscos para a saúde, como resultado de uma mudança nas condições de vida e trabalho? Em particular, ele terá o potencial de provocar um aumento da infecção por HIV / SIDA?</p>	<p>Não- Ao contrário, o projecto busca tornar as comunidades de certeza com maior acesso à água potável, segurança alimentar e meios de subsistência meios melhorados.</p>
<p>7.3 Será que o projecto proposto requer serviços de saúde adicionais, incluindo testes?</p>	<p>Não</p>
<p>8. Socio-Económico</p>	

Tabela 4.1: questões de rastreio adicionais para determinar as necessidades e a ampla possibilidade de análise ambiental e social ainda em gestão	
<p>8.1 É o projecto proposto poderá ter impactos que poderiam afectar mulheres e capacidade dos homens para utilizar, desenvolver e proteger os recursos naturais e outros bens de capital natural? Por exemplo, actividades que poderiam levar à degradação dos recursos naturais ou o esgotamento em comunidades que dependem desses recursos para o seu desenvolvimento, meios de vida e bem-estar?</p>	No A idéia é melhorar a terra e gestão dos recursos naturais nas 30 comunidades mais vulneráveis nos seis distritos de São Tomé com base em infra-estruturas de pequena escala com a participação de membros da comunidade e do CBO.
<p>8.2 É o projecto proposto susceptível de afectar significativamente arranjos de posse de terra e / ou padrões tradicionais de propriedade culturais?</p>	Não
<p>8.3 É o projecto proposto susceptível de afectar negativamente os níveis de renda e oportunidades de emprego dos grupos vulneráveis?</p>	Ao contrário do projecto em Resultado 2 & 3 propõe iniciativas de adaptação de pequena escala como uma rede de segurança para reforçar a capacidade de resistência dos meios de subsistência das comunidades vulneráveis aos extremos da variabilidade do clima, bem como os regimes de dinheiro por trabalho.
<p>9. Impactos cumulativos e / ou secundário</p>	Resposta (Sim/Não/ Não Aplicável)
<p>9.1 É o tema proposto de localização do projecto aprovado atualmente para planos de uso do solo (por exemplo, estradas, assentamentos) que podem afectar a sustentabilidade ambiental e social do projecto? Por exemplo, planos futuros para o crescimento urbano, o desenvolvimento industrial, infra-estruturas de transporte, etc.</p>	Não
<p>9.2 Será que o resultado do projecto proposto no desenvolvimento secundário ou consequente que poderia levar a efeitos ambientais e sociais, ou será que tem potencial para gerar impactos cumulativos com outras actividades conhecidas existentes ou previstos na área?</p>	No- O projecto vai investir (Atividade 2.1.5), em pequena escala, infra-estrutura

Tabela 4.1: questões de rastreio adicionais para determinar as necessidades e a ampla possibilidade de análise ambiental e social ainda em gestão

<p>Por exemplo, um novo caminho através de áreas florestais irá gerar impactos ambientais e sociais directos, através do corte da floresta e terraplanagem associados à construção e potencial realocação de habitantes. Estes são os impactos directos. Além disso, no entanto, a nova estrada, provavelmente também trará novos desenvolvimentos, comercial e actividades domésticas (casas, lojas, empresas). Por sua vez, estes irão gerar impactos indirectos. (Às vezes, estes são chamados de "secundária" ou "impactos consequentes"). Ou se há desenvolvimentos semelhantes planeados na mesma área de floresta, em seguida, os impactos cumulativos precisam ser considerados.</p>	<p>rural em vários locais, principalmente ligados ao programa de reabilitação das pistas rurais (Caminhos Rurais). No entanto os investimentos são 'adicional' para o existente, construção de infra-estruturas, a fim de aumentar a capacidade de resistência do que infra-estrutura para os riscos climáticos. Neste sentido, não haveria quaisquer riscos ambientais ou sociais adicionais, além da infra-estrutura existente.</p>
--	---

ANEXO A.2: RESUMO DE TRIAGEM AMBIENTAL E SOCIAL

(A ser preenchido após anexo A.1 foi concluída)

Nome de Proposta de Projecto: "Reforço das capacidades das comunidades rurais para prosseguir com opções de clima de subsistência resilientes nos distritos São Tomé e Príncipe: Caué, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL) "

A. Resultado da Triagem Social e Ambiental

Escolha entre as seguintes:

- Categoria 1. Não é necessária qualquer outra acção é necessário Categoria 2. Demais avaliação e gestão. Há possíveis benefícios ambientais e sociais, impactos e / ou riscos associados com o projecto (ou componente específica do projecto), mas estes são predominantemente indirectas ou muito longo prazo e por isso extremamente difícil ou impossível de identificar e avaliar diretamente.
- É necessário Categoria 3. Uma nova revisão e gestão, e é possível identificá-los com um grau razoável de certeza. Se Categoria 3, selecione uma ou mais das seguintes subcategorias:
- Categoria 3a: impactos e riscos são limitados em escala e podem ser identificados com um grau razoável de certeza, e muitas vezes podem ser tratados através da aplicação das melhores práticas padrão, mas exigem mais análise e avaliação mínima ou direccionados para identificar e avaliar se existe a necessidade de uma avaliação ambiental e social completa (caso em que o

projecto se mudaria para Categoria 3b).

□ Categoria 3b: impactos e riscos podem ser significativos, e é necessária uma avaliação ambiental e social tão completa. Nestes casos, um exercício de definição terá de ser realizado para identificar o nível de abordagem e avaliação de que é mais adequado.

B. Ambiente e Temas Sociais (para projectos que exigem uma nova revisão e gestão ambiental e social)

O projecto resultará em políticas de planeamento e resultados ao nível das (saídas 1.6 e 1.6.2 e 1.6.3 Atividade), em especial com relação a (i) integração das alterações climáticas e riscos nas políticas e planos nacionais que visam proteger os ecossistemas agrícolas e florestais contra as mudanças climáticas e os impactos da variabilidade e (ii) a integração dos riscos de alterações climáticas nas estratégias de conservação da biodiversidade ao nível comunitário para alcançar 3 dos 5 objectivos estratégicos do NBSAP.

A intervenção física que irá ocorrer durante a implementação do projecto vai ser muito improvável que afectam áreas que têm conhecido significado físico ou cultural para grupos autóctones e outras comunidades com reivindicações culturais assentadas e reconhecidas porque estas serão de pequena escala nas comunidades em infra-estruturas, ou baseados em dinheiro por trabalho regime.

As actividades propostas pelo projecto não serão susceptíveis de levar ao aumento da vulnerabilidade a terremotos, subsidência, deslizamentos de terra, erosão, inundação ou condições climáticas extremas. Na verdade, a intenção é a de lidar com esses riscos existentes através do aumento da resiliência do clima através de i) a criação de estruturas de pequena escala, terraplanagens complementadas por árvore / grama plantio para proteger o cultivo da terra de fenómenos de erosão em locais abandonados e vulneráveis da CMPLCL 30 localidades; e ii) o programa de reabilitação para pistais rurais (Caminhos Rurais) para apoiar a organização dos mercados rurais em 30 comunidades mais vulneráveis.

As actividades desenvolvidas pelo projecto serão pouco prováveis que tenham impactos negativos que podem afectar as mulheres e a capacidade dos homens de utilizar, desenvolver e proteger os recursos naturais e outros bens de capital natural como a ideia é de melhorar a terra e gestão dos recursos naturais nas proximidades da proposta comunidade nas infra-estruturas de pequena escala com base na participação de organizações comunitárias.

É muito pouco provável que as actividades propostas no projecto resultarão ou levar a efeitos ambientais e sociais, ou terão o potencial para gerar impactos cumulativos com outras actividades já existentes ou previstas e conhecidos na área como o projecto vai investir (Atividade 2.1.5) em pequena escala, infra-estrutura rural em vários locais ligados principalmente ao programa de reabilitação para trilhos rurais (Caminhos Rurais). No entanto os investimentos são 'adicional' para a reabilitação de infra-estruturas existentes, a fim de aumentar a capacidade de resistência dos riscos climáticos. Neste sentido, não haveria quaisquer riscos ambientais ou sociais adicionais, além da infra-estrutura existente.

Próximos passos (para projectos que exigem uma nova revisão e gestão ambiental e social): A única área clara que esta análise identificou para a continuação dos trabalhos é de voltar a rever

as medidas em vigor para a concepção e implementação de algumas categorias de infra-estruturas rurais de pequena escala, particularmente em relação à recolha da água das chuvas de pequena escala (Atividade 2.1.2); e instalação de armazenamento de água a nível das comunidades e redes de pequenos sistemas de irrigação, incluindo a instalação de redes de água e de condução de entrega para apoiar sistemas agrícolas comunitárias resilientes em áreas propensas à seca de CMPLCL 30 comunidades (actividade 2.1.3).

Dar seguimento:

Resultado 2.1. Gestão das infraestruturas de pequena escala na comunidade para combater as mudanças climáticas induzidas, inundações, erosão e secas são construídos para realçar os elementos resilientes nos sistemas de produção existentes e apoiar a implementação dos Distritos e plataformas de mudanças climáticas ao nível da localidade. Planos nos seis distritos de CMPLCL e 30 comunidades.

Resultado 2.2. Redes de segurança de mecanismos de base comunitária para a gestão dos riscos associados aos impactos da variabilidade climática sobre os recursos alimentares e meios de subsistência são desenvolvidas em cada uma das 30 comunidades mais vulneráveis dos distritos de CMPLCL.

Saída 3.3. Projectos de adaptação prioritários de pequena escala na comunidade para complementar CC-VAAP são implementados para 2.000 famílias rurais nas 30 localidades mais vulneráveis dos seis distritos de CMPLCL com ênfase na melhoria da resiliência da subsistência actual e diversificação de sustento.

Execução:

Acções de acompanhamento a serem levantadas e os encontros LPAC e incluído como um item da agenda da reunião do início do projecto para acompanhamento pelo Project Manager (ainda não nomeado neste momento). Primeira Revisão da Implementação de Projectos (PIR) para informar sobre as medidas tomadas para resolver esses problemas.

D. Cancelar Assinatura	
Gestor do Projecto	Data
PAC	Data
Gestor do Programa	Data

ANEXO 7. TERMOS DE REFERÊNCIA PARA GRUPOS projecto-chave, a equipa e os especialistas

Assessor técnico Chefe

O Assessor Técnico Chefe (CTA) será responsável pelo fornecimento de apoio técnico geral para o Projecto. Ele / ela vai prestar apoio técnico ao Coordenador Nacional do Projecto (NPC), funcionários e outros colegas do Governo. O CTA irá coordenar o fornecimento dos insumos técnicos exigidos, revisão e preparação de Termos de Referência e rever as saídas de consultores e outros subempreiteiros. O CTA será um expatriado experiente. Ele / ela vai se reportar diretamente ao Coordenador Nacional do Projecto e pode consultar o PNUD RR em caso de conflito ou de questões sensíveis.

Deveres e Responsabilidades

1. Prestar assistência técnica e estratégica para as actividades do projecto, incluindo planeamento, monitoramento e operações do site assumindo o controlo de intervenções de qualidade;
2. Fornecer suporte prático para as contrapartidas Coordenador Nacional do Projecto, a equipa do projecto e outras do Governo nas áreas de gerência de projectos e planeamento, gestão das actividades no local, monitoramento e avaliação de impacto;
3. Finalizar os Termos de Referência para consultores e subempreiteiros, e auxiliar no processo de selecção e recrutamento;
4. Coordenar o trabalho de todos os consultores e subempreiteiros, garantindo a entrega atempada dos resultados esperados, e efectiva sinergia entre as várias actividades subcontratadas;
5. Auxiliar o Coordenador Nacional do Projecto na elaboração e revisão do Plano de Gestão, bem como os Planos Anuais de Trabalho;
6. Coordenar a preparação do Relatório de Status periódica quando solicitado pelo Coordenador Nacional do Projecto;
7. Desempenhar um papel fundamental, em estreita colaboração com o Coordenador Nacional do Projecto e com o apoio de consultores do projecto, na preparação da implementação do projecto combinado de Relatório de Revisão de Projecto / Anual (PIR / APR), relatório preliminar, relatórios técnicos, relatórios financeiros trimestrais para apresentação ao PNUD, o GEF, outros doadores e departamentos governamentais, como requerido.
8. Ajudar na mobilização de funcionários e consultores de implementação do projecto, na realização de uma avaliação intercalar e uma avaliação final do projecto, e nas revisões do programa de implementação e estratégia baseada em resultados de avaliação;
9. Assessorar o Coordenador Nacional do Projecto no trabalho de ligação com os parceiros do projecto, organizações de doadores, ONGs e outros grupos para assegurar uma coordenação eficaz das actividades do projecto;
10. Documentar as lições de implementação do projecto e fazer recomendações ao Director Comité para a implementação e coordenação de actividades de projecto mais eficazes; e
11. Executar outras tarefas que lhe forem solicitadas pelo Coordenador Nacional do Projecto, Comité de Direcção e outros parceiros do projecto.

Qualificações

- formação universitária avançada (mestrado ou doutorado), com experiência na área de meio ambiente, a gestão em geral (o perfil de especialização terá de ser avaliada vis-à-vis as

necessidades tanto do projecto de biodiversidade e o projecto LDCF de adaptação como este posto, é para ser partilhado entre os dois projectos);

Experiência profissional

- Pelo menos 10 anos, dos quais pelo menos oito são ao nível internacional
- Fortes habilidades em monitoramento e avaliação e experiência na implementação de projectos ambientais;
- Experiência anterior com projectos do GEF é uma mais-valia;
- Capacidade de coordenar eficazmente uma grande equipa, multidisciplinar de especialistas e consultores;
- Seja um negociador eficaz, com excelentes habilidades orais e de apresentação;
- Habilidades de escrita excelente em Inglês,
- Um bom conhecimento da língua Portuguesa (ou, alternativamente, em espanhol) é uma mais-valia.

ANEXO 8. REFERÊNCIAS

1. Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Poverty Reduction Strategy Paper. The study "Profile of Poverty in São Tomé and Príncipe" (November 2000-February 2001). IMF Country Report No. 05/332. 2005 International Monetary Fund. 2005 International Monetary Fund. 150p.
2. FAO Country Profiles: *São Tomé and Príncipe* - From Key Statistics of Food and Agriculture External Trade. Food Security Statistics - From FAO Statistics Division. www.fao.org/country_profiles/index/en/?iso3=STP.
3. Human Development Report 2013. The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World. Published for the United Nations Development Programme (UNDP). www.undp.org. 216p.
4. <http://weadapt.org/knowledge-base/guidance/knowledge-base>.
5. <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/AR%20En%20Sao%20Formatted.pdf>.
6. <http://www.tradingeconomics.com/sao-tome-and-principe/food-imports-percent-of-merchandise-imports-wb-data.html>.
7. <http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2013/PDF/S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20%26%20Pr%C3%ADncipe%20-%20African%20Economic%20Outlook.pdf>.
8. <http://www.christianaid.org.uk/images/economic-cost-of-climate-change-in-africa.pdf>.

9. http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Sao%20Tom%C3%A9%20and%20Principe%20Full%20PDF%20Country%20Note_01.pdf.
10. <http://www.quandl.com/sao-tome-and-principe/sao-tome-and-principe-economy-data>.
11. <http://country-profiles.geog.ox.ac.uk/>.
12. Mark Tadross and Fiona Tummon. (2010). São Tomé and Príncipe: Adaptation to Climate Change Program. Technical support for climate modelling. Historical decadal changes in regional climate and aerosols. Climate Systems Analysis Group. University of Cape Town. 18p.
13. National Action Plan for Adaptation to Climate Changes (NAPA). República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente. Dezembro 2006. 77pp.
14. Première Communication Nationale Sur les Changements Climatiques. Ministère des Ressources Naturelles et l'Environnement. S. Tomé et Príncipe, Décembre de 2004. Submission date: 19 May 2005.
15. República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente. Dezembro 2006. 77pp.
16. Republica Democrática de São Tomé. Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. 2012-2016. Versão Final. Março 2012.134p.
17. Tadross M. (2011) Sao Tome & Principe: Adaptation to Climate Change Program Technical support for climate Modelling: Projected and observed changes in climate from historical data and General Circulation Models.
18. Technical note. World Bank. Washington DC. pp 22.
19. The Economic Cost of Climate Change in Africa-Christian Aid Report. 52p. African Economic Outlook 2012. AfDB, OECD, UNDP, UNECA.
20. UNDP-ALM - UNDP's Adaptation Learning Mechanism. <http://www.undp-alm.org/level-of-intervention/district>.
21. World Bank. 2010. Natural hazards, Unnatural disasters: Effective prevention through an economic lens. World Bank and United Nations. 231 pp.

Anexo 1: Página da Assinatura

País:

Resultado do UNDAF (s) / Indicador (s): Link para Resultado do UNDAF.

Se nenhum UNDAF deixe em branco.

Resultado CPAP (s) / Indicador (s):

Saída de CPAP (s) / Indicador (s):

Entidade executora / Parceiro de Implementação

Entidade de execução / Parceiro Responsável

